

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CAMPO E PALAVRAS
Dimensões da Questão Agrária no Ceará, 1954-1964

Enilce Lima Cavalcante de Souza

FORTALEZA
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Enilce Lima Cavalcante de Souza

CAMPO E PALAVRAS

Dimensões da Questão Agrária no Ceará, 1954-1964

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História Social, sob a orientação da Prof^a. Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira.

Fortaleza
Dezembro, 2005

Universidade Federal do Ceará
Mestrado em História Social

CAMPO E PALAVRAS

Dimensões da Questão Agrária no Ceará, 1954-1964

Enilce Lima Cavalcante de Souza

Dissertação defendida em 09 de dezembro de 2005, e aprovada pela Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira
Orientadora

Prof^a. Dra. Marilda Aparecida de Menezes

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves

*À minha avó Cotinha
que se foi,
como um passarinho,
deixando no ar seu canto
e sua deliciosa "gaitada".*

*Aos camponeses,
que cravaram suas marcas
nos sulcos da terra
e nas linhas da História.*

AGRADECIMENTOS

Costumo fazer longos agradecimentos. São sempre sinceros e longos. Aqui, também o serão – sinceros – não longos.

Sempre deixo para citá-los no finalzinho. Desta vez não. Zilá, Allyson e Carmen. Mãe, companheiro e amiga. Cada um, ao longo da minha vida acadêmica teve de suportar crises de depressão e insegurança; acessos de raiva e frustração; noites de insônia, medo e ansiedade; mas, também, puderam compartilhar dos suspiros aliviados, dos risos de alegria pelas conquistas e, principalmente, dos instantes que antecedem a inserção em cada nova “batalha” – esperança. Cada qual com um jeitinho próprio de me acarinhar, acalmar, consolar e incentivar, mas também, de brigar comigo, de me desafiar, me arrancar da preguiça, do sono-letargia, da tristeza; um jeitinho de me sacudir ... que funciona sempre. Eu os amo, e nenhuma palavra substituirá o carinho que devoto à vocês, sempre e por tudo.

À Professora Adelaide, por me ajudar a superar limites consideráveis. Você é realmente incansável. Obrigada por não desanimar, quando era o que eu mais fazia. Obrigada por acreditar, apesar de toda a propaganda negativa que eu bem sei fazer. Obrigada por resistir e não desistir deste projeto, mesmo quando eu o sabotei. Por fim, obrigada por trazer sempre consigo, uma corda tão longa, capaz de me resgatar do mais profundo poço, e ainda, assim, não desgastar este sorriso, fonte de ânimo e força para mim e para outros tantos.

Aos novos amigos: Ana Paula, Danilo, Dudu e Mônica, e aos não tão novos: Vila e Neyandra. Pedindo-lhes perdão pelos desabafos, pela falta de festas... mas, viva as sinceras e desinteressadas afeições! Viva a persistência dos relacionamentos! Que os corredores da História e da vida nos permitam re-encontros!

Aos amigos distantes: Vivi, Rodrigo e Morgana Ceballos. O núcleo do “arrumadinho” e das “arrumadinhas”. Solidariedade e amizade no frio de Campinas. Sem vocês, o que seria de mim?

Aos amigos da “Moras”: Marcelo Cunita, Diego Stephano, Richieli Teles, Robério, Joyce e Deleon. Acolhida, confiança, muito frio, cuscuz, estudo, pipoca e café! Um fuso horário diferente do resto do mundo. Experiência inesquecível, e exemplos, que pretendo guardar por muito tempo. “Nooosssa ... então”, ... muito bom viver com vocês!

Ao Ricardo Festi pela parceria nas buscas aos acervos do DEOPS-SP (em São Paulo) e DEOPS-PE (no apto. da Socorro, rs) e pelo revezamento no “árduo” esforço de digitalização do *Novos Rumos*!

À Manoela Pedroza pelas palavras de incentivo, pela atenção-carinho na leitura dos primeiros escritos.

Aos casais: Josberto e Adriana, Tonico e Dejánia e ao Roberto pelos “pousos” forçados, mas prazerosos, em Sampa e Campina Grande.

À Regina - você é de fato a pessoa indicada para suportar os estressados mestrandos da História. Provavelmente, a mais citada em todos os agradecimentos – por puro merecimento, não por formalidade. Obrigada pela atenção e despreendimento; e à Sílvia, que segue o mesmo caminho da simpatia e ânimo.

Ao professor Frederico de Castro Neves pela contribuição no momento da qualificação e pela constância durante todo o período do curso de Mestrado, com palavras de incentivo, questionamentos, ensinamentos, direcionamentos, enfim, pela marcante presença.

À professora Sulamita Vieira, pela presteza e sensibilidade com que leu o escrito para a qualificação.

À Socorro Rangel, fonte de inspiração e exemplo de dedicação aos camponeses. Grata pela cessão do *Terra Livre*, pela acolhida em Campinas, pelo colo em Teresina, pela alegria e leveza com que leu meus textos, valorizando acertos, questionando escolhas, revelando caminhos. Grata, também, pela paciência e farto aprendizado em pouco tempo de convivência, nas noites e dias, com café por combustível. Não sabia como era bom pesquisar conjuntamente!

Ao Allyson, Cláudio, Carmen e Eduardo pelo “apoio técnico” na revisão, diagramação e impressão.

Ao CNPq, pelo apoio institucional através do financiamento da bolsa de mestrado.

RESUMO

CAMPO E PALAVRAS. Dimensões da Questão Agrária no Ceará, 1954-1964

Enilce Lima Cavalcante de Souza

Este trabalho estuda as dimensões da Questão Agrária no Ceará, entre 1954 e 1964. Na primeira parte, à vista dos periódicos de Fortaleza, foram analisados os debates acerca da legislação agrária, a concentração fundiária, a migração e a violência como faces da Questão Agrária no Ceará. Na segunda parte, incorpora-se a análise das formas de comunicação social voltadas à luta camponesa, pelo jornal *Terra Livre*, como documento e memória, oferecendo o inventário das lutas camponesas no Ceará e demonstrando que seu conteúdo possibilita apreender variados níveis do debate, nas conjunturas, entre meados de 1940 e início da década de 1960, bem como dimensões da cultura camponesa e das memórias militantes.

Palavras-chave: Questão Agrária, Imprensa Comunista, Movimentos Camponeses

ABSTRACT

CAMPO E PALAVRAS. Dimensões da Questão Agrária no Ceará, 1954-1964

Enilce Lima Cavalcante de Souza

The present study aims at discussing some dimensions of the Agrarian Question in Ceará, between 1954 and 1964. At the beginning, we analyze the debates about the agrarian legislation, land concentration, migration and violence, through Fortaleza newspapers. This research also looks into the social communication ways towards the peasant struggle, through *Terra Livre* newspaper, as memory and document that allows an inventory of peasant struggle in Ceará. We demonstrate that its articles allows us to learn many debates levels, in that context, between the 40's middles and the 60's beginning as well as some dimensions of peasant culture and militants memories.

Key-words: Agrarian Question; Communist Press; Peasant Movements.

Arquitetos de sonhos

Trazem sobre os ombros a história mal contada pela mídia, deixando sempre para trás pedaços de beleza, que foram maiores que a dor e o desespero nesta trajetória vitoriosa.

Ademar Bogo

SUMÁRIO

Lista de Ilustrações	09
Introdução	10
Primeira Parte – A Questão Agrária na Imprensa de Fortaleza	24
1. LEGISLAÇÃO AGRÁRIA: DEBATE COMO CAMPO DE TENSÕES	25
Decreto da SUPRA: “Demagogia e posições radicais”	26
Estatuto da Terra: “Democracia e paz no campo”	46
2. QUANDO A TERRA JÁ NÃO SUSTENTA	58
A vida Severina	82
É a terra que querias ver dividida	85
Falta terra e sobra poder	92
3. NÃO HAVERÁ REFORMA AGRÁRIA SEM SANGUE	102
Segunda Parte – <i>Terra Livre</i> na Questão Agrária	113
1. A PALAVRA MILITANTE: IMPRENSA E MEMÓRIA	114
O jornal <i>Terra Livre</i> e a pesquisa histórica	115
Vida de <i>Terra Livre</i>	119
Cartas da Roça	133
<i>Terra Livre</i> na memória militante	144
2. A POESIA ACOMPANHA O POVO NA LUTA POR UMA VIDA MELHOR	159
3. NOTÍCIAS DO CEARÁ EM <i>TERRA LIVRE</i>	188
Terra Livre só diz o que se passa mesmo no mato	188
Quem diz que acabou o cativoiro, nunca trabalhou nestas bibocas	197
Considerações Finais	208
Fontes e Bibliografia Geral	215
Anexos	233

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela, Mapa e Quadros	Tabela 1 - Crescimento da População Urbana e Rural Cearense 1950-1960	88
	Mapa 1 - Emigração Rural no Ceará, 1960-1970	89
	Quadro 1 - Microrregiões do Ceará	90
	Quadro 2 - Estrutura Fundiária do Ceará em 1963	98
	Quadro 3 - A Difusão de <i>Terra Livre</i> no Ceará	191
Fotos	Foto 1 - A migração em manchete no 1º de abril de 1964	59
	Foto 2 - Primeiro Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará	64
	Foto 3 - Hospedaria, o trampolim para o salto incerto dos flagelados	70
	Foto 4 - Partem os cearenses levando coragem	73
	Foto 5 - Hospedaria Getúlio Vargas - A espera	76
	Foto 6 - Hospedaria Getúlio Vargas - Mais espera	77
	Foto 7 - Hospedaria vazia	96
	Foto 8 - Desconto especial para os assinantes de <i>Terra Livre</i>	123
	Foto 9 - Camponeses cearenses lendo <i>Terra Livre</i>	190
	Foto 10 - Camponeses na luta pelas reformas de base	201
	Foto 11 - Américo Silvestre e família - a violência do latifúndio	203
	Foto 12 - Luta camponesa em Quixadá	204
Figuras	Figura 1 - Vida de <i>Terra Livre</i>	124
	Figura 2 - O bom agente e o mau agente	127
	Figura 3 - Leitura em voz alta	131
	Figura 4 - <i>Terra Livre</i> orienta luta camponesa	134
	Figura 5 - Os objetos da escrita	135
	Figura 6 - Escrevendo cartas	136
	Figura 7 - Lavoura de pobre não tem valor	140
	Figura 8 - A viola e a poesia	160
	Figura 9 - Sonoridade da poesia	160
	Figura 10 - Poesia em <i>Terra Livre</i>	177
	Figura 11 - Vozes do Sertão	181
	Figura 12 - As doze caras de Jânio	182

INTRODUÇÃO

O roteiro original da pesquisa pretendia abarcar múltiplas dimensões da Questão Agrária no Ceará, nas décadas de 1950 e 1960. O diálogo com as fontes, a pesquisa, em arquivos, e as leituras historiográficas firmaram uma compreensão metodológica mais apropriada aos fins deste trabalho. Muitas indagações do projeto inicial já se encontravam adequadamente abordadas pelos pesquisadores que se debruçaram sobre o tema.

Na investigação, diante de parte do material lido e comentado, redefini o tema da dissertação: “CAMPO E PALAVRAS. Dimensões da Questão Agrária no Ceará: 1954-1964”, e aprofundi a pesquisa documental e bibliográfica, visto que as obras do levantamento inicial, além de contribuírem com aportes analíticos e tratamento original de temas, como a sindicalização rural, a organização camponesa, a luta social no campo, as relações de trabalho, entre outros, produzem ou transcrevem documentos de grande valia aos pesquisadores.

Como exemplo, entre vários, cito o trabalho de Glória Ochoa¹, abordando as origens do movimento sindical de trabalhadores rurais no Ceará, entre 1954 e 1964. Neste caso, apropriei-me de informações acerca do itinerário de lutas e organização dos trabalhadores rurais do Ceará, de elementos ressaltados na conjuntura de ascenso dos movimentos sociais, no Nordeste do Brasil, assim como das fontes orais produzidas pela autora.

De significação para a pesquisa foi o contato com as entrevistas/depoimentos, realizadas em 1984, com José Leandro Bezerra da Costa e Vicente Pompeu da Silva², camponeses, militantes comunistas, experiências singulares na construção da história dos trabalhadores rurais do Ceará.

¹ OCHOA, Maria da Glória Wormald. *As Origens do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais no Ceará 1954-1964*. Fortaleza: UFC/Stylus, 1989.

² Depoimentos: COSTA, José Leandro Bezerra da. José Leandro Bezerra da Costa. (Depoimento). Fortaleza, UFC/NUDOC - História Oral, 1984 e SILVA, Vicente Pompeu da. Vicente Pompeu da Silva. (Depoimento). Fortaleza, UFC/NUDOC - História Oral, 1984.

O trabalho de Glória Ochoa realizado com característica de projeto coletivo e multidisciplinar³ favoreceu inclusive a produção do registro autobiográfico de José Leandro Bezerra da Costa, uma das fontes desta pesquisa. A partir da leitura de “Depoimento. Minha Vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil”⁴, percebi a dimensão do militante da imprensa comunista ajudando a semear o vocabulário da contestação, no jornal *Terra Livre*, um dos principais suportes empíricos desta dissertação.

As narrativas fazem parte da história desses dois homens. Trabalhadores rurais que protagonizaram um itinerário militante bastante assemelhado. Participaram de associações, de sindicatos, Federações Estaduais e Nacionais, e do Partido Comunista Brasileiro. Foram migrantes cearenses em “terras estrangeiras”; um, em São Paulo, na década de 1950; o outro, no Rio de Janeiro, na década de 1960. O primeiro, Vicente Pompeu da Silva; o segundo, José Leandro Bezerra da Costa.

Vicente Pompeu, às custas de muita peleja, aprendeu a ler já adulto, pela mão de dedicada professora. José Leandro, ainda criança, com sua irmã, que montou uma escolinha, encontrou o caminho das primeiras letras.

Vicente Pompeu da Silva, ainda hoje, aos oitenta e dois anos, trabalha na terra, e, mesmo ao tempo em que dirigia a Federação Estadual dos Trabalhadores Agrícolas do Ceará, não se afastou da agricultura. Zé Leandro, falecido em 2001, se tornou comunista, chegando à direção do ‘Partidão’, tendo, na intensa atividade militante junto aos camponeses e no Jornal *Terra Livre*, as principais ações de sua vida. Personagens de destaque para a História das lutas sociais no Ceará, nas décadas de 1950 e 1960.

Com o golpe civil-militar em 1964, criam estratégias para “sobreviver” ao vendaval da repressão. Zé Leandro conseguiu escapular dos porões da ditadura, resistindo como migrante e militando clandestinamente. Vicente Pompeu, em 1968, viaja para a URSS, precisamente para Moscou, por seis meses, formando, nos grupos de filiados de vários países que ali participaram dos cursos da Escola de Quadros do bureau político do PCUS. Ao retornar, em

³ Esta pesquisa era parte do “Projeto de História do Ceará”, com uma equipe composta por sociólogos, historiadores e antropólogos, pretendia promover uma “reconstituição da História do Ceará” através da “recriação da vida econômica (indústria e trabalho) e da vida política”. O projeto deu origem à publicação “Coleção Estudos Históricos” do NUDOC.

⁴ COSTA, José Leandro Bezerra da. *DEPOIMENTO. Minha Vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil*. Fortaleza: IOCE, 1988.

pouco tempo experimenta a perseguição do regime, preso na década de 1970, torturado e mantido sob vigilância durante longo período. Recentemente, após requerer os direitos advindos da Lei dos crimes do Estado contra o cidadão, em processo encaminhado com apoio jurídico da “Associação 64-68 – Anistia”, teve julgado seu pleito, vindo a receber a indenização a 1º/11/2005⁵.

As narrativas desses personagens, que compõem o rol de fontes desta pesquisa, são de natureza diferenciada. Com Vicente Pompeu, a entrevista é realizada em dois momentos⁶; para José Leandro, a fonte autobiográfica resulta em grande parte de entrevista direcionada por Glória Ochoa.

Na entrevista de Vicente Pompeu, pude perceber vários problemas metodológicos do tipo de recolha, quando o entrevistado tem consciência de seu valor testemunhal e atribui importância e destaque aos fatos por ele considerados como de relevo em sua história de vida. Observa-se a presença do discurso enfático e das repetições sobre determinados fatos⁷, assim como alguma resistência, em falar de temas ligados à infância, ao universo familiar, aos fatos do cotidiano. Assim, o entrevistado estabelece espécie de hierarquia⁸ entre os temas de sua trajetória.

A partir das memórias desses camponeses e militantes cearenses, descortinam-se, nesta pesquisa, as práticas sociais e o espaço de lutas em que se insere sua militância. Sua importância é, nesse sentido, de relevo, pois:

cotidianas ou não, socialistas militantes ou de base, todas essas operações, mesmo aquelas relacionadas com autobiografias e relatos na primeira pessoa, remetem a lugares que foram ocupados por outros e servem de espelho para outras memórias. Acontece que

⁵ Governo entrega R\$ 545 mil de indenizações a 23 ex-presos políticos. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 02 nov. 2005, p. 10.

⁶ Deu-se num diálogo direto, através de entrevista (realizada em conjunto com a prof^a. Dra. Adelaide Gonçalves, quatro horas de gravação, quarenta e oito páginas transcritas), com interlocução leve, mas direcionada, e inserção destas pesquisadoras em certos trechos.

⁷ Como esclareceu Pollak, existem momentos em entrevistas com histórias de vida, onde os depoentes narram repetidamente alguns fatos, e que “há nessas voltas a determinados períodos da vida, ou a certos fatos, algo de invariante. É como se numa história de vida individual (...) houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças”. POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 5, nº. 10, p. 201, 1992.

⁸ Acerca da importância atribuída a certos acontecimentos e as diferenças no ato de narrar sobre determinadas fases da vida, ver MENEZES, Marilda Aparecida de. Memória de infância de homens e mulheres camponeses. *Trajetos. Dossiê: História, Memória e Oralidade. Revista do Prog. de Pós-Graduação em História Social e do Dep. de História da UFC*. Fortaleza: Dep. História da UFC, v. 2, n. 3, pp. 185-207.

só existe passado [camponês] (...) quando compartilhado. Não existe passado individual do [camponês]...⁹

As fontes orais, as entrevistas e estudos da oralidade contribuem ao alargamento do campo de pesquisas relativas ao mundo rural e à experiência camponesa, devido às dificuldades de fontes convencionais para o trabalho com “os de baixo”.

Os relatos orais e depoimentos, como fonte de pesquisa histórica, se pautam na concepção de que camponeses, sujeitos sociais que atuaram e construíram seu “destino social”, têm direito à memória, têm direito ao passado:

Trazê-las [as memórias] à luz deve também implicar não sacralizar a sua presença: uma história ‘dos vencidos’ não pode ser a construção de novas mitologias, mas a produção de um direito ao passado que se faz como crítica e subversão constante das versões instituídas¹⁰.

Os camponeses são protagonistas da história que aqui se discute. Aqueles camponeses que aparecem ora como “José”, um qualquer, um sem nome, ora como “Severino”, marca do sujeito político, são aqueles cujas memórias informam a representação do mundo camponês.

Estudo de relevo, nesta pesquisa, é o de Teresa Helena de Paula Joca¹¹. Pesquisa empírica alentada, ultrapassando a gênese do sindicalismo rural, percebe os mecanismos e expressões da identidade camponesa, e, de sua condição classista, em construção no espaço sindical, apoiada em tipologia variada de fontes: entrevistas, jornais, revista e documentos legislativos. Nessa autora, encontro a utilização, como fonte, do jornal *Terra Livre*.

Pistas desta pesquisa são também encontradas em: “Igreja, Sindicato e a organização de trabalhadores”, de Ronald de Figueiredo e Albuquerque¹². No estudo da ação da Diocese do Crato, na sindicalização rural da região do

⁹ RÉBÉRIOUX, Madeleine. Os lugares da memória operária. In CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

¹⁰ PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: o direito ao passado. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

¹¹ O interesse gerado pelo título da dissertação foi imediato, entretanto, a cópia do trabalho: JOCA, Teresa Helena de Paula. *Resgatando o singular: a memória quase esquecida*. Sindicato, organização e política. Sindicalismo rural no estado do Ceará (1950-1964). Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 1987, não era localizada; isto veio ocorrer já no final dos trabalhos de pesquisa.

¹² ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo e. *Igreja, sindicato e a organização dos trabalhadores*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 1991.

Cariri¹³, um dos primeiros sindicatos legalmente constituídos, o pesquisador analisa a atuação dos diversos atores identificados com a luta camponesa. A ação da Igreja Católica na região, via Fundação Padre Ibiapina e ELIRUR - Escola de Líderes Rurais, com sede no Crato, é ampla, junto aos camponeses, com o objetivo de neutralizar a ação dos líderes comunistas, com inserção doutrinária e organizativa do movimento social camponês, no Ceará, no período.

Esta pesquisa não se pretende exaustiva em realizar um balanço da literatura até aqui produzida, fixando apenas a que se enquadra como fonte desta dissertação. Entretanto, o estudo da Questão Agrária não se resume ao estudo do sindicalismo rural¹⁴, do associativismo ou de movimentos e lutas sociais, como as Ligas Camponesas, extremamente valiosos. É destaque a produção acadêmica, neste campo da história, no entanto, é necessário o alargamento do campo de pesquisas, no sentido de observar outras estratégias camponesas, por exemplo, a migração ou a cultura, como modo de vida camponês¹⁵, analisando, ainda, o debate em torno das leis elaboradas na conjuntura das décadas de 1950 e 1960, com ápice em 1964.

É sabido que, não obstante a História Agrária constituir campo de pesquisas pouco alargado, são, em grande número e diversidade temática, os estudos e pesquisas oriundos da Sociologia Rural, da Antropologia, da Economia Agrícola, como de outras áreas do conhecimento¹⁶. Ainda assim, é destaque a observação da historiadora Maria Yedda Linhares, para quem:

¹³ Quanto a esta região (e às próximas a ela, como a região centro-sul) do estado, outros estudos foram desenvolvidos, principalmente, por ser este um espaço privilegiado para o desenvolvimento do que se concebe como a introdução do capitalismo no campo, devida a presença de enorme quantidade de engenhos e usinas, elevando o número de trabalhadores rurais ou assalariados do campo, e também, o número de conflitos entre pequenos e grandes proprietários. São estas as pesquisas: CHAVES, Maria de Fátima Araújo. *Trajetória histórica do movimento sindical de trabalhadores rurais na região de Crateús – Ceará 1964-1970*. Dissertação de Mestrado. Recife, UFPE, 2001 e SÁ, Filadelfo Tavares de. *Lutas de interesses entre os engenhos e a usina e seus reflexos sobre a pequena produção da lavoura canavieira do Cariri cearense – um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 1988.

¹⁴ O tema da sindicalização rural foi discutido em minha monografia de final de curso da graduação: *A Questão Agrária no Ceará em 1964* Fortaleza, UECE, 1998.

¹⁵ SCOTT, James C. Formas Cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*. Campina Grande, UFCG, nº 9, pp. 15-43, 2003.

¹⁶ É justo expor o debate interno das Ciências Sociais quanto ao tratamento teórico dos movimentos sociais rurais, que privilegiavam os estudos nos marcos estruturalistas, mas, que vem agora, permitindo um maior diálogo com a história. Cf. SCHERER-WARREN, Ilse. Abrindo os marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais. *Caderno CRH*. Salvador. nº 28, pp. 59-79, jan./jun. 1998.

No Brasil, a história agrária não tem sido a preferida dos historiadores, e tão pouco do grande público. Afinal de contas, é uma história sem heróis, sem grandes políticos e sem batalhas. Seus atores são anônimos trabalhadores do campo, escravos do eito, pequenos ocupantes de glebas quase sempre provisórias. São também grandes fazendeiros e latifundiários. Sua vida, no caso brasileiro, tem sido, no entanto, muito mais marcada pela escassez do que pela abundância¹⁷.

É a história de gente simples, anônimos e excluídos. História deixada à margem por muito tempo, quando os camponeses eram vistos como participantes da “idiotia da vida rural”¹⁸; considerados “massa amorfa”, desprovidos de identidade e, concebidos, por uma linha de estudos que confina esses sujeitos sociais e suas formas de organização como “pré-política”¹⁹.

Ainda que se acolha a observação de Linhares, é preciso destacar que esta dissertação dialoga com várias pesquisas em andamento, bem como recolhe significativos aportes teórico-metodológicos de estudos realizados a partir do frutífero diálogo interdisciplinar. Fato de destaque é a ampliação do interesse pelo estudo e divulgação de pesquisas em torno das lutas sociais no campo, notadamente a partir da década de 1980²⁰.

Uma vista de olhos, nas comunicações de pesquisa, em congressos e simpósios temáticos, fornece largo inventário das pesquisas no Brasil, o que também se explica pelo protagonismo dos movimentos sociais, na luta pela reforma agrária no Brasil, das últimas décadas, a exemplo do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil, e da ação da Igreja Católica com a Comissão pastoral da Terra – CPT.

¹⁷ LINHARES, Maria Yedda Leite. Possibilidades da história comparada no Brasil. A história agrária como uma experiência de pesquisa. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002, 141.

¹⁸ ENGELS, F, MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988. Ver ainda: SOARES, Gláucio Ary Dillon, COLLINS, Jane. Trad. WROBEL, Fanny. A idiotia da vida rural. *Dados. Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 25, nº 2, pp. 209-227, 1982; IURKIV, José Erondy. Alguns olhares sobre o campo. *Esboços*. Florianópolis, v.6, n.6, p. 49-54, 1998.

¹⁹ HOBBSAWM, Eric J. *Rebeldes primitivos: estudos sobre as formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

²⁰ Estas pesquisas, em grande parte, ainda guardam sérias dificuldades em conceber o espaço de “resistência cotidiana” no mundo agrário. De acordo com James Scott “a História e as Ciências Sociais (...) simplesmente não estão bem equipadas para desvelar as formas silenciosas e anônimas das lutas de classes que caracterizam o campesinato”. Isso contribui para caracterizar o camponês como ‘normalmente passivo’ ou ‘explosivamente violento e insurreto’. SCOTT, James C. Op. Cit., p. 14.

Ainda em relação ao *corpus documental* desta pesquisa, os jornais passaram a ocupar lugar central. Assim, defini dois lugares de enunciação do discurso jornalístico para compor as partes da dissertação. No primeiro, a Questão Agrária, na dimensão do debate legislativo e da produção jurídico-política dos marcos legais, também como elementos de neutralização e, mesmo, de contenção das tensões sociais no campo, é observada a partir dos discursos veiculados na imprensa de Fortaleza, no período estudado. Para tanto, elegi os principais jornais, com circulação diária em Fortaleza, tomando em conta sua representatividade quanto à tiragem, duração no tempo, quadro de colaboradores e repórteres, e repercussão nos leitores e na cidade, o que me levou a compor o rol de fontes hemerográficas em torno dos periódicos: *Correio do Ceará*, *Gazeta de Notícias*, *O Nordeste* e *O Povo*²¹, entre janeiro de 1963 e dezembro de 1964. No segundo, a Questão Agrária se projeta no estudo do mundo camponês, por meio de parte das “silenciosas guerrilhas que têm lugar no cotidiano”²² da população camponesa do Ceará, como do Brasil, em que o jornal *Terra Livre* é analisado como espaço da memória de resistência e aprendizado de camponeses, e onde há lugar definido para a presença política desses protagonistas da história.

Nesta fase, combinei a leitura das fontes aos estudos que adotam os jornais como fonte ou objeto do conhecimento. Assim, fui construindo o percurso de pesquisa frente aos periódicos como fonte.

Neste exercício de pesquisa, apreendi as múltiplas dimensões dos periódicos do ponto de vista metodológico. Compreendi que o trabalho com essa fonte não é mera reprodução do escrito. Para além de afirmar que este ou aquele jornal é mais ou menos representativo, há que se perguntar para quem ele representa e o que representa. O tratamento da fonte deve buscar o contexto, assim como a moldura de idéias e formas de intervenção social. Nesta pesquisa, o jornal é estudado como lugar do movimento das idéias e personagens, à maneira dos estudos de Capelato:

²¹ No período a que se refere a nossa pesquisa estavam circulando na capital cearense, além dos periódicos utilizados, os jornais: *O Estado*, *Tribuna do Ceará* e *Unitário* (acervo na Biblioteca Pública Menezes Pimentel - CE).

²² SCOTT, James C. Op. Cit., p. 11.

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata 'imprensa' se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social²³.

Neste sentido, a própria experiência dos que se sabem ausentes do discurso jornalístico, como sujeitos de ação e de história, é exemplar. Aqui, o verso de Patativa do Assaré traduz o anonimato da experiência e luta camponesas, na pauta da imprensa comercial/empresarial:

Sofre o povo privação
Mas não pode recramá,
Ispondo suas razão
Nas coluna do jorná.²⁴

Assim, o poeta rima a ausência de espaço, nas folhas matutinas, para as demandas camponesas, para a realidade social vivida por sujeitos envolvidos em conflitos, nas lutas travadas por direitos²⁵: ora por meio da Legislação Agrária, propondo uma fórmula jurídica de proteção às atividades não reconhecidas pelo direito do trabalho, ora por ações diretas contra o latifúndio.

No entendimento do poeta, está clara a impossibilidade de se fazerem presentes as palavras dos trabalhadores, ou seja, do “Brasi de baxo”, no espaço que se convencionou chamar “grande imprensa”.

Ainda assim, sabe-se que essa “impossibilidade” tende a ser relativizada e sofre influência direta das vicissitudes da conjuntura e, mesmo, do peso que os sujeitos sociais e suas lutas adquiram no cenário sociopolítico. Outro dado a destacar é que “os de baixo” buscam os órgãos de comunicação, seja para visibilizar seus conteúdos, agendas ou pautas sociais, assim como

²³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1994, p. 21.

²⁴ ASSARÉ, Patativa do. Brasi de cima e Brasi de baxo. In: CARVALHO, Gilmar de (org.). *Patativa do assaré. Antologia poética*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2001, p. 181.

²⁵ “A luta pelos direitos é uma negação de uma ordem estabelecida. (...) No sertão, essa luta aponta para uma nova visão da sociedade: é a luta pelo direito de viver, de ter terra para plantar, de nascer, de ser ouvido, de ser tratado como ‘gente’, de comer...”. BARREIRA, César. *Trilhas e Atalhos do Poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992, p. 80.

propor, de modo tácito, espécie de mediação das relações sociais, por parte da imprensa. Tal é percebido, como evidência, nos estudos da ação dos flagelados da seca em conjunturas de aguda escassez:

Ao que parece, os flagelados entendiam que a publicização do sofrimento singularizado intensificava as medidas de assistência e caridade. Procuravam os jornais com certa freqüência e reivindicavam passagens, alimentação, trabalho, roupas...²⁶.

Esta pesquisa, com a fonte jornalística da chamada “grande imprensa”, não pretende investigar os níveis da presença ou ausência da luta camponesa, dos embates produzidos por dentro da Questão Agrária no Ceará, posto que não é da natureza dessa prática jornalística no Brasil, ontem como hoje, pautar as lutas sociais, do ponto de vista dos seus protagonistas, ou mesmo, dando a conhecer ao leitor as várias faces dos conflitos sociais e da luta pela terra no Brasil. No entanto, quando os periódicos tratam da Questão Agrária, é importante perceber como os camponeses são apresentados.

Do ponto de vista da pesquisa com os referidos periódicos, estive atenta às armadilhas metodológicas, que desqualificam a fonte hemerográfica, ora tratando-a com suspeição²⁷, dado seu suposto comprometimento com determinada matriz ideológica, ora observando-a como relato de verdade objetiva, cujo grau de fidedignidade é inquestionável, posto que tratada como “espelho da realidade”. Aqui, tanto em Capelato, como em outros estudiosos, o jornal é percebido em sua historicidade, ou seja, como documento construído social e politicamente, como representação do real.

Outro argumento metodológico diz respeito à necessidade de realizar a leitura analítica da fonte jornalística atenta às seções, ao conteúdo dos editoriais, levando em conta o espaço do contraditório, no mesmo periódico, e as interdições dos textos ou mesmo a “fabricação” de fatos. Rachel Bertol alude aos fluxos de sentidos diversos presentes no periodismo:

O jornal é uma ‘grade’, ou rede, constituída de fluxos dos mais diversos sentidos. Um espaço que, apesar de apresentar-se com

²⁶ RIOS, Kênia Sousa. *Campos de Concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001, p. 17.

²⁷ Pode-se ler mais sobre este tipo de abordagem à imprensa em RODRIGUES, José Honório et al. *A Imprensa como Fonte Histórica*. Jornalismo. São Paulo: USP, 1970.

uma personalidade própria (cujo tom pode ser delineado, sobretudo, pelos editoriais), é sempre entrecortado por vozes e opiniões distintas. A própria leitura do jornal é um exercício de análise; muitas vezes, dá-se como em um negativo: pela recusa, pela desconfiança, pelo questionamento sobre o que omitiu, pela montagem de narrativas paralelas”.²⁸

Ao conceber a imprensa - fonte/documento - na dimensão de construção social, é preciso ainda aditar a noção de “político” que cerca os conteúdos dos periódicos, notadamente, em conjunturas de crise política, como é o caso do período estudado nesta pesquisa. Em Jacques Julliard, encontro a observação pertinente para compreender e analisar os debates firmados na imprensa examinada nesta parte do trabalho:

o desenvolvimento dos meios modernos de comunicação e de informação torna imediatamente políticos um grande número de acontecimentos, (...). Não há acontecimento que seja político por natureza, mas que tal se torna pela repercussão que alcança numa sociedade;²⁹

Ou como em René Rémond: “os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas”³⁰.

Note-se que as notícias e as imagens produzidas, nos meios de comunicação, em temporalidades distintas, podem ser alvo de atenção em outros períodos ou devotados ao esquecimento. Assim, convém adotar a perspectiva de que “o político não está ligado à brevidade do prazo que separa o historiador dos acontecimentos sobre os quais ele pousa seu olhar”³¹.

Destaque-se também a observação dos pesquisadores acerca da adesão quase unânime dos grandes meios de comunicação, no Brasil, à

²⁸ BERTOL, Rachel. Como os sem-terra se inventaram pela mídia: a novidade social nos anos 90. *Estudos Históricos: mídia*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, nº 31, p. 4, 2003.

²⁹ JULLIARD, Jacques. A Política In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988. p. 184.

³⁰ RÉMOND, René. “Do político”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 441.

³¹ RÉMOND, René. “O retorno do político”. In: CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (org.). *Questões para a História do Presente*. Bauru: Edusc, 1999. p. 53. Cf. também sobre os aspectos da continuidade do discurso da imprensa FERREIRA, Marieta Moraes de. “A nova ‘Velha História’: o retorno da História Política”. *Estudos Históricos (Teoria e História)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1992, nº 10.

conjuntura que gesta as condições de quebra da normalidade institucional em direção ao golpe civil-militar de 1964, o que inclui a maior parte da imprensa produzida no Ceará. De acordo com Alzira Abreu, alguns poucos periódicos, a exemplo do *Última Hora* (RJ), ocuparam a tribuna de oposição ao golpe. Compreenda-se aqui o papel dos empresários da imprensa como suporte estratégico dos setores golpistas:

a imprensa de maior prestígio e circulação foi um dos suportes estratégicos do movimento que derrubou o regime constitucional (...). Diante da intensificação das reivindicações populares e do 'perigo comunista', os empresários da imprensa (...) aceitaram a centralização do poder nas mãos militares como única alternativa para impedir a 'subversão', ou a ascensão dos grupos de esquerda ao comando do país³².

Os periódicos cearenses analisados divulgaram, com certa ênfase, as justificativas do golpe, a legitimidade do governo instalado e expressaram seu apoio às diretrizes implementadas desde a primeira hora. As memórias justificativas do golpe foram exaustivamente trabalhadas no discurso jornalístico empresarial, como a vitória da "Revolução", instituindo inclusive um jargão à maneira das "ordens do dia" emanadas dos quartéis proclamando o movimento como "Revolução Redentora".

Nos lugares de enunciação do discurso, percebe-se o jornal como projeto político, entretanto o jornal *Terra Livre* é destacado como expressão das idéias referentes à Questão Agrária, nos anos 1960, de intelectuais e militantes comunistas, bem como observa-se a produção desse veículo de comunicação, onde a colaboração e inserção dos camponeses se dá de forma direta: cartas, notícias, artigos, poemas e perguntas, possibilitando a investigação de aspectos conjunturais, além da relação entre os camponeses e os militantes políticos da imprensa e do Partido Comunista, ou seja, incorporando a cultura camponesa.

Ao pesquisador compete, no diálogo profícuo com as fontes hemerográficas, situá-las no contexto de sua produção e observar sua historicidade.

³² ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 13.

A dissertação compreende duas partes. Na primeira, “A Questão Agrária na imprensa de Fortaleza”, a base analítica é formada pelos jornais da grande imprensa: *Correio do Ceará*, *Gazeta de Notícias*, *O Nordeste* e *O Povo*. Na segunda, é o jornal militante *Terra Livre* que informa a análise.

Na primeira parte, entre reportagens, notícias, editoriais e notas referentes à Questão Agrária, selecionei dimensões de abordagem analítica. Para tanto, organizei os temas em três capítulos.

O primeiro capítulo - “Legislação Agrária: debate como campo de tensões” - analisa de que forma os projetos de reforma agrária dos governos João Goulart e Castelo Branco foram discutidos e apresentados nos jornais. Com atenção às especificidades do momento histórico de cada projeto, analiso a cobertura jornalística em torno dos projetos, destacando aí os enfoques, os argumentos construídos para (des)qualificar um ou outro, a depender da alteração da conjuntura e da “tomada de partido” em cada conjuntura. O Decreto da SUPRA e o Estatuto da Terra são elaborados no momento em que a espera(nça) da reforma agrária informa diferentes espaços da sociedade, em amplo espectro de posições ideológicas. O debate e a afirmação de posicionamentos políticos variam, a partir do conceito e forma de aplicar a reforma agrária, o que decorre do campo ideológico em que se instala o embate político. Para alguns, uma saída revolucionária; para outros, alavanca do nacional-desenvolvimentismo; e, ainda para outros, o esvaziamento do sentido distributivista, permitindo apenas um ‘arranjo’ na produção e alocação de mão de obra. Ou seja, “enquanto a reforma não vem”, os debates informam os jornais, e, pelo que se observa, o jornal informa o debate que se desenrola de modo mais sistemático e polarizado, desde a década de 1950.

O segundo capítulo, “Quando a terra já não sustenta”, busca, nos jornais de 1963 e 1964, em paralelo ao debate sobre a legislação agrária, artigos e notícias conectados ao tema da migração no Ceará, como parte do problema social afeto à Questão Agrária no Brasil. A migração, em grande parte dos periódicos, aparece como solução única e natural para os “pobres, flagelados, sertanejos cearenses”, discurso cada vez mais reiterado após o golpe de 1964. Ainda no estudo desse capítulo, examino exemplos particulares, para refletir e compreender o problema das migrações, pelas

memórias de Vicente Pompeu e José Leandro, percorrendo os caminhos da falta de terra e do poder do latifúndio no Ceará, como no Brasil.

O terceiro capítulo, “Não haverá reforma agrária sem sangue”, trata da violência do latifúndio, do Estado ou de sua aliança, nos conflitos de terra, no Ceará, no período em questão. A análise percorre, via notícias e artigos, a dinâmica de camponeses cearenses, na luta por terra e por direitos, em que se destacam sindicalistas e grupos organizados, mas também camponeses que publicizam suas demandas, retirando-as da esfera de sujeição aos “coronéis”.

Assim, na Primeira Parte da dissertação, a abordagem da Questão Agrária centrou a análise, nos meios de comunicação impressa, como campo de construção de discursos em disputa, mediados pelas alterações da conjuntura.

Na Segunda Parte, “*Terra Livre* na Questão Agrária”, o exercício da pesquisa dirigiu-se ao jornal *Terra Livre*, em sua dimensão testemunhal, como fonte/documento/memória. Aqui a dimensão militante do periódico é realçada em sua característica de arregimentação, via esforço doutrinal e pedagógico do público-leitor.

No primeiro capítulo, “A palavra militante: imprensa e memória”, apresento, em grandes linhas, o *Terra Livre*, como fonte dos estudos históricos, em Luiz Flávio de Carvalho Costa, Maria Isabel Leme Faleiros, Leonilde Sérvolo de Medeiros e Maria do Socorro Rangel. Nesse capítulo, cresce de importância o jornal como fenômeno comunicativo de natureza militante. Apresento vários elementos de caracterização: formato, periodicidade, formas de sustentação, peculiaridades da difusão, entre outros. Examinado a relação entre o grupo editorial, os colaboradores, os agentes de difusão nas várias regiões do país, bem como seu alcance entre os camponeses, notadamente entre os setores mais diretamente engajados na luta por direitos. Neste particular, destaco a qualidade do jornal *Terra Livre*, em sua dimensão pedagógica, ou seja, o “jornal como escola” e as leituras coletivas, a exemplo de outros títulos que participam do rico capítulo da História da Imprensa dos Trabalhadores, pelo menos, desde o meado do século XIX. Nesse mesmo sentido, as “Cartas da Roça” encaminham a análise para a dinâmica estabelecida entre o grupo redator e os leitores, elaborando um processo de construção coletiva do fazer jornalístico. No mesmo passo, abordo a presença

do periódico, na memória militante, informando os conteúdos e as significações que esse instrumento comunicativo adquire na difusão, organização e afirmação das lutas camponesas, e mesmo em relação às diretrizes partidárias.

O segundo capítulo acolhe, de dentro do jornal, o tema “A poesia acompanha o povo na luta por uma vida melhor”, como possibilidade de estudos das subjetividades no mundo do trabalho, do argumento da mística cuja argamassa são os sonhos, agruras, esperanças e utopias. Poemas, trovas, versos cuja matéria prima são a experiência camponesa, a vida e o trabalho. Em destaque, a poética de Patativa do Assaré, “poeta pássaro”, camponês, presença constante no jornal *Terra Livre*, como pedagogia do exemplo e da esperança, como forma de construir o vocabulário da luta camponesa a partir de uma visão de mundo, da cultura camponesa.

No terceiro capítulo, em “Notícias do Ceará”, analiso dimensões da participação dos correspondentes, em especial, a atuação de José Leandro, e dos leitores cearenses na construção do periódico *Terra Livre*. Essa abordagem é realizada com base nas descrições dos correspondentes que narram suas atividades junto aos camponeses, principalmente, as narrativas dos conflitos sociais das décadas de 1950 e 1960 no Ceará. Também neste capítulo, destaco a experiência de “leitura escutada” dos camponeses e sua identificação com a imprensa militante e, ainda, a difusão do jornal em várias localidades do interior do Ceará, como atestam, nesta imprensa, as informações sobre o envio do jornal.

Apona-se a participação dos militantes do Ceará para além da escrita de cartas e poemas, no desenrolar de outras dimensões da luta política dos camponeses, se apresentam, em forma de seções, como a COLUNA DO CEARÁ, NOTÍCIAS DO Ceará, além das PÁGINAS DO NORDESTE, em grande medida, dedicadas às reportagens com enfoque na disputa agrária no Ceará.

PRIMEIRA PARTE
A QUESTÃO AGRÁRIA NA IMPRENSA DE FORTALEZA

LEGISLAÇÃO AGRÁRIA: DEBATE COMO CAMPO DE TENSÕES

Pobre agregado, força de gigante,
Escuta amigo o que te digo agora,
Depois da treva vem a linda aurora
E a tua estrela surgirá brilhante.

Pensando em ti eu vivo a todo instante,
Minha alma triste desolada chora
Quando te vejo pelo mundo afora
Vagando incerto qual judeu errante.

Para saíres da fatal fadiga,
Do horrível jugo que cruel te obriga
A padecer situação precária

Lutai altivo, corajoso e esperto
Pois só verás o teu país liberto
Se conseguíres a reforma agrária.

Patativa do Assaré. "Reforma Agrária".

O poeta Patativa verseja os dilemas e as esperanças da sociedade cearense, das décadas de 1950 e 1960, em especial, do camponês. A poesia trata dos temas da Questão Agrária, publicados pela imprensa: reforma agrária, exploração do trabalho camponês, migração, lutas sociais, violência. A sensibilidade do poeta é a porta de entrada para o mundo camponês.

Busco elaborações sobre a Reforma Agrária, especificamente, sobre os projetos de João Goulart e Castelo Branco: Decreto da SUPRA (13/03/1964) e Estatuto da Terra (30/11/1964). Procuo situar o debate, suas formas, e os participantes da trama, pela grande imprensa, investigando, ainda, outras variáveis que me levam à questão maior: a Questão Agrária.

Na coluna 'Dia a dia', o jornalista Dorian Sampaio refere a discussão do tema da Reforma Agrária, naquele período: "Enquanto o pobre matuto do sertão vive a braços com dificuldades de toda ordem sem ter com que possa plantar e colher, os rádios gritam e os jornais destacam o falatório dos pregoeiros da chamada 'Reforma Agrária'."³³

³³ SAMPAIO, Dorian. Enquanto a reforma não vem. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 07 mar. 1963, Coluna Dia a dia, p. 3.

O articulista alerta para o necessário debate dos temas deixados à margem, quanto aos aspectos considerados importantes: apoio técnico ao agricultor, financiamento e subsídios de política agrícola.

Decreto da SUPRA: “Demagogia e posições radicais”

Desde fins de 1963, o noticiário comenta, com distinção, a questão das “reformas de base”. As agitações sociais e a participação popular impeliam o governo federal à edição das reformas - anunciadas desde 1962 - em destaque, a Reforma Agrária.

Pouco antes, podia-se debater o estado de tensão no país. De acordo com alguns autores, conspiram ambos os lados contra a democracia: “a direita para impedir o avanço e a consolidação das reformas; a esquerda para eliminar os obstáculos que se antepunham a esse processo”³⁴.

As denúncias acompanham o teor das notícias sobre as reformas de base, num contexto de pavor e disseminação do pânico à direita, em razão dos fatos que culminaram com a Revolução Socialista em Cuba. As graves acusações do noticiário enfatizam as propostas feitas pelo governo João Goulart como ‘promessas mirabolantes’, que direcionavam o país para um processo de comunização.

No Ceará, a situação adquiriu novos contornos, após a viagem de sindicalistas, jornalistas e trabalhadores rurais à ilha de Cuba, no ano de 1961. A primeira tentativa ocorreu em 25 de abril, frustrado o embarque, no aeroporto Guararapes, das Delegações dos estados do Ceará e de Alagoas. Segundo o investigador Paulo Conrado Bezerra, da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, a viagem deve ter sido adiada “por motivos de SEGURANÇA, uma vez que o Premier FIDEL CASTRO estava aguardando, a qualquer momento, uma nova invasão, por parte dos rebeldes”³⁵.

Os representantes da Delegação do Ceará, de acordo com o investigador, eram: Edmundo Luiz Schmidlin Guilhon, Francisco Inácio de

³⁴ AGGIO, Alberto, BARBOSA, Agnaldo, COELHO, Hercília. *Política e sociedade no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 69.

³⁵ Relatório Cuba. Fundo SSP:29326/DOPS/Setor de Acervos Permanentes do APEJE.

Almeida (jornalista do diário *O Povo*), Antônio Frota Neto (jornalista da *Gazeta de Notícias*), José Rangel de Araújo Cavalcante, Francisco César de Mesquita, Inês Silva Braga Teixeira, Antônio Eurico de Queiroz, Francisco Farias de Melo, João Farias de Souza, José Pedro de Andrade e José Leandro (militante do PCB na base camponesa).

A nova viagem, de acordo com os arquivos do DOPS-PE, aconteceria em breve, em 29 de abril. A Companhia Cubana de Aviação levaria os convidados de Fidel Castro para assistir às comemorações do Primeiro de Maio. Entre os convidados, nomes conhecidos: Clodomir dos Santos Morais e Francisco Julião, ligado aos camponeses brasileiros; além dos deputados Cunha Primo e Sérgio Murilo, e os vereadores Miguel Batista e David Capistrano.

Novamente a lista é elaborada, agora, com minúcia de dados sobre a comitiva; na primeira lista, somente o nome; na segunda, nome, endereço e a localidade de origem; na terceira lista, além desses dados, número de passaporte, data de nascimento e profissão. Para conseguir a lista completa, o agente da polícia pernambucana havia se infiltrado como jornalista do *Última Hora* de São Paulo, conseguindo fotos e dados na investigação policial.

Outros, além dos citados, visitam Cuba, nos festejos de Primeiro de Maio: José de Moura Beleza, Francisco Farias Melo, Luciano Barreira, Antonio Eurico de Queiroz, João Farias de Souza, Edmundo Luiz Schmidlin Guilhon, Antônio Frota Neto, José Leandro Bezerra da Costa, Francisco Inácio de Almeida, Fernando César de Moreira Mesquita, José Rangel de Araújo Cavalcante e José Maria de Oliveira (o único com residência citada em Quixadá, o restante identificado com domicílio em Fortaleza).

Uma pitada criativa na receita de pavor contra a cubanização é acrescida com a visita da argentina Célia Guevara, mãe de Ernesto Che Guevara, a Fortaleza, no mês de maio de 1961. Ela estivera na cidade alguns dias, em palestras para universitários e secundaristas, a “convite dos socialistas daquele estado [Ceará]”³⁶. A visita de Célia Guevara, apesar de o fato não ser citado pelos investigadores, não podia passar despercebida dos participantes das lutas camponesas, com a promoção de palestra, na

³⁶ Visita de Célia Guevara-maio/1961. Fundo SSP:27405/DOPS/Setor de Acervos Permanentes do APEJE.

Associação de Lavradores de Padre Andrade³⁷, onde a palestrante ouviu o relato das dificuldades por que passavam os camponeses e camponesas da área.

As manifestações ocorrem em meio ao grande medo das elites, gerado pela revolução socialista cubana. O debate entre a defesa da legalidade e o perigo de radicalização das lutas, no campo, provoca muita tensão e contundentes disputas. Daniel Aarão explica as impressões que moviam as elites:

Todos sentiram obscuramente que um processo radical de redistribuição de riqueza e poder na sociedade brasileira, em cuja direção apontava o movimento reformista, iria atingir suas posições, rebaixando-as. E nutriam um grande Medo de que viria um tempo (...) marcado pela subversão (...) pelo espectro do 'comunismo ateu'...³⁸.

Um dos principais argumentos da disseminação do medo é a proposta enviada ao Congresso pela Superintendência da Reforma Agrária – SUPRA, que visa à distribuição de lotes pela desapropriação de terras “subutilizadas”, margeando, em até 10 km, as rodovias e ferrovias federais. O pagamento seria em títulos do tesouro e a “prazos elásticos”. Entretanto, o projeto é julgado inconstitucional, por ferir o art. 141 da Constituição de 1946³⁹, que propunha a indenização das terras expropriadas por meio de pagamento em espécie.

O governo decide que as medidas seriam decretadas, dada a impossibilidade de negociação com a ala conservadora do Congresso Nacional, que emperra as propostas de reformas estruturais. A fim de legitimar o Governo e os Decretos, decidiu-se pela assinatura em gigantescos comícios.

³⁷ ALPA – Associação de Lavradores de Padre Andrade, com sede no Bairro Padre Andrade, em Fortaleza, foi fundada no início de 1960. Os fundadores da Associação lutavam contra os grileiros que ameaçavam despejar setecentas famílias. Segundo afirmam, os moradores detinham a posse da terra há mais de um século. *Terra Livre*, São Paulo, nº 100, jul. 1961, p. 5.

³⁸ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 27.

³⁹ Este o conteúdo do § 16, Art. 141 da Constituição de 1946: “É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante **prévia** e justa indenização **em dinheiro**” (grifos meus). BRASIL. *Constituições do Brasil: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986, p. 287. João Goulart recomendava em sua “Mensagem sobre a Reforma Agrária”, a supressão, no § 16 do artigo 141, da palavra “prévia” e da expressão “em dinheiro”.

O primeiro, realizado no Rio de Janeiro, em frente à Estação da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, reúne mais de 150 mil pessoas e divulga a desapropriação das refinarias não nacionalizadas; prepara a reforma urbana e decreta a desapropriação das terras subutilizadas: o Decreto da Superintendência de Reforma Agrária.

Todos os acontecimentos são acompanhados, noticiados, discutidos pela grande imprensa nacional. Em certa medida, os jornais locais reproduzem, cada um de acordo com sua orientação, o que mais interessava difundir.

Observando o debate, na imprensa cearense, analisam-se os periódicos *O Nordeste*, *O Povo*, *Correio do Ceará* e *Gazeta de Notícias*. Para se dimensionar o debate acerca do Decreto nº 53.700, assinado em 13 de março de 1964, é relevante dar a conhecer a proposição do texto legislativo:

Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade...⁴⁰.

O jornal *O Nordeste* não informa o conteúdo do Decreto da SUPRA e o do Estatuto da Terra, apesar das diferentes conjunturas políticas que marcaram um e outro documento, afinal o Estatuto da Terra é legalizado em novembro de 1964, em plena ditadura militar, à qual o grupo editor aderiu. Vale ressaltar que o jornal não se furta, no entanto, a conduzir os leitores, de acordo com “seus pareceres” nos dois momentos.

Partes dos debates se revelam de forma, às vezes, subliminar, às vezes, direta, nas folhas matutinas e vespertinas. Uma profusão de notícias sobre a Questão Agrária circula entre meados de 1962, até data posterior a 1º de abril de 1964, na maioria. A temática da questão agrária permeia os jornais em todo o período estudado⁴¹.

⁴⁰ BRASIL. Decreto nº 53.700 de 13 de março de 1964. In: BOBBIO, Pedro Vicente e PEREIRA, Geraldo Emygdio. *LEX Coletânea de Legislação*. Legislação Federal e Marginália. Tomo I. São Paulo: LEX Ltda Editora, 1964, p. 267.

⁴¹ A pesquisa nos jornais recobre o período de janeiro de 1963 a dezembro de 1964. São notas em colunas, notícias, artigos e editoriais sobre a Questão Agrária, assim distribuídas: no *Correio do Ceará* – 335; *Gazeta de Notícias* – 329; *O Nordeste* – 280 e *O Povo* – 300.

É certo indicar que o destaque era dado às reformas de base. Neste sentido, o jornal *O Nordeste* anuncia e ajuda a agudizar o clima de tensão no Brasil dos anos 1963/1964.

O noticiário sobre as reformas de base se refere, principalmente, à reforma agrária. Envolve os debates técnicos sobre o Decreto proposto pela Superintendência da Reforma Agrária, mas explora também os desdobramentos políticos com o objetivo de exacerbar ânimos e promover o descontentamento com o desfecho das reformas.

Até o golpe civil-militar, os temas versam, sobre diversos ângulos, a Questão Agrária. Em *O Nordeste*, por exemplo, discutia-se a sindicalização rural proposta pela Igreja Católica que dirigia o jornal; experiências de camponeses em comunidades rurais orientadas e apoiadas pela Igreja; esclarecimentos acerca dos conceitos e usos da “propriedade”, além de debates sobre a realização de reformas em países comunistas e nos “moldes cristãos”.

Discussão do documento do governo Castelo Branco, conhecido como Estatuto da Terra e implementado após o golpe, apontava para a tentativa de “resolver” o problema da reforma agrária. O debate da Questão Agrária enfatiza as relações dos camponeses com a terra.

Estabelecida a linha de tensão, o noticiário veicula o conteúdo da suposta comunização do país, o que é percebido em “O dia do comício”, que circulou em *O Nordeste*, no dia 13 de março de 1964. Nessas linhas, expunha-se um sentimento de perplexidade dos editores do vespertino, ao mesmo tempo em que se perguntavam “ingenuamente”(?), sobre a incompatibilidade da realização de uma Reforma Agrária. Os editores pareciam prever o choque final:

Toda essa agitação, essa apreensão e esta insegurança atuais poderão passar. O grau de agressividade dos reformistas, por certo, é resultado do grau de intransigência dos conservadores. (...) Se os conservadores reconhecessem que é anti-social e anti-cristão manter terras improdutivas não haveria necessidade desse decreto da SUPRA pois a Reforma Agrária, equilibrada e abrangendo todos os aspectos do problema rural, já teria, de há muito tempo sido votada pelo Congresso. (...).

De um lado as esquerdas incitam a invasão de terras, pregam a revolução e, agora, temos Comício na Central. Por outro, todos os conservadores vociferam e se armam.⁴² (grifos meus).

A associação proposta pelo editorial do jornal *O Nordeste* coloca, no mesmo patamar, o governo João Goulart e ‘as esquerdas’, como forças unívocas e centradas em bases de igual sustentação.

Em primeiro lugar, supõe-se que a iniciativa de ações de ‘invasão de terras’ e ‘revolução’ vinha da mesma direção de orientação do comício de 13 de março de 1964, ou seja, insinua que membros ligados ao governo federal estivessem liderando, organizando e/ou realizando invasões de terra.

Em segundo lugar, o ‘desconhecimento’ da grande imprensa, no que diz respeito às divergências políticas do cotidiano das ‘esquerdas’ - em movimento desde a década de 1950, ainda atuantes em 1964 no Brasil⁴³ - confunde os leitores que acreditam ser os atores políticos parte de um grupo homogêneo, identificado com as idéias de revolução comunista armada, alvo fácil de atacar.

Em contrapartida, não se pode desconsiderar o tom de ameaça, quando o editorialista pretende “alertar” os supostos “revolucionários”, como também o governo, quanto à força e ao poder de fogo dos “conservadores”. E não resta dúvida de que o jornal *O Nordeste*, ao afirmar que “toda essa agitação, essa apreensão e esta insegurança atuais poderão passar”, está imputando, aos “conservadores armados”, a solução e o desfecho dos problemas e do estado de tensão no país, ao menos, no que concerne à questão agrária.

Por outro lado, reconhecendo e insuflando o ‘estado de tensão’, o Jornal se posiciona favoravelmente às reformas, afirmando, por exemplo: “Ninguém desconhece que no Brasil há uma necessidade de mudanças premente, tanto nos costumes e métodos políticos e administrativos, como

⁴² O dia do comício. *O Nordeste*, Fortaleza, 13 mar. 1964, Editorial, p. 3.

⁴³ Para este tema ver o estudo de REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990; quanto às divergências de orientação comunista no campo, ver COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. *O PCB e a questão do sindicalismo rural. 1954-1964*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1990.

também das estruturas sociais”⁴⁴; da mesma forma, em data anterior e no mesmo jornal:

Ninguém poderá negar que toda a nação brasileira aspira à reformulação do sistema de coisas reinantes no campo. Existe a necessidade imperiosa não só de serem adotadas técnicas capazes de aumentar a produtividade agrícola como também de ser abolido o velho sistema de exploração do trabalho (...). E pelo fato de serem realmente necessárias essas reformas, a hierarquia católica (...) na Conferência Nacional dos Bispos, repetidas vezes pronunciou-se favorável às mesmas.⁴⁵

Em destaque, a anuência da hierarquia católica, aqui identificada pelo pronunciamento da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a favor da proposta de reformas no país⁴⁶. Na década de 1960, a Igreja Católica pretendia-se uma igreja atuante, e os diversos Encontros de Bispos do Nordeste realizados nesse período (Campina Grande-PB, 1956; Natal-RN, 1959, Petrolina-BA, 1962, Olinda-PE, 1962), divulgados na imprensa do país, levam a crer sua ação neste sentido⁴⁷.

Segundo o discurso do jornal *O Nordeste*, entretanto, as “reformas do governo” estavam sendo encaminhadas de modo equívoco, principalmente, da perspectiva do projeto político da Igreja Católica. Assim:

Infelizmente, **a demagogia** com que tem sido tratado o problema das reformas, a deturpação que tem sofrido pela atuação comunista tem

⁴⁴ 64, o ano das reformas? *O Nordeste*, Fortaleza, 26 dez. 1963, Editorial, p. 3.

⁴⁵ Negociações sobre as reformas. *O Nordeste*, Fortaleza, 09 out. 1963, p. 3.

⁴⁶ Os esforços da Igreja Católica na organização dos trabalhadores rurais cearenses, por exemplo, incluíram a fundação, via Círculos Operários Rurais, da ELIRUR - Escola de Líderes Rurais, que propunha ampla formação ligada à prática de liderança, às noções de economia política, direito constitucional, sindicalismo e política internacional nos moldes de “crítica ao marxismo e comunismo”, e do SSR - Serviço Social Rural, que realizava trabalho de vigilância, de acordo com o jornal *A Fortaleza*, era um “reductor de conflitos sociais e amortecedor de veleidades subversivas, porventura aninhadas nesses tempos de propaganda revolucionária nos nossos sertões profundos”. *A Fortaleza*, ano VIII, nº 376, 13 set. 1958. Apud SANTOS, Jovelina Silva. *Círculos Operários no Ceará* “Instruindo, educando, orientando, moralizando” (1915-1963). Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 2004, p. 102-103. Ver também as disputas ideológicas em torno da organização dos camponeses e a Igreja Católica: NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma*. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1987; DUARTE, Suely Graça. *O pecado da fome*. A função da religião na consciência camponesa. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 1985.

⁴⁷ Encontro dos Bispos do Nordeste. Fundo SSP:1430/DOPS/Setor de Acervos Permanentes do APEJE.

retardado e dificultado o seu alcance (...) tem ainda o dom de desmoralizar a luta pelas reformas de estrutura...⁴⁸. (grifo meu).

Pouco mais de um mês depois, o mesmo jornal de orientação católica ressaltava a estatística da concentração fundiária no Brasil, em que “60% da área de propriedade de terras do Brasil é ocupada apenas por 2% das propriedades e que 99% das terras particulares do Brasil são improdutivas”. Após a divulgação dos dados, o jornal discorre sobre a urgência de reformas de base, pedindo que se começasse a reforma por “qualquer ato”, em harmonia com a notícia anterior: “Negociações sobre as reformas” e reforçando a idéia de demagogia, enfatizando ao final a frase: “... contanto que comecem a mudar, e não a ludibriar”⁴⁹.

O Povo, comparado a *O Nordeste*, alcança espaços mais diversificados que estes. Detém maior volume de notícias, já que encabeça os debates e nutre, a partir daí, outros veículos de informação do estado do Ceará. Afora isso, traça discurso paralelo referente às reformas de base e à reforma agrária.

Enquanto *O Nordeste* nada sinaliza, o diário *O Povo* divulga o projeto do governo João Goulart, sob o título de “Íntegra do decreto da SUPRA”, que ocupa página inteira, em 16 de março de 1964.

Pouco antes da divulgação do Decreto da SUPRA, Pedro Dantas, articulista de *O Povo*, propõe, no texto “Desapropriação”, que o governo federal fosse mais claro em seu posicionamento quanto à Constituição de 1946: “... se o governo considera esse direito um direito obsoleto e superado diga-o. Diga que é contra (...). Diga que está subvertendo e quer subverter as instituições. E não nos venha ‘com partes de tetéia’.”⁵⁰

Entre uma notícia e outra, a demagogia⁵¹ é novamente suscitada como característica da proposta de reforma do governo Jango: “... a solução de nosso problema agrário não reside apenas na desapropriação de terras (sendo

⁴⁸ Id. Ibidem.

⁴⁹ Ato de começar. *O Nordeste*, Fortaleza, 14 nov. 1963, p. 3.

⁵⁰ DANTAS, Pedro. Desapropriação. *O Povo*, Fortaleza, 04 jan. 1964, p. 3.

⁵¹ O termo demagogia foi utilizado para construir a memória acerca do projeto da SUPRA. Em 1966, na ‘Conferência Mundial da Reforma Agrária’, em Roma, o delegado do Brasil, Eudes de Sousa Leão (Presidente do INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), em seu discurso, se referiu à SUPRA como apregoadora da “reforma agrária em termos puramente demagógicos...”. COM ESTATUTO da Terra o Brasil ultrapassa os limites da simples reforma agrária. *Gleba. Órgão da Confederação Nacional da Agricultura*. Rio de Janeiro: Arte Moderna, nº 133-136, p. 33, Mai./Ago 1966.

este apenas um dos seus aspectos), o decreto de desapropriação não conseguirá ultrapassar o plano **demagógico...**⁵².(grifo meu).

Em editorial, o jornal *O Nordeste* se posiciona, afirmando categoricamente acreditar que as reformas fossem “instrumentos de propaganda pessoal [e de] aventuras totalitárias”, indo além, nestes termos:

Despertam as forças latentes da nação, opera-se o esclarecimento gradativo do povo, que o levará a se libertar dos falsos líderes, dos apresentadores de **soluções demagógicas**.

Mas o fato é que a reforma [agrária] tem sido obstaculizada pela **demagogia e pelas posições radicais**. Daí porque o povo que é interessado sincero no desenvolvimento e na melhoria do padrão de vida, dentro da democracia precisa fixar claramente seus objetivos lutando contra a **demagogia** e as posições extremadas.⁵³ (grifos meus).

Aqui o jornal opera, no sentido de exortar o povo a tomar posição contrária à *demagogia* e às *posições radicais*. A folha católica tenta o diálogo direto com os trabalhadores rurais, demonstrando seu posicionamento e o poder da palavra impressa, sob a mediação católica.

Destoando da maioria das matérias veiculadas em *O Nordeste*, “O Projeto da SUPRA” assume, de início, defesa que chega a surpreender, relevando os aspectos positivos contidos em sua justificativa, e acatando as desapropriações orientadas pelo PTB e pela Superintendência da Reforma Agrária. Presta-se inclusive *O Nordeste* ao papel de denunciador das ações nefastas dos latifundiários, mesmo que volte a ressaltar a impossibilidade de o projeto se sustentar partindo das desapropriações. No desfecho, mantém-se arraigado a essa idéia e volta a denominar o projeto e governo de demagógicos.

Devido à natureza da notícia, embora longa, faz-se a transcrição integral, para o leitor dimensionar a forma e o conteúdo dos artigos de fundo do jornal católico, quanto ao tema da Reforma Agrária, observadas as vicissitudes da conjuntura, marcada por crescente antagonismo entre as forças sociais em disputa. Observe-se também a modulação do discurso buscando persuadir pela palavra:

⁵² O Projeto da SUPRA. *O Nordeste*, Fortaleza, 03 jan. 1964, p. 3.

⁵³ 64, o ano das reformas? *O Nordeste*, Fortaleza, 26 dez. 1963, Editorial, p. 3.

As atenções do país voltam-se nesse início de ano, entre outras coisas, para o futuro decreto de desapropriação de terras às margens das rodovias federais, ferrovias e açudes, cuja minuta redigida pelo Superintendente da SUPRA, Sr. João Pinheiro Neto será entregue amanhã ao presidente João Goulart.

O projeto tem sem nenhuma dúvida, aspectos positivos, como qualquer reforma da estrutura rural o terá. As terras devem ser entregues aos verdadeiros agricultores e o poder de desapropriar terras às margens de açudes, ferrovias e rodovias poderá conseguir em parte esse fim, nos casos em que as terras improdutivas servem apenas de meio de levantamento de empréstimos agrícolas por comerciantes que ao invés de investi-los na produção agrícola, empregam esses empréstimos em suas atividades comerciais, nas grandes cidades.

No entanto, como a solução de nosso problema agrário não reside apenas na desapropriação de terras (sendo este apenas um dos seus aspectos), o decreto de desapropriação não conseguirá ultrapassar o plano demagógico e da pressão dos grupos políticos que se opõem ao governo. A política agrária de que necessitamos deve incluir o aproveitamento das terras improdutivas, inclusive mediante desapropriação, mas não poderá esquecer o essencial que é a criação de condições de saúde, de técnica, educação e formação profissional de que o homem do campo necessita para melhor produzir e promover-se humanamente e socialmente. A respeito de tudo isso é razoável que se pergunte o que pretende realizar o governo João Goulart. É bem verdade que o congresso é um grande culpado, pois se tem negado até hoje a estudar com seriedade e desprendimento o nosso problema agrário, elaborando um estatuto para solucioná-lo. Mas se o governo pode até mesmo chegar a desapropriar terras mediante decreto, também muito poderia realizar no que respeita a criação de todas aquelas condições que representam a modificação do sistema de coisas reinantes no campo.

O fato de o governo procurar medidas puramente demagógicas que não resolvem os problemas das classes menos favorecidas, tal como a tentativa de estabelecimento da escala móvel de salários, nos leva também à descrença quanto ao projeto de desapropriação.

Daí porque é nosso dever chamar as classes trabalhistas, que tanto já tem conseguido do governo através da pressão sindical, a fim de que essa pressão seja exercida racionalmente, com segurança e isenção de ânimos, no sentido de que o governo tome as medidas capazes de solucionar verdadeiramente os problemas do povo.⁵⁴

Propõe esse editorial uma espécie de diálogo capaz de elaborar perguntas e novas perspectivas para propostas alheias? Afinal, o que temos aqui é uma conversa, quase uma explicação, ao invés da repetida e feroz acusação. Até mesmo no momento em que ressalta a demagogia do governo,

⁵⁴ O Projeto da SUPRA. *O Nordeste*, Fortaleza, 03 jan. 1964, p. 3.

o discurso constitui mais um apelo à racionalidade como contraponto à demagogia.

A despeito de conclamação contra o projeto de desapropriação, agora, o incentivo é para que os leitores lutem, engajem-se no aprimoramento do projeto. De certa forma, a fala também reconhece a capacidade de organização camponesa, sua dinâmica e influência nas possibilidades de melhoria de sua vida e da sociedade envolvente.

É claro, no editorial, que o jornal quer esclarecer a atuação e participação dos camponeses, no Brasil, o que se dá pelo discurso - em que o veículo se sente encurralado, por não ser capaz de negar a realidade do mundo rural e dos sujeitos - como mundo que se dispõe ao combate contra o latifúndio e suas mazelas - um mundo cujos sujeitos invadem as cidades, ora por notícias, ora pela migração e pelo êxodo rural, enfim, um mundo para o qual não se pode mais tapar os olhos, nem mesmo a imprensa.

Ainda assim, restam indagações acerca da matéria. Quem a escreveu? Como a matéria pode ser encaixada, em meio a tantas outras de teor divergente do projeto de Reforma Agrária? Deslize do editor? Desatenção? A certeza: a matéria possui conteúdo único.

Noutro momento, em meio ao debate sobre a interferência das forças armadas, o pronunciamento de político contra o projeto de Reforma Agrária, o governador Ildo Meneghetti, reforça a visão do plano demagógico do governo João Goulart, afirmando que: "... a pregação das reformas de base, principalmente da agrária é feita pelos mentores da mazorca apenas como **'slogans' para impressionar as massas**".⁵⁵ (grifo meu)

Muitos tópicos de ambos os jornais indicam argumento, contra o que afirmam ser a redução das reformas de base à reforma agrária, e desta às desapropriações:

... ainda que os pobres possam legitimamente receber seu pedaço de chão para morar e plantar de nada servirá essa Reforma Agrária se apenas se limitasse a fazer doações de terrenos. É que, com **a simples aquisição da propriedade**, sem aquela referida assistência do governo, a situação do homem do campo, em vez de melhorar, agravar-se-ia cada vez mais. Assim, **se antes vivia explorado, agora viverá abandonado de tudo e de todos, não contando**

⁵⁵ PASSOS, Oscar Pacheco. Os militares na 'reforma'. *O Povo*, Fortaleza, 27 jan. 1964, p. 2.

mesmo com os pequenos socorros dos antigos patrões ...⁵⁶.
(grifos meus).

Não é esse discurso expressão da ansiedade do grupo dominante, que não se conforma com a possibilidade de desestruturação da política fundiária mantida, há séculos? O tom da notícia é de denúncia. As afirmações são de incontestável pavor. O medo é tamanho, a ponto de a elite latifundiária assumir o risco de divulgar abertamente a fórmula paternalista que a mantém no poder: escravizar as populações camponesas, explorando a força de trabalho no campo, sinalizando com algumas migalhas, com ‘pequenos socorros’, alívios imediatos para doentes desenganados. É assim, o temor de perder o espaço do mando político, no qual se perfilam a terra, trabalhadores, votos e famílias, modifica o discurso das elites rurais.

De acordo com José Vicente Tavares dos Santos, o espaço do coronel será, pouco a pouco, substituído por novo personagem que adentra a cena política dos campos e sertões: o funcionário (seja ele de repartição pública ou de sindicato). A mediação do governo federal, a partir de então, para centralização dos níveis da vida econômica, está a cargo desses funcionários, com poderes e características assistencialistas e paternalistas, antes sob controle do coronel; era o funcionário o responsável pela “política agrária”⁵⁷.

O discurso jornalístico, no entanto, realça a ausência de uma *Política Agrária* (expressão utilizada a partir de determinado momento, em contraposição ao “perigoso” termo *Reforma Agrária*), por conseguinte, de debates sobre o que acontecerá ao agricultor depois da terra garantida. Tentava-se desviar a discussão da desapropriação das terras, chegando

⁵⁶ HEBSTER, Padre Mauro. Reforma Agrária. *O Nordeste*, Fortaleza, 08 dez. 1963, p. 6. Observe-se que os “pequenos socorros” fazem parte das práticas paternalistas, da “proteção natural” dos patrões. Como observado neste estudo “A esmagadora maioria da população rural sempre foi abandonada pelo poder público, ficando à mercê da autoridade discricionária daqueles que sempre dispuseram e usufruíram da posse da terra”. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, p. 42. Coronelismo como forma de dominação política na sociedade agrária brasileira, de uma estrutura agrária concentrada e desigual; é uma troca de vantagens entre os chefes políticos locais (senhores da terra) e chefes políticos regionais. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e vota* 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p. 20; 42-43; Para outra análise da questão ver DOMINGOS, Manuel. Os poderosos no sertão. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 30, n. 1/2, pp. 58-71, 1999.

⁵⁷ SANTOS, José Vicente Tavares dos. Formes de domination et syndicalisme rural au Brésil. In: CHONCHOL, Edy Ferreira de (org.). *Les organisations en milieu rural: patronat et paysannerie*. *Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris, nº 18, pp. 40-41, juin 1992.

mesmo a questionar a possibilidade de o camponês brasileiro ter a propriedade e a posse da terra, como “simples aquisição da propriedade”⁵⁸. Estratégia de comunicação que induz a pensar que, de fato, a desapropriação das terras não é essencial para a realização de uma reforma agrária justa⁵⁹.

O discurso de Ademar Távara, em *O Povo*, ao questionar os motivos “ocultos e verdadeiros” que levaram Jango a optar pelo projeto da SUPRA, levanta duas hipóteses: na primeira, afirma que uma vingança contra o PSD aniquilaria suas bases políticas, massivas nas áreas rurais, justamente as mais beneficiadas com o projeto, logo, novas aliadas do PTB. Pela segunda hipótese, concorda com os que apostam na linha demagógica do governo, pois a área liberada é desnecessária, podendo acomodar quatro vezes a população do país. Assim, Jango visa, segundo Távara: “fazer apenas **demagogia**, prometendo lotes de terras **aos que dizem não os possuir ...**”⁶⁰ (grifos meus).

A insinuação acima desautoriza a necessidade de reforma agrária. Concorda com o argumento que afirma, entre outras coisas, ser a reforma agrária “medida tão contrária à ordem natural das coisas”, e solução “arrojada e espetacular”, apenas forjada porque “as horas difíceis são habitualmente favoráveis aos inventores de panacéias”⁶¹.

Nesse caso, a fundamentação dos Bispos de Campos - D. Antônio de Castro Mayer, e de Jacarezinho - D. Geraldo de Proença Sigaud, se justifica: revelam, referindo-se aos trabalhadores rurais sem terra, que, à medida que velhos elementos da elite caem, sempre há espaço para a subida de um

⁵⁸ Entre outros estudiosos, os geógrafos afirmavam a teoria disseminada nos periódicos. Ver LEITE, Edgard Teixeira. O problema da terra no Brasil e GUERRA, Antônio Teixeira. Os solos e a reforma agrária no Brasil. O primeiro se refere à *favelização rural* como futuro previsível, caso aconteça uma ‘partilha da terra’ (reforma agrária) sem assistência técnica ao ‘homem rural’ (camponês); para o segundo é essencial que a reforma agrária reconheça o “meio fisiográfico e a estrutura sócio-econômica de cada área” para uma atuação coerente da técnica e da ciência, que não devem ser “assuntos de meras conjecturas especulativas”. Respectivamente, os artigos em *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, Ano XXI, nº 2, pp. 127-146 e ano XXVI, nº 1, pp. 129-136, jan./mar. 1965. Não obstante as críticas quanto ao economicismo marxista, é de destaque a produção da RBG – revista Brasileira de Geografia neste período, pois: “Particularmente no IBGE, uma geração de pesquisadores havia ‘redescoberto’ o grande Brasil agrário e sertanejo, com viagens de trabalho, relatórios e artigos, transformando o *Anuário Geográfico* num grande núcleo de estudos”. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, LINHARES, Maria Yedda L. Região e História Agrária. *Estudos Históricos. História e Região*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, p. 18, 1995.

⁵⁹ Esvaziamento das reformas. *O Povo*, Fortaleza, 18 fev. 1964, Editorial, p. 3.

⁶⁰ MAYER, D. Antônio de Castro et al. *Reforma Agrária*. Questão de consciência. São Paulo: Vera Cruz, 1960, p. 3.

⁶¹ Id. *Ibid.*, p. 3.

camponês às fileiras dos que detêm a condição de ‘proprietário’⁶². Por este viés, aceita-se o movimento natural de “desgaste e renovação de quadros” na estrutura agrária brasileira, tornando desnecessária a reforma agrária, como proposta por João Goulart.

Por outro lado, o articulista, deliberadamente, leva a questionar: quem, por fim, são estes para os quais o presidente João Goulart promete de maneira ‘demagógica’, lotes de terra? Quem são os beneficiados? Nessa perspectiva – os beneficiados são aliados, provavelmente. E, sendo os aliados mais próximos, os comunistas, logo, os mais capazes de exercer eficiente pressão, sobre o presidente que, segundo os próprios matutinos – titubeava politicamente.

Finalizando a matéria, Távora afirma ter domínio do assunto ‘Questão Agrária’: “Ao contrário do que se pretende ou, pelo menos, do que se propala, aqueles problemas irão agravar-se ainda mais com a simples aprovação do referido ato”⁶³. Com isso, o articulista critica a desapropriação como ação reguladora de desajustes sociais, sem a urgência de política de amparo ao trabalhador. Para além, vislumbra a existência de crise maior, após a aprovação do projeto. Com a expressão ‘simples aprovação’ para a regularização do decreto da SUPRA, o jornalista reforça a imagem do presidente João Goulart, como político que, sem espaço de manobra, capitula perante a exigência das ‘massas’.

Sobre o projeto da SUPRA, escrevem os Bispos de Campos e Jacarezinho. Para esses religiosos, o comunismo se infiltrara e, por sua orientação, a opinião pública trilhava caminhos distantes do sentimento cristão. Segundo eles, a reforma agrária exacerba ainda mais os problemas agrários. Os capítulos de seu livro ilustram esse pensamento: “‘Reforma agrária’, falsa solução para um problema inexistente” e “O socialismo, falseando o quadro da realidade brasileira, preconiza a reforma agrária”⁶⁴.

“O inexplicável presidente parece ter mais uma vez dado uma demonstração de insegurança. Desejando as reformas para se consagrar

⁶² Id. Ibid., p. 17-18.

⁶³ TÁVORA, Ademar. Demagogia ou vingança política? *O Povo*, Fortaleza, 03 jan. 1964, p. 3.

⁶⁴ MAYER, D. Antônio de Castro et al. Op. Cit., p. 27.

líder reformista e perpetuar-se na simpatia das massas...”⁶⁵ (grifos meus). É mais um trecho em que as insinuações da grande imprensa apontavam para a figura do Presidente João Goulart, de maneira muito particular - ‘o inexplicável presidente’ - acusando-o de insegurança e desespero político.

As insinuações às pressões sofridas pelo presidente são muitas. Desde a matéria ‘Influências malévolas’, alerta-se para a relação entre as atitudes e escolhas do presidente, e as realizações do governo federal.

Mas nem só de insinuações vive a grande imprensa. Ela pode ser sutil, ser deliberada, como a matéria escrita pelo Padre Mauro Hebster, direta ao ponto de tensão. Cumprindo tarefa de exorcizar o ‘demônio comunista’, afirma que essa “excessiva” preocupação com a desapropriação das terras é ação dos que querem o ‘regime da foice e do martelo’:

como se fosse esse o único problema que estivesse afligindo a população pobre. É que eles não visam o bem social da pobreza, querem somente causar distúrbios no meio do povo, levando os pobres contra os ricos, na esperança de abrir caminho para o rejeitado regime da ‘foice e do martelo’⁶⁶.

O *Povo* enfoca o projeto de reforma agrária da SUPRA, com ênfase no termo “desapropriação”. A partir de então, esta passa a ser a marca do jornal, que expõe abertamente seus argumentos. O objetivo de uso de “expropriação” é fazer crer que o principal motivo do projeto é a “desapropriação” e não a reforma agrária, o que modifica a compreensão do tema e as possibilidades de aceitação do projeto.

Desta forma, sem empregar a denominação DECRETO DA SUPRA, de há muito utilizada pelos que explicavam e defendiam o projeto (ressalte-se que, no começo dos debates, todos faziam uso do termo), dava-se ao projeto caráter diverso. Se não, como entender esta manchete: “PSD manterá o veto ao Projeto das Desapropriações”?; ainda na mesma página, como justificar outra chamada aplicando igual termo para salientar a “Minuta do Projeto de Desapropriação”⁶⁷?

⁶⁵ Influências malévolas. *O Nordeste*, Fortaleza, 09 jan. 1964, p. 3.

⁶⁶ HEBSTER, Padre Mauro. Reforma Agrária. *O Nordeste*, Fortaleza, 08 dez. 1963, p. 6.

⁶⁷ PSD manterá o veto ao Projeto das Desapropriações e Minuta do Projeto de Desapropriação. *O Povo*, Fortaleza, 07 jan. 1964, p. 7.

Este aspecto relevante, destacado pelos periódicos, de pavor manifesto em relação às desapropriações, é, exatamente, o pavor manifesto ‘dos fazendeiros’, diante da probabilidade de perda de seus latifúndios, conseqüentemente, de mando e influência políticos. A imprensa alimenta, das mais variadas formas, o pânico, repercutindo o noticiário político e pondo acento crítico nos aspectos da reforma social e nas reivindicações do mundo do trabalho.

Sob o título “Flagrante injustiça”, o articulista faz defesa ardorosa do homem do campo (pequeno e grande proprietários), como “alicerce da economia brasileira”, “autênticos heróis anônimos” enquanto critica o abandono a que a classe produtora é relegada. “Por ironia da sorte recebe como prêmio desse abandono, a dura ameaça de desapropriação de seus bens onde, até pouco vivia tranqüilo, em seu modesto viver. Constituirá isso verdadeira espoliação”⁶⁸.

Nesse ínterim, lança a palavra diretamente ao alvo:

Não arrefeceu o Sindicato Rural. João Goulart no ânimo incontido de ferir os direitos dos proprietários rurais. E, persiste em sua **campanha nitidamente demagógica** de dar terras a quem não tem, tirando de quem as possui por legítimo título”⁶⁹. (grifo meu).

Manchetes reiteradamente reforçadas nos jornais denotam ameaças dirigidas aos inimigos de classe (da ‘classe produtora’): trabalhadores rurais e governo federal, o que pode ser observado em “Mêdo das reformas”:

A pregação da Reforma Agrária e a promessa de sanção do decreto da SUPRA têm levantado no país tremenda celeuma e mantido em polvorosa os donos de terra. De todos os recantos do país temos notícias de fazendeiros que se armam e juram defender com o próprio sangue as suas terras.⁷⁰

O mesmo articulista, Oscar Pacheco Passos, tenta acalmar os ânimos e o temor dos proprietários de terra, sinalizando que a presença das Forças Armadas indicava uma situação que lhes era favorável, já que esta representava clara ameaça aos camponeses e aliados.

⁶⁸ ANDRADE, Humberto R. de. Flagrante injustiça. *O Povo*, Fortaleza, 08 jan. 1964, p. 3.

⁶⁹ ANDRADE, Humberto R. de. Flagrante injustiça. *O Povo*, Fortaleza, 08 jan. 1964, p. 3.

⁷⁰ Mêdo das reformas. *O Nordeste*, Fortaleza, 20 fev. 1964, p. 3.

Na verdade, o que se lê abaixo pode significar antecipação do golpe. Escrito em 16 de janeiro de 1964, o texto de Pacheco Passos indica a articulação golpista entre civis e militares, com desfecho em 31 de março de 1964, sob tutela militar:

... no exercício dos poderes que lhes são outorgados, as Forças Armadas não admitirão (...) a preterição dos direitos dos proprietários de terras na ordem de pagamento das dívidas contraídas com as desapropriações. (...) não concordarão com a política governamental da **usurpação do patrimônio alheio** sem o cumprimento da obrigação de indenizar prontamente, nos termos da lei, as áreas desapropriadas para que não se realize o **desajustamento social e econômico de centenas de grandes e pequenos agricultores expulsos de suas glebas**”⁷¹. (grifos meus)

Além da salvaguarda da propriedade, o articulista defende a intervenção das Forças Armadas, para que o governo cumprisse o estabelecido em lei, deixando, “no ar”, outra imagem: o governo não cumpriria suas obrigações, “usurparia” as terras. Passa ao largo a proposta do projeto que estabelece o pagamento, não em dinheiro, mas em títulos. Por certo, o tom supostamente conciliatório, ao invés de abrandar os ânimos, incendeia os proprietários rurais, dispostos ao choque, e cumpre função de aumentar os níveis de tensão social.

Analisando o artigo, divisa-se o uso do argumento do ‘medo’, do ‘pavor’. “Usurpação” vincula-se no texto a “centenas de grandes e pequenos agricultores expulsos de suas glebas”, isto é, afirmava-se que não é poupado quem detém a propriedade da terra: pequenos, médios ou grandes proprietários. Neste sentido, o medo das elites, pelo discurso da grande imprensa, alastra-se para quaisquer proprietários, entre eles, os pequenos camponeses que, por vezes, igualam a identidade de proprietários à de trabalhadores temporários e/ou migrantes.

Outros termos de notícia para produzir medo entre as elites e a população: “desajustamento social e econômico”. As palavras servem para acusar o governo e identificar as ações como injustas, já que eram ações que *usurpavam, expulsavam*, e perfilavam grandes e pequenos proprietários,

⁷¹ PASSOS, Oscar Pacheco. Os militares na ‘reforma’. *O Povo*, Fortaleza, 27 jan. 1964, p. 2.

invocando uma lealdade policlassista contra as ações do governo e dos camponeses em luta nos movimentos sociais.

Com destaque, o mesmo artigo marca o terror dos proprietários ao invocar a possibilidade de as Forças Armadas defenderem o governo e a regularização do Projeto da SUPRA. Desta forma, os militares se transformam em instrumentos de manobra política.

Informação idêntica é reproduzida em *O Nordeste*, sob o título “Ministros militares apóiam projeto da SUPRA”, designando três ministros, de acordo com as declarações de Pinheiro Neto⁷².

Em 27 de janeiro de 1964, “Grave denúncia” acusa - sem dar nomes aos suspeitos - “pessoas com firmas estabelecidas” que têm ligações com autoridades da SUPRA e com o gabinete civil do presidente Jango. Tais pessoas estariam comprando, a preços ínfimos, as terras de proprietários desesperados com as possíveis desapropriações, para mais adiante vender as terras por preços superiores.

Num dos jornais pesquisados, ressalta-se a palavra do Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros, cuja declaração “Não é de terra que o camponês mais necessita”, é reproduzida em *O Povo*, na íntegra. O Cardeal reclama o atraso na efetivação da reforma agrária, e defende-a citando fragmentos da encíclica *Mater et Magistra*, de João XXIII.

As palavras do Cardeal, contrárias ao governo de João Goulart, atacam a noção de reforma agrária contra os latifundiários; acusam o projeto da SUPRA de visar somente a desapropriação e denunciam suposto desprezo ao trabalhador e à política agrícola, pois:

se na verdade o Brasil possui 500 milhões de hectares de terras pertencentes ao Estado e delas apenas 50 milhões estão sendo utilizadas, porque não se inicia a solução do problema agrário pela distribuição dos 450 milhões restantes? Se os maiores proprietários de terrenos improdutivos são a União, os Estados e Municípios, por eles se comece a partilha entre os necessitados, se é o que está faltando. Mas ninguém ignora que não basta a terra, sem ferramenta

⁷² Ministros militares apóiam projeto da SUPRA. *O Nordeste*, Fortaleza, 16 jan. 1964, p. 1. Os ministros que ocupavam as pastas do governo eram os seguintes: no Ministério da Guerra – Amauri Kruehl; na pasta da Aeronáutica – Anísio Botelho e no Ministério da Marinha – Sílvio Borges de Souza Mota.

e ensino de métodos para aproveitar o que receberiam do governo. Tudo seria em pura perda, sem a assistência ao trabalhador.⁷³

E, por fim, o texto do Cardeal favorece a imagem e a propriedade dos grandes proprietários de terras, os fazendeiros e a própria Igreja Católica, resguardando-os e protegendo-os perante a sociedade.

Outro argumento gerador de notícias diz respeito à tentativa de diálogo com forças aliadas ou opositoras ao governo de João Goulart, quanto aos acertos do Projeto da SUPRA, citados políticos como o governador Magalhães Pinto, o deputado João Calmon e o governador Ildo Meneghetti⁷⁴.

A observação sobre os aliados do governo federal ainda não podia, neste momento, definir nomes e siglas, mas era conhecida a intransigência do PSD e algumas divergências internas, em matéria que afirma que o Partido da Social Democracia mantém o veto ao 'projeto das desapropriações' (em referência ao Decreto da SUPRA), como indica a direção partidária. Mas o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, em reunião com representantes da SUPRA, reafirma sua posição a favor da reforma agrária, explicando que, "num país com dimensões continentais como o Brasil, a realização da reforma agrária é complexa demais e imposta pela própria realidade brasileira"⁷⁵.

Ao contrário do espaço cedido à oposição a João Goulart, não há espaço, na imprensa cearense, para representantes do governo federal, ou mesmo, de defensores da Reforma Agrária, no plano das reformas de base. Em exceção, é publicada uma entrevista de João Pinheiro Neto, que defende o decreto, afirmando sua intenção em resolver o problema dos homens sem-terra⁷⁶.

De modo geral, a disseminação do medo da "cubanização", da "bolchevização" e a criminalização de movimentos como as "Ligas

⁷³ *O Povo*, Fortaleza, 08 jan. 1964, p. 7. (Impressa originalmente em "A Voz do Pastor" - RJ).

⁷⁴ Ver ainda: em *O Nordeste: Cruzada democrática traz João Calmon ao Ceará: Conferência*, 10 out. 1963, p. 1; *Influências malévolas*, 09 jan. 1964, p. 3; O decreto foi alterado, 13 mar. 1964, p. 3 e, em *O Povo*, PSD manterá o veto ao Projeto das Desapropriações, 07 jan. 1964, p. 7; PASSOS, Oscar Pacheco. Os militares na 'reforma'. *O Povo*, Fortaleza, 27 jan. 1964, p. 2.

⁷⁵ PSD manterá o veto ao Projeto das Desapropriações e Minuta do Projeto de Desapropriação. *O Povo*, Fortaleza, 07 jan. 1964, p. 7.

⁷⁶ Decreto da SUPRA não tem caráter político-pressionante – é técnico. *O Nordeste*, Fortaleza, 19 fev. 1964, p. 1.

Camponesas”, ou as ações dos sindicalistas, no campo em vários estados, dão o tom do noticiário dos jornais pesquisados.

Jornais e jornalistas “desconheciam” a mobilização camponesa, ocultando, da opinião pública, a luta dos trabalhadores. Nos jornais pesquisados, o que prevalece sobre a atuação e o desenrolar dos embates, da violência no campo⁷⁷ e das conquistas dos trabalhadores rurais, é o silêncio. Contudo, se isso acontece nas páginas da grande imprensa, no campo, a luta contra latifundiários e milícias estaduais e municipais dá o tom da disputa pela terra, nas páginas dos jornais militantes, como *Terra Livre*, em que o enfoque é a organização e mobilização dos camponeses.

Nas negociações para o estabelecimento do Decreto do SUPRA, o projeto vai se modificando. A principal alteração é o aumento da área das propriedades que, de 100 hectares, passa para 500 ha⁷⁸. Ao final, alguns princípios são estabelecidos, entre eles: a impossibilidade de existirem terras improdutivas; a desapropriação é negociada por títulos resgatáveis em dez anos; terras não exploradas ou parcelas não exploradas são desapropriáveis⁷⁹.

Para a efetivação do decreto, faz-se necessária a modificação do parágrafo 16 do artigo 141, e do artigo 147 da Constituição de 1946. Este é justamente o conteúdo da última notícia sobre o Decreto da SUPRA, antes do golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, sob o título: “Projeto de emenda à Constituição para realizar a Reforma Agrária de Goulart”⁸⁰.

Após o golpe, a censura ou autocensura alcançam o tema da Reforma Agrária. Temas correlatos voltam ao prelo tempos depois. No jornal O

⁷⁷ Para o entendimento da “violência no campo”, um breve mapeamento dos estudos: 1) violência física, judicial e governamental, sendo a primeira, resultado da ação do latifundiário sobre o camponês; 2) faces da violência onde se destacam aspectos da escravidão, da eliminação de líderes, dos mecanismos de sujeição do trabalhador e da ação do Estado aparelho policial-militar; 3) violência do latifúndio, dos latifundiários, do Estado e do preconceito, ou seja, estrutura, ações privada e pública mediada pela violência e ação da sociedade – “não existe espaço neutro”. Cf. SANTOS FILHO, José dos Reis. Condição e resistência camponesa: práticas de construção e demolição da heteronomia da vontade do trabalhador rural. *Perspectiva, Revista de Ciências Sociais*. São Paulo, v.11, p. 67, 1988; MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. Dimensões políticas da violência no campo. *Tempo*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, pp. 126-141, abr. 1996 e STÉDILE, João Pedro e GÖRGEN, Sérgio. *A Luta pela Terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1993, pp. 71-81.

⁷⁸ Decreto da SUPRA em seu Artigo segundo: “Ficam excluídas (...) as propriedades imóveis que se enquadrem em uma das seguintes hipóteses: a) as que não tenham área superior a 500 (quinhentos) hectares, quando situadas ao longo dos eixos rodoviários e ferroviários...”.

⁷⁹ Princípio para Reforma Agrária. *O Nordeste*, Fortaleza, 17 mar. 1964, p. 3.

⁸⁰ Projeto de emenda à Constituição para realizar a Reforma Agrária de Goulart. *O Nordeste*, Fortaleza, 30 mar. 1964, p. 5.

Nordeste, em 17 de abril, ou seja, decorridos dezoito dias do golpe militar, retoma-se o assunto.

Em *O Povo*, a última notícia antes da queda de João Goulart discute e critica o governo por sua preferência por Reforma Agrária, quando devia estar tratando da Reforma Agrícola⁸¹. Isso, em 31 de março. Em 02 de abril, surge o movimento de “Sindicalização rural na cúria”, que traz denúncia contra o Delegado Regional do Trabalho no Ceará, por supostamente “prender” os processos, como estratégia de manter, na diretoria dos sindicatos, “pessoal de sua confiança”⁸².

Nesse período, começa a circular o estudo “Estrutura Agrária no Ceará”, de Francisco Alves de Andrade, a partir de 11 de abril até 05 de julho de 1964. O estudo ocupa largo espaço que destaca tópicos da política agrícola, e, de certa forma, neutraliza o debate sobre a Reforma Agrária.

Estatuto da Terra: “Democracia e paz no campo”

A década de 60 terminou com a ‘paz’ nos campos. Mas uma paz de cemitérios. Milhares de trabalhadores rurais do nordeste e do sul, que antes sonhavam com a aplicação da Reforma Agrária e preocupavam-se em organizar-se em movimentos para alcançá-la, viram seus sonhos amassados pela bota militar.

João Pedro Stédile e Frei Sérgio Görgen, “A luta pela terra”.

Literalmente atropelados pela repressão militar, os camponeses cearenses têm a sede da Federação destruída por tratores, não sobrando pedra sobre pedra. Para o noticiário nada acontecera. Mas Vicente Pompeu conta, com angústia, a derrubada da sede, e a possibilidade de destruição de sua casa.

⁸¹ Não é simples estabelecer fronteiras conceituais para política/questão/reforma agrária e política/questão/reforma agrícola. Entretanto, é possível diferenciar as questões agrária e agrícola. De acordo com Silva, ilumina a compreensão saber que numa crise agrária, faltaria ou sobraria mão-de-obra; já numa crise agrícola, faltariam alimentos, matérias-primas. Conseqüentemente, numa questão agrária relacionam-se elementos conectados às transformações nas relações de produção. Em questão agrícola, se debatem aspectos ligados diretamente à produção. SILVA, José Graziano. *O Que é Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 10-11.

⁸² Sindicalização rural na cúria. *O Povo*, Fortaleza, 02 abr. 1964, p. 4.

Ao narrar a derrubada da sede do sindicato dos trabalhadores rurais em Fortaleza, Vicente Pompeu explica o acontecido, com ar de quem lembra, ao mesmo tempo, de quem deseja espantar certas lembranças. Afirma que nada de diferente havia acontecido no momento do golpe, mas seus gestos aceleram, a voz titubeia, e o pensamento parece mais rápido do que consegue organizar em sua narrativa.

Conta que derrubaram a sede enquanto estava preso (dia 03 de abril de 1964), no 23º Batalhão de Caçadores. Descreve, com detalhes, a sede em funcionamento, capaz de atender às necessidades dos trabalhadores, que visava a mais que a defesa dos do direitos trabalhistas. A sede da federação “tinha escola, mesa boa, carteira, panificadora. Tinha motor, por que não tinha luz em canto nenhum”.

Depois de rememorar a derrubada da sede, Vicente Pompeu traz outra vez lembranças sobre a sua casa e sobre o diálogo, como membro do Partido Comunista, com o coronel em serviço, no 23º BC:

— Como é doutor? Eu soube que vão derrubar a minha casa, já derrubaram a sede.

— Não, não vão derrubar a sua casa não.

— Meu sogro tá lá, a mulher e um bocado de filho, vão derrubar minha casa.

— Não, não vão derrubar a sua casa, derrubaram a outra, mas ninguém sabia.

— Eu digo, é porque derrubaram e eu soube que tinha dois soldados do exército, ou era soldado da pessoa ou só era a farda. O vereador do PSD, que era vereador e levou o povo e esses dois soldados. Eu tô com medo e quero saber se vão derrubar.

— Eu lhe garanto que não vão derrubar. E não derrubaram não.⁸³

A violência contra líderes sindicais engajados se demonstra pela “eficiência” das ameaças de destruição da casa de Vicente Pompeu, enquanto se encontra preso. Desta forma, o governo militar inaugura o tempo da “paz dos cemitérios”, nos campos do Ceará. Sobre isso, praticamente, nenhum relato na mídia impressa. Em lugar disso, apresentam-se inúmeros artigos estimulando a sindicalização promovida pela Igreja Católica, em *O Nordeste*.

⁸³ Entrevista com o Sr. Vicente Pompeu da Silva (Fortaleza, 17/06/2003), por esta pesquisadora e pela Professora Dra. Adelaide Gonçalves.

Os sindicatos têm, do governo golpista, total apoio em seu empreendimento junto às comunidades rurais.

Além do silêncio e ocultamento do debate sobre a Reforma Agrária, o governo de Castelo Branco, via grande imprensa, divulga a implementação de novo projeto: o “Projeto Aniz Brada”, aprovado no Congresso, em 13 de abril de 1964. Em menos de duas semanas revoga-se do Decreto de Jango, afirmando que agora o problema está resolvido⁸⁴, pois “O que faltava era um instrumento ‘legal’ para dar início a esta modificação. Agora é aplicar a nova lei, para **reajustar de forma democrática**, a estrutura agrária...”⁸⁵. (grifo meu)

Para tanto, além do ‘novo’ projeto, as instituições estratégicas são ocupadas, e assim, foi “empossado o novo interventor da SUPRA”, de acordo com a manchete de 23 de abril de 1964, em *O Povo*. Na segunda folha, o discurso de Francisco Eurides de Andrade, que assume clamando “união pelo restabelecimento da **democracia**”.

Agora, “democracia” e “democrático”, e não mais “demagogia” ou “demagógico” se tornam idéias-força para caracterizar as ações do novo governo. No Ceará, pouco depois, em 27 de maio, é empossado o novo delegado da SUPRA: Carlos Barreto Ramos⁸⁶.

As acusações contra o governo e o projeto de Reforma Agrária da SUPRA persistem. *O Nordeste* qualifica o material do Inquérito Policial Militar contra a Superintendência da Reforma Agrária como “estorrecedor e bastante para situar o organismo como deliberadamente para financiar a revolução no setor agrário”. Nessa matéria, tenta-se implicar o governo João Goulart com o recebimento e a “distribuição de dinheiro cubano a jornalistas e parlamentares da Frente Popular”⁸⁷. Em outra notícia, acusam-se oito escritórios regionais da

⁸⁴ Aniz Brada diz que o seu projeto agrário resolverá questão da terra. *O Povo*, Fortaleza, 15 abr. 1964, p. 7.

⁸⁵ Lei Agrária. *O Povo*, Fortaleza, 13 abr. 1964, p. 3.

⁸⁶ Novo delegado da SUPRA no Ceará. *O Povo*, Fortaleza, 27 mai. 1964, p. 2. Ainda sobre o novo delegado e suas primeiras ações, em *O Povo*: SUPRA tem plano de aproveitamento de latifúndios improdutivos no Ceará, 29 mai. 1964, p. 5 e As delegacias da SUPRA no Nordeste serão reformuladas, 22 jun. 1964, p. 8.

⁸⁷ Já arrolados os documentos subversivos da SUPRA. *O Nordeste*, Fortaleza, 17 abr. 1964, p. 10. Outra notícia nesse tom foi publicada no mesmo jornal, numa matéria de duas páginas, com manchete de capa: Porque Cuba está sendo julgada, 22 jul. 1964, além de: Subversão, 20 mai. 1964, p. 9; em *O Povo*: Delegacia local da SUPRA vai ser equipada para cumprir suas verdadeiras finalidades, 25 mai. 1964, p. 2.

SUPRA, de servir ao Partido Comunista. A partir de então percebe-se, nas notícias veiculadas, certa oposição ao “Estatuto da Terra”.

Com esses argumentos, os jornais reforçam a intenção do governo em respeitar a propriedade privada, “a fim de assegurar por **vias democráticas e sem demagogia** a reestruturação para a modernização do Brasil”⁸⁸; já que o governo golpista é “orientado pela filosofia **democrática** que tem no direito de propriedade seu fundamento básico”⁸⁹ e conclamam “rumo a uma reforma agrária sensata, progressiva, realista, comunitária, fazendo com que colaborem lavradores e proprietários”⁹⁰, em contraposição ao projeto anterior, como destaca o editorial de *O Povo*:

... existem algumas diferenças importantes. A principal é que enquanto o governo anterior pretendia a alteração da Carta para promover desapropriações indiscriminadamente, o atual deseja apenas ficar armado constitucionalmente para livrar o país do descaso e da omissão de muitos grandes proprietários que mantêm suas terras improdutivas...⁹¹.

As diferenças pretendem explicar por que o projeto do governo militar incide na desapropriação de terras, mediante o pagamento em títulos da dívida pública, nesse aspecto, coincidindo com o projeto do governo anterior, além de prever uma reforma constitucional.

O editorial deixa claro que “o essencial no anteprojeto não é a questão da reforma constitucional, mas a instituição do Imposto Rural, progressivo...”, que de acordo com os editores de *O Povo*, visava, além de impulsionar a divisão das terras dos grandes latifúndios, arrecadar fundos para as desapropriações.

Aproximadamente, duas semanas depois, em editorial, o jornal *O Povo* veicula discurso idêntico, em defesa do novo projeto e de explicação aos proprietários de terras, ainda insatisfeitos com as novas leis. A editoria utiliza praticamente os mesmos argumentos:

⁸⁸ A nova reforma agrária respeitará o princípio da propriedade privada. *O Nordeste*, Fortaleza, 29 abr. 1964, p. 5.

⁸⁹ Reforma agrária de Castelo Branco exigirá mínimo de desapropriações. *O Nordeste*, Fortaleza, 27 abr. 1964, p. 5. Outra com o mesmo teor: Reforma sem espoliação, 06 mai. 1964, p. 5.

⁹⁰ O Banco do Brasil e a reforma agrária. *O Nordeste*, Fortaleza, 13 mai. 1964, p. 3.

⁹¹ Reforma agrária. *O Povo*, Fortaleza, 20 mai. 1964, Editorial, p. 3.

O problema da Reforma Agrária terá solução com o Estatuto da Terra do sr. Roberto Campos. (...) a questão deve ser tratada 'com espírito **democrático** e com senso de realidade'. A pregação do governo anterior estava conduzindo a violência (...). Agora o que se quer não é liquidar o direito de propriedade, mas limitá-lo, atacando somente aquele tipo de propriedade que se tornou empecilho ao desenvolvimento agrícola.⁹² (grifo meu).

Note-se que, pela primeira vez, em jornal local, emprega-se o nome “Estatuto da Terra” para designar o projeto da ditadura militar. Outro aspecto peculiar do editorial é o questionamento contra o Decreto da SUPRA, que, segundo a crítica, abandona a perspectiva de assistência ao trabalhador após a desapropriação. No entanto, há, na proposta, uma cláusula determinando medidas neste sentido, não somente ignorada, como omitida:

Art. 7º Fica fixado um prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação deste decreto, para que o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, articulado com a SUPRA, elabore programa de operações de créditos para financiamento prioritário às cooperativas agrícolas que venham a ocupar as áreas de terras desapropriadas com base neste Decreto, bem como àquelas constituídas por proprietários de glebas de área não superior a 100 (cem) hectares.⁹³

Da mesma forma que o Decreto de João Goulart, o projeto Aniz Brada deixa, *a posteriori*, para uma “segunda etapa da reforma – a prestação de assistência técnica e financeira aos novos proprietários –, que sem essa ajuda estariam condenados a um completo fracasso em seus esforços produtivos...”⁹⁴, o que significa dizer que ambos os projetos não determinam investimentos para orientação técnica; nem esclarecem o crédito agrícola. O que se examina é que, apesar da semelhança nesses aspectos, o projeto Aniz Brada não é alvo de críticas e ataques sistemáticos pelos periódicos como o Decreto da SUPRA.

Por outro lado, as notícias apelam afirmativamente para a perspectiva da meticulosa elaboração da lei⁹⁵. A despeito da arregimentação de forças, as folhas cearenses abrem determinado espaço para a expressão de

⁹² Thompson e a Reforma agrária. *O Povo*, Fortaleza, 6 e 7 jun. 1964, Editorial, p. 3.

⁹³ BRASIL. Decreto nº 53.700 de 13 de março de 1964. Op. Cit., p. 269.

⁹⁴ Thompson e a Reforma agrária. *O Povo*, Fortaleza, 6 e 7 jun. 1964, Editorial, p. 3.

⁹⁵ Como: A matéria foi maduramente estudada... em *O Povo*, Reforma agrária, 08 set. 1964, p. 3 ou em *O Nordeste*: Prosseguem os estudos para a realização da reforma agrária, 10 mai. 1964, p. 5 e Pronto o ante-projeto de lei sobre o estatuto da reforma agrária, 19 mai. 1964, p. 5.

descontentamento da elite política e latifundiária do país. Por meses, houve divergências sobre a proposta elaborada pelos ministros da ditadura militar⁹⁶.

De acordo com Bernardo Sorj, o descontentamento reflete, após o golpe de 1964, o conflito entre “forças contraditórias” que disputam o encaminhamento da questão fundiária no país:

Por um lado, setores militares desejosos de minar a base social da agitação política no campo impuseram uma nova legislação social para o meio rural, o Estatuto da Terra, e criaram instituições de implantação da reforma agrária. Por outro, este projeto foi rapidamente sepultado sob o impacto da pressão das elites dominantes e canalizado em termos já não mais de reforma agrária, mas de colonização de novas terras, particularmente na Amazônia...⁹⁷.

Nesse íterim, alguns artigos de jornal expressam nova oposição da UDN, que já havia pressionado João Goulart e agora se pronunciava contra o Estatuto. Outros, ainda, abrem espaço para os defensores da manutenção do latifúndio e a sua transformação em propriedade produtiva:

Para o senhor Bilac Pinto [UDN] o latifúndio não faz mal ao país. De um modo geral, as grandes propriedades rurais improdutivas estão longe dos grandes centros consumidores e não molestam ninguém. O grande problema (...) reside na proliferação do minifúndio, que é preciso ser combatido como forma antieconômica de aproveitamento do solo.⁹⁸

Há ainda o argumento dos mais objetivos: “proprietários rurais e políticos conservadores se opõem às iniciativas do atual governo, demonstrando claramente que não desejam transformação de espécie alguma no sistema de coisas atual do campo”⁹⁹.

⁹⁶ Exemplo dessas divergências podem ser lidos em vários artigos de *O Povo*: Reforma divide, 1º out. 1964, p. 3; Reforma agrária volta a dominar debate político, 04 out. 1964, p. 2; Debatido o Estatuto da Terra, 09 out. 1964, p. 2; ANDRADE, Francisco Alves de. Reforma agrária não deve ser aceita como dogma, 21 out. 1964, p. 4; e em *O Nordeste*: Castelo resolveu adiar o envio do projeto da reforma agrária, 1º out. 1964, p. 5; Castelo Branco mantém entendimentos com líderes sobre reforma agrária, 04 out. 1964, p. 5; Ruralistas contra o governo. 07 out. 1964, Editorial, p. 3.

⁹⁷ SORJ, Bernardo. A reforma agrária em tempos de democracia e globalização. *Novos Estudos*. São Paulo, CEBRAP, nº especial 50, p. 28, março de 1998.

⁹⁸ Reforma agrária. *O Nordeste*, Fortaleza, 07 jul. 1964, p. 3.

⁹⁹ Discussão do problema agrário. *O Nordeste*, Fortaleza, 07 jul. 1964, Editorial, p. 3.

Nesse caso, as reformas de base, no momento anterior demonizadas, sugerem agora, ‘calma e espera’, para uma perfeita elaboração por parte “do novo governo”. Os jornais analisados propõem ação sem atropelos, somente pela mão das elites, de cima para baixo.

A percepção das contradições expostas só era possível para parte da população que, como protagonista da história (camponeses), vivencia os conflitos. O discurso da grande imprensa calcado na manipulação¹⁰⁰ visa ao estranhamento dos camponeses com a realidade; quer desqualificar sua intervenção no processo de reforma agrária.

De qualquer forma, após o golpe, os latifundiários e políticos tradicionais resolvem o problema no “melhor estilo da política brasileira, numa solução em que o Estado arcou com o ônus, o bônus foi distribuído entre as classes dominantes e as migalhas sobraram para os grupos subalternos”¹⁰¹.

Isso posto, o editorial “Uma vitória política”¹⁰², em honra ao golpe e ao Estatuto da Terra, sugere que o vencedor concretiza a intenção, apregoadá anteriormente, de afastar o ‘perigo’. Com o mesmo intento, *O Povo* divulga, em matéria de capa, em 03 de junho de 1964, a sanção de Castelo Branco para o “Dia do Trabalhador Rural”, comemorado a 25 de maio. Dá, assim, em tom comemorativo, ênfase às leis em detrimento dos agentes históricos:

Está vencido o primeiro obstáculo à realização da Reforma Agrária, com a promulgação (...) da emenda constitucional proposta pelo governo (...). Para chegar a esse resultado o presidente Castelo Branco teve de dar prova de paciência e habilidade, contornando alguns problemas difíceis e evitando que a questão adquirisse o tom passional que levou o país, no passado, a graves crises¹⁰³.

Em síntese, o editorial alinha-se ao modelo vigente e valoriza a figura de Castelo Branco¹⁰⁴. Aproveita o espaço para asseverar o ‘fim’ de um problema de quase quinhentos anos, tendo como instrumento a lei discutida

¹⁰⁰ Cf. ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

¹⁰¹ SORJ, Bernardo. Op. Cit., p. 28.

¹⁰² Uma vitória política. *O Povo*, Fortaleza, 09 nov. 1964, Editorial, p. 3.

¹⁰³ Uma vitória política. *O Povo*, Fortaleza, 09 nov. 1964, Editorial, p. 3.

¹⁰⁴ Muitas notícias vinculam Castelo Branco ao Estatuto da Terra. Ver em *O Nordeste: Reforma Agrária de Castelo Branco visa à produção e à justiça*, 16 out. 1964, p. 5; Castelo proclama a distribuição de terras para todos, 27 out. 1964, capa.

entre grupos elitistas, como o PSD e a UDN. Os grupos são ligados às elites agrárias do país e se posicionam em defesa do latifúndio¹⁰⁵.

Refere, ainda, de maneira desqualificadora, ao “tom passional” dado à Questão Agrária, pelos sindicatos, Ligas ou pelos movimentos de apoio à legislação proposta pelo governo anterior, à qual se opunha violentamente a elite rural do país.

Expondo, à análise, o Estatuto da Terra sem contextualizá-lo, não são estranhas as exclamações quanto ao texto avançado que destaca a “função social da terra” e que propugna o desenvolvimento do país. Por outra análise, a aplicação da lei está subordinada à conjuntura política, e nota-se que o objetivo do governo militar de Castelo Branco, para o desenvolvimento do campo, era outro, e é alcançado: aliar as burguesias urbana e agrária.

Trechos do acordo da "Carta de Punta del Este"¹⁰⁶, em que países da América Latina se comprometem, em especial, com os Estados Unidos (através da “Aliança para o Progresso”), a realizar novas distribuições de terras, impulsionando a reforma agrária necessária para efetivo desenvolvimento capitalista¹⁰⁷, revelam, segundo alguns autores:

uma concessão do novo governo ao movimento camponês, na tentativa de refreá-lo através do atendimento a algumas de suas reivindicações, e, uma vez freado e controlado este movimento, não interessou ao governo a execução do diploma legal...¹⁰⁸.

¹⁰⁵ Acordo sobre a questão agrária. *O Nordeste*, Fortaleza, 21 jul. 1964, p. 3.

¹⁰⁶ O jornal *O Nordeste* refletia: “Sem esta reforma o Brasil corre o risco de ficar por muitos anos ainda um país subdesenvolvido e sujeito a uma revolução violenta”. Reforma sem espoliação. *O Nordeste*, Fortaleza, 6 mai. 1964, p. 5.

¹⁰⁷ A reforma agrária completa e a América Latina. *O Povo*, Fortaleza, 17 abr. 1964, p. 6. Além desta notícia no jornal pouco se debatia sobre as propostas da Aliança. Neste sentido vejam-se as conclusões de estudos, apresentadas em maio de 1963, por Thomas Carroll - técnico agrícola do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). No texto *La reforma Agraria, una fuerza explosiva em America Latina*, ele afirma: “a reforma agrária não deve ser confundida com melhoramento da eficiência agrícola (...). Estas medidas, necessárias que são, não alteram a distribuição da renda nem a estrutura social e política. Os esforços para aumentar a produtividade agrícola devem aplicar-se depois da reforma agrária, não em vez dela. (...) A reforma agrária tampouco deve confundir-se com tentativas de explorar terras improdutivas ou com políticas de colonização (...) Em outras palavras, para ser efetiva, qualquer reforma agrária terá, que desapropriar a *terra produtiva* dos latifundiários, sem compensação imediata”. BORGES, Thomaz Pompeu Accioly. Coletânea de citações sobre reforma agrária ou problema da terra. *Reforma Agrária*. Campinas, v. 4, n. 5/8, p. 19-20, mai./ago. 1974.

¹⁰⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. *As lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986, p. 44.

Esse é o caráter das reformas agrárias da década de 1960. De acordo com Ernest Feder, que analisa a questão à luz de seu tempo, “a década de 60 passará a história como a década das reformas agrárias frustradas”¹⁰⁹. Apesar de início ‘esperançoso e eletrizante’, em 1961, com a reforma agrária cubana e a ‘Carta de Punta del Este’, segundo esse estudioso, “documento revolucionário em seus termos – [pois] assinalava explicitamente a necessidade de reformas sociais como pedra angular do progresso econômico, político e social”¹¹⁰, pouco se efetiva.

Após a promulgação da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), o intelectual católico, Tristão de Athayde, expressa o pensamento de setores da Igreja:

Passa a ser um documento meramente tecnocrático, se não capitalista. É melhor do que nada, sem dúvida. Mas os pontos-de-vista ‘distributivista’, de justiça econômica, que foi sempre o nosso; do ponto-de-vista social de aproximação das classes; do ponto-de-vista nacional, de reduzir o contraste monstruoso entre o Brasil feudal e o Brasil servil e, finalmente, do ponto-de-vista ‘revolucionário’ de integrar o povo na revolução – a timidez do Estatuto fará dele uma reforma a menos e uma decepção a mais...¹¹¹.

É a orientação do jornal católico, *O Nordeste*, que apóia o golpe civil-militar e, acredita em perspectivas diferentes para o que chama de “revolução”. Reclama-se a ausência de participação camponesa e a realidade objetiva da distribuição da terra para esses atores sociais, enfatizando a irrelevância da lei, que se tornará letra morta, ou “uma decepção a mais”.

A historiografia reforça a visão expressa, afirmando que o Estatuto da Terra significa uma derrota dos camponeses, ainda que após o desfecho de significativas batalhas. De acordo com Carlos Minc:

¹⁰⁹ FEDER, Ernest. A função social da terra e a pobreza rural na América Latina: a reforma agrária é realmente prejudicial para os camponeses? *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 16, p. 2, dez. 1971.

¹¹⁰ Id. *Ibid.*, p. 2.

¹¹¹ ATHAYDE, Tristão de. O Estatuto da Terra. *O Nordeste*, Fortaleza, 23 nov. 1964, p. 3. Revela-se, logo, que a lei tornou-se “letra morta”. Este debate é estudado em VARELLA, Marcelo Dias. O MST e o direito. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997b, pp. 189-208.

o Estatuto da Terra propunha uma linha de reforma em que a iniciativa do processo cabia ao aparelho de estado, e a participação dos sindicatos e organizações camponesas não era prevista. Pretendia-se criar uma atitude de expectativa, de espera, e desta forma anestesiou ou diminuir o impacto das iniciativas dos principais interessados na reforma agrária.¹¹²

O desfecho é o designado pelas forças de elite em atuação no país, da década de 1960. Em primeiro momento, boa parte da elite não observa o alcance das medidas propostas pelo governo ditatorial, ocorrendo, certa resistência. Pode-se dizer resistência ao discurso do governo e, conseqüentemente, ao discurso dos jornais, atitudes observadas justamente em parte da elite ligada ao campo que se sentia ameaçada, mesmo quando vitoriosa, “como em 1964 após o golpe de Estado consideraram-se igualmente ameaçadas (e traídas) porque visualizaram no Estatuto da Terra possibilidade de uma mudança efetiva no regime de propriedade vigente”¹¹³. Neste sentido, as elites rurais ameaçam pegar em armas e pôr fim ao “vírus reformista” que havia atacado o palácio do Governo, o que não é necessário.

Para Regina Bruno, a lógica desta argumentação, pouco a pouco, perde “força política e ideológica”, já que parte da elite, antes do golpe, apóia publicamente, uma reforma agrária “democrática e cristã” (termos usados para defini-la depois do golpe). A autora reflete que, é útil, para os opositores, abandonar a tese anti-reformista e os ataques à Castelo Branco, quando se alcança, no Estatuto da Terra, clara oposição ao projeto anterior. Há, visivelmente, definição favorável às elites do campo¹¹⁴.

Se depreende que a aceitação do Estatuto da Terra, somente é possível, após inseridas, as propostas de modificações, pela elite agrária, encaminhando as demandas políticas dos latifundiários.

¹¹² MINC, Carlos. *A reconquista da terra: Estatuto da Terra, lutas no campo e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 21. Este enfoque é repetido reiteradamente: “o Estatuto da Terra e a proposta de reforma agrária nele contida expressam a intenção do governo de banir do povo, especificamente do camponês, a discussão e a participação política sobre as questões relativas à terra”. FERREIRA, Eudson de Castro. *Posse e propriedade. A luta pela terra em Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 1984, p. 46.

¹¹³ BRUNO, Regina Ângela Landim. *O ovo da serpente*. Monopólio da terra e violência na Nova República. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 2002, p. 300.

¹¹⁴ BRUNO, Regina. Le Statut de la Terre: entre conciliation et confrontation. In: ABRAMOVAY, Ricardo (org.). *Le Statut de la Terre (30 ans de Questions Agraires au Brésil)*. *Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris, numéro spécial, p. 34, 1995.

O estrato dominante, aliado aos norte-americanos e ao bloco capitalista hegemônico, pôde assimilar mais facilmente a proposta da ‘Carta de Punta del Este’, compreendendo as esferas diferentes e, praticamente, opostas em que se desenrolam os problemas da reforma agrária. De acordo com Stefaniak:

O projeto do governo militar se traduzia na implantação intensiva e racional de uma reforma agrária para a colonização de áreas desabitadas e no fornecimento de crédito agrícola específico, tendo por objetivo a produção para exportação. O estatuto da Terra promoveu uma política desenvolvimentista e serviu para aliviar os focos de tensão no setor agrário; neste sentido, foi uma válvula de escape.¹¹⁵

Enquanto se exorciza o Decreto da SUPRA, como projeto de desapropriação e “comunização” de terras, enaltece-se o projeto do Estatuto da Terra, como pacificador de problema histórico, de mais de quinhentos anos. A diferença entre ambos é o medo de o primeiro realmente se realizar. O segundo traz medidas políticas mais confortáveis à classe dominante, viabilizando, em discurso e ação, a Ditadura Militar, que se estabelece a partir de 31 de março de 1964.

De maneira peculiar, os projetos vão ao encontro do modelo de Sam Schulman, que salienta a presença obrigatória dos camponeses, nos aspectos analisados da reforma agrária. Entretanto, no primeiro projeto (Decreto da SUPRA), o papel do camponês parece ser o de protagonista, e a reforma agrária “un medio de satisfacer las necesidades sentidas o expresadas de la sociedad rural como una necesidad social de sectores grandes y muy frecuentemente miserables de la población campesina”¹¹⁶. Apesar de salientar as dificuldades do camponês para exercer esse papel, o autor se mostra favorável às propostas de reformas baseadas na experiência campesina.

No segundo caso identificado por Schulman, é possível traçar paralelos com o Estatuto da Terra, já que este aparece como produto e esforço do governo, que trabalha para o ‘bem-estar’ da população rural, que termina projeto aprovado.

¹¹⁵ STEFANIAK, Jeaneth Nunes. *Propriedade e função social* perspectivas do ordenamento jurídico e do MST. Ponta Grossa: UEPG, 2003, p. 75.

¹¹⁶ SCHULMAN, Sam. El reconocimiento del papel del campesino en la reforma agraria. *América Latina*. Rio de Janeiro, n. 3, p. 75-87, jul./set. 1966.

Outros elementos se descortinam, nas páginas dos jornais da grande imprensa, do jornal militante *Terra Livre* e das memórias camponesas envolvidas nos conflitos agrários, da década de 1960. Entre esses elementos, destaco o problema da saída dos camponeses de suas terras e as experiências de imigração, migração e o êxodo.

QUANDO A TERRA JÁ NÃO SUSTENTA

E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(...)
Mas, para que me conheçam
melhor Vossas Senhorias
e melhor possam seguir
a história de minha vida,
passo a ser o Severino
que em vossa presença emigra.

João Cabral de Melo Neto. "Morte e Vida Severina".

A imagem (foto 1) e o texto estão estampados na capa do jornal *O Povo*, ao lado das notas sobre os fatos de 31 de março de 1964. São realçados a paralisação de alguns setores em Fortaleza; a aliança entre os II e IV exércitos para apoiar os golpistas mineiros, e a comunicação do comando do IV exército com o governador Virgílio Távora, do Ceará; o discurso do General Olímpio Mourão Filho e outra aliança com foco em Minas Gerais, agora entre o PSD e a UDN; a deposição de Miguel Arrais em Pernambuco; por último, acrescentam-se poucas linhas sobre a ocupação da Rádio Dragão do Mar pelo exército¹¹⁷. (Foto e legenda):

¹¹⁷ Sobre a participação da imprensa no golpe militar e a censura nos meios de comunicação do Brasil do regime militar (1964 e 1985): AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. O exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999; DIAS, Luiz Antônio. O poder da Imprensa e a Imprensa do poder: a Folha de São Paulo no golpe de 64. *Pós-História* - Revista de Pós Graduação em História, v. 2, Assis: UNESP, 1994; 1994; KOSHIYAMA, Alice Mitika. O jornalismo e o golpe de 64. *Intercom - Revista Brasileira de Comunicação* - Comunicação Rural, N° 59, São Paulo: Loyola, 1988 e STEPHANOU, Alexandre Ayub. A censura na primeira fase (1964/1968) do Regime Militar. *Histórica: Revista da Assoc. dos Pós-Graduandos em História* - PUCRS, N° 5; APGH-PUCRS, 2001.

Foto 1

A migração em manchete no 1º de abril de 1964

QUANDO A TERRA JÁ NÃO SUSTENTA, A SOLUÇÃO É O ÊXODO PARA A CIDADE.



JOSE, A FAMILIA E O FPI TROCARAM O DISTA TE E PREGUIÇOSO SE TAO PELO BULICIO I METROPOLE — A FELI DADE E UM NADA — N VA VIDA NA "VACA M GRA" — (Texto: — FARI GUILHERME — Fotos: J SE ROSA — (Pag. 5)

MARCA FAMOSA NA FEIRA DE NOVA IORQUE

MONTENEGRO MATOS & CIA LTDA.

FERRAGENS

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO EM GERAL

RUA PEDRO I, N° 297 FONE 16282 e 12648

MARCA FAMOSA NA FEIRA DE NOVA IORQUE

artel

PIONEIRA DE SEU CONFORTO

CONCESSIONARIO

Erastemp

RUA BRAS. DO MARCO 180 FONE 117 42

O José visto na foto, evidentemente não identifica o rurícola simplório que trocou a pacatez de sua "Britolândia" pela bulicis descomunal da metrópole. Representa tão-só o símbolo do campônio que, nada mais esperando da terra, abandona-a melancolicamente em busca da sobrevivência. Os José, como o da nossa história, abundam nos centros adiantados, uns integrados nas atividades normais, outros rastejando, tais como parias de um mundo perdido.

Fonte: *O Povo*, Fortaleza, 1º abr. 1964, capa.

O José visto na foto, evidentemente não identifica o rurícola simplório que trocou a pacatez de sua 'Britolândia' pelo bulício descomunal da metrópole. Representa tão-só o símbolo do campônio que, nada mais esperando da terra, abandona-a melancolicamente em busca da sobrevivência. Os José, como o da nossa história, abundam nos centros adiantados, uns integrados nas atividades normais, outros rastejando, tais como parias de um mundo perdido.¹¹⁸

¹¹⁸ GUILHERME, Faria. Quando a terra já não sustenta, a solução é o êxodo para a cidade. *O Povo*, Fortaleza, 1º abr. 1964, capa.

Texto e fotografia de primeira página são emblemáticos. Capa do primeiro dia de ditadura no Brasil. A reportagem de Faria Guilherme se prolonga pela página cinco do jornal. O relato aparentemente conta a ‘história real’ de uma família migrante cearense que “abandonou a terra em busca de sobrevivência”, em Fortaleza:

O relato (...) encerra a história verdadeira de uma família sertaneja, composta de sete pessoas: pai, mãe e filhos menores, o mais crescido dos quais não completou dez anos. Apresentaremos, sem coloração, tão-somente os fatos até hoje ocorridos e que envolveram, e continuam a fazê-lo, o humilde grupo, desde a partida do rincão distante para a capital.¹¹⁹

A reportagem: “Quando a terra já não sustenta a solução é o êxodo para a cidade”, parece ser a primeira de um grupo de matérias - “Nas areias do bairro (I)”, sugere tentativa de dar conhecimento da situação fundiária do estado do Ceará. A impressão aparente é logo desfeita após a leitura crítica das notícias, a propósito da migração - ao longo dos anos de 1963 e 1964 - nos jornais *O Povo*, *O Nordeste*, *o Correio do Ceará* e *Gazeta de Notícias*.

O repórter explica a omissão dos nomes verdadeiros do migrante e de sua família, do local de origem e destino. Com essa opção, o migrante recebe nome fictício: José; e a numerosa família, nomes comuns: Maria, a mãe; filhos: Antônio, Joaquim, Raimundo e Fátima; à cidade de onde migrou, após a seca de 1958, deu o nome de ‘Britolândia’; ao bairro de destino em Fortaleza, chama sugestivamente ‘Vaca Magra’.

O que aparenta possível reflexão acerca dos efeitos da injusta distribuição de terras, no Ceará, transforma-se em outro discurso. Com o verbo ‘sustentar’, o autor relaciona, de maneira dependente, a terra e o camponês de pés descalços, que, fotografado de costas, parece perambular pela cidade carregando um fardo: tristeza, fome e desesperança.

Ao mesmo tempo, usa o termo ‘solução’ como saída natural. A reportagem apresenta o êxodo rural em linha de continuidade, sem alternativa social, histórica ou política.

¹¹⁹ GUILHERME, Faria. Quando a terra já não sustenta, a solução é o êxodo para a cidade. *O Povo*, Fortaleza, 1º abr. 1964, capa.

O uso do nome de cidade ‘inventada’ não é despropositado. Britolândia é nome esquisito. De onde vem? O que significa? Com a imaginação, firma-se a hipótese: Britolândia, ao invés de derivar de sobrenome importante para nomear uma cidade imaginária, sugere a redução do verbo ‘britar’: “quebrar em fragmentos para fazer em pedaços; triturar; reduzir a nada”.

Nos jornais da grande imprensa, esta parece ser a linha adotada: fazer em pedaços a luta camponesa, triturar a esperança, até que se espelhe uma “vida e morte Severina”.

À primeira vista, a seca de 1958 é vilã da tragédia – que, no texto em análise - é uma tragédia urbana desenhada na periferia de Fortaleza.

José - o repórter opta por chamá-lo assim - suponho para tornar a denominação instrumento reforçador de discurso que insinua naturalidade, ‘corriqueirismo’, a desimportância de um migrante¹²⁰; ‘José’, um Severino, como no verso de João Cabral de Melo Neto¹²¹.

O Severino retirante sem condição de se manter no pedaço de chão; não tem como tratar sua plantação, nem como prover a família do mínimo, nos momentos de precisão. Tem quase nada, e a migração, que ironia, é apresentada como solução natural.

A notícia que se diz ‘história verdadeira’ exclui o tempo anterior ao golpe civil-militar. A efervescência do movimento de trabalhadores rurais cearenses é silenciada e vai se apagando da memória, à medida que se constroem novas memórias, como a da migração (ou êxodo) enquanto destino de mão única para os trabalhadores.

Imaginar as notícias, anteriormente, anunciadas: militares se organizando, através de hierarquias e comandos para ‘revolucionar’ o país, e instaurar a ‘ordem’, no estado de tensão reinante, ao lado das notícias que

¹²⁰ Para uma discussão metodológica acerca da nomeação dos sujeitos pesquisados, da substituição do nome das comunidades, alvo seletivo dos ‘estudos de caso’, as questões que advertem a pesquisa, sobre determinada comunidade, devem servir para explicá-las e não apenas às generalizações. “Por outro lado, a partir do momento em que substantivamente as classes populares e os povos sem classes emergem à história, na pesquisa, os seus atos e fatos explicam o mundo, o imaginário, o trabalho político, etc, de sujeitos populares concretos, de grupos populares conhecidos e nominados, de fatos populares que podem ser, finalmente, considerados como fatos históricos, com nomes, feitos e datas”. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Histórias de lutas entre camponeses de arroz. *Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos*. São Paulo, n 19, p. 121, jun. 1984.

¹²¹ MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida Severina*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record/Altaya, 1996.

informam as ordens e ações advindas já da organização e do poder militar estabelecido no Brasil, é, no mínimo, assustador. De fato, a 'ordem' já se revela pelas manchetes. Os aliados ao governo 'comunista' de João Goulart logo sentem a presença das botas, quepes e fuzis em seu encaço.

A primeira vítima da perseguição, o governador Miguel Arrais, tem fortes elos com a questão agrária do país. Não à toa, Pernambuco é dos focos de maior agitação camponesa, por meio das Ligas Camponesas e das ações da justiça do trabalho.

Outra vítima, em Fortaleza, é a rádio Dragão do Mar. A rádio Dragão do Mar é o único meio de comunicação do Ceará que tem o elo com a sociedade cortado, em 1º de abril de 1964¹²², como narrado por Blanchard Girão:

...no olho do furacão do golpe de 64, teria os transmissores lacrados por um largo período, enquanto seus diretores, ex-diretores e proprietários (deputado Moysés Pimentel) estavam presos. Reaberta posteriormente, sob a chefia de um novo dono, oficial do exército...¹²³

Desde 1961, quando Moysés Pimentel assume o controle, a Rádio é aliada do governo João Goulart, participa ativamente da campanha da legalidade e da propaganda das reformas de base, sobretudo, da reforma agrária. Por meio da crônica-editorial: "A Nossa Palavra", que ia ao ar todos os dias, a rádio se posiciona. A crônica é escrita em sua maior parte por Blanchard Girão e lida por radialistas de renome, como Narcélio Limaverde, entre outros.

A identidade da Rádio, a partir de 1961, e sua força como formadora da opinião pública cearense, vai se consolidando, "quer pela sua palavra oficial

¹²² No Ceará, número reduzido de censores ficou nas redações, prevaleceu a autocensura e o controle interno dos de jornais e rádios. A manchete de capa "Imprensa do Ceará disposta e unida para ajudar as Fôrças Armadas na consolidação dos patrióticos objetivos da Revolução de Abril", afirma que "num clima de cordialidade" aconteceu uma reunião entre o comando das forças golpistas no Ceará e os diretores de rádio e jornal, onde "os militares não negaram aplausos ao apoio que o movimento revolucionário vem recebendo da imprensa cearense". Apontam ainda, que uma nova fase desponta tornando a mídia responsável por defender junto à opinião pública, que a 'Revolução' é a própria "salvação da nacionalidade", divulgando os atos do comando, e esclarecendo quanto aos objetivos. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 23 abr. 1964, p. 2.

¹²³ GIRÃO, Blanchard. *Só as armas calaram a Dragão* Fortaleza, ABC Editora, 2005, p. 13.

(...) quer pelo apoio franco aos movimentos reivindicatórios de trabalhadores...”¹²⁴.

Também o elo é solidificado, passo a passo, entre as ações de camponeses cearenses e as ondas do rádio, ou pelas ‘labaredas no ar’ espalhadas pelos campos e cidades cearenses, já que “os que se julgavam perseguidos, procuravam a estação da Imperador e ali encontravam abrigo e apoio”¹²⁵.

Na foto e texto divulgados no *Gazeta de Notícias* é evidente a identificação entre os camponeses e a rádio. A responsabilidade pela matéria é de um “Grupo de Democratas” que usa o espaço jornalístico para divulgar denúncia grave, de seu ponto de vista: a permanência de um deputado, o proprietário da rádio Dragão do Mar, Moysés Pimentel, ao lado de líderes estudantis e camponeses armados de enxadas e armas de fogo.

Na foto do Primeiro Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará, destacam-se, nos cartazes, as palavras de ordem: “exigimos reforma agrária” e “terra para quem nela trabalha”¹²⁶. A legenda indica a unidade do campo ideológico em torno de Gregório Bezerra e Francisco Julião, mas o foco é a campanha contra Moysés Pimentel.

Textualmente, o “Grupo de Democratas” afirma ser inconcebível a permanência de Moysés no Congresso Nacional. “Moysés era quem estimulava através da Rádio Dragão do Mar, de sua propriedade, os insultos à democracia e às gloriosas Fôrças Armadas”¹²⁷, causa suficiente para cassações e perseguições.

Esse apoio, também é observado, pelas palavras do correspondente do jornal *Terra Livre*, que, ao se indignar com a posição da grande imprensa quanto aos acontecimentos, em Canindé (com um grande conflito em andamento), assim se reporta à rádio Dragão do Mar: “Enquanto a rádio noticiava as arbitrariedades policiais em Canindé, os jornais de Fortaleza desmentiam os fatos”¹²⁸.

¹²⁴ Id. *Ibid.*, p. 73-76.

¹²⁵ Id. *Ibid.*, p. 93.

¹²⁶ Mensagem que acompanharia como subtítulo o jornal *Terra Livre* do ano de 1956 a 1964.

¹²⁷ No melhor estilo de Gregório Bezerra e Julião. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 12 abr. 1964, capa.

¹²⁸ *Terra Livre*, São Paulo, nº 127, out. 1963, p. 8.

Foto 2

Primeiro Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará



Fonte: *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 12 abr. 1964, capa.

Outro laço de solidariedade entre a rádio e a sociedade é manchete na *Gazeta de Notícias*, cinco meses antes. É o que se depreende da “Nota Oficial” de solidariedade do Pacto Sindical Cearense à rádio Dragão do Mar, sob o título: “Trabalhadores solidarizam-se com a rádio Dragão do Mar”. A nota manifesta a “repulsa às torpes difamações assacadas contra a rádio”, e sai em defesa de uma “emissora livre e honesta” na qual “encontram guarida todas as causas justas dos menos favorecidos”¹²⁹.

O texto denuncia campanha de boicote econômico à rádio, que, por sua vez, é parte de um plano mais geral que, segundo a nota, visa: “eliminar a

¹²⁹ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 12 mai. 1963, p. 2.

imprensa independente, como passo decisivo para a implantação de uma ditadura dos grupos reacionários em nossa pátria”¹³⁰.

Elizabete Jaguaribe, ao analisar a rádio Dragão do Mar e seu raio de ação comunicativa junto à população cearense, explica que esta é, na maioria, rural (mesmo da capital), e a rádio é uma “emissora do povo e por isso mesmo, prestigiada pela audiência total das massas trabalhadoras da cidade e dos campos”. Para a autora existia uma

ruralidade, que caracterizava considerável parte da população de Fortaleza no período, **expulsa do sertão em decorrência, especialmente, da seca de 1958, num fluxo migratório que duplicou a população da capital**. O papel do rádio neste período, aqui e em todo território brasileiro, é definidor na integração deste contingente populacional que se urbaniza e que encontra (...) uma esfera de participação e de reatualização das tradições e dos hábitos rurais.¹³¹ (grifo meu).

Ao procurar indícios da popularidade da rádio Dragão do Mar¹³², queria conhecer um pouco de sua história, de seu enraizamento na sociedade cearense das décadas de 1950 e 1960. Procurava seu público alvo e, quem sabe, algum elo entre a rádio e o ‘José’, camponês de ‘Britolândia’. Nessa procura, deparei-me com texto que se refere à seca de 1958 como - razão para qual o ‘fluxo migratório’ da década de 1950 e 1960 convergiu – mostra de continuidade.

Esta é a explicação recorrente: a expulsão dos camponeses devido a fatores climáticos, estranhos às motivações sociopolíticas que povoam os campos do país, nesse período. O discurso da seca e êxodo oculta outra causa da expulsão: o latifúndio, a concentração fundiária.

A continuidade distancia a realidade dos camponeses cearenses que ocupam outro espaço, além do de migrante: o da luta política. As outras formas de luta dos camponeses, antes dos acontecimentos de 31 de março de 1964, não são levadas em conta, quando se reduz a explicação da migração e da expulsão dos camponeses à seca. E examinando as manchetes do ‘primeiro

¹³⁰ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 12 mai. 1963, p. 2.

¹³¹ JAGUARIBE, Ana Elisabete Freitas. *Labaredas no ar: a rádio Dragão do Mar e o cotidiano de Fortaleza (1958-1964)*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 2005, p. 61.

¹³² Ver também, sobre a rádio Dragão do Mar: VIDAL, Márcia. *Imprensa e poder: o I e o II veteranos (1963/1966 e 1979/1982)* no jornal *O Povo*. Fortaleza: Secult, 1994.

dia' após o golpe, nada parece despropositado - nem a idéia da migração como solução, nem a idéia da seca como causadora de todos os males e misérias dos camponeses e migrantes - são parte do projeto político encampado pelo jornal.

As reportagens, por vezes, ressaltam as agruras dos migrantes, quase sempre como recurso retórico e ideológico de fixar os camponeses como deserdados da sorte. Na perspectiva deste trabalho, as complexas rotas da migração requerem outra análise, já que:

Não é fácil porque migrar sempre implica – por menor que seja o trajeto e mais semelhante que seja o destino – cortar laços, - começar do zero, enfrentar o desconhecido, enfim mudar a vida. Como quase sempre deixa-se para trás uma situação difícil, penosa do ponto de vista político ou econômico, uma ruptura familiar, uma tragédia pessoal, a gente não se dá conta da dificuldade desta mudança. Mas não é fácil¹³³.

Para este estudo, pela leitura dos periódicos, chega-se aos dados e informações sobre o tema em questão. De fato, no ano de 1964, as notícias veiculadas em *O Nordeste* não passaram de informes sobre a situação dos trabalhadores emigrantes, quando do pouso na Hospedaria Getúlio Vargas, em Fortaleza. Referem-se a assunto sem historicidade – migração; a sujeitos sem origem – trabalhadores rurais, sem terra; e a destinos sem horizonte ou futuro – Amazônia, São Paulo, alhures.

Nessa mesma linha, o conteúdo jornalístico de *Gazeta de Notícias* e *Correio do Ceará*. Na primeira página de *Gazeta*, uma notícia sobre os migrantes do Ceará. Para não fugir à regra dos outros periódicos, a matéria gira em torno do navio Itaité¹³⁴.

Por certo, o importante das matérias é o navio “Itaité”, que tem origem: é da Guarda Costeira e vem do Rio de Janeiro. Tem história: na caminhada, há vários meses, sofre (o inusitado acontece!) um abalroamento, “sendo recolhido para pequenos reparos”; bloqueado pela greve de marítimos, no porto do

¹³³ EVELYN, Suzanna Sochaczewski. E a festa, onde foi parar? *Travessia. Revista do Migrante. Migrantes Sazonais*. São Paulo: CEM, nº 1, p. 23, 1988.

¹³⁴ Itaité sofreu abalroamento e virá ao Ceará somente em abril. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 1º abr. 1964, capa.

Recife, chegando em maio de 1964, partindo, com destino à Amazônia, levando consigo “sertanejos” para o trabalho nos seringais.

É o que basta como informação ao público leitor; notem-se os títulos das matérias: “260 sertanejos cearenses aguardam o Itaité, que os levará à Amazônia”; “Chega no dia 29 o navio que levará imigrantes cearenses para outras plagas”; “Navio ‘Itaité’ levou imigrantes”; “Emigrantes da Hospedaria agora em apartamentos”, e por fim, “Partem os cearenses levando coragem”¹³⁵, notícias de *O Nordeste*.

O jornal *Gazeta de Notícias* reporta os fatos de maneira semelhante, com informações sobre o navio e sobre a Hospedaria: “280 famílias na hospedaria” e “Emigrantes da Hospedaria Getúlio Vargas seguirão a manhã: norte”¹³⁶. O *Correio do Ceará* informa a situação dos migrantes na Hospedaria Getúlio Vargas¹³⁷, já as informações sobre a hospedaria, em ambos os jornais (*Gazeta de Notícias* e *Correio do Ceará*), veiculam apreciações distintas da realidade vivenciada.

Chamo atenção para notícias destoantes das demais. Uma destaca novo elemento relacionado ao problema da emigração: a eletrificação rural. São reflexões do diretor da CENORTE, companhia de eletricidade do Estado em 1963. O plano de eletrificação faz parte do PLAMEG - Plano de Metas Governamentais de Virgílio Távora, governador do Ceará, que, “além de milhares de benefícios permitirá a fixação do homem no campo não dando margem para que ele emigre do Estado”¹³⁸.

Outra notícia, de conteúdo preconceituoso, aponta estudo estatístico do SESI, Juizado de Menores e Previdência Social, a fim de “reprimir a

¹³⁵ Respectivamente as notícias foram veiculadas em *O Nordeste*, Fortaleza, nos dias: 9 jan. 1964, p. 8; 23 abr. 1964, p. 10; 8 mai. 1964, p. 11; 4 jun. 1964, p. 11, e por fim, 15 e 16 ago. 1964, capa (2º caderno).

¹³⁶ Notícias divulgadas em *Gazeta de Notícias*, Fortaleza: 6 mai. 1964, p. 1 e 29 set. 1964, p. 7.

¹³⁷ Por exemplo: ‘Hospedaria Getúlio Vargas recorre a SUPRA para o reaparelhamento do serviço’ e ‘276 favelados lotam a Hospedaria Getúlio Vargas’, dos dias 26 e 27 jul 1963, ambas na p. 6.

¹³⁸ Eletrificação rural fixará homem ao campo: benefícios. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 18 mai. 1963, p. 6. Mais de um ano depois desta notícia, a chegada da energia elétrica de Paulo Afonso fortalece o argumento de fixação do homem do campo. A notícia “Alerta Uruburetama ao governo: êxodo dos sertanejos” veiculada no *Correio do Ceará*, Fortaleza, 15 set. 1964, p. 9, também fortalece esta formulação. Virgílio Távora foi “responsável por criar as bases do processo de industrialização no Estado”. Entre as medidas organizadas no governo de Virgílio Távora está a concretização da infra-estrutura (eletrificação, transportes, habitação) necessária ao desenvolvimento da “vocação industrial cearense”. PARENTE, Francisco Jos nio C. O Ceará dos coronéis (1945-1986). In: SOUZA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000, p. 396-397.

prostituição na capital”. Com título em maiúsculas: “MAIOR NÚMERO DE MUNDANAS É ORIUNDO DO SERTÃO”¹³⁹, o texto afirma que é necessário “limpar” e “moralizar” a cidade das chagas da prostituição. Afirma ainda, que a maioria destas mulheres do interior do estado não possuía profissão.

Há disfarce do problema do êxodo rural através da perseguição moral às “mulheres do sertão” que prevaricam. Não se analisa a origem dessas mulheres vindas do interior. Tampouco questionam-se as razões de sua “saída”. Nega-se sua origem e identidade camponesa, ao afirmar-se que não possuem profissão.

A última nota que desafina do conjunto informa a chegada dos camponeses migrantes, em Cajapió, Maranhão. São tal qual escravos, em Fortaleza, como camponesas prostitutas, em Manaus, na vida miserável e sem esperança dos seringais, e, nas fazendas do vizinho Maranhão.

A notícia tem título esclarecedor: “20 cearenses são escravos”. Com minúcias, a história contada por Chagas Vasconcelos apela às autoridades cearenses, no sentido de libertar vinte camponeses escravizados, trabalhando no corte da palha de carnaúba. A descrição traz evidências do trabalho escravo imposto aos camponeses.

Em curso, a velha prática de aliciamento dos camponeses seduzidos por promessas de emprego e salário. “Promessas mirabolantes” se traduzem após a saída de Morrinhos - CE. No destino, os trabalhadores encontram fome e miséria; obrigados a se abastecer no barracão da fazenda, sem receber salário e vivendo uma dramática situação de “escravidão por dívidas”. Não suficiente o aviltamento da condição de trabalhador, são impedidos por capangas armados de deixar a fazenda. Perseguidos por verdadeiros “capitães do mato”, estão a 400 quilômetros do centro urbano mais próximo.

O escritor Antônio Callado, em viagem pelo Nordeste, relata, em 1961, a situação de escravidão experimentada pelos trabalhadores:

o Nordeste deixa um gôsto de cinza na bôca da gente. (...) Antes da abolição havia no Brasil um requisito indispensável para se ser

¹³⁹ Maior número de mundanas é oriundo do sertão. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 09 jun. 1963, p. 4.

escravo: a côr preta. O Nordeste acabou com o preconceito: lá qualquer um pode ser escravo, que êste páis é livre, ora essa!¹⁴⁰

Retornando à narrativa do navio Itaité e da Hospedaria Getúlio Vargas, alojamento, em que restam na expectativa os “sertanejos cearenses”, os sem procedência. Ali, aguardam o Itaité. A Hospedaria está sempre superlotada e o noticiário anota indiferente: “Pode-se ainda informar que, diariamente, chegam levadas de sertanejos, que querem seguir para a Amazônia”¹⁴¹.

No discurso do jornal, os “sertanejos cearenses” enfrentam grandes tormentos, visto que, com tanta demora em chegar ao “eldorado”, gastam as poucas economias para a estadia e viagem. E assim confirma *O Nordeste*: “Alguns em virtude da demora do vapor gastaram já em Fortaleza todas as economias...”¹⁴².

A página retratada¹⁴³ traz nomes e pessoas que participavam do dia a dia da Hospedaria Getúlio Vargas. O texto conta um pouco da história do que foi a “Hospedaria dos seringueiros”¹⁴⁴, criada em 1942, no governo de Getúlio Vargas, para, sob a administração do exército, do DNI – Departamento Nacional de Imigração, e do SEMTA - Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores¹⁴⁵, recrutar braços para a extração do látex.

É disso que trata esta página de *Gazeta de Notícias*:

¹⁴⁰ CALLADO, Antônio. O despertar nordestino. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.11, p. 142, junho de 1961.

¹⁴¹ 260 sertanejos cearenses aguardam o Itaité, que os levará à Amazônia. *O Nordeste*, Fortaleza, 9 jan. 1964, p. 08.

¹⁴² Chega no dia 29 o navio que levará imigrantes cearenses para outras plagas. *O Nordeste*, Fortaleza, 23 abr. 1964, p. 10; No mesmo dia em outro jornal: ‘Itaité’ chega dia 29! Fim da novela. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 23 abr. 1964, p. 6.

¹⁴³ Hospedaria, o trampolim para o salto incerto dos flagelados. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 10 mai. 1964, p. 4, (segundo caderno).

¹⁴⁴ Lúcia Morales afirma que a Hospedaria Getúlio Vargas, é um *pouso* pensado como uma ‘instituição total’ para realizar de modo eficiente determinada tarefa de trabalho. “... um local de passagem, um abrigo provisório para pessoas em trânsito. (...) Sua existência era vista como capaz de operacionalizar de forma eficaz determinados atos administrativos. Pois concentrar em um só lugar uma mão-de-obra dispersa permite controlá-la, estimar o seu volume, e com isso economizar tempo e dinheiro no momento de seu transporte”. MORALES, Lúcia Arrais. *Vai e vem, vira e volta. As rotas dos soldados da borracha*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: SECULT, 2002, p. 212.

¹⁴⁵ SEMTA, e não SENTA – Serviço Nacional de Emigração dos Trabalhadores para o Amazonas, como era conhecido erroneamente, tinha sede em Fortaleza. SEMTA foi uma agência criada no Estado Novo para o recrutamento e a migração dos trabalhadores, principalmente, os cearenses solteiros, para a Amazônia. Era considerado um “serviço para fins de guerra”. Sobre o tema consultar: DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989; TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *O aviamento e o barracão na sociedade do seringal: estudo sobre a produção extrativa da borracha na Amazônia*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1980.

Foto 3

Hospedaria, o trampolim para o salto incerto dos flagelados



Fonte: Gazeta de Notícias, Fortaleza, 10 mai. 1964, p. 4, (segundo caderno).

A hospedaria passa a receber os ‘flagelados’ (eram assim chamados, pela imprensa, os camponeses) do interior e da capital, sofredores das intempéries da seca e do latifúndio. Um, dentre os camponeses, passa o tempo a coser roupas de tecidos fornecidos pela direção: ‘Seu Menino’, que deixa a família no sertão em busca de dias melhores, e a costurar, espera. Sua foto a trabalhar traz como chamada: “a dor ensina a gemer”, propondo, quem sabe, a explicação para a transformação de camponeses em flagelados, como quer fazer crer o noticiário.

A foto de dona Eunirdes Silva, em meio à criançada da Hospedaria, afirma as funções desempenhadas pela assistente social; as crianças a reconhecem, os trabalhadores a procuram em busca de colocação, as mães choram em seus ombros, um pouco dessa relação salta aos olhos na reportagem.

Outra foto mostra famílias inteiras, mulheres, homens, no primeiro plano, crianças e redes. Fala dos desabrigados das enchentes, mas também dos que aguardam a chegada dos navios que os levarão a destinos incertos. A cena do galpão abarrotado de redes e camponeses é a mais retratada quando se fala em hospedaria. Anuncia-se a presença de mais de quatorze mil camponeses, na seca de 1958. Desde 1942, a hospedaria não fecha suas portas, mesmo com as dificuldades de manutenção de suas atividades.

Especificamente quanto aos migrantes em 1958, J. C. Araripe estipula a entrada de vinte e três mil ‘flagelados’ na Hospedaria e descreve o momento:

Estabeleceu-se uma promiscuidade que não há tѐrmos para qualificá-la em tѐda a sua crua realidade. Não existia mais um lugar onde estender um trapo de rêde. A alimentação era a pior possível e nem todos tinham direito a ela. Pelas vizinhanças da Hospedaria, sob a copa de coqueiros, abrigavam-se centenas de famílias. A mortalidade infantil atingia proporções alarmantes. Faltavam meios para dar aos necessitados a assistência que se impunha.¹⁴⁶

Araripe informa ainda a morte de quinhentos e setenta e um ‘flagelados’ na Hospedaria Getúlio Vargas, no ano de 1958. Com esta marca o cronista, ainda que não advogue a partida dos camponeses cearenses de sua

¹⁴⁶ ARARIPE, J. C. Alencar. *Nordeste, pão e água*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1959, p. 57.

'gleba natal', observa a necessidade de uma "emigração dirigida". Segundo ele, o lugar ideal é o Vale do Mearim, no Maranhão, onde o ambiente, sob vários aspectos, se assemelha ao Ceará, destacando certos benefícios:

Embora desfalcado de elemento humano valioso, o nosso Estado teria possibilidade de beneficiar -se diretamente do seu trabalho em terras maranhenses, recebendo parte da produção agrícola ali fomentada pelo braço cearense.¹⁴⁷

Página dedicada aos problemas da migração, com referências à Hospedaria, circulou anteriormente. Poucas cores tinham os periódicos nessa década, entretanto, na edição de fim de semana de agosto de 1964, a manchete d'*O Nordeste* ganha espaço de página inteira, com enorme letreiro azul.

Três fotos juntam homens, mulheres, crianças. Famílias camponesas, tristeza, sofrimento, (des)esperanças, aguardando o momento de partida, não apenas na Hospedaria, mas pelas ruas da capital cearense. A notícia expõe sujeitos, sem as rédeas de suas vidas, querendo "apenas sair do Ceará, mesmo sem rumo ou objetivo", com a desolação de que esta terra nada mais lhes oferece, buscando assim "a oportunidade de mudar de 'rumo'".

O texto de Alberto Seabra é prática jornalística que incorpora as teses correntes e os estereótipos do 'ser cearense' e do migrante, como portador de características naturalizadas - bravura, destemor – na visão de senso comum, tão manipulada por diferentes projetos de poder político: 'o cearense que está em todo lugar', o 'judeu errante', retirando a historicidade do problema social das migrações internas.

O texto se pergunta o destino do cearense que migra: "Para onde vão os cearenses? Os pobres, pelo menos, não têm destino". Destaca as dificuldades e incertezas dessas vidas e informa a situação da hospedaria:

Já agora, centenas de famílias aguardam, na Hospedaria ou nos cantos da cidade, a oportunidade de mudar de 'rumo', indo tanto para o 'inferno verde' como para os campos agrícolas ou aglomerados do sul, onde, enfim, possam encontrar os meios necessários a sua manutenção.

¹⁴⁷ Id. *Ibid.*, pp. 57-58.

Foto 4

Partem os cearenses levando coragem

Partem os Cearenses Levando Coragem

Para onde vão?



Dois das filhos, em pé, e um deles, deitado, sempre abraça sua mãe na presença agrícola.



Os homens, num canto de estalagem, e desespertam, geralmente, a noite, a noite de sono, a "pan-de-árvore" que se faz com farinha de milho e leite de leite.

Para onde vão os cearenses? Os pobres, pelo menos, não têm destino. Nasceram e vivem à mercê das dificuldades, da incerteza, sem horizonte.

Ja agora, centenas de famílias aguardam, na Hospedaria ou nos cantos da cidade, a oportunidade de mudar de "rumo", indo tanto para o "inferno verde" como para os campos agrícolas ou aglomerados do sul, onde, enfim, possam encontrar os meios necessários a sua manutenção.

Para algumas dessas famílias, o propósito, entretanto, de apenas "sair do Ceará," mesmo sem rumo ou objetivo. E lançam-se, verdadeiramente, numa aventura temerária, em que o arrependimento poderá ser um golpe fatal para seus futuros.

E, assim, cearenses estão em todo lugar.

Voltar, todavia, para o lugar de partida, é recomendável, às vezes, mas impossível, quase

sempre. E vivem, por aí, sem destino.

Fizeram, e garantem, a "Amazônia Brasileira". Poucos se arriscaram a tamanha empreitada. Homens e mulheres, de outras regiões, tentaram o "inferno verde", sem êxito. Mas, lá, ficaram os cearenses, na missão de povoar a rica mas assombrosa região.

Ao lado de alemães e outros europeus, vividos no frio e nas

reves, enfrentaram, também, as gelidas regiões do sul, especialmente o Paraná. E ajudaram o progresso do País, pelo sul.

Nas grandes capitais do sul mantem-se os cearenses, enfrentando o "batente" e fazendo progresso.

E as exportações de coragem, despreendimento, força e abnegação continuam. E partem daqui.

Para algumas dessas famílias, o propósito, entretanto, de apenas 'sair do Ceará, mesmo sem rumo ou objetivo. E lançam-se, verdadeiramente, numa aventura temerária, em que o arrependimento poderá ser um golpe fatal para seus futuros. E, assim, cearenses estão em todo lugar.¹⁴⁸

O enunciado diz o destino dos migrantes cearenses, em busca do "inferno verde" - a Amazônia, ou do sul do país, além de apontar para a característica peculiar do cearense: o sentido de "missão" e "construtor do progresso" em regiões inóspitas.

Fizeram, e garantem, a 'Amazônia Brasileira'. Poucos se arriscaram a tamanha empreitada. Homens e mulheres, de outras regiões, tentaram o 'inferno verde', sem êxito. Mas, lá, ficaram os cearenses, na missão de povoar a rica mas assombrosa região. Ao lado de alemães e outros europeus, vividos no frio e nas neves, enfrentaram, também, as gélidas regiões do sul, especialmente o Paraná. E ajudaram o progresso do País, pelo sul. Nas grandes capitais do sul mantém-se os cearenses, enfrentando o 'batente' e fazendo progresso. E as exportações de coragem, despreendimento, fôça e abnegação continuam. E partem daqui.¹⁴⁹

Outro aspecto discutido é a coragem dos migrantes. Alberto Seabra demonstra a trajetória histórica de emigração de cearenses. Alerta para a imperiosa ocupação do Norte brasileiro, mais especificamente, Amazonas e Acre. Dispõe, por outro lado, nossos agricultores, nos campos do Paraná, ao lado dos imigrantes alemães e europeus. Indica o trabalho de cearenses nas capitais do Sul e Sudeste.

Exemplar é o caso entre o Grupo Executivo da Indústria Automobilística - GEIA e os migrantes, pois, a partir da constatação de volumosa quota de trabalhadores cearenses, tem-se a possibilidade de construção de um "centro piloto de treinamento de trabalhadores no Ceará". É "Instalada na região do ABC paulista a partir da segunda metade da década de

¹⁴⁸ SEABRA, Alberto. Partem os cearenses levando coragem. *O Nordeste*, Fortaleza, 15 e 16 ago. 1964, capa.

¹⁴⁹ Id. *Ibid.*

50 e sedenta por mão-de-obra, a indústria de automóveis passou a absorver grandes levas de trabalhadores rurais”¹⁵⁰.

A migração da década de 1950 para a indústria automobilística remete ao debate sobre a utilização da mão de obra cearense, nas lavouras do sudeste. Por muito tempo e vários motivos, que não cabe discutir agora, os nordestinos são preteridos no sudeste, o que se altera, a partir da década de 1960, via migração para as lavouras de café paulista, como mão de obra superexplorada, numa conjuntura de crise da lavoura cafeeira. Para isso se empenham Governo e Federação Paulista das Cooperativas de Café, incrementando a migração de ‘nacionais’ para aquela região¹⁵¹.

No jornal *O Povo* – o tema da migração é abordado de diferentes modos. Durante alguns meses, *O Povo* se refere à partida de centenas de migrantes para a Amazônia, especificando as cidades de Manaus e Santarém, como destino.

Em muitos títulos d’*O Povo*, em 1964, aparecem os nomes do navio Itaité ou Itaipé, revelando, a cada nova notícia, números dos migrantes rumo à Amazônia. Esses migrantes, enquanto aguardam o navio, que demora cerca de três meses a atracar, no Porto do Mucuripe, vivem um dramático cotidiano na Hospedaria Getúlio Vargas, noticiado de várias maneiras.

Comentário e imagem mostram a espera dos migrantes, na Hospedaria Getúlio Vargas, apontando problemas relacionados à migração interna. O termo “êxodo” demarca a origem camponesa dos migrantes e a idéia de trabalho, em contraste com a foto: homens e mulheres deitados em redes. Aguardam aqui, como figurantes de um “drama”, numa “terrível espera de melhor futuro”.

¹⁵⁰ FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 2002, p. 73.

¹⁵¹ Cf. PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos cruzados: a migração para São Paulo e os dilemas da construção do Brasil moderno nos anos 1930-1950*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 2000, p. 14. Também O Governo Federal “Sob constante pressão dos fazendeiros, não se esquivava de lançar mão da subvenção para suprir de braços a lavoura cafeeira. Assim, antes mesmo de 1930, os fazendeiros paulistas recorreram à mão-de-obra nacional, empregando em suas terras cinco mil cearenses, vitimados pela seca”. ESTRELA, Ely de Souza. *Os Sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP/ Fapesp/ Educ, 2003, p. 216.

Foto 5

Hospedaria Getúlio Vargas - A espera



Fonte: *O Povo*, 09 abr. 1964, p. 6.

A Espera - A Hospedaria Getúlio Vargas está abrigando nos seus galpões sujos 128 pobres cearenses, que esperam navios que as levará para o Norte e o Sul do país. O drama do êxodo rural é sempre o mesmo: expulsão da terra ingrata em busca do 'El Dorado' paulista ou amazônico. Mas enquanto o Itaité não vem, as famílias se sujeitam à comida e dormida da Hospedaria e à terrível espera de melhor futuro.¹⁵²

A espera se repete com freqüência, no Ceará, pois o drama "é sempre o mesmo". À idéia de "expulsão da terra ingrata", impõe-se a indagação: o que motiva a expulsão? Por que a terra é dada como ingrata? Qual a relação de trabalho de homens e mulheres na terra?

A foto seguinte está na mesma linha de observação do fotógrafo da imagem das redes, páginas atrás. Não à toa, a referência se repete. Edson Pio,

¹⁵² Foto e legenda sem título. *O Povo*, 09 abr. 1964, p. 6.

fotógrafo, apanha um flagrante da vida das famílias dos migrantes, “sem as mínimas condições de segurança e de conforto”¹⁵³.

Foto 6
Hospedaria Getúlio Vargas - Mais espera



Fonte: *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 05 jan. 1964, p.1.

A Hospedaria, em sucessão de evidências, suscita uma analogia a partir da observação do lugar dos camponeses. Antes do golpe de 1964, os camponeses construíam um lugar social com suas associações, sindicatos e ligas. O campo como lugar de luta, lugar da luta política e social. Agora, na hospedaria, experimentam o não-lugar. Tempo suspenso, tempo de redes armadas, tempo de espera e agonia, tempo de dependência e submissão¹⁵⁴.

¹⁵³ Na hospedaria migrantes vivem separados apenas por lençóis. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 05 jan. 1964, p.1.

¹⁵⁴ Lúcia Morales descreve sensação semelhante nos relatos recolhidos entre os soldados da borracha, hospedados em pousos como a Hospedaria Getúlio Vargas na década de 1940. Eles afirmavam o seu estranhamento quanto ao modelo de moradia, alimentação, dormida, enfim quanto ao cotidiano da vida. “... todos ali estão em trânsito: deixaram suas casas, não trabalham mais na roça e ocupam seus dias, normalmente, se entregando ao ‘nada fazer’. Dessa maneira, o que eram e o que serão estão em suspenso. (...) ele começa a viver uma rotina na qual não é mais um camponês mas, também, não é ainda um migrante.” MORALES, Lúcia Arrais. Op. Cit., p. 278-279.

A hospedaria, mais parecida com galpão, é descrita nas reportagens como lugar de promiscuidade, pelo amontoamento das famílias, sem privacidade, expostas à proliferação de doenças: “Num ambiente assim, estão surgindo doenças nas crianças, especialmente diarreia e coqueluche. Sem recursos, a Hospedaria torna-se desta forma, ótimo local para desencadeamento de uma epidemia”¹⁵⁵.

Cerca de dois meses depois, os responsáveis pela Hospedaria se manifestam: “Fonte da hospedaria informou que apesar do grande aglomerado de pessoas, não surgiu **ainda** nenhum surto de doença...”¹⁵⁶, informando o plantão de “um” médico naquele local. Destaque-se que este ‘ainda’, admite a possibilidade de surto ou epidemia na hospedaria.

Em outro momento (maio de 1964), uma “fonte” fala ao jornal sobre o assunto: “Fonte fidedigna da HGV nos informou que todas as pessoas que lá dão entrada são imunizadas contra qualquer doença contagiosa que venha a sofrer”¹⁵⁷.

É certo que a hospedaria vive em constante crise¹⁵⁸, que se reverte em focos de epidemia, divulgados apenas em alguns jornais de Fortaleza, como é o caso de *Gazeta de Notícias*. Em tons alarmantes: “Abrigados na hospedaria molestados de epidemia”¹⁵⁹. Apesar do alarme, o conteúdo não informa o risco iminente de epidemia e explica que as doenças vêm com as pessoas, em decorrência das más condições sanitárias, nos lugares de origem. É o momento em que grande parte da periferia de Fortaleza está sob as águas das enchentes, o que explicava a epidemia no abrigo. A *Gazeta de Notícias* informa que um surto de gripe atinge cerca de cento e oitenta e seis migrantes alojados na Hospedaria Getúlio Vargas¹⁶⁰.

Além de extrapolar a capacidade de abrigo, os serviços da hospedaria enfrentam outros problemas. A “Hospedaria Getúlio Vargas continua ela

¹⁵⁵ ‘Itaipé’ chega amanhã a Fortaleza: 160 migrantes cearenses vão nele para o Norte. *O Povo*, Fortaleza, 10 jan 1964, p. 03.

¹⁵⁶ Hospedaria repleta: mais de 200 emigrantes e cerca de 40 vítimas da destruição de seus lares. *O Povo*, Fortaleza, 31 mar. 1964, p. 5.

¹⁵⁷ 196 pessoas na hospedaria. *O Povo*, Fortaleza, 13 mai. 1964, p. 5.

¹⁵⁸ Flagelados vivem crises na hospedaria. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 07 set. 1963, p. 8.

¹⁵⁹ Abrigados na hospedaria molestados de epidemia. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 11 mar. 1964, p. 3.

¹⁶⁰ Hospedaria com 186 migrantes: surto de gripe. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 17 abr. 1964, p. 7.

recebendo famílias desamparadas fora de sua finalidade que era apenas de atender aos imigrantes”¹⁶¹ – tenta-se novamente eximir a Hospedaria das responsabilidades em manter estrutura capaz de atender à população. Refere-se o jornalista às vítimas das enchentes, quando casas, no bairro Pirambu, são destruídas ou alagadas, não possuindo as famílias nenhum tipo de recurso ou abrigo. Nesse caso, a hospedaria é o “depósito” dos problemas urbanos, uma demonstração da incúria do poder público¹⁶².

Migrantes, retirantes, flagelados, camponeses, todos vivendo agruras e uma vida intermediária, de passagem, de espera, aguardam o navio, a parada das chuvas, a reconstrução dos barracos, das casas, da vida.

O estudo de Gonçalves Filho ressalta a casa, o espaço, a memória dos migrantes, isto é, flagelados:

Estar em casa é estar nos outros, é estar em si mesmo estando nos outros. Ocorre que a mobilidade extrema e insegura das famílias pobres, migrantes ou nômades-urbanas, impede a sedimentação do passado. Os objetos herdados, toda esta coleção de bens biográficos não logra acompanhar a odisséia dos miseráveis. São transferidos, são abandonados ou são vendidos a preços irrisórios. A espoliação econômica manifesta-se ao mesmo tempo como espoliação do passado: ‘não há memória a quem nada pertence’¹⁶³.

As narrativas dos que saem do interior, da zona rural, são plenas do sentimento de perda: moradia, animais de criação, objetos, mobília doméstica, produtos do trabalho, pequena propriedade, o que participa das histórias de

¹⁶¹ Diretor regional da SUPRA limita-se a fiscalizar e a arrecadar, esperando o Estatuto da Terra. *O Povo*, Fortaleza, 18 nov. 1964, p. 6. Também aqui há notícia sobre a presença de flagelados das enchentes: Hospedaria abriga as vítimas de inundações. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 30 abr. 1963, p. 5-6, e, Hospedaria recebendo vítimas das enchentes trouxe interventor da SUPRA. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 05 mai. 1964, p. 6.

¹⁶² Deve-se compreender que, historicamente, a hospedaria servia aos dois fins, pois a ocorrência de cheias e secas forçava a necessidade da migração ou da busca de assistência. De acordo com Gisafran Jucá “Em 1949, tem-se notícia de que a Hospedaria Getúlio Vargas, destinada aos flagelados, recebera famílias desabrigadas, num total de 452 pessoas, em razão da queda de casebres em alguns bairros”; em segundo lugar, a superlotação nos pavilhões da hospedaria, infelizmente, era corriqueira desde décadas atrás. Em 1958, para citar um exemplo, o *Democrata* noticiava: “Na hospedaria havia 9.500 pessoas desabrigadas”. Num espaço em que deveriam caber apenas mil pessoas. E mais: “Ao todo, 6.000 pessoas comprimiam-se no espaço da Hospedaria, metade dormindo ao relento, à espera de transporte para o Norte, Sul ou Brasília”. JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Sec. de Cultura e Desporto do Ceará, 2000, p. 81 e 86.

¹⁶³ GONÇALVES FILHO, José Moura. A memória da casa e a memória dos outros. *Travessia. Revista do Migrante. Memória*. São Paulo: CEM, nº 32, p. 18, 1998.

vida. O texto, ao se referir simultaneamente à “espera de melhor futuro” e de “expulsão”, cria marcas, como tentativa de apagamento de memórias.

Observe-se a coerência entre estas notícias divulgadas n’ *O Povo*, durante o ano de 1964, em relação à matéria: “Partem os cearenses levando coragem”, d’ *O Nordeste*.

Aqui, partes do texto jornalístico onde os termos migrante e imigrante têm recorrente imprecisão histórica:

Os emigrantes, quase todos procedentes do interior do estado possuem cartas-convites de emprego nas cidades para onde demandam, tentando, desta forma melhor meio de vida. Observe-se no caso a continuidade do êxodo rural provocado pela falta de condições de trabalho reinante no ‘hinterland’ onde latifundiários continuam a por em prática o coronelismo feudal.

160 imigrantes cearenses encontram-se na HGV (...). Procedem de diversos municípios cearenses, os quais deixaram sob a alegativa de não encontrar condições nem meios para se manterem ou manterem suas famílias.

Mais de 200 emigrantes, oriundos do interior do Estado, expulsos da terra pela exploração a que eram submetidos, encontram-se alojados na HGV...¹⁶⁴.

Ainda impreciso, o conceito de “migrante”, “emigrante” e “imigrante”, se apresenta significativo ao pesquisador e ao leitor da época, como registro jornalístico desse fenômeno social de grande repercussão na história local.

É possível estabelecer nexos comparativos entre imigrantes e migrantes. Camponeses pobres, unidos como severinos. Mantidas as especificidades, “severinos cearenses” como “severinos estrangeiros” sofrem em mãos de latifundiários com práticas coronelistas ou capitalistas.

Para espanhóis, italianos, portugueses, entre outros, a travessia¹⁶⁵, em grandes navios, é cheia de riscos, comparável por vezes aos porões dos navios negreiros.

¹⁶⁴ Os trechos são referentes às notícias veiculadas no jornal *O Povo*, assim a indicação será apenas do título, data e página da matéria: Emigrantes cearenses aguardam o “Itaipé” para Santarém e Manaus, 03 jan. 1964, p. 2; 160 imigrantes aguardam transporte com destino à Amazônia, 09 jan. 1964, p. 3 e Hospedaria repleta: mais de 200 emigrantes e cerca de 40 vítimas da destruição de seus lares, 31 mar. 1964, p. 5, respectivamente.

¹⁶⁵ Para esta faceta da lembrança admite-se que: “De todos os aspectos que assomam a memória dos depoentes, destaca-se o cotidiano do deslocamento”. ESTRELA, Ely Souza. Op. Cit., p. 11.

Os migrantes cearenses vivem, em medidas diferentes, a experiência dramática do desenraizamento. Para os severinos cearenses, além dos navios, trens e paus-de-arara¹⁶⁶, o deslocamento a pé, nas estradas poeirentas, é outro elemento do drama sertanejo modelarmente registrado pelo engenho e arte da chamada literatura regionalista, como em Graciliano Ramos, Lins do Rego e Rachel de Queiroz¹⁶⁷.

O lugar de origem dos severinos é o interior, área rural; também as experiências em Hospedarias (aqui, Hospedaria Getúlio Vargas; no sudeste, Hospedaria dos Imigrantes) são marcantes como lugar de passagem para o destino incerto. Significativamente, os “severinos” daqui como os de lá partem de suas terras, sob o signo da exploração. Grande parte dos imigrantes e dos migrantes vivenciam a experiência do êxodo.

Esta experiência de partir pode significar mais que uma fuga, mais que a única possibilidade de sobrevivência, pode refletir a tentativa dos camponeses como ‘autores de si mesmos’. Ao sair de seu lugar de origem “ele está denunciando os obstáculos impostos pela ordem vigente à garantia de sua individualidade e, ao mesmo tempo, alimentando a esperança de recriar o social em outro espaço”¹⁶⁸.

Estes são alguns sinais da experiência de migração dos camponeses. Nesta pesquisa, entre 1950 e 1960, têm-se indícios de memórias da migração e narrativas referentes a outras temporalidades anteriores e posteriores a 1964.

¹⁶⁶ No caso dos ‘pau-de-arara’, o jornal *Correio do Ceará* indicava que os trabalhadores estavam sendo aliciados para trabalhar no sul (entenda-se sudeste), após pagar “astronômica” quantia, e em chegando ao seu destino nada encontravam, abrigando-se em favelas no Rio e São Paulo. Segundo a notícia, os lucros eram distribuídos entre os que realizavam o transporte (donos dos paus-de-arara). Cf. ‘Pau-de-arara’ era negócio rendoso no mercado de braços. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 25 jan. 1963, capa; e Tráfico de sertanejos para o sul a base de promessas de emprego. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 25 set. 1963, p. 7.

¹⁶⁷ Antonio Candido explica que “em literatura o que fala mais alto é a força do discurso (...). É o teor literário que faz a verdade da escrita, porque permite transformar o fato em significado. O resultado é um mundo além do nosso mundo, que no entanto nos faz compreendê-lo melhor”. Nesse sentido o “ciclo social do Nordeste” (1928 - *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida; 1930 – *O Quinze*, Rachel de Queiroz; 1938 – *Vidas Secas*, Graciliano Ramos; José Lins do Rego, em 1936 – *Usina* e 1943 – *Fogo Morto*, entre outros) aproxima os leitores das relações de trabalho, do drama dos deslocamentos, da violência e da paisagem social nordestina. CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: AGUIAR, Flávio (org.). *Com palmas medida*. Terra, trabalho e conflito na literatura brasileira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 1999, pp. 9 e 190-251.

¹⁶⁸ BORGES, Maria Eliza Linhares. A diáspora dos trabalhadores rurais mineiros: direitos civis e cidadania. *Varia História*. Belo Horizonte, n.15, p. 97, mar. 1996.

A vida Severina

Por trás do que lembro,
ouvir de uma terra desertada,
vaziada, não vazia,
mais que seca, calcinada.
De onde tudo fugia, (...).
Tudo o que não fugia, (...)
a terra devastada
ainda mais fundo devastava.

João Cabral de Melo Neto. "O Rio – Morte e Vida Severina".

Há quase quarenta anos, invadida a Rádio Dragão do Mar (manchete de capa d'*O Povo*), em 1º de abril de 1964, conhecido líder camponês, militante do PCB, escapa por pouco das grades e da repressão, graças à 'ignorância' dos soldados que ocupam aquele veículo de imprensa: José Leandro Bezerra da Costa, que assim narra a fuga:

Quando saí do Sindicato dos Ferroviários, no dia 01.04.64, resolvi deixar uma mensagem para ser lida, dirigindo-nos aos camponeses tentando encorajá-los naquele momento de tensão nacional. Na Rádio Dragão do Mar estava ditando para um repórter escrever. De repente, chega outro repórter e diz: 'O exército cercou e interditou a Rádio; Leandro, você não pode ser preso, venha que nós já temos dado fuga a alguém por aqui'.¹⁶⁹

José Leandro, além da história política ligada à vida camponesa e à luta pela reforma agrária, contra os latifundiários e a injusta estrutura agrária do Ceará, traz lembranças de migração por motivos políticos e de sobrevivência, assim como tantos outros severinos.

Sobrevive aos cascos dos ditadores e à fome imposta após o golpe, por não poder desenvolver nenhuma das atividades anteriores. Desloca-se para o Rio de Janeiro, em 1964, "Impossibilitado de continuar residindo no Ceará, isto porque sabíamos o motivo do golpe militar de 01.04.64, o qual surgiu para impedir o avanço democrático e a realização de uma Reforma Agrária radical no País..."¹⁷⁰.

Na cidade do Rio, Zé Leandro, primeiro, faz militância do PCB, junto ao operariado carioca, indo depois se instalar, como pequeno agricultor, na

¹⁶⁹ COSTA, José Leandro Bezerra da. *Depoimento. Minha Vida, a Sindicalização Rural e as Lutas Camponesas no Brasil*. Fortaleza: IOCE, 1988, p. 93.

¹⁷⁰ Id. *Ibid.*, p. 97.

Baixada Fluminense. Com a chegada da família, em janeiro de 1965, o lote não sustenta todos, experiência comum, da qual fogem muitos migrantes, inclusive os que, mesmo tendo um pedaço de terra, não suprem suas necessidades.

Atente-se que, nas décadas de 1950 e 60, dão-se, na Baixada Fluminense, sérios conflitos de terra entre grileiros e posseiros¹⁷¹. A atuação do Partido Comunista Brasileiro, na região, desde a década de 1940, é incrementada a partir de 1950. José Leandro não é mais apenas o migrante perseguido politicamente pela ditadura, mas, o militante do Partido Comunista, profissionalizado para tarefas diversas.

Trabalhando na venda de confecções, Zé Leandro, conhecido como Bezerra, arranja “ocupação” para prover o sustento da família que, ao mesmo tempo, possibilita as andanças pelo interior do Rio de Janeiro, realizando as tarefas militantes designadas pelo Partido:

Passei a viajar de Vassoura a Campos, fazendo as cidades de Vassoura, Nova-Iguaçu, Duque de Caxias, Magé, Itaboraí, Cachoeira de Maracá, Nova Friburgo, Rio Bonito, Silva Jardim, Niterói, São Gonçalo, Araruama, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Macaé, São João da Barra e Campos. Nesse trabalho tive oportunidade de visitar todos os locais das lutas camponesas daquela região no Estado do Rio de Janeiro¹⁷².

A saga de Zé Leandro e sua história de migrante têm estreita ligação com a luta dos trabalhadores rurais cearenses, que, por aqueles anos, vivem a expectativa da sindicalização rural como lugar do reconhecimento de direitos. No Rio de Janeiro, não é diferente, como ressalta:

Aprendi muito e consegui sair vivo com outros que estão por aí neste país. Morreram muitos dos companheiros que trabalharam juntos naquele estado. Muitos dos que morreram estavam ali vindos de outros Estados, fugindo da ‘Redentora’, como eu.¹⁷³

¹⁷¹ As lutas dos camponeses nos chamados “sertões cariocas” estão discutidas em GRYNSPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-64)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ, 1987; e em PEDROZA, Manoela da Silva. *Terra de Resistência. Táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-1968)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRS, 2003. Também sobre a questão agrária no Rio de Janeiro: SILVA, Luiz Rogério Oliveira da. *Luta pela terra em São José da Boa Morte: participação política e representação social no cotidiano dos lavradores (1960-1964)*. Dissertação de Mestrado. Assis, UNESP, 1994.

¹⁷² COSTA, José Leandro Bezerra da. Op. Cit., p. 98.

¹⁷³ Id. Ibid., p. 98.

Zé Leandro, como tantos outros sobreviventes ao golpe de 1964, tenta continuar atuando nos partidos e nos movimentos sociais até 1975, quando, escapando ao aparelho da repressão, a maioria dos militantes de esquerda vive sua experiência limite: o exílio e a clandestinidade.

Seu Pompeu, militante do PCB, fica no Ceará, com o golpe, conhece os porões da ditadura, enfrenta o rigor da repressão, inclusive a tortura. O camponês, desde a infância, teve a vida ligada ao campo e relata experiência de migração, na década de 1950. O relato reafirma e dá materialidade à história dos 'severinos cearenses' que migram de sua terra.

José Leandro, sozinho, leva dezesseis dias de Fortaleza ao Rio de Janeiro, em velho caminhão; Vicente Pompeu da Silva, com mulher e filho, percorre uma estrada de chão batido, durante onze dias, num pau-de-arara, até chegar a São Paulo:

Eu fui lá o seguinte, eu criei assim uma ambição, que todos os trabalhadores rurais que iam pra São Paulo, enricavam, ganhava muito dinheiro. Terra boa, agricultura ... eu disse, vou pra lá. Vendi os casebre velho, tudo o que eu tinha e apurei um conto e quinhentos e trinta. Vendi uma casa, um jumento, um cabrito, um pouco de feijão, tudo eu fiz um conto e quinhentos e trinta, e fui pra São Paulo, (...). Fomos fazer a vida lá na agricultura. Mas não é como diziam¹⁷⁴.

Os motivos que levam seu Pompeu a São Paulo são diferentes dos que expulsam José Leandro para o Rio de Janeiro. Um migra bem antes do golpe e de se tornar militante comunista. O outro é levado a migrar pela participação e liderança comunista nas lutas políticas pela reforma agrária, logo após o golpe militar.

Mesmo distintas, as experiências se assemelham: os protagonistas são alvos do latifúndio. Por motivos diferentes, os interessados na migração de ambos, na saída, ou na chegada, são latifundiários, a elite agrária.

Seu Pompeu discursa nos sindicatos, assina as atas e argumenta com as autoridades políticas, sem abandonar a enxada. Arrendado, na colheita do algodão, trabalha com camponeses de Iguatu. José Leandro se aproxima da terra para forjar nela as sementes da luta camponesa, o arado é a palavra falada ou escrita, como vivência militante.

¹⁷⁴ Entrevista com o Sr. Vicente Pompeu da Silva, realizada em 14 de junho de 2003.

No estudo da migração, a apreensão da lógica da cadeia migratória, que se forma, possibilita compreender a “escolha” dos locais para aonde migram os severinos. No caso de Pompeu, também há uma ponte que o liga à cidade a que se destina:

Eu tinha um primo que estava lá [Lucélia – SP], um primo solteiro que não tinha casa, não tinha nada. Vivia trabalhando na casa dos outros e pagando pra fazer comida pra ele e tudo mais. Quando eu cheguei lá, eu e minha mulher, eu dormi logo em cima de um saco de algodão. A mulher foi pra casa do vizinho e dormiu lá mais o meu filho mais velho. Ficamos sem casa. Depois ele arranjou pra mim um casebrezinho, na beira do riacho, plantava muita batatinha, muito brejado, plantava banana. Ficamos lá e fiz uma cama velha de coqueiro e tudo mais. Fui trabalhando.¹⁷⁵

Os ganhos de Pompeu, em Iguatu, são poucos, sem esperança de melhoria. O sonho de melhorar a vida pelo trabalho leva-o à Inúbia, distrito de Lucélia, segundo ele, uma boa cidade em São Paulo. Como acontece com alguns, seu Pompeu retorna ao Ceará, quase um ano depois. O retorno ao Ceará pode ter informado sua atuação na vida política. É possível que sua adesão à militância tenha começado nas terras de Inúbia.

Para situar, no tempo e no espaço, a saga de migrantes de José Leandro e Vicente Pompeu, têm-se os elementos de análise da estrutura fundiária no Ceará.

É a terra que querias ver dividida

Para descansar eu quero só
esta cruz de pau com chuva e sol,
este sete palmos e a ressurreição!
Mas para viver eu já quero ter
a parte que me cabe no latifúndio seu:
que a terra não é sua, seu doutor ninguém!
A terra é de todos porque é de Deus!

D. Pedro Casaldáliga

¹⁷⁵ Id. Ibid.

Os problemas podem ser detectados em vários estudos do período, em particular, nas décadas de 1950 e 60, quando a Questão Agrária está entre os temas mais discutidos. Nessas décadas, conforma-se a “Questão Agrária”, com os debates sobre migração e êxodo rural, como neste anteprojeto:

... o Estado do Ceará é a região do País onde ocorrem deslocamentos demográficos em maior escala, em detrimento da agricultura. O êxodo rural é um fenômeno que atinge proporções alarmantes por ocasião das grandes secas, mas não é condicionado apenas às calamidades climáticas periódicas. Na verdade, ele ocorre em caráter permanente, pois existe um contínuo e intenso fluxo migratório interno das zonas rurais para os núcleos urbanos do Estado, especialmente para a capital, além de um constante e caudaloso fluxo interestadual, dirigido tradicionalmente para o Sul do País, sobretudo para os estados São Paulo e Paraná, fluxo este deslocado parcialmente para o Planalto Central nos anos mais recentes como resultado da poderosa força centrípeta criada naquela região pelo advento de Brasília¹⁷⁶.

O texto é parte do “Plano de Reforma Agrária”, elaborado em 1967 (três anos após a legalização do Estatuto da Terra, em novembro de 1964). Apresentando minucioso estudo sobre o Ceará, o estado aparece como área de intenso fluxo migratório, interno e interestadual, combinando migrações e êxodo rural, com aproximadamente três quartos da população dependendo da agropecuária.

O estudo de Christine Jacquet também apresenta elementos de análise da migração da população rural cearense. Para o movimento a que se refere, como “extinção do sistema de parceria”, vê conseqüências que se unem aos fatores de diminuição da “mortalidade da população rural cearense”, que agravam o “fracionamento das propriedades e a precarização dos modos de apropriação da terra”¹⁷⁷.

Ilustrativa é a narrativa de José Germano Maia, onde, com ironia, fala sobre a estrutura fundiária da região do Vale do Jaguaribe, no Ceará: “... o vale

¹⁷⁶ IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. *Anteprojeto do Plano de Reforma Agrária da Área Prioritária de Emergência do Ceará* Rio de Janeiro: s.e., 1968, p. 2.

¹⁷⁷ JACQUET, Christine. A reestruturação da agricultura cearense: notas sobre a alteração das condições de reprodução do pequeno campesinato. *Dados. Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, IUPERJ, Vol. 43, nº 4, p. 8, 2000.

do Jaguaribe é um dos vales de mais minifúndios (...) tem camponês que morrendo se enterrar atravessado pega o terreno todinho...”¹⁷⁸.

Avaliando aspectos ligados à mortalidade, Jacquet analisa que, na década de 1960, “o Ceará iniciou uma transição demográfica que se expressou na redução da mortalidade”. Isso contribui para “manter em um nível elevado o crescimento natural da população rural”. Ainda que até 1950 o “sistema de herança do pequeno campesinato [cearense] que era igualitário”, ou seja, que permitia aos pais ajudar igualmente a todos os filhos após o desmembramento da família, fosse suficiente. A partir dessa data, o filho deserdado da terra, vê, como solução, não mais a partilha dos bens familiares, mas o êxodo para “poucos quilômetros de sua casa, como na direção de outros estados brasileiros”¹⁷⁹.

A origem de pequenas propriedades deve-se, principalmente, na região do Cariri cearense, segundo Haidine Barros, “ao desmembramento por herança”. No espaço escolhido para aplicação de seus estudos, em 1962, não havia “áreas devolutas ou baldias e a alta valorização desses terrenos faz com que sejam intensamente utilizados”¹⁸⁰.

Numericamente, de acordo com a tabela abaixo, na população rural, cresce a migração, e, apesar do crescimento de dois para mais de três milhões de habitantes, no meio rural, entre os anos de 1950 e 1965, o que se destaca é o percentual comparativo entre a participação da população cearense e o total da população brasileira. Isso transforma a curva da participação em curva declinante, pois, em 1950, a população do Ceará representa 5,1% da população nacional, enquanto em 1965, os cearenses figuram apenas como 4,5% da população brasileira.

¹⁷⁸ Trechos da entrevista realizada por Mônica Emanuela N. Maia em 11.08.2004 *apud* MAIA, Mônica Emanuela Nunes. “A *necessidade e o chicote*”: seca e saque em Limoeiro do Norte (1950-1954). Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 2005. p. 21.

¹⁷⁹ JACQUET, Christine. A reestruturação da agricultura cearense... Op. Cit., p. 9. De acordo com a autora, o contexto de divisão familiar igualitária da posse da terra entre os camponeses “prejudicou a viabilidade dos pequenos estabelecimentos, conseqüentemente o destino social do pequeno campesinato”, de tal forma, que contribuiu para o aspecto singular aqui enfocado da migração cearense.

¹⁸⁰ BARROS, Haidine da Silva. O Cariri cearense. O quadro agrário e a vida urbana. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano XXVI, p. 76/562, outubro-dezembro de 1964.

TABELA 1

Crescimento da População Urbana e Rural Cearense – 1950-1960

	CEARÁ			% Total Ce/Br	BRASIL		
	Urbana	rural	Total Ceará		urbana	rural	Total Brasil
1950	679.604	2.015.846	2.695.450	5,1	18.782.891	33.161.506	51.944.397
1960	1.124.829	2.213.027	3.337.856	4,7	31.990.938	38.976.247	70.967.185
1965	1.420.372	2.287.472	3.307.844	4,5	41.200.000	41.022.000	82.222.000

Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento e SPA/IBRA¹⁸¹

Ratificando a tabela acima e a declaração do IBRA, a SUDENE indica a presença de migrantes em Brasília, desde a década de 1950, o que confirma a persistência de intensa emigração das áreas rurais. “A construção de Brasília, no final da década de 50, e a abertura da estrada Belém-Brasília e da Transamazônica, posteriormente, atraíram muitos emigrantes em busca de melhor condição de vida”¹⁸².

De 1960 a 1970, a emigração do Ceará para a região Norte indica o percentual de 34,6% dos migrantes. Para a região Sudeste, migravam 8,6%. Para o Sul do país, um contingente de 14,9%, enquanto que para o Centro-Oeste, onde residiam os candangos, aproximadamente 14,6% de migrantes do Ceará podiam ser encontrados. Esses percentuais, somados, representam cerca de 11, 3% do total de migrantes nordestinos, ou seja, 102,1 milhares de cearenses, entre cerca de 1.344 milhares de emigrantes da região Nordeste.

A migração intra-regional se deu para os estados vizinhos do Nordeste, e não somente para as outras regiões do Brasil: para o Maranhão, 41.906; Piauí, 21.105; Rio Grande do Norte, 6.021; Paraíba, 4.509, Pernambuco, 20.075; Alagoas, 280; Sergipe, 280 e para a Bahia, forma 3.295 migrantes¹⁸³.

É curiosa a informação sobre o reduzido número das áreas que expulsam os camponeses cearenses, em comparação com o elevado contingente de trabalhadores rurais que emigram dessas terras, como podemos observar nos detalhes do mapa do Ceará e das Microrregiões de

¹⁸¹ IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Op. Cit., p. 103.

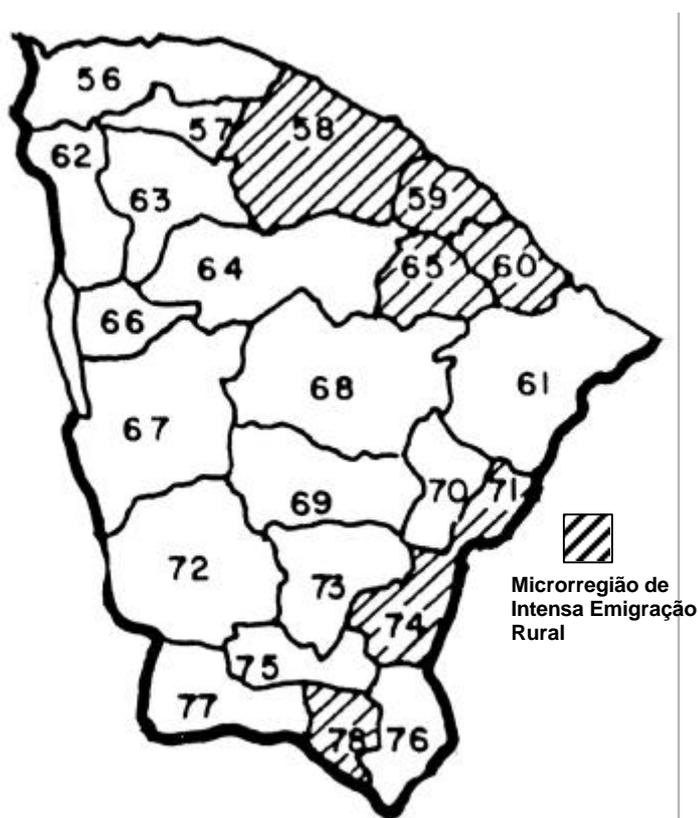
¹⁸² BRASIL. SUDENE. DRH; UFPE. UFPB. *Dinâmica das microrregiões de intensa atividade migratória*. Vol. 1. Recife: SUDENE, 1980, p. 180.

¹⁸³ MOURA, Hélio Augusto. *Nordeste: migrações inter e intra-regionais no período de 1960-1970*. Recife: SUDENE/DRH/DM, 1975, p. 11 e 18.

intensa Emigração Rural, no estado (Mapa 1 e Quadro 1). O Ceará possui poucas áreas expulsoras se comparado ao alto índice de emigração rural do Nordeste.

Apesar da pequena quantidade de áreas mapeadas, como expulsoras de braços para o trabalho migrante, percebe-se que isso não implicou relação de proporcionalidade. Ao contrário, tem-se uma relação inversamente proporcional no caso. Apesar de contar com apenas sete áreas caracterizadas como microrregiões de intensa emigração rural, em meio a vinte e três outras, essas microrregiões promovem a “sina” do ‘Ceará migrante’.

Mapa 1
Emigração Rural no Ceará, 1960-1970¹⁸⁴



Fonte: SUDENE/DRH

¹⁸⁴ Id. *Ibidem.*, p. 45. As microrregiões do Ceará listadas no quadro auxiliar ao mapa, foram identificadas nesta mesma fonte.

Quadro1
Microrregiões do Ceará

Nº	NOME	Nº	NOME
56	Litoral de Camocim e Acaraú	67	Sertões de Crateús
57	Baixo Médio Acaraú	68	Sertões de Quixeramobim
58	Uruburetama	69	Sertões do Senador Pompeu
59	Fortaleza	70	Médio Jaguaribe
60	Litoral de Pacajús	71	Serra do Pereiro
61	Baixo Jaguaribe	72	Sertão dos Inhamuns
62	Ibiapaba	73	Iguatu
63	Sobral	74	Sertão do Salgado
64	Sertões de Canindé	75	Serrana de Caririáçu
65	Serra de Baturité	76	Sertão do Cariri
66	Ibiapaba Meridional	77	Chapada do Araripe
		78	Cariri

Fonte: SUDENE/DRH

Ao focalizar microrregiões, como as da Serra de Baturité ou Serra de Pereiro, avistam-se regiões com climas amenos, certa periodicidade pluviométrica, relativa capacidade produtiva, bom solo e clima. Em observação do Cariri, percebe-se a mescla de características ambientais, entretanto, também nessa região, encontra-se maior quantidade de postos de trabalho, haja vista a concentração de engenhos de cana-de-açúcar. E o que dizer então do litoral e regiões próximas à área metropolitana de Fortaleza, além da própria capital cearense?

Não é estranho compreender a anedota com os cearenses, ao dizer que estes estão em todos os lugares do planeta. Diz a música que “até na Lua tem gente do Ceará”. O fato não pode ser presumido exclusivamente como conseqüência das secas e nem resumido ao problema da estrutura agrária do Ceará.

Os estudos do IBRA analisam aspectos da estrutura agrária, em que coexistem minifúndios e latifúndios:

Na estrutura fundiária, dois extremos se aliam como geradores de problemas sociais: o latifúndio e o minifúndio. No caso específico do Ceará, conforme comprovam os resultados dos estudos (...) o ponto crítico da estrutura fundiária se localiza na existência de 117.345

minifúndios, enquanto os latifúndios somam 32.954, dos quais 20 são por dimensão e os restantes por exploração.¹⁸⁵

O que une as diferentes microrregiões não é o habitat. Não é apenas o escaldante sol que tosta os sertões, é como diz o poeta: “o problema do Nordeste não é a seca, mas a cerca”.

É a concentração fundiária que envolve serra, sertão e litoral; que transforma um coronel de Iguatu, no melhor amigo do grileiro de Padre Andrade, em fiel escudeiro do latifundiário de São Benedito, como se diz nas linhas de *Terra Livre*: no aliado natural do tatuíra de Limoeiro do Norte¹⁸⁶. E, se a base agrária pode unir a elite latifundiária do Ceará, também pode fazer com que migrantes e retirantes encontrem motivos para a solidariedade e para a disposição de luta, e ainda, para construção do sentido de pertença classista, ou, como dito na sensibilidade do “poeta-pássaro”:

Pobre agregado, força de gigante
 escuta amigo o que te digo agora:
 depois das trevas vem a luz d’aurora
 e a tua estrela surgirá brilhante.
 Pensando em ti eu vivo a todo instante
 Minh’alma triste e desolada chora
 Quando te vejo pelo mundo afora
 Vagando incerto qual judeu errante
 Para saíres da fatal fadiga
 Do horrível jugo que cruel te obriga
 A padecer situação precária
 Lutai altivo, corajoso e esperto
 Pois só verás o teu país liberto
 Se conseguires a reforma agrária.¹⁸⁷

¹⁸⁵ IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Op. Cit., p. 3.

¹⁸⁶ A expressão tatuíra é utilizada e incorporada ao vocabulário camponês, em boa parte do país, para designar o latifundiário. A imagem do tatuíra é a de um homem gordo, meia idade, com aparência às vezes de preguiça, de cobiça, de crueldade. A imagem foi usada na imprensa militante, em charges e poesias, como ilustrado na segunda parte deste trabalho. A identificação servia para denunciar a exploração e opressão nos campos, por meio da ação dos periódicos, principalmente do *Terra Livre*, além de *Novos Rumos*. “... se mostrava cruamente as condições de vida e de trabalho que deviam ser mudadas, e que por isso haveria que se organizar adequadamente em solidariedade de classe”. MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Le Statut de la terre et les luttes des paysans brésiliens. In: ABRAMOVAY, Ricardo (org.). *Le Statut de la Terre* (30 ans de Questions Agraires au Brésil). *Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris, numéro spécial, pp. 68-69, 1995a.

¹⁸⁷ SILVA, Antônio Gonçalves (Patativa do Assaré). Reforma Agrária. In: CARVALHO, Gilmar de (org.). *Patativa do Assaré*. Antologia poética. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2001, p. 218.

Falta terra e sobra poder

Se nosso passado simboliza a continuidade de um modelo político concentrador e excludente, é também palco de inúmeras batalhas sociais de resistência...

Rosimeire Almeida. "A luta pela terra no Brasil".

Aparece assim no jornal:

Embora as condições do interior cearense não sejam no momento [1964] das piores pois existe procura de mão-de-obra e melhores salários em virtude dos fatores do inverno, várias famílias sertanejas preparam-se para deixar o estado emigrando para Amazônia.¹⁸⁸

Se por um lado é verdade que o clima do Ceará não é o único causador da emigração, ou seja, é questionada a tese da seca como maior fator da migração. Por outro lado, a compreensão de que a situação não pode perdurar, já que chegou a nível insuportável, estabelece uma relação entre as trajetórias desses trabalhadores e a questão da emigração como outra escolha, outro tipo de resistência.

Nesse sentido, em entrevista veiculada pelo jornal *O Povo*, com famílias que residiam e trabalhavam nos municípios de Iguatu e Redenção, houve unanimidade em responder que “não poderiam mais suportar as condições de vida que lhes eram impostas e denunciaram que os ‘coronéis’ pagam um salário ínfimo ao trabalhador...”¹⁸⁹.

Ressalte-se aqui o discurso do jornal, que registra duas construções de migração. No primeiro momento, afirma que existem condições para que os ‘sertanejos’ permaneçam em seus lugares de origem; que há condições de vida, que ‘não são das piores’, havendo procura de mão-de-obra, já que os fatores climáticos permitem, mesmo que sobressaia, ao final da matéria, que os trabalhadores “Justificam, por exemplo, a fuga para outras regiões, pelo fato de

¹⁸⁸ Mesmo com inverno sertanejos vão emigrar para a Amazônia: por quê? *O Povo*, Fortaleza, 15 e 16 fev. 1964, p. 2.

¹⁸⁹ Uma das causas do êxodo rural. *O Povo*, Fortaleza, 18 fev. 1964, p. 2.

existir procura de mão-de-obra somente no inverno passando o restante do ano enfrentando as mais atrozés dificuldades”¹⁹⁰.

No segundo momento, o jornal realiza entrevista que se contrapõe ao discurso elaborado dois dias antes. A fala dos trabalhadores de Iguatu é expressão da vida severina. Os trabalhadores reclamam a extrema exploração a que são submetidos, recebendo salário de miséria e enfrentando condições de vida insuportáveis.

De forma nuançada, o *Correio do Ceará* destaca que os “sertanejos abandonam terras em plena safra rumo a grandes centros”, desta forma:

Em pleno período de safra agrava-se de maneira perigosa a crise de mão-de-obra na agricultura, tendo em vista o êxodo impressionante somente nestes últimos seis meses entraram para fixar residência nos subúrbios de Fortaleza cerca de 10 mil pessoas, isto, como frizamos em pleno período de safra e abundância no sertão. Não se conta o grande número de paus-de-arara que continuam saindo de nosso estado, para o sul do País **em busca de melhores dias de vida, o que não conseguiram durante longos anos de trabalho nas terras cearenses**¹⁹¹. (grifo meu)

Sobressai do grifo a ponderação dos camponeses, cientes de que o trabalho é explorado, de que a ‘melhora da vida’, o afastamento da miséria imposta pela estrutura fundiária do Ceará exigem atitudes e decisões, e, de que para alguns, resta a migração.

Refletindo sobre a Questão Agrária brasileira e seus problemas, Antonio Candido analisa o interior paulista, comparativamente à região Nordeste e ao Ceará, do período de 1950 e 1960. O autor define sua experiência desta forma: “tive um primeiro contato com o Nordeste (sobretudo

¹⁹⁰ Mesmo com inverno sertanejos vão emigrar para a Amazônia: por quê? *O Povo*, Fortaleza, 15 e 16 fev. 1964, p. 2. Artigo sobre contexto das reformas agrárias da década de 1960, discute a expulsão dos trabalhadores rurais em espaços diferentes: áreas de elevada mecanização agrícola, e onde os modos de produção era mais tradicionais. O autor afirma que “nesta área mais tradicional, falta mão de obra, principalmente, no período da colheita, onde a demanda é maior. Assim, afirma, que longe de liberar mão de obra por que é necessária à indústria, o sistema agrário expulsa-a, não por seu desenvolvimento ou modernização, mas ao contrário, por causa de seu atraso técnico e da miséria a que está condenada, grande parte da população rural”. CHONCHOL, Jacques. Le contexte idéologique des réformes agraires en Amérique Latine dans les années 60. In: ABRAMOVAY, Ricardo (org.). *Le Statut de la Terre* (30 ans de Questions Agraires au Brésil). *Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris, numéro spécial, p. 29, 1995.

¹⁹¹ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 05 set, 1963.

o Ceará), cuja terrível situação agrária faz parecer relativamente amena a miséria descrita...”¹⁹².

Na análise de Antonio Candido, o “caos” no Ceará não é gerado tanto pela situação de miséria a que as populações são submetidas. Entretanto, a concentração fundiária o assusta, a ponto de considerar amena a miséria vivida - miséria dos que passam fome cotidianamente, dos que se arrastam descalços sem nunca conhecer alpercata, dos que esfarrapados nunca conheceram as letras, e, tombavam a sua frente. Antes de tudo o texto de Candido é um “compromisso ético-político, de denúncia das condições de vida no campo e de crítica ao domínio oligárquico”¹⁹³.

Em outra vertente analítica, Moisés Vinhas enfoca a região nordestina, afirmando que “as condições de vida nessa região (...) devem ser tomadas como a causa principal da ‘expulsão’ de contingentes populacionais relevantes do Nordeste”¹⁹⁴.

Em apreciação mais recente, José de Sousa Martins pergunta: “Migrações temporárias. Problema para quem?”¹⁹⁵ O texto discute o tema migração em relação direta com o latifúndio, a cena urbana e as condições de vida dos camponeses. Desta forma, Martins afirma que, no momento em que se gritava contra o êxodo, o grito provinha da classe média urbana atemorizada com a presença do “problema social” em suas portas, ultrapassando os limites e invadindo a urbe.

O interesse imediato é a separação entre os mundos urbano e rural; o afastamento dos problemas que devem permanecer no sertão, no interior: a fome e a miséria não devem afligir a população da capital cearense, que tão “bela e formosa” cidade, buscam edificar. Logo, o anúncio de “transferência da hospedaria [Getúlio Vargas] para a zona rural” é a receita de exclusão para

¹⁹² CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. 3ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975, p. 10.

¹⁹³ SANTOS, Luiz Antônio C. A radicalidade de ‘Os Parceiros do Rio Bonito’. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, EDUSC/ANPOCS, vol. 17, nº 49, p. 33, junho/2002.

¹⁹⁴ VINHAS, M. *Problemas agrários – camponeses do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: s/e, 1972, p. 60.

¹⁹⁵ MARTINS, José de Souza. Migrações temporárias. Problema para quem? *Travessia. Revista do Migrante. Migrantes Sazonais*. São Paulo: CEM, nº 1, 1988.

elites agrárias e urbanas¹⁹⁶.

Os da cidade argumentam que a localização da hospedaria, na capital, significa estímulo ao êxodo. Neste caso, “a hospedaria situando-se no interior do Estado ficará mais fácil o auxílio a ser prestado aos camponeses, bem como no sentido de encontrar novos empregos para os desempregados de um modo geral”. Na verdade, representa a mudança, de acordo com interesses próprios dos ‘da cidade’, a “luta contra o êxodo”¹⁹⁷.

Os do campo, os “grandes proprietários de terra, preocupados com a perda da mão de obra barata ou, até gratuita, que ocupavam suas fazendas”¹⁹⁸, buscam, por sua vez, a interiorização da hospedaria a fim de ter mais perto os braços de que necessitam para brocar, ceifar, plantar e colher. Além disso, no Nordeste, os “coronéis” perderiam sua “massa de manobra”, a tutela sobre os apadrinhados, a clientela, enfim o “eleitorado”.

Esse aspecto se reflete no que concerne ao problema da migração, a manchete “Hospedaria suspende embarques: escasseia mão-de-obra no Ceará¹⁹⁹”, em que se proclama o cancelamento das licenças fornecidas pela Hospedaria aos migrantes para se deslocarem do Ceará para outros estados.

Os textos de 24 e 25 de janeiro de 1963 afirmam os motivos desta extraordinária cena: superlotação freqüente da hospedaria ao galpão vazio e silencioso; obra dos que sentem a falta da mão de obra bater-lhes às porteiras. “Esta carência vem se revelando dia a dia, com inúmeros proprietários de terra

¹⁹⁶ Caso parecido com o dos migrantes cearenses é observado a partir da análise das representações, na imprensa, dos migrantes mineiros na cidade paulista de Franca entre 1960 e 1970. O jornal *Diário da Franca* estampa adjetivações e “apelos mais aberrantes para retratar a condição dos albergados”, como escrito naquela folha: gente que não é gente. Neste sentido, usam os problemas (localizados em albergue semelhante à Hospedaria Getúlio Vargas) para solicitar auxílio à população. No caso exposto, o migrante mineiro “é um intruso que nem sequer atingiu o status de gente e que veio conturbar a situação da cidade...”. Há o incômodo quanto à “imagem da cidade”. Em Fortaleza o “auxílio” oferecido foi a expulsão da cidade e o deslocamento do albergue; em Franca houve uma campanha: “‘operação devolve mendigo’, como se as pessoas fossem uma espécie de degradados sociais nocivos que deveriam ser varridos e isolados do meio urbano”. GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. As representações sobre os migrantes mineiros na imprensa francana (1960-1980). *Estudos de História. Revista do curso de pós-graduação em História*. Franca, UNESP, v.2, n.1, pp. 76-78, 1995.

¹⁹⁷ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 09 jul. 1964, p. 6.

¹⁹⁸ MARTINS, José de Souza. Op. Cit., p. 5. Preocupações como esta não são recentes. Em 1928, as classes dirigentes de Minas Gerais (cafeicultores), reunidas em Congresso, deliberaram sobre o trabalho no campo, propondo leis para “controlar o fluxo da mão-de-obra rural, impedindo e/ou minimizando os custos do êxodo rural”. BORGES, Maria Eliza Linhares. A diáspora dos trabalhadores... Op. Cit., p. 93.

¹⁹⁹ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 24 jan. 1963, p. 6.

chegando do sertão em Fortaleza procurando levar as famílias de retorno aos trabalhos agrícolas”²⁰⁰.

Foto 7
Hospedaria vazia



Fonte: *Correio do Ceará*, Fortaleza, 25 jan. 1963, p. 2.

Assim, a migração acarreta prejuízos com a ausência de braços para a lida na agricultura e pecuária, e mesmo a falta do “excesso” de mão de obra, que barateava os custos do grande proprietário rural²⁰¹.

O paradoxo aparente é evidente com o problema das secas, visto que “a seca tem servido para justificar uma série de problemas sociais por que passa o Ceará, assim como tem sido a base sobre a qual se ergueu um complicado sistema político, de aproveitamento de verbas e de paternalismo”²⁰².

Não é alvo, aqui, o estudo das secas. Com elas, a fome, a miséria, a morte, tudo ganha coloração acre. A contragosto, os camponeses observam

²⁰⁰ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 24 jan. 1963, p. 6.

²⁰¹ Tese defendida em PAIVA, Odair da Cruz. Op. Cit.

²⁰² NEVES, Frederico de Castro, SOUZA, Simone de (orgs.). Introdução. In: _____. *Seca*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002. (Coleção Fortaleza: história e cotidiano), p. 13. Leitura obrigatória sobre o tema: NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: secas e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000a; e _____. *A seca na história do Ceará*. In: SOUZA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha. 2000b, pp. 76-102.

tudo a sua volta secar, inclusive os favores do patrão. Também eles são vítimas do clima, mas retêm não só a água, como o dinheiro e o poder advindo com a calamidade²⁰³.

As secas do Ceará ajudam a forjar vínculo entre o governo federal, os governos estaduais e os grandes proprietários. A Amazônia é o destino de milhares de migrantes. Aqui o alerta de alguns jornalistas:

... a Hospedaria Getúlio Vargas está cheia de sertanejos que vão fugir da dor e do sofrimento, talvez, em busca de dor maior ou da própria morte nas regiões paludosas do Amazonas. 260 sertanejos estão aguardando a hora de partir.²⁰⁴

Entre propagandas e contratos, com a conivência dos governantes, criam-se formas de atração aos expulsos da terra. “O saldo desse apelo patriótico, contudo, foi um tanto quanto trágico. Estima-se em cerca de 20 mil mortes nos seringais, provocadas principalmente pela malária e pela fome...”²⁰⁵.

Com o tempo, a prática dispensa maiores desculpas, mesmo em período chuvoso, é lucrativo para uns e esperançoso para outros, migrar para o Norte.

Mas nada justifica a expulsão, na maioria dos casos, a seta que flecha o caminho cruzado de migrantes é a do grande latifúndio ou do minifúndio. Enfim, ante os fatores que contribuem para a migração dos severinos, a estrutura fundiária se destaca.

Maria Aparecida Silva ajuda a entender os severinos cearenses. Pelas memórias dos camponeses, é possível compreender que a relação mantida com o espaço geográfico se refere a cenário, à paisagem social, coletivamente construída, que, na maioria das vezes, informa a vida de cada um:

²⁰³ Um dos casos desta retenção de valores pode ser vista através das histórias sobre os saques ocorridos no Ceará. Por exemplo, os gêneros alimentícios a serem distribuídos entre os camponeses de Limoeiro do Norte na seca de 1953, que ficaram trancafiados num armazém por ordem do Prefeito da cidade. MAIA, Mônica Emanuela Nunes. Op. Cit., p. 48.

²⁰⁴ PEREIRA, Luis Crescêncio. Cearenses a morte dos seringais. *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 11 jan. 1964, p. 4.

²⁰⁵ GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Cidadania e exclusão social: a história dos Soldados da Borracha em questão. *Trajetos. Revista do PPG em História Social e do Dep. História da UFC*. Fortaleza: Dep. História da UFC, v. 1, n. 2, p. 73, jun. 2002.

O lugar define o pertencimento social, o enraizamento em um determinado território. Portanto, o território não diz respeito apenas ao espaço geográfico, físico, mas também ao espaço simbólico, que o envolve com significados da cultura e da vida social ali existente.²⁰⁶

A 'vida social' sofre enorme golpe, à medida que a estrutura fundiária vai se moldando e alterando a organização socioeconômica e cultural dos camponeses, desenraizando-os, o que é confirmado pelas estatísticas.

O Censo [1960] que registra, no Ceará, 122.834 estabelecimentos agrários contra somente 86.690 de 1950²⁰⁷, forja a observação do fenômeno de crescimento e esfacelamento das unidades agrárias – com base na tese de Christine Jacquet sobre a 'transição demográfica' - o que representa um dos principais motivos para as mazelas do êxodo rural e da fome. Duas distorções socioeconômicas identificam essa estrutura: a concentração fundiária dos grandes latifúndios e o esfacelamento das propriedades rurais.

Para a compreensão da problemática da questão fundiária, observe-se o quadro nº 2. Os dados referem-se à Estrutura Fundiária do Ceará em 1963:

Quadro 2
Estrutura Fundiária do Ceará em 1963

Medidas em Hectares

Área de terra ocupada		Área destinada a lavoura	Quantidade de Proprietários
CEARA	11.398.609	1.639.967	122.834
1 a 20	435.078	207.011	54.292
20 a 500	5.966.140	1.105.342	65.038
500 a 1.000	1.450.661	128.907	2.119
1.000 a 2.000	1.057.442	74.502	755
2.000 a 10.000	1.489.288	134.205	558
10.000 a 100.000	665.184	26.271	30

Fonte: COSTA, José Leandro Bezerra da²⁰⁸

²⁰⁶ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004, p. 24-25.

²⁰⁷ Sinopse Preliminar do Censo Agrícola, Rio de Janeiro: IBGE, 1962. Apud MARCONDES, J. V. Freitas. O regime da propriedade da terra e a reforma agrária no Brasil. *Sociologia*. São Paulo, n.1, p. 125, março 1964. Tais dados puderam ser observados também na notícia: Estrutura Agrária do Ceará – I (Uso e Distribuição da terra). *O Povo*, Fortaleza, 11 e 12 abr. 1964, p.14.

²⁰⁸ Quadro organizado pela autora com base nos dados pesquisados em COSTA, José Leandro Bezerra da. Op. Cit., p. 53.

Pelo quadro, é possível afirmar a distribuição da terra como decorrente do quadro de injustiça social, herança colonial e permanência no tempo.

De acordo com os números descritos, 97% dos proprietários dispõem, em conjunto, de apenas aproximadamente 6% do total de terras do estado. Com base nesses dados iniciais, vê-se que a quantia reduzida, nas mãos de proprietários, é responsável por cerca de 80% das áreas destinadas à lavoura.

É esperado que, na relação em que 3% dos proprietários retêm mais de 90% das terras, surjam resistências e formas de luta camponesa pelo direito à terra de trabalho e de moradia.

No contexto do Ceará de 1964, a concentração fundiária é um ponto crucial. Diante dos dados, os estudos sobre os camponeses no Brasil destacam as décadas de 1950 e 1960 e os conflitos que transformaram a face agrária do país, junto aos movimentos sociais do campo, e aos aspectos políticos e jurídicos com os quais se relaciona a Questão Agrária.

Em outra perspectiva, Paulo Fontes também reflete sobre este período:

No final dos anos 50 e início dos 60, vai tomando corpo na esquerda brasileira, particularmente em setores intelectuais, estudantis e artísticos, uma visão positiva do camponês e do migrante, que se contrapunha à tradicional imagem negativa sobre o atraso político e cultural destes setores sociais. Parte de um fenômeno que foi denominado 'romantismo revolucionário' (...). Para diversos setores políticos da esquerda no imediato pré-1964 e principalmente no período até o início dos anos 70, seriam estes os camponeses e os migrantes os verdadeiros agentes da transformação social.²⁰⁹

É de se enfatizar, no Nordeste, particularmente no Ceará, a possibilidade de a migração ter sido vista com bons olhos pelos poderosos do latifúndio, ao menos, em períodos de ascenso da mobilização social. Afinal lhes agrada ver distantes, os líderes rurais, sindicais e militantes partidários.

²⁰⁹ FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. Op. Cit., p. 85-86. A visão tradicionalmente negativa é discutida em Adriano Luiz Duarte, onde se explicitam as visões dos moradores da Mooca acerca dos migrantes nordestinos que começavam na década de 1960 a habitar aquele bairro. Através dos preconceitos e estigmas com que caracterizavam os nordestinos, as falas dos entrevistados (maioria de origem estrangeira) permitem perceber as dificuldades enfrentadas pelos migrantes nacionais. DUARTE, Adriano Luiz. Os sentidos da comunidade: notas para um estudo sobre bairros operários e identidade cultural. *Trajetos. Revista do PPG em História Social e do Dep. de História da UFC*. Fortaleza: Dep. de História da UFC, V. 2, n. 2, p. 103-113, 2002.

Trata-se de analisar os conflitos sociais no Ceará como causa de migrações. No período em que começam a se estruturar os sindicatos rurais, os atritos entre trabalhadores e donos da terra são mediados pelos líderes sindicais. Não poucas são as perseguições, muitos saem dos locais de trabalho e moradia, fugindo da opressão dos latifundiários, como José Leandro Bezerra e Vicente Pompeu da Silva. A relação é esclarecida, neste estudo, que apresenta o Nordeste como:

reservatório de mão-de-obra para o desenvolvimento capitalista no centro-sul sem com isso alterar, de forma radical as relações de poder entre as classes tanto no sul quanto no Nordeste; o êxodo e a migração apresentavam-se enquanto possibilidade de resolução de conflitos e ao mesmo tempo seriam funcionais aos interesses capitalistas no centro-sul.²¹⁰

O Brasil de 1950 e 1960 é território de lutas camponesas: Ligas Camponesas, MASTER – Movimentos de Agricultores Sem Terra, Sindicatos Rurais, Encontros Nacionais, Federação de Agricultores, lutas nos sertões cariocas, no Paraná, em Minas Gerais, no Ceará, na Paraíba, em Pernambuco. O Nordeste fica conhecido como um “barril de pólvora” prestes a explodir numa “revolução camponesa”, dada a intensidade dos movimentos sociais no campo. De fato, os argumentos estão na base da justificativa do golpe militar em 1964, na tentativa de aniquilamento das lutas no campo.

Após essa data, os mecanismos de repressão e controle da Ditadura caminham no sentido de amordaçar o movimento social:

através da perseguição, morte e exílio de suas lideranças. Provocou com isso um período forçado de silêncio dos camponeses, mas não eliminou as contradições da realidade que lhe serviram de base e que foram as causas de tantos conflitos.²¹¹

²¹⁰ PAIVA, Odair da Cruz. Op. Cit., p. 165.

²¹¹ POLI, Odilon. *Leituras em Movimentos Sociais*. Chapecó: Grifos, 1999, p. 55. Rica é a bibliografia sobre as lutas no campo neste período, com destaque para as leituras da biografia de Elizabeth Teixeira em BANDEIRA, Lourdes, MIELE, Neide, GODOY, Rosa (orgs.). *Eu marcharei na tua luta! A vida de Elizabeth Teixeira*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997; OCHOA, Maria da Glória Wormald. *As Origens do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais no Ceará 1954-1964*. Fortaleza: UFC/Stylus, 1989. (Coleção Estudos Históricos, nº 5), de BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984, entre outros.

Mas o silêncio não é maquinado somente após a queda do governo de João Goulart. A imprensa cumpre sua parte ao ocultar, da opinião pública, os acontecimentos relativos aos conflitos sociais do Ceará e do Brasil.

NÃO HAVERÁ REFORMA AGRÁRIA SEM SANGUE

Querem terras e recebem tiros. Querem semear e são obrigados a abrir covas. Querem produzir frutos e esculpem cruzes. Querem ficar no campo e são enxotados para a cidade. Querem empunhar enxadas e são manietados com algemas. Querem colher alimentos e juntam tristezas. Querem assentar-se em terras improdutivas e o governo envia a polícia para obrigá-los a ficar do outro lado da cerca, como se a propriedade estéril tivesse mais valor que a vida humana.

Frei Betto. "Sem terra & cidadania".

O título é destaque de capa do jornal *O Nordeste*, em 16 de fevereiro de 1964. A notícia diz respeito à cidade de Trindade, no interior de Goiás, cujos fazendeiros declaram que o governo federal não conseguirá realizar desapropriações ou reforma agrária, nem usar de "demagogia", se os alvos são "as terras que vem herdando" e mantendo, às "custas do suor e do trabalho de milhares de fazendeiros do interior do Brasil"²¹².

A nota refere-se inicialmente à contenda entre os fazendeiros goianos e João Goulart, entretanto, ao final, é uma advertência "nacional" de "milhares de fazendeiros do interior do Brasil", que não permitem ações que possam alterar a estrutura fundiária do país.

É mais que advertência: é uma conclamação para que os grandes proprietários reiterem o uso da violência, frente aos camponeses²¹³.

²¹² Não haverá reforma agrária sem sangue. *O Nordeste*, Fortaleza, 16 fev. 1964, p. 1 e 5. Outra notícia: Fazendeiros irão à morte para defender propriedade. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 18 fev. 1964, p. 1, reforça o "estado de tensão" no mesmo sentido da chamada anterior.

²¹³ Há de se salientar que os latifundiários possuíam, além da violência, possibilidades diferentes de ação. Segundo dados do IBGE (Sindicatos: indicadores sociais. Rio de Janeiro, v. 1, 1989) até 1988 existiam cerca de 1751 sindicatos de empregadores no setor agrícola. Sendo que entre 1951 e 1960 seriam fundados 234, e entre 1961 e 1970, mais 755 sindicatos patronais. Cf. SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Formes de domination et syndicalisme rural au Brésil*. Op. Cit., p. 38. Ressalte-se que as classes dominantes nos campos brasileiros associaram-se tardiamente por que o Estado, até aquela data, estava em defesa de seus interesses e sem a obrigação jurídica de mediar conflitos legais e trabalhistas. SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Dominação e organização rural no Brasil*. Apud: DIAS, Wagner Venceslau. *Redes de dominação e conflitos no campo: uma problematização da análise sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)*. *Plural*. São Paulo, USP, n. 4, pp. 107-124, 1º sem. 1997.

Os jornais divulgam conteúdo estarrecedor acerca do assassinato de camponeses e suas famílias, por outro lado, mostram a reação dos camponeses aos atentados, em forma de defesa ou ataque. A violência de latifundiários e camponeses, segundo Ilse Scherer-Warren, vai se naturalizando por via “de uma lógica que crê poder resolver os problemas da vida com a morte”.

A violência se justifica hoje, e explica esta lógica, já que se afirma “a inevitabilidade da violência como meio de lutar por interesses”. Desta forma, nas décadas de 1950 e 1960, como agora, os latifundiários fundamentam o uso da violência:

para a defesa de seu patrimônio, através da violência direta, ativa, formando inclusive milícias armadas para atuar em áreas ocupadas por sem terras, e legitimando as formas de dominação históricas, ou seja, a violência institucionalizada.²¹⁴

Enquanto isso, os camponeses justificam a reação “como uma forma de resistência e de luta contra a miséria, a fome e a falta de meios de sobrevivência, isto é, legitimando o direito de lutar pela transformação das estruturas de dominação”²¹⁵.

Acima de tudo, tais notícias informam e reforçam o “estado de tensão” vivido no Brasil, derivado dos debates sobre a questão agrária, e não diferenciam, por vezes, o principal agente da violência no campo, pois as chamadas são feitas com títulos dúbios e imprecisos.

A maioria das informações sobre as disputas de terra, no Brasil, veiculadas pelo *Correio do Ceará*, deslocam a violência unicamente para o raio da ação ou reação dos camponeses: “Camponeses invadem a Paraíba”; “Camponeses invadem engenhos em Pernambuco”; “Camponeses gaúchos em pé-de-guerra”; “Ligas Camponesas não aceitam terras de graça: só com luta”; “Trucidado por 400 camponeses administrador de um engenho”; “Camponeses ameaçam saquear as casas comerciais de cidade pernambucana”; “Jaboatão

²¹⁴ SCHERER-WARREN, Ilse. Abrindo os marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais. *Caderno CRH*. Salvador. nº 28, p. 71, jan./jun. 1998.

²¹⁵ Id. *ibid.*, p. 71-72.

ocupada pelos camponeses” e “Armas de guerra em poder dos camponeses”²¹⁶.

A estratégia adotada pela imprensa de Fortaleza não se diferenciava. As notícias, em ordem de publicação, visam a mapear em que medida as reivindicações, contendas e violências são informadas à opinião pública, antes do Decreto da SUPRA e depois do Estatuto da Terra (1963-1964).

A primeira notícia sobre violência, nos campos do Ceará (em 1963), é: “40 homens armados de foices arrazaram nossas roças”. Em resposta às possíveis perguntas que se fazem após a leitura do título - nada esclarecedor - a narrativa expõe a desavença entre herdeiros de terras, em Maranguape, e rico fazendeiro, “coronel” Pedro Paulo, que decide ampliar a extensão de sua propriedade destruindo as cercas que separam as suas terras das dos vizinhos. Além disso, o “coronel” aproveita para arrasar o plantio dos irmãos herdeiros²¹⁷.

O fato veio à tona porque os irmãos Manoel Lúcio e Antônio Lúcio procuram a redação do jornal *Gazeta de Notícias* para narrar o acontecido e apelar às “autoridades competentes a fim de que não permitam mais que o Pedro Paulo volte a fazer o que fez...”²¹⁸.

É a utilização do jornal como meio para informar a realidade, e no caso, é o que possivelmente acontece. Os irmãos se deslocam de Maranguape, cidade serrana, com o intuito de mostrar uma arma diferente: a divulgação da violência e o motivo da discórdia.

Esta é uma possibilidade acessível aos pequenos proprietários e trabalhadores rurais, ao contrário dos latifundiários, ao lado de quem a

²¹⁶ A sugestiva notícia “Mineiros lubrificam armas de 64” (Jornal do Brasil, 01 jun. 1985) divulga em 1985: “os proprietários rurais estão comprando armas – e lubrificando outras, obsoletas, adquiridas em 1964, mas que ainda funcionam”, principalmente, para “proteger” suas terras. Na análise deste novo momento da Questão Agrária, a autora demonstra o uso da violência nos conflitos sociais rurais. BRUNO, Regina Ângela Landim. *O ovo da serpente*. Op. Cit., p. 178.

²¹⁷ Para Oliveira o Ceará era “o mais oligárquico de todos os estados do Nordeste”; não descartando que a década de 1960 marca o início da decadência das oligarquias cearenses. OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993, p.109; ver também sobre a extensão do poder oligárquico no Ceará: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, pp. 65-66.

²¹⁸ 40 homens armados de foices arrazaram nossas roças. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 20 fev. 1963, p. 6.

imprensa caminha a maior parte do tempo. É uma luta travada num espaço simbólico, no ‘espaço da linguagem’, onde a ‘arma é a palavra’²¹⁹.

Em escala maior, os jornais divulgam matérias sobre os acontecimentos, em Quixadá²²⁰, que envolvem os trabalhadores da fazenda Oiticica e o proprietário Valdevino Cabral de Oliveira. Também a primeira notícia, em 1963, sobre os trabalhadores da Serra Azul, no município de Quixadá, tem como precursor um grupo de agricultores da fazenda e representantes da FALTAC - Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará. A visita à redação do *Correio do Ceará* denuncia atitudes arbitrárias do fazendeiro Valdevino, que inclusive submete os trabalhadores “a um sistema de exploração igual ao aplicado aos grandes feudos”.

O jornalista se apropria, então, de discurso corrente, de parte da esquerda que conceitua os problemas agrários como problemas de um país que guarda resquícios de relações feudais²²¹. A afirmação se baseia, principalmente, no fato de que os trabalhadores (de Quixadá, com frequência, de todo o nordeste brasileiro) estão atrelados ao fazendeiro pelo regime de “cambão”²²².

²¹⁹ BERTOL, Rachel. Como os sem-terra se inventaram pela mídia: a novidade social nos anos 90. *Estudos Históricos: mídia*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, nº 31, p. 4, 2003.

²²⁰ Esta é a lista das matérias sobre Quixadá veiculadas pelos jornais entre os anos de 1963 e 1964, no *Correio do Ceará*: Camponeses de Quixadá em pé de guerra, 07 mar. 1963, p. 2; na *Gazeta de Notícias*: Lavradores de Quixadá não invadiram terras: defendem suas reivindicações, 09 mar. 1963, p. 4; Caso Quixadá, 20 nov. 1963, *Instantâneos Políticos*, p. 2; Fazendeiro pagará 17 milhões por ter expulsado lavradores: Quixadá, 14 jan. 1964, p.1; em *O Nordeste*: Fazenda Oiticica é palco de choque, 16 dez. 1963, p. 2; Grileiros da fazenda, 09 jan. 1964, p. 2 e em *O Povo*: Agricultores sindicalizados são perseguidos em Quixadá, 08 jan. 1964, p. 5 e Primeira causa trabalhista num sindicato em Quixadá, 14 jan. 1964, p. 2.

²²¹ Nesta vertente explicativa estão os intelectuais filiados às teses do PCB. As principais obras para este debate são de Alberto Passos Guimarães: *Quatro séculos de latifúndio*; *A questão agrária brasileira e A crise agrária*, de Nelson Werneck Sodré, *Introdução à Revolução brasileira e Formação histórica do Brasil*, e de Moisés Vinhas, *Problemas agrário-camponeses no Brasil e Estudos sobre o proletariado brasileiro*. Ver ainda de STÉDILE, João Pedro. *Questão Agrária no Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Atual, 1997a e *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. (Parte I – O debate no PCB).

²²² Obrigação que têm os camponeses de trabalharem nas terras do latifundiário, por dois ou três, às vezes quatro dias na semana (como os trabalhadores que Antônio Callado dá provas de ter encontrado em sua visita ao Engenho da Galiléia), em troca do aluguel da terra do sítio em que mora. O camponês “não paga nada, só paga quatro dias por semana de cambão, de trabalho que dá de graça ao proprietário”. CALLADO, Antônio. O despertar nordestino. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.11, pp. 136-137, junho de 1961. No Ceará o “cambão” é mais conhecido como morador de “sujeição”.

Além da denúncia, os camponeses e sindicalistas acusam o latifundiário de usar a violência pela polícia local, já que, de acordo com a notícia, onze camponeses são presos sem justificativa. O título da notícia enfoca os “camponeses de Quixadá em pé de guerra”, ou seja, como antes, a situação é invertida, como violência dos camponeses.

A estratégia visa, por um lado, a legitimar as ações violentas contra os camponeses, por outro, reforçar a tese de perigo iminente do comunismo como agente das lutas no campo.

Outra notícia fornece, aos leitores, pormenores: além de presos, os trabalhadores são espancados, depois, soltos sob ‘Habeas Corpus’; José Leandro, presidente da FALTAC, é o mediador entre camponeses e autoridades legais; a questão é antiga, mas, com a fundação do sindicato, Valdevino Cabral delata, à polícia, a invasão dos camponeses às suas terras.

O jornal *Gazeta de Notícias*, tratando do mesmo assunto, apesar de mais elucidativo no título - “Lavadores de Quixadá não invadiram terras: defendem suas reivindicações” - elide a questão central: a violência do latifúndio. Para o jornal: “O que aconteceu na fazenda Oiticica foi um simples desentendimento entre seu proprietário e os seus empregados, cuja origem se encontra na plena ignorância de ambas as partes”. Desta forma, o motivo da desinteligência aparece como “ignorância” e não como divergência entre classes em defesa de interesses contrários.

A *Gazeta* caracteriza Valdevino Cabral “acostumado ao carranquismo dos ‘coronéis’ do sertão”, explicando que ele está “assombrado” com a presença do sindicato (e das “movimentações” advindas) próximo ao seu “rebanho”. É neste sentido que o clima de tensão, em Quixadá, se mantém, nos anos de 1963 e 1964.

Em novembro de 1963, a coluna *Instantâneos Políticos* informa que uma comissão de trabalhadores rurais de Quixadá estivera na SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária (seção Ceará) denunciando a demissão, em todas as propriedades da cidade, dos trabalhadores sindicalizados. Talvez para os donos de terra de Quixadá esse ato envolva um misto de ousadia e insubmissão.

Em dezembro de 1963, o jornal *O Nordeste* traz a chamada “Fazenda Oiticica é palco de choque”. De acordo com o jornal, “os camponeses alegam

que estão sendo despejados porque atenderam à campanha de sindicalização” e “os proprietários afirmam que existe alguém interessado na agitação, que está agrupando agricultores e sindicatos, com o objetivo de levantá-los contra os donos de terra”.

No plano analítico das categorias de controle social, verifica-se que o “controle preventivo” e o “controle corretivo” se tornam, no caso da Fazenda Oiticica, ineficazes, e, a partir de então, é mais complicado aplicar tais controles, pois o homem a ser atingido, paulatinamente, percebe sua capacidade de remover esses controles, por atitudes variadas.

No “controle preventivo”, a idéia é impedir determinado “desvio de comportamento”, ou seja, especificamente, desvio que se concretiza na participação em organização sindical. Há ameaça de demissão se tal acontecer (esses atos são amplamente utilizados, em todo o país, com trabalhadores urbanos e rurais, e, ao falar sindicato, leiam-se Ligas Camponesas, MASTER, Associações, entre outras formas de representação classista).

Os proprietários e patrões lançam mão do “controle corretivo” quando o “desvio de comportamento” já se verifica. Ambos os controles estão ligados, um depende do outro, o “controle corretivo” serve como ameaça e como “controle preventivo” simultaneamente. Em vários casos descritos, o ‘exemplo’ finda por insuflar o campesinato à reação e à autonomia de luta²²³.

De uma forma ou de outra, as motivações se disfarçam. Não se questiona o que leva homens e mulheres camponeses a colocar moradia e trabalho em perigo, enquanto buscam, na sindicalização, uma forma de ação coletiva. Tampouco discute a notícia por que é tão valorizado e temido, por parte dos donos de terras, o “agrupamento” de trabalhadores nos sindicatos. Descartam-se as motivações político-classistas e reforça-se o medo diante da “tensão reinante”.

Em janeiro de 1964, *O Nordeste* (“Grileiros da fazenda”) e *O Povo* (“Agricultores sindicalizados são perseguidos em Quixadá”) destacam clima de intranqüilidade na cidade, sobrevivendo das atitudes de coação dos latifundiários que não cessam de promover atos de violência contra os camponeses, continuam a proceder aos espancamentos e intimidações.

²²³ Sobre o conceito de “controle social no meio rural”: PASTORE, José. Conflito e mudança social no Brasil rural. *Sociologia*. São Paulo, n. 4, pp. 265-266, dezembro 1962.

A violência é praticada na forma do assassinato, expulsão, despejo judicial, destruição de casas e roças, porém aquela que afeta o corpo do camponês é destacada:

A violência, ao atingir o corpo, procura deixar marcas que sirvam de exemplo aos demais componentes dos grupos familiares; não é uma violência silenciosa e camuflada, é explícita, é dita e visualizada, tem o efeito do impacto, da dor e do medo...²²⁴

A violência contra o corpo do camponês é forma de intimidação, mas também, é demonstração de força e poder do latifundiário e de seus executores.

Conforme o jornal *O Povo*, Valdevino Cabral usa a polícia (subdelegado e um soldado) a fim de “intimidar os trabalhadores sindicalizados, para que abandonem as terras que trabalham, há mais de 10 e 20 anos, sem qualquer indenização”. Devido a essa ação, os jornais publicam, em 14 de janeiro de 1964, a reação dos camponeses, com as seguintes manchetes de *Gazeta de Notícias*: “Fazendeiro pagará 17 milhões por ter expulsado lavradores: Quixadá”; n’ *O Povo*: “Primeira causa trabalhista num sindicato em Quixadá”.

A primeira apresenta a vitória dos trabalhadores. A segunda noticia uma causa, e revela fato inédito: um ganho trabalhista no sindicalismo rural, posto que o Sindicato dos Trabalhadores Autônomos Rurais de Quixadá deu entrada contra o latifundiário Valdevino Cabral de Oliveira, pelo pagamento de indenizações aos trabalhadores expulsos.

Informação desse caso merece destaque. Em análise da violência e dos conflitos sociais no campo, em especial, da “violência do latifundiário” contra o camponês, César Barreira anota:

No início dos anos 60, um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixadá-CE, não resistindo às pressões dos proprietários e da polícia local, enforcou-se no distrito de Oiticica, no município de Quixadá. De acordo com os relatos, esse camponês, além de ser expulso da propriedade, recebeu diversas ameaças do

²²⁴ FERNÁNDEZ, Antonio João Castrillon. Violência e reforma agrária: um estudo dos mecanismos de controle social no campo mato-grossense. *Humanas*. Porto Alegre, v. 22, n. 1/2, p. 250, 1999.

proprietário e intimidações policiais, chegando a um desajuste psíquico que o levou a 'perambular pelas redondezas'²²⁵.

Outras notícias cujo desfecho não é satisfatório para o leitor da época, ao menos, no sentido de compreensão da informação - dizem respeito aos agricultores de Boa Viagem, que têm exposto seu drama, em duas reportagens. A primeira, "Lavradores são expulsos das terras que arrendaram no município de Boa Viagem" e, a segunda, "Lavradores dispostos a revidar prefeito grileiro: Boa Viagem!", ambas circulam nas páginas da *Gazeta de Notícias*. A primeira, em 29 de junho e a segunda, em 04 de julho de 1963.

Os agricultores de Boa Viagem narram a perseguição do prefeito, 'Nezinho Vieira', com a quebra do contrato de arrendamento aos trabalhadores ocupantes de área às margens do açude municipal. Os agricultores exibem, à redação da *Gazeta de Notícias*, os documentos comprovantes dos contratos de arrendamento e o direito ao uso, aprovado por lei municipal, das águas do açude José de Alencar.

Por sua vez, o prefeito apresenta sua versão dos fatos acusando os camponeses de falsários, e de haver um conluio para "jogar lavradores contra prefeito" e inviabilizar sua gestão; afirma, ainda, que, após visita requerida em justiça pelos próprios arrendatários, um juiz da capital procede às averiguações necessárias, nada localizando que justificasse as denúncias publicadas na *Gazeta de Notícias*²²⁶, sendo estas as últimas informações sobre o caso "Boa Viagem".

Caso mais complexo, para o que os quatro jornais abrem espaço, é: o caso "Canindé", divulgado em 18 de setembro de 1963, no *Correio do Ceará*, em relato passional em defesa de César Campos, dono das terras em litígio. Em dois longos parágrafos, José Alves Ferreira, de Canindé, afirma que "jamais" o ilustre cidadão canindeense César Campos mandaria homens devastar as terras que lhe pertencem, mas, que "a mando comunista", alguns camponeses decidiram tomar posse, no caso - da região conhecida como "Cobra de Veado".

²²⁵ BARREIRA, César. *Trilhas e Atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992, p. 43.

²²⁶ Politiqueiros querem jogar lavradores contra prefeito, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 10 jul. 1963, p. 4.

Duzentos homens invadem as terras; agem autonomamente em assalto à fazenda, em ato “planejado por livre vontade de pessoas populares” que acreditam encontrar-se ali moradores imbuídos do ímpeto de agir “contra o direito de propriedade do sr. César Campos”. Esta é a versão de José Alves Ferreira, e, provavelmente, de César Campos, ou com sua anuência.

Em outubro de 1963, a grande imprensa proporciona maior visibilidade aos casos de Cabreiro e Chapéu, em Aracati. No dia três, manchete e notícias de capa d’*O Nordeste* - “Proprietários e trabalhadores rurais dos sítios ‘Cabreiro’ e ‘Chapéu’ firmam acordo com mediação do governo e SUPRA” -, declaram a concordância entre posseiros e grileiros, camponeses e ‘proprietários’, sobre o fim das “lutas que tiveram como palco aqueles sítios e que, até bem pouco tempo chamaram a atenção de todo o Estado”²²⁷.

Em extensa matéria, após um dia, “Governo superou litígios de seis anos nos sítios Cabreiro e Chapéu”, a *Gazeta* torna conhecidos os termos do acordo firmado entre os posseiros e os grileiros, mediados pelo governo. Não perdem a oportunidade de supervalorizar a mediação²²⁸ mostrando seu apoio ao governo local.

O caso dos trabalhadores e sua relação com o sindicato aparecem em conjuntura mais propícia à ação do Estado, em “Uruburetama”, divulgado em outubro de 1964.

O *Povo* traz em primeira mão: “Uruburetama: desentendimentos entre proprietários de terras e trabalhadores”, é a repetição do acontecido em Quixadá. A exigência dos proprietários é que seus trabalhadores não se aproximem de sindicatos e de quaisquer outras organizações, e ainda devem entregar-lhes as carteiras de trabalho, o que vem sendo considerado, na luta camponesa, “coaçoão sem precedentes”²²⁹.

Cinco dias depois, o *Correio do Ceará* reitera - “Discórdia entre donos de terras e trabalhadores em Uruburetama” - uma crítica à atuação dos grandes proprietários de Uruburetama. O jornal pretende a avaliação da

²²⁷ *O Nordeste*, Fortaleza, 03 out. 1963, p. 1.

²²⁸ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 04 out. 1963, p. 6. No mesmo jornal, Frota Neto (em seus *Instantâneos Políticos*) divulgou o acordo e a solicitação da presença de Pontes Neto, superintendente da SUPRA a fim de formalizar o pacto; *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, Acordo em Cabreiro, 10 nov. 1963, p. 2.

²²⁹ *O Povo*, Fortaleza, 22 out. 1964, p. 2.

conjuntura alertando que não é mais momento de tratar questões do ‘sindicato’ com o habitual destempero dos ‘coronéis’ cearenses.

Chega o colaborador a afirmar que havia sido derrotada, com a presença militar²³⁰, a ameaça comunista que “visava à intranqüilidade e à discórdia no seio do operariado”. Desta feita, combate a atitude de alguns latifundiários e seus métodos anacrônicos: “Estamos reencontrando o caminho da ordem e da disciplina. Foi-se o tempo em que os sindicatos de classe serviam apenas como ponto de apoio para a subversão e a desordem. O caminho agora é outro”²³¹.

Assim, o articulista explica os bastidores dos sindicatos. Os que não são desmantelados - com a migração de líderes sindicais, fugindo sob cruel perseguição, em muitos estados, assassinados – rendem-se aos interventores, a mando da Igreja católica e ainda da Delegacia Regional do Trabalho²³².

Há acordo tácito para unificação dos diversos organismos sindicais, concretizado após o golpe militar de 31 de março de 1964²³³. Em 1965, Castelo Branco cria o STR - Sindicato do Trabalhador Rural. José Leandro Bezerra da Costa explica que esta é uma “estrutura bem bolada pelos técnicos do governo Castelo Branco do ponto de vista dos interesses dos latifundiários e grandes proprietários rurais mantendo todos os camponeses pobres num só sindicato rural”²³⁴.

É conhecida pelas autoridades a necessidade de atuação e mediação governamental no campo; é reconhecida a existência de “zonas de tensão”,

²³⁰ Vale a pena destacar que a intervenção militar nas lutas rurais, mesmo anteriormente ao golpe de 1964, visou entre outras coisas impedir o crescimento das lutas sociais no campo e já possuía precedentes. “Em 1962, o governo havia criado o GETSOP, o Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná (...). O GETSOP era organismo ligado à Casa Militar da presidência da República, fato que já indica o envolvimento militar direto na questão da terra”. Entre outros aspectos, esta forma de tratar o problema da terra e a questão social do campo como - caso de quartel – se prolonga de tempos remotos aos dias atuais, e foi característica da ditadura militar brasileira mais recente. MARTINS, José de Souza. Ministério de Assuntos Fundiários; o quartel da terra. *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 83, p. 40, jan./fev. 1983.

²³¹ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 27 out. 1964, p. 9.

²³² Após o golpe militar, a violência no campo é parte, não por acaso, do modelo econômico-desenvolvimentista estabelecido, por exemplo, no Estatuto da Terra, logo, compreende-se que a violência é resultado da conjuntura política e econômica estabelecida a partir de 1964. NEVES, Lafaiete Santos. A violência no campo. *História: Questões & Debates*. Curitiba, v. 1, n. 1, p. 63-71, nov. 1980.

²³³ RICCI, Rudá. “Terra de Ninguém: O Sistema Confederativo Rural em Crise”. *Revista da Abra*, Vol. 24, nº 1, p. 8, Jan/Abr 1994.

²³⁴ COSTA, José Leandro Bezerra da. Op. Cit., p.107.

tanto que, em novembro de 1963, a SUPRA, pelo Delegado Pontes Neto, solicita que a DRT - Delegacia Regional do Trabalho, localize as áreas camponesas em que se agravam possibilidades de conflitos. O pedido se efetiva por meio de 'levantamento' de 'zonas de tensão'²³⁵.

Não é verificado, no Dossiê "Assassinatos no Campo"²³⁶, nenhum caso de morte constatado legalmente no Ceará. Destaca-se, porém, nesse mesmo documento, o primeiro caso em 1971, na região de Canindé. Os dados parecem condizer com a realidade, entretanto, um agricultor (assim nomeado) nas páginas do *Correio do Ceará*, é "assassinado a peixeira", em decorrência de invasão ocorrida na fazenda Tataíra, entre Nova Russas e Crateús.

O proprietário (que não é a vítima) já havia solicitado "garantias de vida" às autoridades locais devido ao clima de instabilidade causado pelo problema agrário na região. Um agricultor, morador, talvez defendendo o proprietário, falece²³⁷. Outra possibilidade analítica é o caso da morte de jagunço pago para defender o direito de propriedade do latifundiário, por consequência, um 'acidente de trabalho'!

O noticiário encontra vazão em outra forma de imprensa: a imprensa militante comunista, mais especificamente, o jornal *Terra Livre*. Em pesquisa nesse jornal, elabora-se lista de artigos e notícias desde 1954, quando começa a circular, até março de 1964 (anexo 1), data do empastelamento pela polícia da ditadura.

As notícias da lista do Ceará, no periódico, *Terra Livre*, reproduzem os títulos que encerram as atividades, conflitos e demandas dos camponeses. Lugares os mais diferentes são citados. Campos do litoral, da serra e do sertão, de norte a sul do estado se fazem representar em *Terra Livre*.

Por vezes, são páginas inteiras dedicadas aos acontecimentos no Ceará, acontecimentos que não encontram o devido espaço nas folhas da grande imprensa.

²³⁵ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 17 nov. 1963, p. 6.

²³⁶ MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Assassinatos no Campo - crime e impunidade 1964-1986*. São Paulo: Global, 1987, p. 25.

²³⁷ Agricultor assassinado a faca em Nova Russas. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 09 dez. 1963, p. 7.

SEGUNDA PARTE

***TERRA LIVRE* NA QUESTÃO AGRÁRIA**

A PALAVRA MILITANTE: IMPRENSA E MEMÓRIA

As pesquisas sobre Questão Agrária vêm contribuindo com o alargamento do debate metodológico, agregando novas possibilidades da utilização de fontes, além de aprofundar a crítica dessas fontes.

Entre poesias, entrevistas, processos, atas e apontamentos vão-se construindo pesquisas. Cartas, telegramas, notas, discursos e mapas delineiam o enfoque de teses acadêmicas. Relatórios de CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito, documentos oficiais, de IPM's - Inquérito Policial Militar vão descerrando as cortinas de um tempo "do rural". Ilustrações, anedotas, trovas, denúncias e campanhas representam faces do imaginário camponês. Comemorações, histórias em quadrinhos, fichas de filiação, conferências, congressos e encontros demarcam espaços/lugares de construção de sociabilidades, no mundo do trabalho.

Iconografia, fábulas, hinos, memórias exemplares, uns e outros, em tantos aspectos, vão compondo as folhas dos periódicos dos trabalhadores: gráficos, charuteiros, alfaiates e sapateiros, caixeiros, ferroviários, operários e camponeses, nos mais distintos países, além de orientações distintas: socialistas, anarquistas e comunistas²³⁸.

Os trabalhos acadêmicos se apropriam, de vários títulos da imprensa militante, para o estudo da Questão Agrária no Brasil. Exemplares de "Última Hora (RJ/SP)", "Voz Operária (RJ)", "Novos Rumos (RJ)", "Imprensa Popular (RJ)", "Hoje (SP)", Terra Livre (SP)" e "Liga (PE)", entre outros, compõem breve inventário desta imprensa. Os dois últimos periódicos merecem destaque, é que se dirigem quase exclusivamente à luta camponesa no Brasil, *Terra Livre* alinha-se ao PCB; enquanto o periódico "Liga"²³⁹ é editado por Francisco Julião, à época, militante e deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro, dirigente das Ligas Camponesas.

²³⁸ GONÇALVES, Adelaide. Trabalhador lê? *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 34, n. 1, pp. 59-72, 2003.

²³⁹ JULIÃO, Francisco (editor). *Ligas Camponesas outubro 1962 – abril de 1964*. México: CIDOC, 1969. (Cuadernos, nº 27). Os artigos do jornal *A Liga* desta coletânea foram selecionados por Francisco Julião.

O jornal *Terra Livre* e a pesquisa histórica

Mediante metodologias distintas, a imprensa dos trabalhadores, em especial dos camponeses, vem sendo incorporada nas pesquisas, desde a década de 1970. Na bibliografia consultada, o texto de Leonilde Sérvolo de Medeiros “*A questão da Reforma Agrária*”²⁴⁰ é um dos primeiros a utilizar o jornal *Terra Livre* como fonte.

Terra Livre é um jornal voltado ao público camponês, ligado ao PCB, editado durante as décadas de 1950 e 1960, desmantelado pelo golpe militar de 1964. Essas são as informações extraídas da leitura das memórias de José Leandro Bezerra da Costa (comunista cearense, que escrevia regularmente em *Terra Livre*).

Observando a utilização do jornal como fonte, vou percebendo as críticas aos trabalhos. Alguns autores reforçam a idéia do escrito jornalístico como “espelho de realidade”, extraindo das folhas as narrativas de aspectos do mundo rural da época. Gonçalves e Bruno buscam explicar isto, afirmando que:

A ânsia por ouvir a voz daqueles que foram ‘amordaçados’ na relação entre as classes, talvez explique o uso, algumas vezes positivador que é feito dos jornais operários, recobrando as páginas da imprensa operária com uma aura de pureza, buscando nelas a vida dos trabalhadores, tal qual ocorreu.²⁴¹

Mesmo não adotando a construção política dos periódicos, a divulgação da fonte já merece atenção e não desmerece o ineditismo dos primeiros trabalhos²⁴², entretanto, dificulta a compreensão de que “é preciso

²⁴⁰ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *A questão da Reforma Agrária*. Recife: CPDA/EIAP/FGV, 1979, p. 17.

²⁴¹ GONÇALVES, Adelaide, BRUNO, Allyson. Imprensa dos trabalhadores: fonte, documento e memória social In: VASCONCELOS, José Gerardo, MAGALHÃES JUNIOR, Antônio Germano (orgs.). *Linguagens da História*. Fortaleza: Impreco, 2003, p. 63.

²⁴² O trabalho pioneiro de Teresa Helena de Paula Joca: *Resgatando o singular: a memória quase esquecida*. Sindicato, organização e política. Sindicalismo rural no estado do Ceará (1950-1964). Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 1987, incide em alguns destes tratamentos, sendo a primeira pesquisa a recorrer ao jornal *Terra Livre*, no Ceará.

dimensionar o grau de significação das leituras e sua repercussão como elemento que forja consciências”.²⁴³

Não se pode esquecer que a imprensa dos trabalhadores é parte de projeto mais amplo de sociedade, neste caso, “resulta do esforço de inteligibilidade do mundo e da busca de eficácia em disseminar conteúdos diretamente vinculados a seu propósito pedagógico, organizativo e doutrinário”²⁴⁴, exigindo análise das propostas e projetos políticos.

Aos poucos, localizam-se os estudos da imprensa dos trabalhadores, em especial, do jornal *Terra Livre*²⁴⁵. A partir desse momento, múltiplas apreciações capacitam-me a responder às primeiras observações.

Mencione-se que circularam, em outros períodos, pela matriz da imprensa libertária, jornais, “*A Terra Livre*”, por exemplo, da imprensa militante que tratavam de aspectos da vida e do trabalho de operários e camponeses do começo do século XX; usavam divisas como ‘o homem livre sobre a terra livre’; e, afirmavam a imprensa como “via educativa” para uma ação libertária e revolucionária²⁴⁶.

Cabe agora saber um pouco mais a respeito dos aspectos analisados em *Terra Livre*. Por exemplo, Maria Isabel Leme Faleiros faz, além do uso das notas de esclarecimento do direcionamento das ações do PCB no campo, de breves incursões relacionando as estratégias desenvolvidas pelo periódico

²⁴³ GONÇALVES, Adelaide. Leitores operários cubanos nos tempos de Martí. In: GONÇALVES, Adelaide, SECRETO, Maria Verônica (comps.). *José Martí. O mundo dilata-se (1853-1895)*. Fortaleza: Expressão Gráfica; Edições A CASA, 2003, p. 13.

²⁴⁴ Id. Ibid., p. 62.

²⁴⁵ As informações sobre o jornal *Terra Livre* foram obtidas com a percepção e leitura do jornal e, com a colaboração dos seguintes autores e textos: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. *O PCB e a questão do sindicalismo rural. 1954-1964*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1990; FALEIROS, Maria Isabel Leme. *Percursos e percalços do PCB no campo (1922-1964)*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1989; MEDEIROS, Leonilde Sérvol de. *Luta por Terra e Organização dos Trabalhadores Rurais: A Esquerda no Campo nos anos 50/60*. In: *História do Marxismo no Brasil*. Vol. IV. MORAES, João Quartim, DEL ROIO, Marcos (orgs.). São Paulo: Unicamp, 2000; MEDEIROS, Leonilde Sérvol de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 1995; MEDEIROS, Leonilde Sérvol de. *Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe*. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 4, p. 50-65, julho 1995b; RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da morte; Esperança da vida*. *A História das Ligas Camponesas na Paraíba*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 2000.

²⁴⁶ Cf. respectivamente as informações em: FALEIROS, Maria Isabel Leme. Op. Cit., p. 63; DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 263; RODRIGUES, Edgar. *Pequena História da Imprensa Social no Brasil*. Florianópolis: Insular, 1997, p. 37s; e, SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e Anarcossindicalismo*. São Paulo: Ática, 1987.

(inclusão de artigos, estatísticas, versos e ilustrações) com os acontecimentos nacionais, como a Campanha pela Reforma Agrária. Da mesma forma, expõe a atuação da ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, e sua relação com o jornal, afirmando que a entidade contribui “efetivamente para a produção do ‘Terra Livre’, jornal do PCB que utilizava como instrumento de agitação e propaganda...”²⁴⁷.

É uma questão não consensual entre os autores. Alguns reconhecem o PCB como orientador, editor e financiador do *Terra Livre*, enquanto outros vinculam o jornal à ULTAB. Afirma isso Elide Bastos, defendendo que, em 1956, o jornal *Terra Livre* é órgão da ULTAB²⁴⁸. Carlos Minc²⁴⁹ relaciona a luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de trabalho e salário mínimo, à orientação do jornal da ULTAB, o *Terra Livre*, e Manoela Pedroza, afirma que

... o jornal ‘Terra Livre’ era vinculado à ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, com participação dos comunistas, circulando com dificuldade no período da clandestinidade do PCB mas importante veículo de publicização dos conflitos.²⁵⁰

Também Ângelo Priori confirma que o jornal *Terra Livre* é o órgão da ULTAB e acrescenta que, por esse motivo, “tinha a pretensão de ser um veículo de divulgação das lutas dos trabalhadores rurais”²⁵¹.

Compreenda-se que a União não congrega, em seus quadros, militantes apenas comunistas, e, ainda, que a ULTAB foi criada somente em meados de 1954 (quando o jornal já estava em circulação). A fundação da ULTAB é fato divulgado entusiasticamente pelo *Terra Livre*²⁵².

Nessa mesma linha, é importante ressaltar que a hegemonia dos comunistas, na ULTAB, é posta à prova, que perde quando aprovada a tese de

²⁴⁷ FALEIROS, Maria Isabel Leme. Op. Cit., p. 187-190.

²⁴⁸ BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 79.

²⁴⁹ MINC, Carlos. *A reconquista da terra: Estatuto da Terra, lutas no campo e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 14.

²⁵⁰ PEDROZA, Manoela da Silva. *Terra de Resistência*. Táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-1968). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRGS, 2003, p. 27.

²⁵¹ PRIORI, Ângelo. Legislação social e sindicalismo: um estudo sobre os trabalhadores rurais do norte do Paraná (1956-1963). *Pós-História*. Assis, Unesp, v. 3, p. 227, 1995.

²⁵² “Unidos os lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil”; “Estatutos da ULTAB”. *Terra Livre*, São Paulo, 2ª quin. set./1ª quin. out. 1954, pp. 1-2.

Francisco Julião (quadro do PSB – Partido Socialista Brasileiro) da Reforma Agrária. A palavra de ordem “Reforma Agrária na lei ou na marra” é vitoriosa no Congresso de 1961.

Luiz Flávio Costa discute os colaboradores do jornal, e demonstra a relação entre o *Terra Livre* e a ULTAB: “Além das matérias assinadas por Radoico Guimarães, Sebastião Dinart dos Santos, Lyndolfo Silva (...), e além do material oriundo da ULTAB, sua grande fonte de informações estava nas fazendas e nos roçados”²⁵³.

Terra Livre recebe cartas, comunicados de colaboradores, informações e orientações da ULTAB, cede bom espaço para a divulgação de lutas encampadas pela organização. Contudo é a orientação do Partido Comunista que define a linha editorial do jornal, como da ULTAB, não o contrário.

Outra divergência de informação diz respeito à tiragem do jornal: 15, 30 e até 60 mil exemplares são os números indicados por diferentes autores. De todo modo, com grande tiragem, observa-se a inserção do periódico nas diversas regiões do Brasil, com circulação (registrada pelas cartas recebidas e notícias com informes das mais longínquas fazendas, cafezais, roças e usinas) nos quatro cantos do país²⁵⁴.

O consenso para alguns se localiza no fato de os problemas de sustentação financeira e organizativa do *Terra Livre* se concentrarem nos anos de 1957, 1958 e 1959, momentos de crises teórica, orgânica e material do PCB. O XX Congresso do PCUS, com repercussão dos crimes da era stalinista, provoca punições e expulsões na seara brasileira, os chamados ‘expurgos’ ou ‘depuração’ do partido, à maneira stalinista. A crise financeira diretamente ligada a esses fatores colabora para o periódico comunista *Terra Livre* circular somente em duas edições em 1957, quatro em 1958, e dois

²⁵³ COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. Op. Cit., p. 104.

²⁵⁴ Respectivamente, os números quantificam a tiragem de *Terra Livre* são informados em: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. Op. Cit., p. 104; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 1995, p. 215 e BASTOS, Elide Rugai. Op. Cit., p. 79. A direção de *Terra Livre* informou a tiragem mensal de 25 (vinte e cinco) mil exemplares, em junho de 1961. Este dado é informado por Hermano Sosthenes Jambo, diretor do jornal à época, em carta ao deputado Francisco Julião, presidente das Ligas Camponesas. Carta apreendida pelas forças repressivas do DEOPS-PE, e arquivada em: Fundo SSP/DOPS/Setor de Acervos Permanentes do APEJE.

números em 1959²⁵⁵. Importa salientar que o PCB não é a única fonte de sustentação do jornal.

Outros aspectos destacados pelos pesquisadores participam do tópico seguinte, já que alguns deles mantiveram contato com os editores do jornal, obtendo informações singulares através de entrevistas e dos manuscritos individuais produzidos sobre a folha.²⁵⁶

Vida de *Terra Livre*²⁵⁷

Agora nós vamos pra luta,
a terra que é nossa ocupar
a terra é pra quem trabalha
a história não falha
nós vamos ganhar.

Benedito Monteiro. "Hino da Reforma Agrária- 1964"

Lembro-me das pesquisas no Arquivo Estadual de São Paulo, das alegrias e descobertas de documentos da Questão Agrária no Ceará, no acervo da DEOPS-SP - Delegacia Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo. Um exemplar do jornal "Nossa Terra"²⁵⁸, nº 1, Ano I, de 8

²⁵⁵ FALEIROS, Maria Isabel Leme. Op. Cit., p. 206; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. Op. Cit., p. 103-105.

²⁵⁶ Além da historiografia, o manuseio da coleção de *Terra Livre* ajuda a construir sua história, e explica a "hereditariedade", em: GUIMARAES, Radoico. "Como nasceu Terra Livre" e VERA, Nestor. "Terra Livre e a luta dos camponeses". *Terra Livre*, São Paulo, Suplemento Especial, nº 122, mai. 1963, p. 3.

²⁵⁷ Originalmente a coleção de *Terra Livre* pertence à Biblioteca Nacional (MEC/SEC), no Rio de Janeiro, fazendo parte do Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros. O acesso aos exemplares foi possibilitado pela digitalização dos microfilmes da Prof^a. Dra. Maria do Socorro Rangel (UFPI), que gentilmente nos cedeu cópia da coleção *Terra Livre*. A coleção disponível na Biblioteca Nacional (RJ) conta com oitenta e oito números no total. Destes, quarenta e seis fazem referência ao Ceará. Estão ausentes nove números desta coleção, relativos aos meses: março de 1956, setembro e dezembro de 1958, maio de 1960, março, abril, maio e outubro de 1962, agosto e setembro de 1963. Alguns volumes apresentam dificuldades na leitura, por conterem cortes ou manchas em espaços escritos e lombos, principalmente, devido à encadernação realizada anteriormente à microfilmagem e digitalização do jornal.

²⁵⁸ Comentários sobre este exemplar podem ser lidos em CARNEIRO, Maria Luiz Tucci, KOSSOY, Boris (orgs.). *A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Arquivo do Estado, 2003, pp. 180-181.

de junho de 1949, do prontuário dedicado a Barretos-SP, localizado no primeiro dia²⁵⁹, tem semelhança com *Terra Livre*.

Não sabia ainda, que aquele era seu “antecessor direto”, ou seja, ele circula como “Nossa Terra” até 1954 (ou perto disso, com o nº 43), quando passa a ser editado, também em São Paulo, como *Terra Livre*, a partir do nº 44, o primeiro da coleção da Biblioteca Nacional²⁶⁰.

Entre o primeiro e o último dia de circulação do jornal *Terra Livre* passam quase dez anos (junho de 1954 a março de 1964). A partir de fevereiro de 1956, o subtítulo, “*a terra para os que nela trabalham*”, reforça a identidade da luta camponesa.

O primeiro número do jornal, com o nome de *Terra Livre*, é o quarenta e quatro, o último, o número cento e trinta e dois. De 1954 até março de 1955, é editor Oswaldo R. Gomes. Declieux Crispim Sobrinho e Sosthenes Jambo dirigem o jornal entre os anos de 1955 e 1963, quando Heros Trench passa também a colaborar com a direção do periódico²⁶¹.

O jornal circula alternadamente com quatro, seis, oito e doze páginas, a última representativa, principalmente, dos suplementos, em número de oito, ao longo das edições. Sua periodicidade regular vai pelo ano de 1963 (fevereiro, maio, julho, outubro e dezembro), reaparecendo nos dois últimos meses (fevereiro e março) de difusão do jornal, no ano de 1964.

Quais semelhanças com congêneres, na imprensa dos trabalhadores, ou com os contemporâneos dos anos 1960, o identificam como jornal de imprensa militante? Entre as dificuldades de circulação, “além da baixa

²⁵⁹ Catálogos e pastas iam descortinando novas possibilidades. Ricardo Festi (graduando em Ciências Sociais - UNICAMP), pesquisando camponeses de São Paulo, localizou na pasta de Barretos o jornal referido.

²⁶⁰ Folheando aquele exemplar e, de acordo com a pesquisadora Emiliana Silva, “Nossa Terra” e “Terra Livre” possuíam a mesma composição de artigos, versos, modas de viola e denúncias das condições miseráveis de vida do camponês. SILVA, Emiliana Andréo da. *O despertar do campo: lutas camponesas no interior do Estado de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2003, pp. 40-42, 113.

²⁶¹ A ocupação destes cargos de direção envolvia a disputa política dentro do partido. Desta forma, a afirmação de Clodomir dos Santos Moraes pode ser verdadeira, quando revela que ocorreram expulsões como a de Joaquim Alves, em 1962. Joaquim Alves, segundo Clodomir, foi expulso do partido, da ULTAB e da direção do jornal *Terra Livre*, por discordar da tese dominante que secundarizava a luta camponesa, para prestigiar a luta antiimperialista. MORAIS, Clodomir dos Santos. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília: Edições IATTERMUND, 1997. Trad. Joaquim Lisboa Neto. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *História e Natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002, p. 69.

escolaridade ou da persistência do analfabetismo dificultando a difusão da imprensa dos trabalhadores, a repressão e as parcas condições de sustentação dos periódicos são outros entraves à existência regular dessa imprensa”²⁶².

A grande imprensa tem na publicidade - anúncios e propagandas - a garantia de circulação. São produtos diversos, grupos econômicos, campanhas institucionais os grandes anunciantes. A venda, assinaturas e o aumento de circulação dos vespertinos e matutinos diários viabilizam financeiramente o empreendimento.

Isso não ocorre com a imprensa dos trabalhadores, que, em geral, convive com amargas dificuldades de sustentação, acarretando, entre outras conseqüências, a diminuição do número de páginas, periodicidade irregular, mudança de título, publicação de poucas edições, além da constante repressão que, no limite, chega ao empastelamento das tipografias e gráficas militantes.

O enredo se repete com *Terra Livre*, acrescidas as dificuldades de leitura, dado o nível elevado de analfabetos, no meio rural do Brasil, pelos idos de 1950 e 1960; do baixo poder aquisitivo dos trabalhadores e pelas dificuldades sofridas, nos períodos de clandestinidade do PCB, e devido aos problemas políticos internos do partido.

Os raros anunciantes de *Terra Livre* são as Livrarias. Em “vitrine”, expõem-se livros e revistas relacionados ao campesinato, comunismo e a outros temas²⁶³, além da divulgação de *Terra Livre*, não esquecendo de divulgar preços e formas de pagamentos. A “Revista Brasiliense” é anunciante de *Terra Livre*, e é divulgada no mesmo número em que o “Grande Concurso de difusão do *Terra Livre*”²⁶⁴.

São, por exemplo, oferecidos pela Livraria das Bandeiras, em São Paulo e pelo reembolso postal, quatro títulos de Lênin, e um exemplar dos seguintes autores: Marx e Engels, Mao Tse-Tung, Rui Facó e Revunenkov. A mesma livraria já havia oferecido: “Viagens aos mundos longínquos”, “Sol

²⁶² GONÇALVES, Adelaide. Trabalhador lê? Op. Cit., p. 59.

²⁶³ Respectivamente, as propagandas foram estampadas em *Terra Livre*, São Paulo, nº 106, dez. 1961, p. 4; nº 87, jan. 1960, p. 2; fev. 1959; nº 85 e jan. 1959, nº 84.

²⁶⁴ *Terra Livre*, São Paulo, nº 87, jan. 1960, pp. 3 e 2, respectivamente.

sobre o Rio Soagkan” (sobre a Reforma Agrária na China) e “Terra e Sangue” (tratava da Reforma Agrária na URSS). “Sierra Maestra, a Revolução de Fidel Castro” é outro título. Com uma temática ligada às conquistas espaciais soviéticas, são divulgados os livros: “Viagens interplanetárias”, “O vôo no espaço cósmico” e “ABC do sistema solar”.

Além da venda de livros, em 1961, as livrarias promovem uma campanha de assinaturas de *Terra Livre* e da Revista “China Ilustrada”, e como brinde, entre outros prêmios, uma “folhinha” e um livro da literatura chinesa (ao que parece, em cantonês!), oferecido gratuitamente aos que fizessem a assinatura, nos meses de janeiro e fevereiro daquele ano. O destaque da chamada, que ocupa mais de ¼ de página da edição de janeiro de 1961, é visível (Foto 8).

São constantes as campanhas para arrecadação de fundos para o jornal e da ampliação do quadro de assinantes, demonstrando que sua sustentação não advinha somente do PCB. Ao longo das edições, noticia-se a doação, por parte dos camponeses, de um anel de ouro (rifado), de litros de feijão, uma “leitoinha” e de somas em dinheiro para ajudar *Terra Livre*.

Conferências e festas são realizadas (com escolha de rainhas de *Terra Livre*, valendo a cartela um voto e o dinheiro revertido para o jornal). Marinheiros sinalizam ajudar a continuidade do jornal, um intermitente quinzenário, em 1954 e 1955, querendo tornar-se um semanário, como se depreende do editorial: “O que precisamos para ter um semanário”, assinado por Declieux Crispim²⁶⁵.

Apesar dos esforços, o jornal se mantém mensal em 1956; apresenta somente, 2, 4 e 2 exemplares, nos anos de crise de 1957, 58 e 59; regulariza a circulação de 1960 até a data de seu fechamento em 1964, enfim, não volta a ser quinzenal.

²⁶⁵ *Terra Livre*, São Paulo, nº 58, 1ª quinz. jul. 1955, p. 1.

Foto 8

Desconto especial para os assinantes de Terra Livre

JANEIRO — 1961
TERRA LIVRE

Liberdade - Vitoria Contra Zico Diniz

VISITA DE DIRIGENTES SINDICAIS A MIRASSOL

Uma numerosa caravana de dirigentes dos sindicatos operários de São Paulo, liderada por um ônibus especial, chegou a Mirassol, naquele mesmo dia 29 (dia de telegrame do presidente da Tribunal de Juri de Jales), a fim de visitar Jofre, Arlindo e Olimpio. Os líderes dos trabalhadores de São Paulo foram levar a solidariedade da classe operária e do povo aos dirigentes da Associação de Lavradores de Santa Fé de Sul, presos em Mirassol. Ao todo, a caravana comportava 33 pessoas, das seguintes organizações: trabalhadores têxteis, construção civil, ferroviários, produtos de café, comércio hotelaria, químicos, pedreiros, carneiros, bancários, metalúrgicos, trabalhadores de Santa André e Sorocaba, Partido Socialista, estudantes e ULTAB.

Antes de se dirigir à cadeia pública, a caravana esteve no Fórum, Prefeitura e Câmara Municipal, onde foi recebida pelo Juiz de Direito de Mirassol, dr. Juvenal Garcia Pereira, prefeito Leopoldo Gonalves e presidente da Câmara, sr. Emilio José Nunes. Essas autoridades não se manifestaram solidários com a luta pela libertação de Jofre e seus companheiros, como também influíram junto ao delegado de Polícia para que permitisse a visita de todos a caravana aos presos.

Depois da permanência junto aquelas autoridades, os dirigentes dos sindicatos de São Paulo estiveram ainda na estação de rádio da cidade, onde fizeram entrevista e esclareceram o povo sobre a

causa do primeiro dos dirigentes da Associação de Santa Fé. Em seguida, compareceram à cadeia: ali palestraram desordenadamente com Jofre, Arlindo e Olimpio. Levaram às suas famílias grande quantidade de presentes, roupas e remédios, além da importância de 30 mil cruzeiros em dinheiro para suas despesas.

Os representantes dos Sindicatos de São Paulo puderam testemunhar a fibra e a coragem dos líderes dos lavradores. Jofre lhes disse: "Estou aqui porque dei 3 pontos em favor dos camponeses; quando sair daqui 9 pontos." Arlindo teve a oportunidade de declarar que "perdeu muitos bens na luta de Santa Fé e que agora da lá não saiu". De sua parte, Olimpio Pereira Machado, que é poeta, está escrevendo um livro de versos sobre as lutas dos camponeses; esse livro será lançado, conforme notícia a imprensa, por uma Editora do Capital.

AGORA SIM!.. 20%!!..

Desconto Especial Para os Assinantes de "Terra Livre"



Assinaturas da Revista "CHINA ILUSTRADA"

ASSINATURA ANUAL - Cr\$ 350,00
PREÇO COM DESCONTO Cr\$ 265,00

ASSINATURA SEMESTRAL Cr\$ 170,00
PREÇO COM DESCONTO Cr\$ 136,00

Pedidos, acompanhados de um recorte do jornal e cheque visado ou vale postal para:

Agência Intercâmbio Cultural — Jurandir Guimarães — Rua das Estudantes n. 84, sala 28 — São Paulo

PRÊMIOS — Além do desconto, os pedidos de assinatura de "China Ilustrada", nos meses de Janeiro e Fevereiro, dão direito a uma folhinha e um livro chinês gratuitamente.

Revisão Agrária de Carvalho Pinto é contra os camponeses

A Assembleia Legislativa de São Paulo acaba de aprovar o substitutivo do próprio governo, ao vet projeto de Revisão Agrária. As modificações propostas, por deputados realmente interessados em lutar a iniciativa do governo em favor dos camponeses, não foram aceitas pelo maioria e a chamada Revisão Agrária só está sob o encanamento de latifundiários e capitalistas.

Que significa este novo lei, que alguns têm o termo de chamar de "reforma agrária"? — Significa a utilização de terras do Estado, compradas a preço que ninguém sabe, por gente enriquecida, sem levar em conta os interesses do povo e dos camponeses. Os homens do campo sem terra em nada serão beneficiados, pois as condições de pagamento, preço e métodos de

produção lhes impedem qualquer benefício da lei.

GOVERNO DE LATIFUNDIÁRIOS

Procedendo assim, deturpando completamente os interesses e necessidades da maioria da população do campo, fugindo a dar solução justa e problemas como a cidade em Santa Fé, o governo do sr. Carvalho Pinto revela-se um governo verdadeiramente dos fortes e poderosos, dos grandes fazendeiros e capitalistas. E isso é verdade, que o sr. Carvalho Pinto, através do Procurador do Patrimônio Imobiliário do Estado, acaba de distribuir ao Município de Jacupiranga nada menos de 16.248 hectares de terras devolutas, a maioria destas entregues em grandes quantidades a uns poucos privilegiados.

Quem o ler o "Diário Oficial" de 17 de dezembro findo, verificará como são aquecidos os camponeses a qual são os aliados do governador paulista: Maria Benza Toldi, Gleba n. 4, com 1.210 hectares; Vitorio Grossi, Gleba n. 5, 423 hectares; Juvenia Mariano de Sales, Gleba n. 6, com 1.391 hectares; Giovanni Toldi, Gleba n. 11, com 968 hectares; Artur Soares, Gleba n. 13, com 304 hectares; Epuliano de Luciano Oualberto, Manoel Vaz Neto e Nestor Alberto de Macedo, Gleba n. 18, com 968 hectares; Roberto Nascimento, Gleba n. 21, com 969 hectares; Ruy Prado de Mendonça Junior e outros, Gleba n. 26, com 1.197 hectares; Flôrono Pompeu de Camargo Filho, Gleba n. 27, 462 hectares; Fazenda "Dois Corraços" Comercial e Agrícola Ltda., Gleba n. 69, com 229 hectares; Roberto Nascimento, Gleba n. 83, com 423 hectares; e muitos outros.



Em reuniões como esta — Congresso de Defesa do Algodão, da Alta Sorocabana — os lavradores têm exigido todos os anos a decretação de preços mínimos antes do plantio. Mas os governantes estão sempre surdos ao clamor dos camponeses.

DE ALGODÃO EXIGEM PREÇOS

...ores de algodão, como em todos estabelecimento de preços mínimos, a cargo do governo federal. ...dores do Estado de São Paulo se movimentam reclamando de preços, aliando essa exigência, tal como fiscalização maquinistas na classificação da

lavradores, do estabelecimento tes do plantio e de medidas de das autoridades competentes, entidades. No entanto, todos os te procede a decretação de preta luta, de manifestações e isto como a queima do algodão, ação do produtor. Este, vítima instrumental e das manobras dos, vê-se obrigado a entregar o muito absto daqueles que possão apresenta, e isso em virtude raldos, financiamentos e ainda a dificuldades de âmbito.

mento dos produtores de algodão, do e preço mínimo de Cr\$ 800,00 dores de amarelom, em todas as São Paulo, também se acham lções — aguardando preço míni e sugestões à exploração desenores e maquinistas.

O diálogo entre os editores do jornal e o público indica permanente apelo de participação dos colaboradores, na incessante busca de mais leitores e contribuições. É o que se vê nos artigos e chamadas da coluna “Vida de Terra Livre”, sistemática, dos números 45 ao 132.

A coluna, além de espaço garantido em todas as edições, é enriquecida com uma chamada visual, aliás, apenas duas têm esse aparato. A ilustração denota o ambiente e o público onde circula o *Terra Livre*: o espaço rural, em que colinas, plantações, casinhas rústicas e dispostas de maneira bem próxima compõem o ambiente²⁶⁶.

Figura 1
Vida de *Terra Livre*



Fonte: *Terra Livre*, São Paulo, nº 46, 1ª quinz. ago. 1954, p. 5.

Chapéus, camisas quadriculadas e lenços formam a indumentária camponesa dos leitores de *Terra Livre*. Um camponês vende o jornal aos outros. O sol ocupa 1/3 da ilustração, e ilumina o espaço e a leitura que quatro companheiros fazem de *Terra Livre*. Pode-se, simbolicamente, supor que ele ilumina a vida e a luta desses trabalhadores.

²⁶⁶ Esta ilustração, diversas vezes, acompanha a coluna “Vida de Terra Livre”. Aparece a primeira vez em *Terra Livre*, em agosto de 1954.

A leitura do jornal é feita no cotidiano, em casa e no trabalho dos camponeses, em meio à paisagem natural e social, repleta e conflituosa. O sol não está à pino, vem surgindo por detrás da colina. A aurora tem forte elo simbólico com a leitura de *Terra Livre*, como sinal de alvorecer de idéias e ações, refletindo atitudes dos camponeses nas folhas do jornal, contribuindo no “fazer-se” da classe camponesa, e, como sugere a ilustração, na construção da luta vitoriosa dos trabalhadores.

É significativa a explicação de Rangel, para quem, o jornal *Terra Livre*, como fonte, pressupõe a compreensão de sua produção como instrumento político do PCB, também como instrumento de ação dos camponeses, alcançados pela palavra do jornal:

Ao se constituir como um canal de convivência com os camponeses, o jornal propunha estratégias de mobilização que foram acionadas em momentos de perigo e ajudaram a fortalecer naqueles que liam a esperança do direito à terra e da regulamentação do trabalho agrícola, expectativa e desejo de muitos; ao mesmo tempo que essas expectativas retornavam ao jornal e também orientavam sua elaboração. Essa relação de produção/apropriação/reapropriação inibe qualquer possibilidade de ver a relação partido/camponês com o uma relação de mão única, simplesmente impositiva.²⁶⁷

O jornal é como forma de luta dos trabalhadores, na perspectiva de que a reflexão, a notícia e a propaganda, ou seja, a ação pelo exemplo ou a “pedagogia revolucionária”, como indica Socorro Rangel, fomentam novas reflexões, a partir da luta camponesa no país. Desta forma, o projeto político do PCB, implementado pela editoria do jornal, é transformado à medida que os trabalhadores expõem suas experiências e particularidades, usufruindo do espaço do jornal e alterando o “lugar político de subordinação” a que estão destinados.

Voltemos à coluna ‘Vida de *Terra Livre*’, usada para explicar a ausência de circulação em determinado período; cobrar nomes e numerários aos agentes do interior; estabelecer quotas de venda de assinaturas; avisar e explicar o aumento do preço de *Terra Livre*; divulgar a repercussão do jornal nos países comunistas, como China e Cuba, chegando a propor um “Encontro

²⁶⁷ RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da morte; Esperança da vida. A História das Ligas Camponesas na Paraíba*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 2000. pp. 120-121.

Nacional de Agentes” para fomentar a campanha para mais mil novos assinantes; exibição, com base nos quantitativos, das dificuldades; os exemplos a serem seguidos.

Assim, por exemplo, José Leandro, militante do PCB e correspondente do Ceará, se destaca ao ser denominado “corretor de assinaturas de honra”, com o compromisso de conseguir, pelo menos, mais cinquenta assinantes para o jornal²⁶⁸.

As notícias que antecedem a indicação de José Leandro como agente de honra, como: “Aumento de vendas no Ceará”, dão conta do volume de circulação desse periódico no Ceará. José Leandro pede aumento de quota em mais 500 (quinhentos) exemplares, além de recolher mais dezessete assinaturas. Ainda em março de 1955, a coluna explica a organização de vinte e quatro agências municipais de venda do *Terra Livre*, e que, em apenas dois dias, a agência de Crateús, no sul do estado, vende noventa exemplares²⁶⁹. No ano seguinte, a matéria “Acabar com o encalhe” (parte da coluna ‘Vida de *Terra Livre*’) tece elogios aos agentes locais do Ceará: “onde se trabalha sempre de maneira planejada e a difusão do jornal se amplia”.

A ilustração (Figura 2) segue a coluna. Nomeia-se o mau e o bom agente. O principal agente do Ceará, José Leandro, serve como exemplo ao lado do agente de Mato Grosso.

Esse agente distribui o jornal em vila de pequenas casas, cuja proximidade sugere, ao mesmo tempo, as condições de moradia: pequenas casas e solidariedade entre familiares, compadres, amigos e vizinhos, nos momentos de agruras ou na perda de entes da comunidade, ou em situações de júbilo, como o nascimento dos filhos e afilhados, casamentos, aniversários, enfim nos momentos de conagração: na dificuldade ou na alegria se constrói a coesão do grupo²⁷⁰.

²⁶⁸ Corretor de assinaturas de honra. *Terra Livre*, São Paulo, nº 89, mar. 1960, p. 7.

²⁶⁹ *Terra Livre*, São Paulo, nº 53, 1ª quin. mar. 1955, p. 2.

²⁷⁰ Pesquisa recente traz alentado debate sobre ‘comunidades’; neste debate, também são avaliadas a disposição das casas dos camponeses e a possível relação entre este aspecto e a formação do que aqui chamei ‘coesão grupal’. MAIA, Mônica Emanuela Nunes. “A necessidade e o chicote”: seca e saque em Limoeiro do Norte (1950-1954). Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 2005. pp. 16-19.

Figura 2
O bom agente e o mau agente



Fonte: *Terra Livre*, São Paulo, nº 66, 2ª quin. jun. 1956, p. 3.

Sugere-se também, um elo entre os personagens da vila, que acodem provavelmente ao anúncio da chegada de *Terra Livre*, jornal do camponês, pela luta por melhores condições de vida e de trabalho.

Por outro lado, a proximidade pode indicar as condições, quase inexistentes, de acesso à terra por parte dos trabalhadores rurais, ou ainda, indicar a perspectiva política e de classe do proprietário e patrão, que vincula o espaço de moradia e lazer dos camponeses ao aspecto de vigilância e punição do poder do latifúndio. Nesse sentido, a moradia centralizada facilita a observação e ação dos capatazes das fazendas.

Ao mesmo tempo, o agente de Recife, onde, tempos depois, circula o Jornal “Liga”, é descrito com aspectos de tatuíra, com certo volume de barriga, preguiçoso, dormindo à vontade sobre os exemplares de *Terra Livre*, ao invés de distribuí-lo e difundi-lo. De acordo com a ilustração, devido a sua conduta

negligente, pilhas e pilhas do periódico se acumulam não permitindo a leitura²⁷¹.

A matéria tem conteúdo exemplar, prescreve conduta modelar. O agente, por sua conduta, tem a quota de jornais reduzida até regularizar a situação. É um alerta para que outros agentes não sejam negligentes com o jornal. Claro indício da difusão do periódico como tarefa política decidida, desde o coletivo partidário.

Tendo, pois, como modelo, um militante forjado na disciplina e no cumprimento das normas definidas pelos dirigentes (do jornal, como do partido), para agilizar a “luta contra o encalhe”, é incentivada a atenção para possíveis descuidos. Lembre-se que o jornal não é vendido em bancas e, segundo consta, somente uma livraria oferece as edições na capital de São Paulo.

A apreciação da conduta militante é observada em Leonilde Medeiros:

Há a considerar também as regras de fidelidade no interior do partido onde qualquer discordância era punida com o ostracismo ou mesmo expulsão. Não é difícil encontrar na imprensa matérias sobre militantes que eram desqualificados como ‘traidores’, como incapazes de levar adiante as tarefas que lhe foram atribuídas...²⁷²

Assim, um agente de *Terra Livre* ora é alertado, ora é estimulado. Entre a punição e o prêmio, o grupo editor se move com o intuito de alargar a presença do periódico na tarefa de “conquistar corações e mentes”, na luta contra o poder do latifúndio. É o caso dos concursos, que começam a ter espaço quando o jornal muda de título, de *Nossa Terra* para *Terra Livre*. Consistem em premiar os “amigos” e “agentes” do jornal que atingem a meta de assinaturas: para cinco assinaturas, uma caneta automática; para dez, um lenço de seda com o nome bordado; 15 valem um par de sapatos; 20, um par de esporas com o nome gravado; 30 assinaturas equivalem a uma viola, com o nome gravado; 50, um chapéu e um par de sapatos; por 70 novas assinaturas, o agente alcança o prêmio de um relógio de pulso; com a marca de 100 “uma boa capa oriental” e, por fim, um prêmio à escolha do agente, até o valor de

²⁷¹ *Terra Livre*, São Paulo, nº 66, 2ª quin. jun. 1956, p. 3.

²⁷² MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 1995, p. 258.

Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), é para quem atingir a meta de 200 assinaturas.

Esses prêmios, percebe-se, parecem dirigidos apenas ao público leitor masculino, tanto que o jornal abre espaço para explicar que as “amigas” do *Terra Livre* não devem se ausentar da competição e de sua contribuição, pois os prêmios são diferenciados. Elas podem, “certas de sua recompensa”, escolher entre “brincos, vestidos e bolsas”.

Concursos e campanhas correm paralelamente aos diversos apelos de “ajude *Terra Livre*”, “divulgue *Terra Livre*”. Um, em especial, com a chamada “Aos leitores”, é representativo da singularidade deste tipo de imprensa; sua existência está também vinculada à capacidade de organização de seu público leitor:

Por dificuldade de ordem financeira, TERRA LIVRE deixou de circular na 2.a quinzena de dezembro e 1.a de dezembro, somente saído agora, e, assim mesmo, com grande esforço por parte de sua direção. Por outro lado, o jornal circula neste numero com 4 páginas. Diante de tal ocorrência, apresentamos nossas desculpas aos prezados leitores e pedimos a ajuda de todos no sentido de garantir as edições do nosso jornal. Apelamos também para todos os agentes a fim de que saldem suas contas e organizem um permanente trabalho de ajuda financeira ao TERRA LIVRE através de contribuições com visitas, listas, rifas festas, etc.²⁷³

São objetivos dos concursos: aumentar a circulação do jornal para todos os estados brasileiros e prover as condições materiais de sustentação do periódico. Em “Vida de *Terra Livre*” ou em chamadas soltas, o jornal expõe os objetivos, à maneira de conclamação:

TERRA LIVRE conta a verdade sobre a vida dos trabalhadores agrícolas do Brasil. TERRA LIVRE ensina os camponeses a lutarem por seus direitos. Levar este jornal de mão em mão, de fazenda em fazenda, é um dever de todos aqueles que desejam uma vida melhor para os camponeses brasileiros.

O enunciado é claro quanto ao entendimento do jornal militante como instrumento político de agitação, doutrina e elevação dos níveis de consciência classista. Elemento comum, nessa forma de comunicação social, é o jornal

²⁷³ *Terra Livre*, São Paulo, nº 51, dez. 1954, p. 4.

como escola de luta por direitos. A leitura já é, em si, a aproximação ao vocabulário político-prático da luta por justiça e direitos sociais.

Pode-se inferir a relação entre o periódico e leitores, no que diz respeito a alguns objetivos. Na mesma perspectiva, o jornal é homenageado pelo “Trovador da Terra Branca”, através de “Quando leio ‘Terra Livre’”. Os versos, divulgados no jornal de nº 57, de 1955, demonstram o elo entre camponeses e o jornal, além da sensibilidade para expressar o ideário do jornal:

Jornalzinho TERRA LIVRE
 Está sendo sem rival
 Ele defende a pobreza
 Na base fundamental
 Instruindo o camponês
 Pra se confraternizar
 Os camponeses estão contentes
 Nele vendo o sol raiar
 Com a luz da Reforma Agrária
 E a terra pra se cultivar

Outro aspecto interessante da coluna “Vida de *Terra Livre*” é a forma educativa com que trata a relação dos leitores com o jornal. Na mesma edição, o jornal, propõe “propagandas nos muros das cidades” e de “grupo de escutadores”, “propaganda através de boletins” e “venda e distribuição nas fazendas”:

Um bom tipo de propaganda do jornal são as inscrições murais, isto é, dizeres como: “LEIA E ASSINE TERRA LIVRE”. “LAVRADOR! TERRA LIVRE É UM JORNAL QUE DEFENDE TEUS DIREITOS”, escritos a tinta nos muros das cidades. (...) Essas inscrições devem ser feitas também na roça, em cancelas, porteiras, para que nosso jornal seja cada vez mais conhecido²⁷⁴.

A pichação, instrumento conhecido nos espaços de contestação, é proposta como forma de divulgação de *Terra Livre*. Os editores não informam os meios de realização da tarefa, mas, em outro trecho, afirmam êxito em cidade do interior de Minas Gerais.

²⁷⁴ Vida de *Terra Livre*. *Terra Livre*, São Paulo, nº 74, 1ª quin. dez. 1956, p. 3.

Outra dificuldade enfrentada por *Terra Livre*, como pela imprensa dos trabalhadores, é o analfabetismo. Em vários exemplares, o jornal mostra sua preocupação, de tal forma que, insistentemente, propaga a fórmula do “grupo de escutadores”, como se vê a seguir:

Outra experiência que nos é dada pelos amigos e leitores de TERRA LIVRE em Itajubá, é a formação de grupos de escutadores do jornal. Muitas pessoas da roça não sabem ler e carecem do auxílio dos que têm leitura. Daí por que organizam grupos, numa venda e lêem os artigos, notícias e reportagens. Assim, os que não sabem ler ficam sabendo do que se passa²⁷⁵.

É a tentativa de superar o dilema: como atingir uma população iletrada, por meio da imprensa escrita. A ilustração de *Terra Livre* (Figura 3), acompanhada de sua legenda, propõe uma reflexão:

Figura 3
Leitura em voz alta



Fonte: *Terra Livre*, São Paulo, nº 100, jun. 1961, p. 4.

²⁷⁵ Idem.

Em *Terra Livre*, a sugestiva gravura do grupo de escutadores do jornal é elucidativa de uma das mais belas experiências do auto-aprendizado dos trabalhadores. Incontáveis, as emocionadas narrativas de homens e mulheres se construindo como autodidatas. Assim, o jornal *Terra Livre* não afirma apenas a preocupação com o analfabetismo, como sugere a leitura de aparência, mas sugere que, de modo coletivo leitores e escutadores superem os elementos de sujeição, impostos pela ignorância do verbo da luta emancipatória.

As experiências de leitura em voz alta, as leituras ouvidas ou as leituras comentadas dos grupos de leitores e escutadores remetem às narrativas de trabalhadores cubanos, americanos, portugueses e da Andaluzia, além dos citados brasileiros.

Essas experiências são descritas nos espaços de trabalho, por exemplo, dos charuteiros cubanos, que, em boa parte, migram para as fábricas de charutos americanas, cotizam-se para pagar o *lector*, e ouvir as leituras enquanto enrolam charutos. Leituras dirigidas à luta de classes ou à literatura, que ajudam a construir o vocabulário de classe dos trabalhadores. O fato é que a leitura, em grupos, vem há muito sendo realizada e bem sucedida, mesmo quando os patrões e o Estado lançam mão da censura e da proibição. Ainda assim, faz-se a leitura clandestina²⁷⁶.

Em especial, a ilustração de *Terra Livre* mostra a fileira de camponeses ao redor da mesa, da mesma forma que os charuteiros se portam para enrolar as folhas de fumo. A luz de lamparina pode fazer referência à claridade de idéias do jornal, mas também situa, no tempo e no espaço, o rural da década de 1960. Nesse tempo, a maioria das casas de camponeses não possuem iluminação elétrica.

Além da ilustração, são comuns inúmeras gravuras e fotos demonstrativas da leitura proposta por *Terra Livre* (Anexo 2). É interessante notar a apropriação de espaços e do cotidiano dos trabalhadores para torná-los ambientes próprios à leitura.

Outra possibilidade é a valorização da aliança entre a oralidade e a expressão escrita, por exemplo, mediante conferência que trata do “Papel da

²⁷⁶ GONÇALVES, Adelaide. Leitores operários cubanos nos tempos de Martí. Op. Cit.

imprensa na luta camponesa”. Desta forma, demonstra-se a capacidade de percepção das dificuldades de acesso ao conhecimento como instrumento de luta.

A conferência acontece por iniciativa de associações de lavradores e trabalhadores agrícolas, em diversas regiões, deve “colocar os camponeses em maior contato com os problemas da imprensa independente, em face das lutas no campo e nas cidades pela Reforma Agrária”²⁷⁷. À primeira conferência, fazem-se representar a FETAESP – Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo e mais de trezentos camponeses da região paulista, para ouvir o jornalista e diretor do *Terra Livre*, Sosthenes Jambo, o que fomenta a circulação do periódico.

Cartas da Roça

Uma das formas de a direção do periódico saber a quantas andava sua circulação, e tornar real o papel na luta dos camponeses, é a seção “Cartas da Roça”. A leitura é, por vezes, apresentada como motivação da organização e da luta, com real influência sobre as ações de trabalhadores no campo. O periódico insere ilustrações de efeito pedagógico e afirma laços com o leitor, por correspondências publicadas (Figura 4).

Nesta carta, o leitor Pascoal adjectiva *Terra Livre* como “nosso querido jornal”, e conta a história da luta de vinte e seis famílias, prejudicadas no acordo com o dono do cafezal, devido às intempéries naturais. Ao seguirem os passos apontados por *Terra Livre*, conquistam aumento de salário. Vários outros exemplos saltam da folha comunista.²⁷⁸

²⁷⁷ *Terra Livre*, São Paulo, nº 114, set. 1962, p. 8.

²⁷⁸ De Flórida Paulista chega a primeira carta, na qual o leitor Pascoal enaltece o modelo indicado por *Terra Livre*: *Terra Livre* ajudou 26 famílias de colonos a conquistarem importante vitória. *Terra Livre*, São Paulo, nº 45, 2ª quin. jul. 1954, p. 2; Em Pompéia fizeram greve e receberam férias. *Terra Livre*, São Paulo, nº 47, 2ª quin. ago. 1954, p. 2; Esta carta também ressalta a influência de *Terra Livre*.

Figura 4

Terra Livre orienta luta camponesa

Fonte: *Terra Livre*, São Paulo, nº 45, 2ª quin. jul. 1954, p. 2.

Com a ilustração de carta da sessão “Cartas da Roça”, de julho de 1954, o jornal veicula outro exemplo da leitura em grupo. Se apenas um sabe ler, deve fazê-lo para os outros, idéia reiterada de ‘amplificação’ da leitura. O que se quer aqui fixar, outra vez, é que o modelo de leitura supõe a realização de um coletivo, posto que a leitura não é percebida como aquisição de rudimentos individuais ou mera apropriação de códigos letrados, mas a efetivação de postura comum: ler juntos para o fortalecimento coletivo.

Nesse sentido, ressalta-se como idéia-força, a solidariedade, o coletivo, posto que a leitura em grupo suscita conversas, perguntas e pode mover ações coletivas dos camponeses, em oposição aos latifundiários.

A solidariedade permeia o mundo rural, não só a terra como espaço de trabalho, mas de momentos de relativo descanso, em que homens e mulheres camponeses, jovens ou velhos, se recostam à sombra de frondosa árvore, para fumar o cachimbo, ouvir a leitura de *Terra Livre*, discutir os problemas da roça, as experiências dos camponeses de distantes glebas, divulgadas pelo jornal, ou rir do anedotário e dos causos, tão comuns entre os camponeses. O fato é

que o momento da leitura é sempre instante de devotada concentração e atenção por parte de leitores e escutadores.

As cartas dão a tônica do jornal. A seção apresenta missivistas de quase todos os estados; por vezes, nomes de cidades de difícil localização no mapa, por mudança de nome, ou mesmo, por não fazer referência à região. Ressalte-se, no entanto, que a maior percentagem das cartas é de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais, às vezes, do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul.

Figura 5
Os objetos da escrita



Fonte: *Terra Livre*, São Paulo, nº 73, 1ª quinz. out. 1956, p. 2.

Em “Cartas da Roça”, tem-se efeito pedagógico, estratégia comunicativa bem sucedida de auto-identificação do leitor com o jornal. Define-se como espaço próprio de diálogo com diferentes lugares da ação e luta, amplia o raio de comunicação do jornal, agrega colaboração escrita de distintas origens e realiza uma espécie de itinerário e grau de organização das lutas camponesas do Brasil. É de se notar que jornais desta natureza prescindem da fórmula mais usual de deslocamento de “repórteres” e recolhe seu conteúdo a partir da palavra que move, fruto do relato de quem vive ou ajuda a construir situações de organização e de enfrentamento. As cartas são evidência de “escutadores” e “leitores” tornando-se “jornalistas da classe”, recuperando costumes e práticas observadas pelos estudiosos da imprensa militante, desde o século XIX.

O que é de ressaltar ainda, no plano estritamente metodológico, é que o tipo de documento requer do pesquisador olhar acurado, posto que o jornal, nesses casos, ultrapassa o marco estrito da comunicação social, para alcançar

o lugar de aglutinador e irradiador de experiências. A identificação do leitor com o jornal transforma-se em adesão efetiva à leitura diagnóstica do real com fins de intervenção político-prática.

Figura 6
Escrevendo cartas



Fonte: *Terra Livre*, São Paulo, nº 44, 1ª quinz. jul. 1954, p. 2.

Aqui são identificados os sujeitos da ação de escrita. Um deles escreve carta ditada pelo camponês. Ele parece refletir sobre o discurso que deseja ver veiculado no jornal, que reconhece como instrumento de luta a seu dispor.

A despeito do relativo (des)conhecimento das letras, a necessidade de comunicação e outras capacidades (compreensão e reflexão) o habilitam a participar do mundo coletivo, no espaço da imprensa e das lutas cotidianas. Superadas as dificuldades, de uma forma ou de outra, o camponês não se permite alvo de piedade e dó, e nem se retira da luta por seus direitos e conquistas, por não ser letrado.

É de se considerar algumas peculiaridades do mundo camponês que o dispõem a atitudes coletivas. Com isso não se infira análise mecânica do fenômeno da comunicação social aqui apresentado. No entanto, é preciso anotar que não se pode acolher a significação sócio-histórica da imprensa dos trabalhadores como fenômeno circunscrito ao mundo urbano e ao trabalho fabril.

Exemplo de práticas de leitura coletiva, a sugestiva expressão de *Terra Livre* - formar grupos de escutadores - encontra paralelo em outras histórias do auto-aprendizado e da cultura operária. Encontra, de igual modo, base operativa, no mundo camponês e na cultura da oralidade. As rodas de

conversa no eito, no terreiro defronte de casa, após a jornada de trabalho, são marcadas quase sempre pelo hábito de troca de idéias, informações, atualização do verbo, contação de causos e histórias mais próximas ou mais distantes, de modo a firmar entre eles - alguns mais falantes e outros escutadores - aliança grupal.

Na escrita, o fenômeno das migrações, com efeitos (separação de núcleos familiares, entre outros), é também um campo de significados ao pesquisador. Neste caso, o analfabetismo não impede que um sem-número de cartas-ditadas chegue ao destino. A escrita de cartas ao jornal, no caso, é de grande significação, no episódio comunicativo da experiência camponesa. Traz ao pesquisador a possibilidade de traçar, em grandes linhas, o repertório da luta camponesa, conforme o próprio lugar de enunciação, sem tradução intermediária de “um repórter”. Pode, ainda, sugerir que o ato de ditar cartas é, em si, ato de articulação do pensamento, na direção de narrativa que combina a vertente da oralidade ao código escrito.

É lícito propor que esta análise não pode se prender ao formalismo da apropriação dos códigos de letramento e à consideração do analfabetismo como, a priori, determinante da exclusão sociopolítica. Assim, a imprensa militante, para além da função definida nos coletivos partidários e grupos editoriais, realiza alargada função pedagógica junto aos leitores, que em muitos casos, ultrapassam a condição de receptores, como no esquema clássico da comunicação, para exercerem papel ativo na produção e circulação de idéias.

Como os comunistas de *Terra Livre*, Francisco Julião conclama os militantes das Ligas Camponesas (e possíveis leitores do jornal *Liga*) para essa atitude. Pela “Carta de Alforria do Camponês”, Julião aconselha os camponeses do Brasil, inclusive os “das carnaúbas do Ceará”:

toma a tua carta de ABC, arranja uma horinha, e vai mesmo cansado, faminto, de tanga, à casa de teu irmão que saiba ler e aprende com ele a soletrar e a assinar teu nome.²⁷⁹

O texto “Cuba” da pasta de documentos do DOPS - Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco, é também orientação de Julião para o

²⁷⁹ JULIÃO, Francisco. Carta de Alforria do Camponês. Fundo SSP:29326/DOPS/Setor de Acervos Permanentes do APEJE.

camponês conseguir o título de eleitor, a fim de participar das eleições. Este é um dos aspectos que orientam o primeiro contato do camponês com as letras, não inviabilizando o que daí pode decorrer, como, por exemplo, a curiosidade e desejo do camponês de conhecer, aprender. Até mesmo porque o jornal, de orientação das Ligas Camponesas, *A Liga*²⁸⁰, circula entre os camponeses ajudando a fomentar interesse e a necessidade da leitura.

As cartas trazem informações da realidade camponesa, em diferentes espaços rurais. Trazem histórias de vida de homens e mulheres do campo, denúncias contra donos de terras, administradores, capatazes, autoridades policiais e judiciais. Informam prisões arbitrárias, espancamentos, expulsões de camponeses, aparato do Estado, torturas. Da mesma forma, situam o leitor quanto ao plantio de pequenos produtores, perda de safra, ocorrência de chuvas torrenciais ou de secas.

Com as cartas, a aquarela da Questão Agrária vai tendo nuances destacadas, colocando, em pauta (por meio da expressão dos camponeses), debates sobre assuntos como: fome, miséria, escravidão, migração, violência, grilagem, despejos, relações de trabalho no campo, questão fundiária, exemplos de solidariedade, unidade e luta.

Os temas das cartas geram reportagens, artigos e outros que refletem a realidade dos camponeses. São reflexões orientadas pelas teses do PCB, discutidas com a participação de camponeses leitores, que intervêm diretamente no jornal, à medida narram experiências, traçando caminhos, pelo exemplo, recorrendo à divulgação de demandas e lutas, como arma de proteção contra o anonimato e a violência dos poderosos locais.

A maioria das cartas é assinada. Impossível saber-se se com nomes verdadeiros ou pseudônimos, maneira de driblar a repressão patronal.

As cartas do Ceará e a significativa circulação do jornal são indícios de valor para o pesquisador. No período de 1954 a 1964, localizamos duas cartas: uma, de Francisco Chagas da Rosa, camponês de Iguatu, e a outra, oriunda de Sobral, encaminhada por Salustiano Alves.

²⁸⁰ *A Liga* passou a ter uma sucursal em Fortaleza a partir de abril de 1963 e, como correspondente, o jornalista Inácio de Almeida; de acordo com nota que circulou em CAVALCANTE, Rangel. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 9 abr. 1963, Coluna "Tudo é Notícia", p. 7.

A primeira “Lavoura de pobre não tem valor” (Figura 7) merece os cuidados de ilustrador e lugar de destaque na seção. Com forte tom de denúncia, relata aspectos da realidade, oferecendo rica descrição da situação dos camponeses, no período.

Francisco Rosa narra a situação penosa das gentes de Iguatu. Com a estratégia de comparar os preços dos produtos da lavoura com o valor dos produtos manufaturados, como o sabão, a chita, o cigarro e o café, Francisco faz com que se compreenda a disparidade de preços e a impossibilidade de consumo dos camponeses, da região. Em pauta o tema carestia, denuncia o superfaturamento dos produtos agrícolas, em mãos dos grandes latifundiários e comerciantes da região, que lucram sempre mais.

De fato, o título da carta é bem empregado, posto que a lavoura, ao sair dos silos dos pequenos agricultores, vale muito pouco, em relação ao preço oferecido pelos grandes donos de terra.

Temas diversos podem ser percebidos na carta de Francisco, desde a seca no sertão cearense, sem a devida atenção e proteção social por parte dos governos, até a dificuldade de crédito agrícola nos bancos. O autor afirma que o dinheiro emprestado pelo Banco do Brasil, a juros pequenos, vai para os grandes latifundiários.

A carta trabalha com elementos de economia e da realidade, com diagnóstico dos mecanismos perversos, estabelecidos pelo circuito da industrialização e dos monopólios, em detrimento da agricultura familiar e camponesa. Para esta última, o que se denota é a desvalorização da produção, a falta de garantia do preço mínimo, a dificuldade de acesso ao crédito subsidiado e a ausência de proteção contra as intempéries naturais. É a estratégia que sempre, naturaliza os efeitos da seca ou das enchentes, para, na mesma lógica, fazê-lo com a fome, o empobrecimento e a miséria.

Também ressalta a leitura, a vida dos camponeses assalariados e dos pequenos proprietários, com as mesmas dificuldades e problemas: a miséria e a luta pela sobrevivência. Em contraste com a luta e miséria, o ilustrador de *Terra Livre* evoca a figura dos ricos fazendeiros: um bem vestido, postura ereta, com uma pilha de dinheiro na mão; o outro, bonachão, espelho da fartura e da boa vida, do não-trabalho, em roça então, nem pensar. Por trás de si, os

sacos com o produto do trabalho camponês, ausentes da figura, mas presentes na indignação da carta de Francisco Rosa.

Figura 7

Lavoura de pobre não tem valor

Lavoura de pobre não tem valor

CEARA (CARNAUBA — MUNICÍPIO DE IGUATU) — O sofrimento dos camponeses aqui é insuportável, ganham salários de fome que mal dão para comer feijão e pão de milho; a principal mistura é água e sal. Vestir nem se fala, calçar muito pior.



A situação dos pequenos proprietários é também péssima, os produtos agrícolas só têm valor depois que passam para as mãos dos capitalistas. Aqui, quando se compra o feijão para plantar custa um litro sete e oito cruzeiros, O milho bichado, gorgulhento, custa quatro cruzeiros o litro. Mas quando se vai vender esses cereais não se vende por nada, o feijão não tem preço, um cruzeiro apenas o litro, e o milho também na melhor ocasião. O arroz é vendido a dois cruzeiros e cinquenta centavos. O algodão também só vale quando está nas mãos dos ricos, só tem um preço melhor para os ricos, que podem esperar para pegar melhores preços, que tem propriedades e podem levantar empréstimos no Banco do Brasil com juros pequenos.

Conversando com o arrendatário Francisco Ferreira Lima, este me disse que ia guardar o algodão para plantar, porque seria melhor do que vender uma arroba de algodão por cem cruzeiros e depois comprar uma de caroço por noventa para semente, sendo descontado 35% em cada saco na venda do produto.

Os camponeses desta região estão descontentes, da maneira que vai não é possível suportar mais a situação. Além de quatro anos de seca que acabamos de atravessar, nossos produtos não têm valor. Depois que termina a safrinha munda fica o lavrador abandonado sem um pequeno serviço que dê para ganhar ao menos para comprar o cigarro. A maioria dos camponeses daqui já deixou de tomar café e de fumar, porque não é possível se vender dez litros de feijão para comprar uma quarta de café. O mesmo acontece com o sabão: não podemos mais lavar roupa custando a barra sete cruzeiros, quando vendemos uma arroba de oiticida por quinze cruzeiros apenas pois neste caso uma arroba de oiticida só dá para comprar duas barras de sabão.

Carnauba é um grande baixo e abaixo da terra tem um lençol de água que poderia com o assentamento de bombas, dar a maior fartura se o governo olhasse isso para o povo viver em outras condições. Nós vamos no caminho de chegar a vender uma arroba de algodão e o dinheiro não chegar para a compra de um metro de chita ruim.

Ass. Francisco Chaga Rosa

Fonte: *Terra Livre*, São Paulo, nº 50, 2ª quinz. out./ 1ª quinz. nov. 1954, p. 2.

Vê-se que a carta é de valor para o pesquisador em História Social, pelas informações sobre os preços praticados, a desvalorização do pequeno agricultor, a incúria do poder público quanto aos investimentos no semi-árido, as gritantes diferenças de valor entre os produtos agrícolas e os manufaturados. Além da crítica social esboçada, outro elemento se destaca:

exemplo de solução para os problemas de plantio e aumento da produção, se as condições técnicas e a lógica do modelo econômico são alteradas.

A segunda carta tem outro tom: o ponto de visto do leitor acerca da importância do jornal *Terra Livre*, e de sua circulação no município de Sobral.

DE SOBRAL – CEARÁ
23 de dezembro de 1958

Ficamos muito contentes por ver que nosso jornal está voltando a sair cada mês. Os homens da lavoura são muito desunidos e precisam de alguém que ajude a eles na solução de suas dificuldades. Os homens ricos das cidades e os que nos exploram no campo têm seus jornais, além de gozarem da amizade dos poderosos do governo. Para nós, os pobres, quase não resta nada. O único jornal que já vi que defende nossos direitos é TERRA LIVRE. Então como é que ele vive em dificuldades? O mês que não recebo este jornal me deixa aborrecido. Prometo mandar para TERRA LIVRE, logo que possa colher algumas sobras, um auxílio, pois já faz tempo que não mando nada.

Sr. Diretor, cuide bem para que TERRA LIVRE não deixe de ser enviado aqui para nós. Deus há de recompensar o seu trabalho. Sempre agradecido.

Salustiano Alves²⁸¹

A carta de Salustiano Alves traduz, em sincero discurso, a confiança depositada no periódico, reconhecendo-o como “o único jornal que defende nossos direitos”, é expressão de contentamento pelo fato de o jornal manter-se em circulação; é também expressão de pesar por considerar os homens da lavoura desunidos, sem um projeto comum, precisando, portanto, de “tutela benfazeja” – alguém que os auxilie na travessia do mar de dificuldades. Mas a carta, de estilo simples, é expressão politizada, percebe o campo ideológico como esfera de dominação de classe. Salustiano entende que os ricos da cidade e os coronéis do campo têm outro latifúndio em comum: a comunicação. Para ele, resta injustificável que o jornal *Terra Livre*, expressão pública de difusão do vocabulário da luta contra os que tudo têm, inclusive da amizade dos homens do governo, possa sofrer dificuldades materiais impeditivas de circulação. De modo singelo, Salustiano quer fazer sua parte: dar auxílio ao jornal, recolhendo algumas sobras de sua pequena colheita. Boa metáfora para Salustiano pensar o *Terra Livre* como terreno de semeadura de idéias.

²⁸¹ *Terra Livre*, São Paulo, nº 84, jan. 1959, p. 2.

Há o reconhecimento da imprensa dos trabalhadores, apoiada, nos preceitos da união e da luta camponesa, fruto de contribuições e participação ativa dos leitores, atuante na “solução das dificuldades dos homens da lavoura”; em oposição, há imprensa dos ricos, poderosos, latifundiários e governantes. Salustiano percebe a diferenciação de classe, no campo e cidade, expressa na distinção entre os jornais.

Ao fim da pequena carta, Salustiano reverencia o diretor do jornal e roga a bênção e recompensa divinas, gesto de agradecimento sincero à equipe redatorial comunista de *Terra Livre*, à época, liderada por Declieux Crispim Sobrinho.

Além dessas, são postadas outras duas cartas, que não estão na seção “Cartas da Roça”, e sim em outro espaço criado pelo jornal a fim de estabelecer contato com os leitores que escrevem para a redação. O espaço responde, em breves linhas, aos questionamentos e dúvidas ou faz eco às denúncias relatadas, sem a transcrição literal. A nova seção criada em dezembro de 1954, no nº 51 do jornal, sob título de “Recebemos sua carta”, é assim apresentada:

Esta nossa edição assinala a criação de mais uma secção em TERRA LIVRE, com o título: ‘Recebemos sua Carta’.

O objetivo desta secção que abrimos na mesma página dedicada à ‘Cartas da Roça’, é dar a devida atenção aos remetentes de todas as correspondências que recebemos, cartas, artigos, reportagens, versos e demais colaborações. Além disso, nesta secção queremos proporcionar uma ajuda aos nossos leitores dando respostas a toda espécie de perguntas que nos façam, fornecendo informações e orientação a respeito dos assuntos sobre os quais nos consultem: preços dos gêneros e objetos, direitos dos trabalhadores agrícolas e lavradores, leis, endereços de repartições, nomes de autoridades, especialidades de firmas comerciais e industriais, indicação de medicamentos, horários diversos, modelos de documentos como petições e requerimentos para pagamentos de férias, salário mínimo e outros, etc, etc.²⁸²

A seção complementar a “Cartas da Roça”, entrevê que, na triagem da correspondência, o grupo editor depara cartas que trazem “anexos” - poemas, versos, pequenos artigos - e outras que demandam respostas de natureza vária – desde querelas jurídicas, informações de direito social até indagações

²⁸² *Terra Livre*, São Paulo, nº 51, 2ª quin. dez. 1954, p. 2.

mais corriqueiras sobre o funcionamento da burocracia do Estado ou preços de produtos e insumos.

O espaço ampliado de comunicação firmado entre o *Terra Livre* e o público demanda um número crescente de páginas e mesmo o surgimento de publicações agregadas: suplementos, almanaques, cartilhas de divulgação temática de alcance popular. Autêntica demanda de comunicação direta sobre o cotidiano, que elimine dúvidas dos direitos usurpados, que suprima intermediários na solução dos problemas locais. Pelo que se examina, a imprensa militante quis sempre alargar a ação comunicativa e depara, pelo menos, dois problemas de base: a sustentação material como tarefa militante e a perseguição policial e política à iniciativa editorial, no marco doutrinal, com fins de encorajamento à luta.

Inferese que o conteúdo das missivas, em “Cartas da Roça” é da autoria de camponeses, talvez com pequenas modificações editoriais, ou seja, não são criações de redatores para fomentar o debate (argumento editorial por vezes utilizado na imprensa militante). O volume de cartas recebidas é considerável²⁸³, haja vista a necessidade da criação de coluna para dar vazão ao fluxo de correspondência. Ainda é de se comentar a abrangência do espaço em que *Terra Livre* circula, dado às cartas de diferentes e distantes partes do país. Outra inferência possível é que, por essas datas, a crise financeira bate às portas de *Terra Livre*, com menor quantidade de páginas (quatro), o que obriga a condensação dos assuntos tratados, com o uso de um recurso indireto para publicizar o conteúdo das missivas.

De volta às cartas vindas do Ceará. Ângelo José do Vale escreve, de Sussuarana, solicitando orientação sobre a “divisão e construção de uma casa”. A pergunta é remetida à ULTAC – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará, posto que, em São Paulo, as leis são diferentes²⁸⁴. Do Crato, Elói Teles de Moraes escreve para a redação de *Terra Livre*. Como resposta: “Vamos atender ao seu pedido. Aguarde.”²⁸⁵

Além das cartas, pequenas notas, fotos, versos e reportagens sobre o Ceará estão com frequência nas folhas de *Terra Livre* (anexo 1), em torno de

²⁸³ Isto vai ao encontro das informações de que a redação recebia cerca de treze cartas por dia no ano de 1963. COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. Op. Cit., p. 104.

²⁸⁴ *Terra Livre*, São Paulo, nº 76, jan. 1957, p. 2.

²⁸⁵ *Terra Livre*, São Paulo, nº 51, abr. 1957, p. 2.

fatos ligados ao mundo rural e à luta dos camponeses do Ceará, ou pela iniciativa do militante José Leandro, na divulgação das lutas e conquistas dos camponeses.

Entre 1954 e 1964, dezenas de referências ao Ceará têm espaço na folha camponesa, o que enseja que, em abril de 1963, seja veiculada a “Coluna do Ceará”, substituída depois por “Notícias do Ceará”, em outubro e dezembro de 1963²⁸⁶.

Durante o período de circulação de *Terra Livre*, inúmeras arbitrariedades, editores e colaboradores têm de driblar, para tornar possível a leitura (lida e escutada) do jornal. Essa marca fica gravada, principalmente, na memória dos militantes que agem, para fomentar o debate sobre a situação de vida dos camponeses.

***Terra Livre* na memória militante**

Participam desta narrativa as memórias de alguns militantes comunistas nas lutas camponesas, nas décadas de 1950 e 1960. É interessante notar, como, em histórias de vida ou em relatos de camponeses que acompanham a luta através dos sindicatos, associações, assembléias, ou de conversas de pé de balcão das vendas, em cancelas ou sombras de árvores onde se distribui *Terra Livre*, o desejo de saber, de compreender, de aprender é grande.

Histórias de mulheres alfabetizadoras, de curiosos aprendendo, sozinhos, por cartilhas esquecidas ao chão, de camponeses com trinta dias de aulas pra aprender a soletrar, em ânsia pelo saber, são muitas e belas.

Esta é reiterada atitude, confirmada nos depoimentos e memórias dos trabalhadores, que configura a radical e extensa prática do autodidatismo dos trabalhadores, como no exemplo de João Pedro e Elizabeth Teixeira.

Em 1945, João Pedro Teixeira²⁸⁷ traz para Recife (havia conseguido emprego na pedreira) Elizabeth Teixeira, prestes a parir o segundo filho. De

²⁸⁶ Não temos certeza da ausência desta coluna em agosto e setembro do mesmo ano, já que estes números não estão disponíveis na coleção da Biblioteca Nacional.

²⁸⁷ Líder camponês da Paraíba, fundador da Liga de Sapé.

acordo com as memórias de Elizabeth, ao chegar a Recife, “João Pedro entendeu que devia se alfabetizar”. Ela lhe põe fim à tristeza que era “não saber ler e escrever” para João Pedro. Segundo ela, “ele tinha muita vontade, aquele desejo de saber”.

Na vida de camponês e operário de Pedro Teixeira, é possível observar as marcas do aprendizado político, mediado pelo contato com leituras individuais e coletivas, no dizer de Malaquias Batista: “João Pedro foi um aluno da vida, um autodidata das vicissitudes. Aprendeu pelos caminhos que andou. Pelos sindicatos operários, pelas lições que lhe ia ensinando a unidade operária.”²⁸⁸ Vai, então, aprendendo e ensinando, através da Bíblia ou de folhetos e periódicos comunistas, permitindo-se, assim, a troca de experiências e adesão a uma causa.

Entre as experiências vividas por João Pedro, merece destaque a leitura e venda de periódico descrito por Elizabeth como um “jornal operário”, “A Voz do Povo”²⁸⁹.

Em narrativa de dor e ausência, Elizabeth se refere, ao período de 1958 a 1962, como de “luta muito dura”. Episódio, na renúncia de Jânio Quadros, em 1961, traz expressivas lembranças, entre as quais a do jornal *Terra Livre*, que, segundo ela, é uma espécie de prova requerida pela arbitrariedade policial para levar João Pedro à prisão:

Na renúncia de Jânio Quadros nossa casa foi cercada pelo Exército. Quando abrimos a porta, o exercito invadiu, armados de metralhadoras, revirando tudo, até jornal velho eles encontraram. Era o ‘Terra Livre’. – ‘Ah! Aqui tem jornal comunista’. Eles juntaram aqueles jornais e levaram João Pedro preso. Eu olhei pra eles e disse:

– Isso é por falta de papel higiênico, é?
Eles deram a moléstia comigo.²⁹⁰

Temos, nesse trecho, a materialização do aprendizado e do sofrimento de João Pedro Teixeira (ligados às letras, no contato com o jornal ou com outras fontes escritas), evidenciados na descrição do covarde assassinato, aos

²⁸⁸ BATISTA, Malaquias. Sem terra e sem país. In: JULIÃO, Francisco (editor). *Jornal A Liga. Ligas Camponesas outubro 1962 – abril de 1964*. México: CIDOC, 1969, p. 199.

²⁸⁹ BANDEIRA, Lourdes, MIELE, Neide, GODOY, Rosa (orgs.). *Eu marcharei na tua luta! A vida de Elizabeth Teixeira*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997, pp. 48-50.

²⁹⁰ Id. *Ibid.*, p. 55.

quarenta e dois anos de idade, em 02 de abril de 1961, nas terras de Sapé, na Paraíba.

Nestes termos, há relação com a leitura e compreensão de João Pedro quanto a sua responsabilidade, quanto ao entendimento de que a luta por terra também significa luta por liberdade, por escola, saúde e educação. A metáfora de Malaquias Batista pode resumir a presença do livro na cultura militante, posto que, nos livros furados de bala, há o apelo à revolução:

Compondo a cena final de sua vida, cartilhas inocentes que João Pedro levava para seus filhos, fizeram mudar não somente o destino da família, na orfandade, como a própria educação política do campesinato. Há, naqueles livros furados de balas, um apelo à revolução. E a revolução vem sendo pregada. Sobre o sangue de João Pedro e de seus companheiros. Suas cartilhas escolares que ficaram no caminho da viagem interrompida, devem hoje ensinar outro credo e civismo, outras primeiras letras. Devem ser bíblias de lutas para as escolas onde se formam novas gerações.²⁹¹

A revolução é solução e revelação, para ela convergem os caminhos da educação, da pedagogia da luta e do exemplo. A expressão “bíblias de lutas” confere, à luta por direitos, caráter sagrado.

De tudo, não se podem abstrair as cenas de violência: a família perseguida, desestruturada; os filhos desamparados, sem cartilhas; os companheiros desiludidos, desalentados. Cenas de violência contra camponeses por parte dos capangas que investem contra a vida de João Pedro, ou antes, quando alcançado pelo braço armado do Estado.

Em João Pedro Teixeira, João Rodrigues Rino e Roque Pedroso, destacam-se as perseguições e prejuízos físicos e morais a que estão expostos os agentes do jornal, bem como de quaisquer publicações ligadas aos movimentos sociais.

Na verdade, o primeiro exemplo de violência contra agentes de *Terra Livre*, pode ser visto em carta enviada à direção do jornal em 1954, em que denúncia de José Francisco informa que um agente de *Terra Livre*, Carlos Alexandre, servindo ao jornal, em Flórida Paulista, está preso, há mais de um ano, “ilegalmente”, na cidade de Valparaíso. O caso chama atenção por estar

²⁹¹ BATISTA, Malaquias. Sem terra e sem país. Op. Cit., p. 199.

ele adoentado, com tuberculose e “falta de memória”. É o primeiro ato de injustiça e atentado à liberdade de agentes de *Terra Livre*.

Em Maringá, também existe arbitrariedade, que confirma o emprego da força privada e da violência do Estado contra os camponeses de Norte a Sul do país. Notícia veiculada por *Terra Livre* busca fazer justiça ao “campeão de vendas do TERRA LIVRE durante o ano de 1962”. Aqui se reproduz a matéria que sob o título: “Continua preso incomunicável o jornalista Rodrigues Rino”, com subtítulos: “delegado nazista cumpre ordens do juiz reacionário – violento desrespeito às liberdades democráticas e à livre circulação de jornais e revistas – justiça burguesa nega decidir quanto ao ‘habeas corpus’ em favor de um homem preso arbitrariamente”:

Maringá, Paraná (do correspondente) – Continua preso em Maringá o jornalista João Rodrigues Rino que, segundo a ‘Justiça’ local, cometeu o ‘crime’ de vender as publicações ‘Última Hora’, ‘Novos Rumos’, ‘TERRA LIVRE’ e ‘Problemas da Paz e do Socialismo’. Há muito o conhecido jornalista Rino vinha sofrendo perseguições violentas por parte da polícia, tendo sido antes preso (há cerca de um mês), pelo 1º suplente do delegado regional de Maringá. Já por si, essa primeira prisão foi um flagrante atentado às liberdades democráticas, particularmente à livre circulação de jornais e revistas. Desta vez, Rino conseguiu a liberdade através de ‘habeas corpus’.

PROCESSO FARSA

Agora, apesar de nada existir que comprove as acusações feitas pelo delegado de Maringá contra Rino, o jornalista continua preso como ‘perigoso agente da subversão da ordem’. O Juiz não quer decidir quanto ao ‘habeas corpus’ impetrado em favor de Rino, e o delegado jagunço se recusa até mesmo a informar onde se encontra a sua vítima.

João Rodrigues Rino vem sofrendo perseguições mais violentas a partir da fundação na cidade, pelo clero católico a serviço da reação e do escravismo, de um jornal que utiliza suas colunas contra o interesse do povo, contra a Reforma Agrária e em benefício de uns poucos latifundiários e burgueses que lucram mais com a miséria nos campos e nas cidades.²⁹²

Terra Livre, em defesa de um dos maiores divulgadores, ataca outro jornal, provavelmente, disputando leitores da cidade de Maringá, reconhecida pelos grandes e graves conflitos, entre camponeses e latifundiários, e pelos

²⁹² Continua preso incomunicável o jornalista Rodrigues Rino. *Terra Livre*, São Paulo, nº 117, dez. 1962, p. 8.

atritos com o clero local, de orientação contrária aos interesses dos trabalhadores.

A mesma matéria exhibe a foto de Rino cercado por camponeses e legenda que enfoca novamente (entre aspas) o termo Justiça, questionando o tipo de (in)justiça praticada, que trata a venda de jornais como crime.

Ao centro, cercado pela multidão, o jornalista João Rodrigues Rino, campeão de vendas de TERRA LIVRE no ano de 1962. Rino está encarcerado pelo 'crime' de vender 'Última Hora', 'Novos Rumos', 'TERRA LIVRE' e a revista política 'Problemas da Paz e do Socialismo'. Mesmo como chefe de família, a 'justiça' não o deixa trabalhar ... Este é o regime que os donos de terra e os lacaios do imperialismo norte-americano defendem. Chamam de 'democracia' e 'liberdade'.²⁹³

O caso de Rino acontece em 1962. Com Roque Pedroso, agente de *Terra Livre*, em São Paulo, tem-se situação, de início, semelhante à de Rino, não fosse, em 1964, a Lei de Imprensa e um mandado de segurança preventivo, emitido pelo Juiz Silvio Lemmi, contra o delegado do DOPS de São Paulo, que garante a circulação e venda de *Terra Livre* no estado.

Um "capanga" da lei tenta seqüestrar os exemplares de *Terra Livre*, em posse de Roque Pedroso, não o conseguindo, intima-o à delegacia, na cidade de Ipaçu, São Paulo. O agente de *Terra Livre*, segundo notícia do próprio jornal, faz com que o delegado seja obrigado a recuar, e desistir da tentativa de enquadrá-lo, posto que Roque, na ofensiva, esclarece a lei existente, que lhe permite mover ação contra o ato policial. "Mais uma vez, um seu cão-de-fila [polícia de Adhemar de Barros - governo de São Paulo] é obrigado a recuar, diante do esclarecimento e do desembaraço do homem simples do campo"²⁹⁴.

Interessante notar que a notícia sobre Roque Pedroso não cita publicações outras, além de *Terra Livre*. Entretanto o título de outras publicações, como *Última Hora*, *Novos Rumos* e *Problemas da Paz*, está presente quando o assunto é prisão de agentes e militantes comunistas. Outros títulos do projeto editorial dos comunistas podem ser localizados nesse

²⁹³ Continua preso incomunicável o jornalista Rodrigues Rino. *Terra Livre*, São Paulo, nº 117, dez. 1962, p. 8..

²⁹⁴ Camponês em Ipaçu fez delegado engolir ameaça a TERRA LIVRE. *Terra Livre*, São Paulo, nº 131, fev. 1964, p. 5.

período, como: *Imprensa Popular*, *Hoje*, *Notícias de Hoje*, *Voz Operária* e *A Liga*.

A maior parte dos militantes presos com material impresso em seu poder (recolhido pela repressão em suas casas, locais de trabalho ou sindicatos), narram, nas memórias, o contato com mais de um título da imprensa comunista, por exemplo, o caso do líder comunista Gregório Bezerra.

As memórias de Gregório Bezerra, comunista, deputado pelo PCB, preso e torturado, exilado em 1969, no seqüestro do embaixador americano, ressaltam passagens que identificam a imprensa comunista não apenas como estratégica para a divulgação dos ideais e da luta de classes, mas como base de apoio militante, que, como Gregório, se desloca em as áreas de concentração rural, em trabalho concludat6rio, ou em áreas urbanas, em trabalho pol6tico com oper6rios, ou mesmo fugindo da repress6o.

Al6m disso, para Greg6rio Bezerra, a imprensa tem m6ltiplas facetas. Ao fugir do latif6ndio, seu primeiro trabalho 6 vender jornal. Como deputado e militante, 6 alvo constante da grande imprensa, mantendo com ela diferentes rela66es, sabendo aproveitar de sua grande circula66o, em determinados momentos, ou sendo insultado, acusado injustamente e sem direito 6 defesa.

Assim, as reda66es d'O *Popular* (MG), *Imprensa Popular* (RJ) e *Folha do Povo* (PE) s6o visitadas por Greg6rio. A Revista *Problemas*, os jornais *Voz Oper6ria*, *6ltima Hora* e *Novos Rumos* s6o citados. O *Democrata* (CE) 6 visitado, em sua estadia em Fortaleza, no ano de elei66o municipal, em que o PCB elege oito vereadores. Por fim, refer6ncias ao jornal *Frente Popular* (GO), organizado por Greg6rio e por Declieux Crispim (futuro diretor de *Terra Livre*), na cidade de An6polis, s6o demonstrativos da presen6a de Greg6rio Bezerra, na imprensa de orienta66o comunista.

As mem6rias de Greg6rio Bezerra s6o narrativas de suas atividades, no norte do Paran6, onde, faz agita66o e propaganda, pelas publica666es *Novos Rumos* e *Terra Livre*, que leva para uma assembl6ia com mais de cem camponeses, em Cascavel:

A massa ficou entusiasmada com 'Terra Livre'. Todos queriam o jornal, apesar de mais de 80% serem analfabetos. Sugeri que os que

não soubessem ler se agrupassem em torno de um posseiro que pudesse ler em voz alta.²⁹⁵

Contemporâneo de Gregório, o “Índio”, apelido de Irineu Luís de Moraes, comunista desde idos de 1930, militante nos campos do Paraná, narra, em escrito autobiográfico, as lutas dos trabalhadores rurais, nos campos paulistas e paranaenses, entre 1940 e 1970²⁹⁶.

Em críticas à direção do “Partidão”, principalmente, no que diz respeito à postura ambígua ante o governador “corrupto” Adhemar de Barros (São Paulo) e ao posicionamento, segundo ele, equivocado, de impedir os trabalhadores de fazer greve para não agravar a crise econômica, Irineu Luís traça relação entre os problemas de direção partidária e o jornal *Terra Livre*:

O jornal *Terra Livre*, que foi um bom jornal, com um bom pensamento, também serviu de instrumento para a corrupção da direção. Com o jornal, a direção fazia muito menos que antes. Quando havia aquele movimento de camponeses em Porecatu, ou em qualquer outro lugar, o *Terra Livre* só publicava: ‘Levanta-se o movimento camponês de tal e tal’. Ao invés de descer lá, de ajudar na organização, de dar uma ajuda política para a situação, uma ajuda diferente, enfim, para que aquilo tivesse continuidade, eles apenas publicavam uma manchete com letras garrafais. Faziam propaganda para mostrar para a burguesia que estávamos fortes em tal lugar: ‘Olha aí, a luta dos camponeses!’ Era para tirar dinheiro da burguesia para efeito eleitoral ou qualquer coisa. Era uma corrupção total.²⁹⁷

As memórias estão carregadas de críticas quanto à atuação do PCB, no campo e na cidade. Termos explícitos, como ‘corrupção’, e subentendidos, como ‘inatividade partidária’, dão o tom de ressentimentos, de sensação de desamparo e desnorreamento, teórico e prático, de Índio, nas terras do Paraná, em momentos reconhecidamente violentos.

O jornal é posto em evidência como possibilidade de manipulação ou de substituição da tarefa organizativa e militante do Partido. Segundo as memórias, é o lugar onde a manchete traz a geografia da luta com o objetivo de sinalizar, à burguesia, a possível força da luta camponesa, e, no limite,

²⁹⁵ BEZERRA, Gregório. *Memórias* – segunda parte 1946-1969. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 123.

²⁹⁶ WELCH, Cliff, Sebastião, G. *Lutas Camponesas no Interior Paulista*. Memórias de Irineu Luís de Moraes. São Paulo: Paz e Terra, 1992, pp. 206-208.

²⁹⁷ Id. Ibid., pp. 207-208.

como grave denúncia, a manchete serve como moeda de troca no jogo eleitoral, supondo corrupção.

Em tom de desagravo, aproximando-se da narrativa de Índio, o “testemunho pessoal” de Clodomir dos Santos Morais faz referências ao jornal *Terra Livre*, que não condizem com as informações coletadas nesta pesquisa.

Em primeira lembrança, Clodomir afirma que o jornal *Terra Livre* é órgão de orientação das Ligas Camponesas, desde 1949, quando, de São Paulo, o Partido Comunista organiza as Ligas.²⁹⁸

Pouco mais à frente, Clodomir discute os acontecimentos atribuídos do Congresso de fundação da ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, em Belo Horizonte, em 1955, em que as Ligas Camponesas são representadas por Djaci Magalhães, advogado, contrário à adesão das Ligas à entidade. As ligas não optam pela filiação a ULTAB e,

Tampouco aceitaram a oferta de aparecer com uma ou duas páginas de notícias no jornal ‘Terra Livre’, da ULTAB, em troca de distribuição do referido jornal entre os camponeses de Pernambuco.²⁹⁹

A recusa é explicada pelo próprio Clodomir, ao afirmar que, entre os camponeses, o percentual de analfabetos é extremamente elevado, motivo por que “a propaganda mais eficiente entre os homens do campo no Nordeste consistia na utilização de violeiros, do cantador e do folhetinista...”.

Este é o meio mais utilizado pelos representantes e líderes das Ligas Camponesas como prática pedagógica. Francisco Julião, líder das Ligas, tem prática em três movimentos: o primeiro implica a participação do mundo do camponês e dos espaços de sociabilidade; o segundo consiste no uso da “linguagem singela” para alcançar mais facilmente os objetivos junto aos camponeses; o terceiro consta de proposta de “conquista” do território/corpo/consciência do camponês para a luta, ou seja, a noção de espaço inculto a ser trabalhado.³⁰⁰

O fato é que, apesar das proposições, as Ligas têm um periódico próprio: o jornal *Liga*, com circulação a partir do Rio de Janeiro, onde foi

²⁹⁸ MORAIS, Clodomir dos Santos. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Op. Cit., p. 13.

²⁹⁹ Id. Ibid., p. 38.

³⁰⁰ RANGEL, Maria do Socorro. Op. Cit., p. 104-107.

fundado em 1962. E, tanto quanto *Terra Livre*, passa por crises de sustentação e de direcionamento político, sendo alvo de disputa interna da direção.

O discurso de Clodomir dos Santos Morais adverte a falta de unidade e coerência interna das Ligas, e, por conta dessas divergências, o jornal *Liga* é motivo de disputas entre o grupo de Julião, ligado ao movimento eleitoral, e o grupo ligado ao setor guerrilheiro, ou "Setor Militar" das Ligas³⁰¹.

A disputa se dá, também na direção do jornal *Liga*, que, por alguns meses, está nas mãos de intelectuais, como o poeta Ferreira Gullar (aliados que favoreciam a campanha eleitoral de Julião para deputado). O resgate pelo grupo do Setor Armado, que se desloca do Campo de Treinamento Guerrilheiro, nº 6, da Serra de Petrópolis, para a cidade do Rio de Janeiro, acontece em outubro de 1962, após o que, a direção fica com o Padre Alípio e outros líderes ligados à Organização de Massas das Ligas Camponesas.³⁰²

Clodomir afirma que o jornal *A Liga* funciona e circula clandestinamente, mesmo com os militares no poder, depois da "Conferência de Balanço", promovida pela Organização Política das Ligas Camponesas, no Rio de Janeiro.³⁰³

As memórias de Clodomir Morais revelam as atividades das Ligas Camponesas e sua relação com o Partido Comunista, mas pouco se refere às interferências do jornal na vida militante, mesmo sendo ele articulista do *Liga*.

Apesar de, segundo Clodomir, os líderes das Ligas não aceitarem a primeira proposta de *Terra Livre* (de participar com duas páginas, em troca da difusão do *Terra Livre*), não há motivo para o jornal *Terra Livre* deixar de noticiar o processo de luta das Ligas Camponesas do Nordeste e de todo país.

Também, é fato que existe certa insistência de *Terra Livre* no pedido de colaboração das Ligas para a divulgação e circulação desse jornal. Em carta,

³⁰¹ O Setor militar foi organizado após uma análise conjuntural que impelia às direções de esquerda crer num rápido confronto armado entre as classes dominadas e dominantes, tal qual acontecera a Cuba. A organização deste dispositivo militar dentro das Ligas se dava de maneira autônoma e punha em risco o comando político de Francisco Julião. Um dos fatos que colaboraram para a dissensão interna nas Ligas Camponesas foi o direcionamento das finanças das Ligas para a campanha eleitoral de Julião, considerada uma *farsa constitucional*. AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 92-96. Necessário conferir a respeito deste caso e das possíveis participações rurais em conflitos armados: BOTOSSO, Marcelo. A guerrilha rural no Brasil pós 1964. *Estudos de História. Revista do curso de pós-graduação em História*. Franca, Unesp, v. 8, n. 1, pp. 31-40, 2001.

³⁰² MORAIS, Clodomir dos Santos. Op. Cit., p. 42-47.

³⁰³ Id. Ibid., p. 54.

de São Paulo para Recife, de 5 de junho de 1961, Hermano Sosthenes Jambo, desde maio desse ano, diretor do *Terra Livre*, dirige-se ao deputado federal e presidente das Ligas Camponesas, para afirmar total solidariedade aos camponeses de Sapé, na Paraíba, e estar “à inteira disposição das Ligas Camponesas”. E investe novamente na relação política dos organizadores do movimento social no campo:

Tomo a liberdade de enviar a V. Excia. um exemplar de TERRA LIVRE, ao mesmo tempo em que sugiro a aceitação, por V. Excia. de uma cota mensal desta publicação, a fim de que o espírito de luta melhor possa penetrar nas massas do campo dos Estados Nordesteiros....³⁰⁴

Sosthenes Jambo continua, na carta, afirmando as dificuldades financeiras da imprensa popular, que enfrenta “dificuldades as mais diversas para manter acesa a luta pela Reforma Agrária em nosso país”, principalmente, após a “alta astronômica do preço do papel”, e pede “ajuda pura e simples”, mediante assinaturas anuais, assinaturas de honra, ou doações, a fim de permitir a continuidade da impressão do jornal, que, há mais de dez anos, empreende luta reconhecida “em defesa dos homens do campo”.

Outro líder sindical, nas décadas de 1950 e 1960, fundador da CONTAG, militante do PCB e caixeiro viajante - ajuda a entrever o cotidiano dos trabalhadores rurais do Paraná. José Rodrigues dos Santos apresenta, em suas memórias, o lugar da imprensa em sua atuação militante³⁰⁵.

As idas e vindas de José Rodrigues pelo interior paranaense vendendo doces, panos, roupas, linhas, agulhas e “outras bugigangas”, reproduzindo fotografias, serve também para distribuir boletins e conclamar o trabalhador à luta pelos direitos. Ele explica, pormenorizadamente, como se aproximava dos trabalhadores, entre uma “correntinha” de ouro e outra:

Eu chegava, conversava com o pessoal e perguntava se todo mundo sabia ler, se tinha religião. Em seguida, perguntava se já tinha ouvido falar do jornal *Terra Livre*, jornal do trabalhador, e *Classe Operária*, jornal dos operários. Depois explicava para o marido que o patrão

³⁰⁴ Carta ao deputado Francisco Julião, presidente das Ligas Camponesas. Fundo SSP/DOPS/ Setor de Acervos Permanentes do APEJE.

³⁰⁵ TONELLA, Celene et al. *As memórias do sindicalista José Rodríguez dos Santos*. As lutas dos trabalhadores rurais do Paraná. Maringá: EDUEM, 1999.

não podia ver o boletim, nem o capataz, e muito menos os dedos-duros, a pior raça.³⁰⁶

José Rodrigues, como outros agentes, narra situação de prisão, por quatro dias, após tentativa de aproximação com camponeses, recebe acusação de “agitação nas fazendas”. Em mãos, exemplares da imprensa militante:

Estava com a pasta cheia de jornais *Terra Livre* e *Momento*, que era editado em Londrina pelo Partido e orientado pelo João Saldanha. Seis elementos me cercaram e, quando vi que me queriam pegar à unha, tentei colocar a mão na garrucha. Um ‘cara’ me deu uma paulada na cabeça e tomou a garrucha. Esguichava sangue da minha cabeça e os ‘caras’ ficaram espantados³⁰⁷.

Outro exemplo, da violência a que estão expostos os agentes comunistas, na ação militante camponesa.

Em outro trecho de memórias, José Rodrigues volta a citar o *Terra Livre*, e acrescenta outros títulos de periódicos locais e de circulação nacional do Partido Comunista, aos quais tem acesso:

Em Londrina, circulavam vários jornais do Partido. Um era o *Momento*, editado na mesma cidade, 3 vezes por semana. Este veio substituir a *Tribuna da Imprensa*, que também tinha sido de circulação local.

O outro jornal que o pessoal lia muito era a *Tribuna do Povo*, editado semanalmente em Curitiba. Além dessas publicações, nós recebíamos o *Terra Livre*, a *Voz Operária*, o *Notícias de Hoje*, que depois passou a ser *Novos Rumos*.

Jornais nunca faltavam. Vinham pilhas deles. É claro que não podiam ficar guardados. Então, havia aquela distribuição de jornais. Junto com meus cunhados, saíamos para aquelas vilas de Londrina, descíamos para as fazendas, distribuindo. Fizemos um trabalho de esclarecimento muito longo na região.³⁰⁸

Além desses exemplos, são várias as formas pelas quais o jornal chega aos camponeses. O poema “Trovador da Terra Branca”, de Bauru, ressalta aspectos de como o jornal chega às mãos do leitor:

Tem dias que eu chego em casa
De tarde no sol entrar

³⁰⁶ Id. Ibid., p. 37.

³⁰⁷ Id. Ibid., p. 53.

³⁰⁸ Id. Ibid., p. 56.

Meu irmão e minha cunhada
 Me falam sem demorar
 Precisa de ir na venda
 Tem tal cousa pra comprar
 Eu saio e chego na venda
 O TERRA LIVRE está lá
 Quando o caixeiro me entrega
 Eu me apreço pra voltar³⁰⁹

O poeta de “capital da Terra Branca”, como se auto-intitula, fala ainda, em outro poema (“Trovador camponês”), da importância do jornal e da esperança impressa em suas páginas. Refere-se ao efeito pedagógico, através do ‘estudo’ e análise da situação vigente e da utopia da nova era.

Quando eu pego o TERRA LIVRE
 Que me ponho a estudar
 Vejo o povo evoluindo
 E o mundo se transformar
 Vejo a terra assuspendendo
 E as estrelas se baixar
 Vejo o mundo das misérias
 Querendo finalizar
 Dar lugar à era nova
 Da geração popular.

Vicente Pompeu da Silva traz *Terra Livre* como lugar de trabalho e aprendizado, das primeiras leituras após a alfabetização, a muito custo, alcançada em idade adulta, e a ocupação de Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Iguatu (primeiro sindicato fundado no Ceará). Fala com seu jeito direto e simples que aquele “era um jornal velho, que não funciona mais”.

Acrescenta, depois, as tarefas para as quais é designado, entre elas, a de distribuição do jornal:

Os documentos que me davam pra mim ler, e eu distribuía no Rio Grande do Norte, em Natal. Eu distribuía em São Luiz do Maranhão, eu distribuía em Teresina, Piauí, eu distribuía em Campina Grande e João Pessoa, Paraíba. Eu distribuía em feira de Santana, meu itinerário, meu rodízio era isso aí. Quando passava seis meses ia de novo.³¹⁰

³⁰⁹ Quando leio Terra Livre. *Terra Livre*, São Paulo, nº 57, 1ª quin. jun. 1955, p. 3. (Primeira poesia divulgada no jornal, antes de ser criada a coluna “Poetas do Sertão”).

³¹⁰ Entrevista com o Sr. Vicente Pompeu da Silva, concedida à autora e à professora Adelaide Gonçalves em 14 e 17 de junho de 2003. Fortaleza – CE.

Quanto aos articulistas do jornal, refere-se a José Leandro Bezerra da Costa, destacado divulgador do jornal, no Ceará, e principal presença do Ceará no noticiário de *Terra Livre*. Vicente Pompeu afirma ainda, outra característica do jornal: “Os comunistas que escreviam o jornal, eu não conheço nenhum. Porque quem escrevia alguma coisa para o jornal era o Zé Leandro, no Ceará. E outros que escreviam eu não sei, não vinha o nome de escritor nem coisa nenhuma.”

Correspondente de *Terra Livre*, Lyndolpho Silva afirma: “[Eu] escrevia para o *Terra Livre* e gozava de algum prestígio no movimento sindical rural. (...) Gozava também de um certo prestígio no movimento sindical internacional...”³¹¹.

Esse militante e dirigente do Partido Comunista, no Rio de Janeiro, tem presença na história dos movimentos sociais. Na década de 1950, participa da fundação e da direção da ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil; chega a presidente da CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil, até o golpe militar.

Assim, como outros militantes encarregados dos contatos diretos com os camponeses, esse comunista se refere às artimanhas de contato com a base camponesa, principalmente, no papel de vendedor e mascate: “Entrávamos com um badulaque, vendendo linha, agulha e ficávamos como vendedores até escurecer, e então parávamos na casa de algum deles”³¹².

Em observação aos militantes e divulgadores do *Terra Livre*, percebe-se o desenvolvimento de atividade ‘profissional’ paralela ou intermediária, entre a militância e sua subsistência, ou a necessidade de ‘fachada’ para facilitar o contato com os camponeses. Desta forma, estabelecem-se espaços de interação, o mais comum, o de vendedor, mascate, tarefa que Vicente Pompeu exerce:

Se eu não tivesse trabalhando na terra, eu saia vendendo: tarrafinha pra cabelo de mulher, esmalte pras unhas, unha artificial, sabonete ... como já tive vendendo, pra andar nas casas eu saia vendendo isso.

³¹¹ SILVA, Lyndolpho. A construção da rede sindical rural no Brasil pré-1964. *Estudos, Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, nº 2, p. 76, junho de 1994. Entrevista concedida a Luiz Flávio Carvalho Costa, em 2 de abril de 1990.

³¹² Id. *Ibid.*, p. 84.

Pra conversar com as pessoas eu tive que arranjar um meio pra conversar com eles; a associação é assim...³¹³

Todavia, não apenas mascatear permite interação com o trabalhador rural. Vicente Pompeu conta de atividade que requer certo conhecimento no trato com as ervas, que ajuda na aproximação, além de manter determinados vínculos facilitadores da divulgação, pela palavra escrita e falada, de atos da luta camponesa:

... eu saia pra conversar. Palestrava e ensinava os matuto. Companheiro, você é do mato? Ah, sou! Você conhece carnaúba feme, carnaúba macho? Não conheço não. Aquela que enrola a direita, é macho. A que enrola a esquerda, é feme. Então disso aqui, você tira o remédio; é mesmo? E você fica bom. No dia em que você tiver doente, ou sua esposa que tiver com um tipo de inflamação, qualquer coisa, coceira, dor de barriga, dor de cabeça, faz o remédio. Ele falava, de que é o remédio? Você pega carnaúba, tatajuba, mandacaru, raiz de melão, laranjeira, quebra-faca, arapiraca, burra leiteira, raspa de aroeira, casca de piqui, mufumbo e a cabacinha, que é muito amargosa, venenosa e a vizinha do jatobazeiro, raiz de coqueiro, açoita cavão, esporão de João, João-mole, pereiro, cura congestão e reumatismo, e mal do coração, cegueiras e até batedeiras, dor de barriga, curuba e bexiga, sarampo e papeira. Toma uma tigela de manhã bem cedo e não tem medo, que não tem cautela. No começo dela, terá um sinal, um suor geral com grande murrinha, mas é meidiinha que lhe entra o mal, quando você morre já está melhor, porque todo mundo pra morrer, melhora primeiro, pensando que vai escapar.

Enfim, observando a estrutura de *Terra Livre*, sua difusão, a participação e interação dos camponeses com a folha militante, percebe-se seu significado nas lutas camponesas, nas décadas de 1950 e 1960, para além, o jornal é parte da construção dessas lutas, pela divulgação e debate das prática de unidade e ação política.

Terra Livre é de destaque pelo grau de alargamento do espaço geográfico das lutas específicas e gerais, mais que isso, por suas colunas, almanaques, charges e cartas, além das notícias e artigos, na construção e forma de ver o mundo. *Terra Livre* colabora no sentido da construção da classe camponesa, em oposição aos latifundiários, tatuíras e usineiros, e, nesse sentido, ajuda a instituir o lugar político, na perspectiva da luta camponesa contra o latifúndio.

³¹³ Entrevista com o Sr. Vicente Pompeu da Silva, 14 e 17/06/2003, Fortaleza-CE.

Como possibilidade de expressão da cultura camponesa, apreende-se, de suas páginas, a apropriação e reapropriação dos camponeses, pela poesia, contos, causos, e utilização do jornal, elo entre norte e sul; entre letrados ou não.

Instaurado o regime militar, a repressão marca o fim da circulação de *Terra Livre*, em março de 1964. Se se tomar por base que os impressos: poesia, trovas e versos, são expressão da cultura camponesa das décadas de 1950 e 1960, podemos localizar a “resistência” citada por Ecléa Bosi, em contraposição aos atentados sofridos, pois o que parece à primeira vista é que:

não há memória para aqueles a quem nada pertence. Tudo o que se trabalhou, criou, lutou, a crônica da família ou do indivíduo vão cair no anonimato ao fim de seu percurso errante. A violência que separou suas articulações, desconjuntou seus esforços, esbofeteou sua esperança, espoliou também a lembrança de seus feitos.³¹⁴

Entre outras fontes, a palavra militante, nas páginas de *Terra Livre*, possibilita a análise das dimensões da luta camponesa, nas décadas de 1950 e 1960. Esperanças encarceradas e vidas assassinadas, esse é o desmonte da ditadura militar em 1964; depois, ainda assim, a memória dos camponeses e a ‘lembrança de seus feitos’ podem ser discutidas em lembranças, fotos e pela imprensa militante. Isso é um pouco do que se realiza com o debate de *Terra Livre*.

³¹⁴ BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 23.

A POESIA ACOMPANHA O POVO NA LUTA POR UMA VIDA MELHOR

Esta é a Terra nossa (...)
A Terra dos Homens
que caminham por ela,
pé descalço e pobre. (...)
Que se entregam a ela,
cada dia (...)
em pensamento e suor,
em sua alegria,
e em sua dor,
com o olhar
e com a enxada
e com o verso...

D. Pedro Casaldáliga. "Terra nossa, Liberdade".

No espaço do jornal, a evidência de outras dimensões da experiência camponesa: sonhos, pensamentos, ideais, queixas e esperanças dos camponeses, em ritmo diferente, cantado. A leitura sonora que encanta, ainda hoje, os que lêem ou escutam (como devia ser naquelas décadas) o *Terra Livre*; é o espaço dedicado ao verso e à poética.

Roseli Caldart atenta para o fato de que "grande parte da luta pela terra, em nosso país, está sendo registrada sob a forma de poesia". Ao analisar a relação entre poesia e camponeses, a partir do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra, a autora destaca as funções e os diferentes usos da poesia e cantos entre os camponeses, de valor metodológico para esta pesquisa³¹⁵.

Tais usos servem como expressão dos camponeses; como registro histórico não-intencional; como 'instrumento de educação', ou como pedagogia do exemplo; expressão e produção cultural e artística; meio de divulgação e documentação das lutas, além de forte elemento de mobilização dos trabalhadores.

Representativa da vida rural, do sertão, do interior do país, da vida camponesa, a viola (figuras 8 e 9) traz a indicação de que os versos podem se transformar em modas, em repentes ou desafios cantados reforçando a

³¹⁵ CALDART, Roseli Salete. A poesia como forma de comunicação dos Sem-Terra no Rio Grande do Sul. In: GOMES, Pedro G., BULIK, Linda, PIVA, Márcia C. (orgs.). *Comunicação: Memória e Resistência*. São Paulo: Paulinas/UCBC, 1989, pp. 247-257.

sensibilidade dos leitores para a necessária entonação melodiosa, na leitura da poesia.

Figura 8
A viola e a poesia



Fonte: *Terra Livre*, São Paulo, nº 60, jan. 1956, p. 3.

Figura 9
Sonoridade da poesia



Fonte: *Terra Livre*, São Paulo, nº 84, jan. 1959, p. 3.

O espaço dedicado às trovas³¹⁶ e identificado com a sonoridade e o linguajar regional, tem em Patativa do Assaré, camponês e poeta cearense, assíduo colaborador. Ao todo, são espalhadas pelos campos do país e no imaginário dos leitores, oito poesias de Patativa.

³¹⁶ As poesias e versos ocuparam espaços diferentes ao longo dos anos. Diversificaram-se entre versos soltos nas páginas, colunas de um autor específico, concursos e uma coluna efêmera de duas poesias.

Têm-se, nas memórias de Vicente Pompeu da Silva sobre *Terra Livre*, lembranças dos versos de Patativa, de sua atuação no jornal:

O que [quem] eu sabia que escrevia no Terra Livre, sem ser comunista, mas ele escrevia sobre a terra, era o Patativa do Assaré. Antonio Gonçalves da Silva, o poeta. Quando chegou a revolução, ele não foi preso, porque já era velho ... ele servia, mas não era filiado ao Partido Comunista Brasileiro. Apenas tinha as idéias, escrevia coisas assim, sobre o patrão e sobre o trabalhador.³¹⁷

Destes versos sobre “patrão” e “trabalhador”, a primeira contribuição de Patativa para a coluna é “O Poeta da Roça”, em 1956, ano da publicação de “Inspiração Nordestina”, o primeiro a ser publicado³¹⁸. Para os que cresceram a ouvir, ver e ler Patativa, os versos são uma ponte; elo com o cordelista/camponês/poeta/cantador.

Sou fio das mata, cantô da mão grossa,
Trabaio na roça, de inverno e de estio.
A minha chupana é tapada de barro,
Só fumo cigarro de paia de mio.

Sou poeta das brenhas, não faço o papé
De argum menestré, ou errante cantô
Que veve vagando, com sua viola,
Cantando, pachola, à percura de amô.

Não tenho sabença, pois nunca estudei,
Apenas eu sei o meu nome assiná.
Meu pai, coitadinho! Vivia sem cobre
E o fio de pobre não pode estudá.

Meu verso rastêro, singelo e sem graça,
Não entra na praça, no rico salão.
Meu verso só entra no campo e na roça,
Nas pobre paloça, da serra ao sertão.

Só canto o buliço da vida apertada,
Da lida pesada das roça e dos eito.
E às vês, recordando a feliz mocidade,
Canto uma sôdade que mora em meu peito.

Eu canto o cabôco com suas caçada,
Nas noite assombrada que tudo apavora.

³¹⁷ Entrevista ao Sr. Vicente Pompeu da Silva, concedida à autora e à professora Adelaide Gonçalves em 14 e 17 de junho de 2003. Fortaleza – CE.

³¹⁸ O primeiro livro publicado é exemplo da ampliação do espaço ocupado pelas “Vozes do Sertão”, pela poesia dos camponeses. Outro exemplo como este é divulgado nas folhas de *Terra Livre*, através dos livros impressos, escritos por Pompílio Diniz.

Por dentro da mata, com tanta corage,
Topando as visage chamada caipora.

Eu canto o vaquêro vestido de côro,
Brigando com o tôro no mato fechado,
Que pega na ponta do brabo novio
Ganhando lugio do dono do gado.

Eu canto o mendigo de sujo farrapo,
Coberto de trapo e mochila na mão,
Que chora pedindo o socorro dos home,
E tomba de fome, sem casa e sem pão.

E assim, sem cobiça dos cofre luzente,
Eu vivo contente e feliz com a sorte,
Morando no campo, sem vê a cidade,
Cantando as verdade das coisa do Norte³¹⁹.

O verso do poeta traduz outra visão de mundo, expressa pelo camponês. Pela narrativa das asperezas da vida, das alegrias e felicidades, delinea, como num quadro, 'o outro'. É a história de sua Serra de Santana, na região do Cariri cearense, entre 1909 (data de seu nascimento) até meados da década de 1960 (quando deixa a lida na roça), que permite imaginar tantas outras serras e sertões do Ceará e do país.

Sua ausência aos bancos escolares remete a tantos outros trabalhadores e a seus filhos impedidos de aprender as letras; histórias de camponesas que 'não esquentaram lugar', como se costuma dizer no sertão. Patativa tem assento por quatro meses.

O elo entre o poeta e sua gente se forja nos versos que canta: a lida na roça e no eito e a luta pela sobrevivência; a paisagem humana e social que tem como figurantes ou protagonistas: o vaqueiro, o camponês e o mendigo. Esse elo se traduz na poesia social.

A poesia de Patativa é a afirmação de sua humanidade. A expressão da sua palavra de sertanejo, de gente do povo, de parentes e amigos que capinam e brocam a terra de Santana. Cada estrofe dos poemas e cordéis de Patativa é carregada do aspecto de 'poesia social'.

Merece destaque, por conhecida na arte de Antonio Gonçalves da Silva, o Patativa do Assaré, a destreza nas rimas, nos versos, nos motes, na boa poesia, no cordel e na cantoria. Diz-se admirado, dos sonetos de Camões

³¹⁹ *Terra Livre*, São Paulo, nº 74, 2ª quin. out. 1956, p. 3.

e da rima de Olavo Bilac, admiração transformada em aprendizagem e remodelação de conceitos e normas do verso³²⁰.

O primeiro poema de Patativa, em *Terra Livre*, possibilita-me compreender a dimensão dos poetas da roça, que pode, de certo, passar despercebida, dado o nível de relação com o “letramento” do mundo, e a pouca visão do que é possível fora do mundo letrado, ou seja, a possibilidade de melhor representar as agruras, alegrias e esperanças dos trabalhadores do campo, deve vir dos que as vivenciam, sentem na pele o estio e os ventos do bom inverno, os espinhos da caatinga e o perfume das flores do cafezal, dos que sabem ouvir e cantar com os pássaros, com os galos-de-campina, os sabiás e os patativas, cantar o canto de sua gente.

Esta perspectiva é adotada pelo jornal para estar em contato com o leitor por sua própria experiência. Nada mais vivo que o mote dos “poetas do sertão” para falar ao pé do ouvido dos camponeses. Também no texto de Roseli Caldart, quando o camponês fala da própria vida, fazendo poesia:

Ela [a poesia] nasce aí porque nasce em qualquer lugar onde a vida esteja acontecendo. E o agricultor, na sua peculiar tendência de não separar a vida em pedaços, passa a ‘viver na luta’, ou seja, permite que, neste momento particular em que está tentando mais acirradamente conquistar os meios de sua sobrevivência, permite que sua vida aflore aí, em toda a sua plenitude. Por isso não deixa de cantar, de amar, de procriar, de rir, de chorar. ‘por isso faz poesia’.³²¹

A coluna, assim como “cartas da roça”, amplia o espaço para acolher quantidade maior de versos.

É possível imaginar a tristeza dos que não conseguem publicar, mas também supor a curiosidade dos vizinhos e amigos, pela recitação da poesia não divulgada. Os versos do Trovador da Terra Branca indicam tal assertiva:

³²⁰ Vasta é a bibliografia sobre um dos personagens mais estudados da poesia popular, talvez sua maior expressão: FEITOSA, Luiz Tadeu. *Patativa do Assaré*. A trajetória de um canto. São Paulo: Escrituras, 2003; CARVALHO, Gilmar de. *Patativa do Assaré*. Antologia Poética. (prefácio). Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2001; _____. *Patativa do Assaré: pássaro liberto*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2002a; _____. *Patativa poeta pássaro do Assaré*. 2ª ed. Fortaleza: Omni, 2002b e TAVARES JÚNIOR, Luiz. *Patativa: um cordelista revisitado*. In: ASSARÉ, Patativa. *Cordéis*. Fortaleza: EUFC, 1999.

³²¹ CALDART, Roseli Salete. Op. Cit., p. 254.

Eu sou camponês pobre
 Mas sei analisar
 Tenho lido o TERRA LIVRE
 Pros companheiros apreciar
 Quando invento uma poesia
 Pro TERRA LIVRE anunciar
 Até as crianças gostam
 Vêm em casa perguntar
 Se tenho outra inventada
 Que elas querem escutar.

Desta forma, é exercitada a presença ativa dos ‘escutadores’ no jornal, em rodada de poesia e/ou cantoria, com os autores declamando, localmente, o que desejam ver divulgado em escala nacional, pelas folhas de *Terra Livre*, ou seja, reproduzindo no sotaque de quem é do lugar.

O saber do ‘lugar’ encerra, em si, o saber singular ao se recitar um poema, pois “cada vez que ele diz é diferente, é um outro poema. Requer sensibilidade para compreender que a voz do recitante atualiza os poemas por um momento”³²². Assim, explica Gilmar de Carvalho, a recitação de Patativa do Assaré.

No mesmo sentido, em análise do ato mágico do “canto patativano”, Tadeu Feitosa reflete:

Coisas inertes ganham mobilidade e vida quando performatizadas pela voz. (...) Aquilo que ele profere não cabe totalmente na letra que se lhe apresenta como leito. (...) Voz que se não se perde na escrita e nem nas comunicações mediadas, mas que se nos apresenta cheia, farta, voluptuosa, sedutora. **A voz das declamações é uma voz quase visível.**³²³ (grifo meu).

A segunda poesia de Patativa circula em 1960: “O agregado”³²⁴. A cena é de tristeza, qualifica a situação do trabalhador agregado e o tom é de denúncia.

Antônio Gonçalves da Silva recria, em rimas, a extrema miséria e sofrimento trazidos pelo latifúndio, nos sertões do Ceará e do Brasil, desta vez,

³²² CARVALHO, Gilmar de. *Patativa do Assaré: Pássaro Libertado*. Op. Cit., p. 15.

³²³ FEITOSA, Luiz Tadeu. *Patativa do Assaré: a trajetória de um canto*. Op. Cit., p. 296.

³²⁴ Na verdade este poema circulou em julho e setembro de 1960, já que em julho, por erro de editoração, não constava o nome de Patativa. Isto foi corrigido na edição de nº 94.

com o verbo da denúncia, do inconformismo e de “oposição”³²⁵:

Quem véve no luxo, somente gozando,
Dinhêro gastando sem mágua e sem dô,
Não jurga, não pensa e também não conhece
O quanto padece quem mora a favô.

Expõe a realidade que lhe salta aos olhos, com extrema sensibilidade: para cada sulco forjado na terra arada com suas próprias mãos, outro verso conseguia lavrar nos campos da memória. Assim se construía o verso de Patativa: semeado nas terras do lembrar, adubado com a inspiração da vida vivida, colhendo, ao final, belos e saborosos frutos nas árvores do sonhar poético, que alimentariam tantos outros sonhos. Ainda agora.

Na primeira estrofe, ressalta o antagonismo de situações sociais polares: um, na cidade ou no campo, gasta dinheiro numa vida de ‘luxo’. Outro não possui moradia própria, e a vida é um padecer: mora ‘de favor’, na casa e na terra, é alugado, ele próprio:

Meu Deus! Como é duro se ouvi o lamento,
O grande trumento do triste agregado,
Arzente das coisas mais bôa da vida,
De rôpa rompida, sem cobre, coitado!

O diferencial entre esta e a primeira poesia, é que, naquela, Patativa canta sua sina. A lira é sua vida. A falta de letramento, a relação com o mundo urbano, companheiros do sertão, sonhos e conquistas.

Em ‘o agregado’, ainda é seu horizonte, sertão e gente que está a cantar, mas o canta de ‘ouvi o lamento’, de sentir e ver no outro ‘o grande trumento’; é o vizinho, o compadre que passa do outro lado da cerca rumo ao roçado do dono da terra. São histórias de vidas próximas, tão sentidas;

³²⁵ Esta técnica, identificada também como “contraste”, vem sendo utilizada na poesia popular de há muito tempo. Na análise de “A sujeição dos Brejos da Parahyba do Norte” (1924?), do cordelista paraibano José Camello de Mello Rezende (Zé Camelo, como ficou conhecido o poeta), temas como ‘sujeição’, ‘fome’, ‘emprego’ e ‘salário’ são tratados “como protesto explícito do poeta popular contra a estrutura agrária dominante na região...”. Neste folheto de cordel a ferramenta da ‘oposição’ de sentidos entre as classes camponesa e latifundiária favorece a rima e a clareza das questões. Ver análise e transcrição do folheto em: MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. Estrutura Agrária: protesto e alternativas na poesia popular do Nordeste. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, vol. XI, nºs 1-2, p. 29-61, 1980.

diferentes das experiências do dono da terra, que pode gastar, sem necessidade de calcular, 'cobre a cobre', o seu futuro e de sua família.

O futuro, Patativa narra-o como presente na vida do agregado:

Os fio dizendo 'papai tô cum fomi',
E o pobre desse homem, a chorá cumo lôco,
Cum sua famia tão magra e tão fraca,
Na véia barraca de paia de côco.

É possível ver Patativa, ver o agregado, o vizinho contando, aos prantos, o seu maior sonho: comida no prato dos filhos e da família. É clara a visão do desespero de tantos camponeses, que lutam contra a vida madrasta pelo mundo afora, em campos do país inteiro, em terras que não lhe pertencem, em casas, habitações precárias, palhas de coco a cobrir o teto, terra batida por piso.

A loucura que Patativa refere, nos versos, é a história de muitos camponeses, e, no Ceará, os números são trágicos. Não espanta, então, o olhar e o choro contumaz do agregado ao repetir as palavras dos filhos, que conhecem como ninguém a fome. Não espanta, mas entristece.

A poesia carregada de imagens vivas, para a maioria dos camponeses leitores do jornal *Terra Livre*, deve ter gerado indignação de outros tantos, quando da leitura e reflexão.

Fortes também são as imagens da lida camponesa, do pai que deixa, em casa, as crianças com fome, e se embrenha nas matas a roçar a terra alheia; sem condições de trabalho, com jornada longa e extenuante, sem recebimento de salário e ainda obrigado, mesmo sem acreditar, a ouvir as 'premeças' do 'rico opulento'.

Pramode arroçá é preciso premêro
Corrê o dia intêro, sadio ou doente.
Só acha um consôlo na sorte tão crua,
Nos bêjo da sua muié paciente.

Acorda bem cêdo e de frio agasáio
Sai pru trabáio de foice ou de enxada;
Assim padecendo crué abandono
Na roça do dono da casa caiada.

Num crê nas premeça do rico opulento,
 No seu sofrimento só pensa em Jesus,
 Rogando e pedindo pra tê piedade,
 Levando a metade do pezo da cruz.

Novamente, vêem-se em Patativa os sentidos de classe. Após descrição crua de moradia do agregado, o teto de 'paia de côco', consegue forjar a identidade do dono da terra e reforçar a compreensão dos lugares sociais de agregado e latifundiário, ao afirmar a moradia do último, a 'casa caiada'.

Ao fim de três estrofes, nas quais o poeta fala das agruras de trabalhar e se manter 'de favor' morando em terra alheia, o poeta evita eufemismos, e descreve o 'rico e opulento'.

No desfecho, o poeta desenha os filhos do agregado, que reclamam de fome. Em oposição, retrata os filhos do patrão, infância robusta e sadia de casa caiada, sucedâneo da casa-grande:

As suas criança pra quem tudo farta,
 Não brinca, não sarta, não tem alegria.
 Inquanto pinota na casa caiada
 Feliz meninada, robusta e sadia.

Ao final, Patativa do Assaré reforça a imagem do homem sofrido, esquecido do mundo, sem conhecimento outro, além do adquirido no trato com a foice e a enxada; ou com o diálogo de surdo-mudo entre ele (agregado) e o patrão (dono das terras em que mora e trabalha 'de favor').

Ressalte-se que o verso publicado em *Terra Livre* também se alimenta da rima alegre e bem humorada de Pedro Corrêa, poeta de Espigão, São Paulo. Nestes versos, as crianças 'choram de barriga cheia', e o pai quando chega da lida coloca 'batata pra assar e comer com café'.

Pai de família quando chega do roçado
 Chega todo aperreado,
 E a ainda vê menino chorá.

— Ô mulhé velha que é que tem êste menino,
 que chora com barriga cheia
 somente prá aperreá?

A minha velha parmatória tá no tórno,
Senta logo neste corno,
Bota ele pra chorá.

Pai de família quando chega do roçado
Bota batata na brasa,
Prá toma com café.

E o filho dele salta no meio do terreiro,
— Ô papai quero dinheiro
Prá brincá no carrocé.

Duas poesias retratando da realidade do mundo rural. Ressalta-se que, em meio a tanta miséria, falar de camponeses que lavram a terra e pouco conseguem com o fruto do trabalho, é falar dos que aspiram a outra vida e buscam motivos para rir e, para sonhar.

Outra poesia de lembranças da vida camponesa: O “Trovador Camponês” se refere à vida de filho de agregado, que não é dono da terra, mas obtém vantagens na lida da roça:

No tempo da minha infância
Alembro e posso contar
O meu pai era agregado
Tinha chão para trabalhar
Mantimento se colhia
Não precisava comprar
Fui criado na fartura

Para comparar o momento de camponeses e agregados, nas décadas de 1950 e 1960, volta ao tempo de infância como de “fartura”. Refere-se também a uma alegria ímpar, pelo fato de saber ler e cantar.

Sobre a ânsia de aprender e conhecer dos trabalhadores, é preciso ampliar as análises da relação entre os trabalhadores e os livros, por meio das poesias.

Constantemente reclamam aqueles que mantêm filhos pequenos na lavoura, na foice e enxada em busca da sobrevivência, sem acesso à escola. Têm as mãos grossas e calejadas, como as dos pais, mas são ainda crianças.

Poetas, como o ‘Trovador da capital da Terra Branca - Baurú’, trabalham o verbo a partir das situações de vida. Em “A luta do camponês”, o autor coloca, frente a frente, a relação com a instrução escolar, de seus filhos e dos filhos do ‘tubarão’:

As filhas dos ricos estudam
 E vivem como princesas
 Vão aprender nos ginásios,
 Com toda delicadeza.
 As filhas dos camponeses
 Arrastando sua fraqueza
 Nasce e morre analfabetas

Observa-se dupla angústia: dificuldades de acesso escolar, “vivendo quaje de ismola/ sem saúde e sem iscola/ pra pudê inducá os fio”³²⁶; o fatalismo de saber os filhos analfabetos, iletrados. Tudo isso reforçado pelo sentimento de expropriação de direitos como educação e saúde.

Este é o espaço de poemas, rimas e trovas do jornal *Terra Livre*, escrita do sofrer camponês. Espaço aberto à expressão da vida camponesa. Vida acinzentada, de luto e luta, também, de cor e festa, alegrias, esperanças e conquistas.

Apesar dos pedidos da editoria, para diversificação dos temas dos versos dos trovadores, dizendo que o concurso é nacional, sobre “qualquer assunto do agrado dos poetas”³²⁷, o forte das poesias é a denúncia social. A matéria emana da experiência cotidiana, da labuta e das injustiças do mundo.

A maior freqüência é dos versos que lastimam a ‘fome’. São inúmeras nas rimas, as denúncias de todas as partes do país, sobre a fome no cotidiano da vida camponesa:

É triste reconhecer
 O que esta verdade encerra
 Eu vivo lavrando a terra
 E não tenho o que comer.³²⁸

Eu já trabalhei demais
 Já cansei de trabalhar
 Até a data de hoje
 Eu nada pude arranjar
 Infelizmente não temos
 Nem com que se alimentar.³²⁹

³²⁶ Reforma Agrária – Zé Brasil. *Terra Livre*, São Paulo, nº 61, 1ª quin. fev. 1956, p. 3.

³²⁷ *Terra Livre*, São Paulo, nº 73, 1ª quin. out. 1956, p. 3.

³²⁸ M.M.S. Trovas do Zé da Granja. *Terra Livre*, São Paulo, nº 44, 2ª quin. jun./1ª quin. jul. 1954, p. 7.

³²⁹ Saudando os companheiros de todo o Brasil. *Terra Livre*, São Paulo, nº 44, jan. 1956, p. 3.

Assim, outros poemas trazem, no título, o tema gerador: “Fome”, ou “Queremos que a fome se acabe”. O primeiro de Ananias Soares (MT), e o segundo assinado com as iniciais B.M.A., de Polinópolis – PR, com uma particularidade: é escrito por uma mulher, uma mãe da família: “vejo meus fio chorá/ com fome pedindo pão/ (...) / meu marido chega cansado/ do dia todo trabalhá./ Comendo puro o feijão,/ nem café tem pra tomá”.

É a análise da fome e da injustiça na divisão dos frutos do trabalho. Os trabalhadores geram riquezas e alimentos que não podem consumir. A experiência é de extrema injustiça, pois “Quase morre de trabalhar/ plantando o que não vai mastigar”³³⁰.

A poética camponesa é o caminho para compreender a eleição dos temas representativos da vida do trabalhador rural. Com Ecléa Bosi, avalia-se que “Não há compreensão possível do espaço e do tempo do trabalhador manual se a fadiga não estiver presente e a fome e a sede que dela nascem”³³¹. Os elementos do cotidiano ressaltam, nas poesias de *Terra Livre*, o duplo que carregam como fardo: trabalho e fome.

Por outro lado, permeia a beleza na adversidade dessas vidas e, “... as alegrias que advêm desta participação no mundo através do suor e da fadiga: o sabor dos alimentos, o convívio com a família e vizinhança, o trabalho em grupo, as horas de descanso”³³².

Outra temática dos trovadores camponeses é a moradia, em oposição ‘casa caiada’ e ‘tapera coberta com paia de côco’. Coberta e piso são parte do sonho camponês. As experiências, normalmente em primeira pessoa, narram as agruras do morar camponês: “a casa que eu moro/ é mesmo de amargá/ quando chove/ nada dentro fica sem moia”. São versos ligados à vida de colono de cafézal, no estado de São Paulo. Pai de três filhos pequenos que ainda não podem trabalhar, afirma a vergonha de um pai de família quanto à fome dos filhos e companheira, sem perder a esperança em dias melhores.

“Vida de arrendatário”, de Floresmundo B. Silva, de Tupi Paulista, São Paulo, descreve a habitação de um camponês, com tintas da revolta social:

³³⁰ PINTO, Jesuíno. A vida do arrendatário. *Terra Livre*, São Paulo, nº 67, 1ª quin. jul. 1956, p. 3.

³³¹ BOSI, Ecléa. Op. Cit., p. 15.

³³² Id. Ibid.

Faz vergonha até dizer
As casas que residiam.

Eram ranchos mal tapados
Que nem do sol protegiam;
Quando o tempo era de frio
As pessoas dali nem dormiam.
Essa gente tinha mágua
Ajuntavam poças d'água,
Nas noites que chovia.³³³

Com esses versos que falam da experiência subjetiva e coletiva, situando o viver, o morar e o sentir do camponês, volto aos versos de Patativa de Assaré.

O segundo poema de Patativa³³⁴ “caboclo roceiro” investe na idéia original de 1960, de ‘o agregado’, com um sopro de esperança. Patativa expõe uma compreensão não fatalista das leis do campo, e se mostra aliado do agregado nas lutas e lamento.

A força do poema destaca a fé e a religiosidade do camponês e alerta para a ação, não mais apenas para a reflexão, com base na figura de Jesus, que ilumina e torna comparável o sofrimento, pelo ‘peso da cruz’.

Para que se observe a mudança no foco da reflexão e do discurso, mais incisivo no segundo momento (uma década depois de escrito ‘o agregado’), transcrevo ‘caboclo roceiro’:

Caboclo roceiro das plagas do norte,
Que vives sem sorte, sem terras e sem lar,
A tua desdita é tristonho que canto,
Se escuto o teu pranto, me ponho a chorar.

Ninguém te oferece um feliz lenitivo,
És rude, não tens liberdade.
A roça é teu mundo e também tua escola,
Teu braço é a mola que move a cidade.

De noite, tu vives na tua palhoça,
De dia, na roça, de enxada na mão,
Julgando que Deus é um pai vingativo,
Não vês o motivo da tua opressão.

³³³ *Terra Livre*, São Paulo, nº 77, abr. 1957, p. 3.

³³⁴ FIGUEIREDO FILHO, J. *Patativa do Assaré*. Novos poemas comentados. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1970.

Tu pensas, amigo, que a vida que levas,
De dores e trevas, debaixo da cruz
E as crises cortantes quais finas espadas,
São penas mandadas por Nosso Jesus.

Tu és, nesta vida, um fiel penitente,
Um pobre inocente no banco do réu.
Caboclo, não guardes contigo esta crença,
A tua sentença não parte do céu.

O Mestre Divino, que é Sábio profundo,
Não fez, neste mundo, o teu fado infeliz.
As tuas desgraças, com tuas desordens,
Não nascem das ordens do eterno Juiz.

A lua te afaga sem ter empecilho,
O sol o seu brilho jamais te negou,
Porém, os ingratos, com ódio e com guerra,
Tomaram-te a terra que Deus te entregou.

De noite, tu vives na tua palhoça,
De dia na roça, de enxada na mão.
Caboclo roceiro, sem lar, sem abrigo,
Tu és meu amigo, tu és meu irmão.

Assim como esses, vários outros versos propõem ação e transformação pela luta camponesa. Parte-se, principalmente, da conclamação à luta para afirmar a esperança.

Basta de tanto sofrer
Meus irmãos vamos lutar
Nada temos a perder
Tudo temos a ganhar.

Meus amigos e companheiros
quero vos estimular
o nosso amigo já disse
que a coisa vai melhorar
tem muita gente que dorme
mas esta pra se acordar
não podemos perder tempo
vamos nos organizar
que nós tendo sindicato
somos unidos para lutar.

Façamos força em unir,
unir o país inteiro;
é este o grande desejo
de um coração brasileiro.

Unimo-nos companheiros!
 Unidos vamos avante
 Vamos buscar a VITÓRIA
 Sem perder nem um instante
 A vitória será nossa
 E ela não está distante.
 (...)

 Viva os camponeses pobres
 e operários da cidade
 que unidos alcançarão
 terra pão e liberdade
 nós seremos ajudados
 por todos de boa vontade.

Luta e união são propostas que se apóiam, principalmente, na sindicalização e na unidade entre operários e camponeses. Campo e cidade são citados em diferentes poemas, como base de análise da sociedade e da necessidade de alianças na luta contra os poderosos. Conclamação cujo recurso final é “a revolução”:

Indo as coisas como vão,
 — De apertar o cinturão —
 a gente aprende a lição
 e vai à revolução!

No mesmo sentido, refere-se à alteração na Constituição Federal, ou seja, às reformas de base tão discutidas na década de 1960:

Porque esta luta é sensata
 E o povo quer sem talvez!
 Revogação imediata
 Do parágrafo 16
 Do artigo 141
 Que não olha o bem comum
 Desprezando o camponês!

Em praticamente todos os poemas, união é a palavra-chave. O mote favorece a conclamação, o estabelecimento dos elos de solidariedade entre os trabalhadores, e a percepção dos inimigos de classe. Com fórmula satírica e debochada, os poetas, inúmeras vezes, identificam os ricos latifundiários, com os termos ‘tubarões’ e ‘tatuíras’, em várias seções de *Terra Livre*.

A união é proclamada como exigência para o fortalecimento da classe. São camponeses que devem se unir e estabelecer alianças entre si, a fim de

liquidar com a ação nefasta dos tubarões e tatuíras. “Pois o rico ganancioso/ chupa o sangue da pobreza”. A imagem de sangue derramado, de vampirismo, é reforçada, nestas linhas:

Pra podê ganhá o pão
Nosso sangue é sugado
Por milhares de chupão
Por quem anda de cadilac
E a maioria de avião.

De novo, a imagem do sangue camponês jorrando para dar vida aos latifundiários, fortalece a idéia apontando para a união e organização dos trabalhadores como única solução para a vitória e libertação:

Tatuíra, todos eles,
Já tem a boca salgada
De chupar suor dos pobre
Ô profissão desgraçada!
Pra os tatuíra e os tubarão
Este nome de união
É mesmo que uma facada.

As imagens dos ricos rendem muitas rimas: “O pobre, esse coitado/ está sendo massacrado/ nas unhas do tubarão (...) o pobre vive de teimosia/ assim diz o tubarão”. Apelos de incentivo à leitura e organização são recorrentes no versejar:

Vamos minha gente ler
O ‘Poeta do Sertão’
Do jornal TERRA LIVRE
Nóis tira orientação
Pra acabar com os tatuíra
E alejar os tubarão.

Alguns versos baseados nas vivências e observações dos poetas refletem experiências aparentemente no singular, em que o poeta fala da vida de um como da vida de milhares. O engenho e arte de Patativa destacam a história e drama pessoal, em que tantos outros se reconhecerão, pela semelhança das “trajetórias individuais”. Por exemplo, o terceiro poema enviado por Patativa do Assaré a *Terra Livre*: “Uma triste verdade”, divulgado no número 95, novembro de 1960.

O poema se assemelha, no conteúdo, às “cartas da roça”. Em versos, o poeta narra a vida de arrendatário que ‘desposa’ a terra virgem e a faz florescer com esplendor por meio de seu afinco e trabalho, e, no auge de sua alegria com a terra e com os frutos de sua labuta, o patrão exige sua saída; e o arrendatário sai sem nada.

Mesmo que o poema não fale do coletivo, é disso que trata, pois a história se repete milhares de vezes, no sertão do Ceará e do Brasil, cuja amostra é apresentada em *Terra Livre*, pelas cartas dos ‘rendeiros’.

O dono das terras arrendadas se chama J. Veloso, o arrendatário não tem nome de batismo (talvez, exatamente por serem tantos). Patativa faz questão de esclarecer que sua terra natal é Mombaça, Ceará. O fim trágico do morador das terras de Veloso, após a migração forçada para o Maranhão, é uma morte doentia e sofrida, com esperanças de outra vida melhor, a prometida pela fé que guardava consigo.

A história do rendeiro inicia com o trabalho valente do camponês que desbrava os matos, na construção do sítio arrendado. O trato entre o latifundiário e o camponês, raramente cumprido até o fim, tanto que, em geral, após o trabalho e o estabelecimento de plantações, as intenções do pequeno camponês são frustradas e a justiça sustenta o direito do latifundiário.

Assim é a transformação que o rendeiro promoveu na terra de J. Veloso:

Joguei-me divéra na serva fechada,
De foice Conrada,
Machado Colim.
Jucá revirava, pau-d’ arco caía,
E as cobra fugia
Com medo de mim.

Depois de algum tempo, no dito baixio,
De carga de mio
Quebrei mais de cem.
Havia de tudo, melão, macachêra,
E muitas frutêra
Vingando também.

O resultado de tanto esforço e dedicação: J. Veloso decide tomar o sítio, as plantações e quaisquer benfeitorias erguidas pelo agregado, que vivia então, “gostando da vida” com sua companheira Maria Loló.

Arrastada a pendenga entre rendeiro e dono da terra à Justiça local, “ao matuto sem letra e grossêro/que não tem dinhêro/ ninguém dá razão”; o resto já é sabido: esorraçado da terra, o rendeiro pega o caminho da migração, vindo a padecer novas agruras e humilhações em terras estranhas:

Deixei **minha terra**, a querida Mombaça,
Que grande desgraça
Seu moço eu sofri!
Deixei as beleza da **terra adorada**,
E triste, **sem nada**,
Cheguei por aqui. (grifo nosso).

Para o rendeiro, a vida de arrendamento satisfaz as exigências. Vive sossegado, se nessa condição estivesse. No entanto, o arrendamento para o latifúndio, na década de 1960, não suplanta o lucro das safras, ou mesmo, a esperteza do latifundiário promove constantes trocas de rendeiros, a fim de aumentar o preço cobrado pelo terreno arrendado.

A história é divulgada ao lado do Hino Camponês, composto por Francisco Julião, em setembro de 1960. A referência à ação de união e força se opõe à experiência desse pequeno arrendatário de Patativa. Ao mesmo tempo, a união e a força propõem como salvação a “reforma agrária”, justamente o título-tema do próximo poema de Patativa a circular em *Terra Livre*.

“Reforma Agrária” é editado, em 1988, com “Ispinho e fulô”, prefaciado e organizado por Rosemberg Cariry, cineasta que, anos depois, terá como um dos pontos altos de seu longa-metragem “O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto”, a recitação de referido poema na voz de Patativa³³⁵.

O poema de Patativa encabeça outros tantos que preenchem, por completo, a página de título: “A poesia acompanha o povo na luta por uma vida melhor”. A página ilustrada a seguir (figura 10), expõe resumidamente o que até agora buscamos afirmar sobre a coluna “poetas do sertão”, e sobre a utilização de poesias como afirmação de sensibilidades e expressão pedagógica. Sua reprodução é para reafirmar a importância da poesia na vida

³³⁵ A cinematografia que aborda o ‘rural’ é discutida em TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. *O rural no cinema brasileiro*. São Paulo: UNESP, 2001. Sobre o sertão cearense no cinema: REGIS, Iza Luciene Mendes. *Luz, Câmera, Sertão: bravura e fé na cinematografia cearense*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 2003.

Figura 10

Poesia em Terra Livre

TERRA LIVRE MARÇO — 1961 PAGINA 3

A POESIA ACOMPANHA O POVO NA LUTA POR UMA VIDA MELHOR

O povo, particularmente os camponeses, gosta muito de versos. Isto porque os versos não só proporcionam momentos de prazer e alegria, o canto das coisas boas e belas da vida, como também servem para exprimir seus sofrimentos, reclamar contra as injustiças e exigir o amor, a paz, o pão e a felicidade.

Os bons poetas, os verdadeiros poetas são aqueles que não separam os seus versos da vida que o povo leva. No Brasil, tivemos um Castro Alves — o Poeta da Liberdade — que dedicou toda sua inteligência à campanha pela abolição da escravatura, denunciando os crimes e as injustiças que os senhores de escravos faziam contra os negros. Os senhores de escravos do passado — pais e avós dos latifundiários de hoje — tiveram nos versos de Castro Alves uma sentença de morte; os escravos, porém, foram buscar no poeta amigo versos que eram uma promessa muito forte de liberdade e de justiça. E um dia a sentença se cumpriu, a promessa também... os negros foram libertos.

Nos dias de hoje os poetas continuam estimulando o povo em suas lutas. Um grande número de versos, por exemplo, vem sendo publicados na defesa do camponês e do operário. Poesias cheias de força anunciam o dia da libertação do homem do campo da exploração do latifundiário, o dia em que o camponês despertará nos horizontes do Brasil trazendo nas mãos a lei da felicidade e da fartura — a Reforma Agrária.

O soneto que a seguir publicamos, do grande poeta cearense — O Patativa, anuncia como nossa Pátria se tornará um país livreto:

REFORMA AGRARIA

ANTONIO GONÇALVES DA SILVA
— O PATATIVA — ASSARE', CEARA'

Pobre agregado, fôrça de gigante,
Escuta, amigo, o que te digo agora.
Depois da treva vem a linda aurora
E a tua estrela surgirá brilhante.

Pensando em tí eu vivo a todo instante,
Minha alma triste e desolada chora,
Quando te vejo pelo mundo afora
Vagando incerto, qual judeu errante.

Para saires da fatal fadiga,
Do horrível jugo que cruel te obriga
A padecer situação precária,

Lutai ativo, corajoso e esperto,
Pois só verás o teu país liberto
Se conseguires a Reforma Agrária.

Manoel Belarmino Duarte é um grande repentista de Limoeiro do Norte, em Pernambuco. Ultimamente vem dedicando sua inteligência à campanha pela organização dos homens do campo nas Ligas Camponesas. São suas as seguintes estrofes, pronunciadas de improviso num comício:

Defendemos o que é Reforma Agrária,
Combateamos o triste entreguismo,
Defendemos a classe operária
E combatemos a latifundiária
Defendemos o nacionalismo,
E os direitos da nacionalidade,
E daqueles que presam falsidade
Nós cortamos o mal pela raiz
— Nosso povo será muito feliz
Com justiça, com terra e liberdade.

Desperta Leão do Norte.
Bravo povo, brava gente,
Que o momento presente
Precisa de um povo forte!
Batalha de vida e morte
Contra tristes estrangeiros
Que levam os nossos cruzeiros
De uma maneira sutil...
Que o petroleo do Brasil
Deve ser dos brasileiros.

Uma ocasião, no Ceará, se encontraram no recinto de uma casa comercial dois grandes poetas daquele Estado: Rogaciano Leite e Joaquim Vitorino Ferreira, este último já falecido. Em pouco tempo a casa se encheu de gente para assistir um verdadeiro duelo de idéias, o desafio que se desenvolvia entre os dois violeiros. Em dado momento, Rogaciano passou a falar contra a situação de vida do povo cearense, o que melindrou Joaquim Vitorino. As duas estrofes seguintes encerraram o desafio com a vitória para Rogaciano:

J. VITORINO

Huistre Rogaciano
Você está muito errado,
Em falar de sua terra.
Do seu primoroso Estado
— Filho que fala da mãe
Só sendo amaldiçoado!

ROGACIANO

Colega eu não estou errado
E meu ideal não se some.
Sim, miserável é o filho
Que da mãe não honra o nome,
Mas desgraçada é a mãe
Que mata um filho de fome...

Diniz Vitorino Ferreira (filho de Joaquim Vitorino) é um poeta repentista que também sabe protestar contra as injustiças. Certa vez, se achava cantando num bar da cidade de Caranhuns, quando entrou um menino para pedir esmola, multapilho e faminto; o dono do bar negou-lhe o auxílio, enquanto no interior do balcão seu cachorro comia fartamente. Ao terminar uma estrofe, assim que o proprietário negou-se a ajudar o garoto, emendou Diniz:

Eta Brasil miserável,
Man empregado o teu nome
— Vê-se o cachorro do rico
E quem melhor prato come,
E vê-se o filho do pobre
Sujo e morrendo de fome.

Canelinha é outro grande repentista, filho da Paraíba. Ainda moço, na revolução de '30, foi convocado para servir ao Exército. Canelinha não era um covarde, mas via que o movimento de 30 em nada ia melhorar a situação do povo; portanto, não estava disposto a morrer numa revolução, lutando contra ou a favor das forças de Washington Luiz. Ao se apresentar no quartel e ouvir de um tenente que estava em condições de ser aceito no Exército, respondeu Canelinha de improviso:

Não me levem para a guerra,
Não me façam esta surpresa,
Que eu não tenho natureza
De vir meu sangue na terra!
Me levem para uma serra
Deixem eu viver com os macacos,
Entre furras e buracos
Morrendo de sede e fome...
— Minha escarava o meu nome
No livro dos homens fracos!



Castro Alves — o Poeta dos Escravos — dedicou toda sua inteligência à causa da justiça e da liberdade. Foi o poeta do povo contra os seus opressores e exploradores.

Finalmente, aqui temos alguns versos de Olímpio Pereira Machado. Como todos sabem, Olímpio é um dos diretores da Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul e que se acha encarcerado por lutar contra o despejo dos arrendatários de Zico Diniz. Assim se exprime o companheiro de Jofre Corrêa Neto sobre a chamada «revisão agrária» do sr. Carvalho Pinto:

O senhor Carvalho Pinto
Prometeu reforma agrária,
Fez bonita propaganda,
Chamou atenção, coisa rara.
Ele mesmo não quê isso,
Tá no zóio, tá na cara,
Se quizesse em Santa Fé
Estaria os aperpero.

Prometeu fazê justiça
Eu li isso nos jorná,
Que as terras sem aproveito
Ele ia desapropriá,
Reparti pra quem trabalha
Com prezo háo prá pagá...
Mas se quizesse mesmo bese
Aqui seria o Injá.

As promessa foi curversa
Propaganda prá eleição,
Preparo pró Janio Quadro
Vim chamá nossa atenção.
Desapropriá fazendero
Não se pensa nisso não,
Os pobre que não tem terra
Que os engula o tubarão.

E assim os Zico Diniz,
Alegres e traiçoeiros,
Aumentam e cresce a miséria
Por este São Paulo inteiro,
Porque a nossa justiça
Protege quem tem dinheiro,
E os pobre que se desgraça
Nas unhas dos fazendero.

Reforma agrária é preciso
Prá salvá interiô
Dos talaira usuraro
Que rouba nosso suô,
Furta o pão de nosso fio
Porque são exploradô,
E disocis com a pança cheia
Se riem de nosso clamô.

dos camponeses e nos aspectos de criação e divulgação cultural, além de demonstrar a compreensão do periódico *Terra Livre* sobre a questão.

Nesse espaço, os camponeses marcam, repetidas vezes, os caminhos da expressão de suas lutas e de sonhos. O espaço define uma “terra de encontro” entre os diversos sujeitos camponeses de todo o país.

Com apoio no estudo de Martine Kunz sobre a literatura de cordel, percebe-se o uso pedagógico da expressão popular:

Eles podem cumprir uma função pedagógica pela vulgarização de conhecimentos técnicos, pretender difundir os direitos do cidadão ou propor novas idéias, lançar-se a campanhas propagandistas a serviço de homens políticos, ou em prol da comercialização de produtos³³⁶.

A autora se refere, nesses termos, à mudança de uso do cordel, à reapropriação da cultura popular com fins determinados e particularmente escolhidos, longe da construção e uso coletivos dos contos, causos e cordéis das gentes do povo.

A citação ilustra as perspectivas (implícitas na coluna “Poetas do Sertão”, e explícitas na página reproduzida), com a peculiaridade de que, no espaço da folha comunista, se posiciona o que circularia de mais lúdico, criativo e “telúrico”³³⁷.

Apesar de artigos e colunas adotarem elementos pedagógicos do exemplo, construção de identidades e afirmação da luta de classes, na coluna dos poetas, trovadores e cordelistas, faz-se isso em linguagem direta, sem mediadores.

A linguagem tem função pedagógica, acrescida ao fato de que parte dos leitores de *Terra Livre* são escutadores. Nesse sentido, as poesias de vários autores, como Patativa, que não perdem o caráter de oralidade, adquirem significação, nesse grupo, pois é inquestionável a exigência da expressão gestual, emoção, enfim de palavra que não se encerra nas letras e

³³⁶ KUNZ, Martine. *Cordel: A voz do verso*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2001, p. 32.

³³⁷ Luiz Tavares Júnior classifica a poesia de Patativa do Assaré como de natureza telúrica, forte denúncia social e com espírito lúdico. TAVARES JÚNIOR, Luiz. Patativa: um cordelista revisitado. Op. Cit., p. 8.

linhas, que povoa a imaginação, e o faz partindo da realidade dos leitores e escutadores: o mundo rural³³⁸.

Assim a seleção das poesias aponta para temas da vida e da luta pela superação, o poema põe em questão a fatalidade do fardo e da sina. São temas: a miséria da vida camponesa (moradia, fome e doenças, escassez de terras para trabalhar); a família; relações de trabalho (categorias de trabalhadores rurais e camponeses); direitos trabalhistas e reivindicações (salário mínimo, férias, domingos remunerados); associativismo e sindicalização; violência rural (representações sobre os latifundiários e suas ações); relação com a natureza, paz, esperança e união entre os camponeses e, principalmente, a conclamação para a união e a luta camponesa. Também temas sobre a conjuntura nacional e estrofes sobre personagens da política sobressaem dos versos camponeses.

Entretanto, para além da pedagogia proposta pela diretoria de *Terra Livre*, reconhece-se a reapropriação dos leitores e escutadores. Assim, as colunas são “terra de encontro”, situam o leitor como sujeito produtor de notícias, também revertem a situação dos sujeitos supostamente receptores, que se identificam e refletem sobre ações que podem ser suas, nas quais buscam conhecer o outro, o parceiro, aliado, um igual: “Forte predileção nas leituras da gente simples é pelo conhecimento das outras pessoas, do que elas pensam, de como vivem”³³⁹.

Da afirmação de Ecléa Bosi, sobre o ideário dos trabalhadores leitores de jornais, deve-se inferir a necessidade de se reconhecer, nos exemplos, e saber como reagem outros nas mesmas condições e enfrentando os mesmos problemas, “Quem é como a gente?”.

Com similar argumento, Ecléa Bosi usa as assertivas de Umberto Eco, que desmistifica as percepções negativas quanto à utilidade da leitura de trabalhadores, ao afirmar que “uma soma de pequenos fatos, devidos à iniciativa humana, [pode] modificar a natureza de um sistema...”³⁴⁰; e que esse sistema vai sendo alterado à medida que pequenos atos e fatos proporcionam

³³⁸ ZUMTHOR, Paul. *Performance, Recepção, Leitura*. São Paulo: EDUC, 2000.

³³⁹ BOSI, Ecléa. Op. Cit., p. 18.

³⁴⁰ Id. Ibid., p. 178.

melhora qualitativa de análise e reflexão, conseqüentemente, ação e mudança do sistema.

Não por acaso, parte dos poemas do concurso, ou enquanto as poesias não são delimitadas, nas colunas, dão conta de rimas e versos em primeira pessoa do singular, “devidos à iniciativa humana”. São experiências pessoais ou da imaginação. Certamente, a valorização e a expressão de trovas acontece quando há percepção de que, nelas, se trata do cotidiano, ou seja, quando é o camponês que fala pelas estrofes.

A página três de *Terra Livre*, desde janeiro de 1956, com o concurso “Os Melhores Trovadores”, traz, no mínimo, duas poesias para o deleite dos leitores. As contribuições em versos chegam de São Paulo, Paraná, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Ceará.

O concurso propõe disputa dos melhores versos e trovas de poetas camponeses, em 1956. No começo, com três poesias escolhidas e divulgadas, disputa-se o prêmio de uma viagem, ida e volta, a São Paulo, com estadia de oito dias, e mais uma viola. O prêmio é concedido aos três primeiros colocados. Não é possível identificar o vencedor, nem os critérios da seleção por radialistas, escritores, poetas e um representante da ULTAB.

Desde 1954 até 1956, sempre se publicam versos. Nos anos de crise do PCB e do jornal, a coluna “Poetas do Sertão” é extinta. Ao fim do concurso, adiado de 1956 para meados de 1957, os versos aparecem em dois números do jornal, com o título de “Vozes do Sertão”, em 1959, há letra de duas músicas, lembranças de amores vividos.

Novamente, tem-se a melodia em aliança com a palavra escrita. Primeiro, porque as poesias divulgadas, em “Vozes do Sertão”, são letras de músicas; segundo, porque o próprio nome da coluna propõe o uso da viola. Ela repete a representação da viola como expressão de harmonia entre poesia e canto. Destaque-se a liberdade e intimidade com que trovadores e cantadores do campo se relacionam com tal instrumento.

Figura 11
Vozes do Sertão



Fonte: *Terra Livre*, São Paulo, nº 86, mar. 1959, p. 3.

Os versos, agora, são apresentados não mais na tradicional página três, mas entre as páginas cinco, seis ou sete, sem nenhuma ‘chamada representativa’ em *Terra Livre* até a última edição, nº 132.

Nesse período, o destaque dado à poesia é na coluna “Zé João Apresenta em Versos”, que, em quatro números, traça rimas com ênfase nos aspectos da política nacional. Na sua primeira inserção (janeiro de 1960), apresenta “Desafios com Jota Ká”, em que critica a ação governista diante dos temas ligados ao petróleo e à fuga de capital para os Estados Unidos; também às relações estrangeiras com estados comunistas, como China e Rússia, chegando-se a propor a expulsão dos americanos e de seus investimentos do país.

A coluna de “Zé João” ocupa mais da metade da folha. Em segunda aparição, “As doze cara de Janio” (figura 12) recebe o reforço da caricatura, uma para cada “cara de Jânio”. A representação zoomórfica e a face caricatural de Jânio Quadros dão o tom da crítica do poeta. Para se observar a sátira, a caricatura, o humor, como o riso, na crítica política, assim como o efeito corrosivo da imagem, apresenta-se a coluna de *Terra Livre*, como bem articulado exercício jornalístico de crítica dos costumes:

Figura 12
As doze caras de Jânio



A figura de Jânio Quadros é destacada em trova divertida, onde, pela rima, a eleição de JQ é encarada tão “possível” como o fim da carestia, a alteração da linha do tempo ou outras “esquisitices”:

Quando a morte deixar de ser tirana
 O cigano deixar de enganar gente
 Quando o fim passar a ser começo
 E a COAP deixar de aumentar preço
 Jânio Quadros será o Presidente!...

Mais adiante (julho de 1960), Jânio Quadros figura noutra rima divertida e ácida, de Mané Joaquim da Roça, em campanha aberta contra o político. Nela, a onça trama armadilhas para engabelar outros animais da floresta, afirmando estar fraca e ser agora igual, para ao final poder, sem maiores esforços, devorá-los; na lógica da fábula, a onça é identificada a JQ, que se arma de vassoura e apresenta sintomas de fome e extrema simplicidade em palanque; segundo o autor, esta é a sua armadilha, e “vassoura na mão de rico é de desconfiar, é golpe que ele quer dar”. O poema é apresentado sob o título “Caminho certo”.

Patativa do Assaré também escolhe um político reconhecido nacionalmente para versejar: Leonel Brizola, à época, governador do Rio Grande do Sul e oposição declarada ao imperialismo. Além disso, Brizola vem conquistando a simpatia dos camponeses, pois conclama a união em defesa da reforma agrária.

Deste modo, Patativa propõe mudança estrutural do país, critica os monopólios e o imperialismo e acredita que a conjuntura se alteraria no Brasil, se um Brizola governasse cada estado. Verso de franca exaltação ao indivíduo na história política:

Tudo viveria bem
 Do sertão até à serra
 E o agregado também
 Seria dono da terra!
 Assim o monopolismo,
 O cruel imperialismo,
 Enfraqueceria a mola
 Que esmaga o trabalhador,
 Se fosse governador
 Em cada estado um Brizola!

Voltando à coluna “Zé João”, nas duas últimas rimas, vêem-se exemplos que propõem reflexão sobre a relação latifúndio e camponeses, dedicação à luta e ação camponesa. “A salvação do rocêro” e “Seu Mané da Conceição” afirmam a necessidade de união entre o campo e a cidade - a aliança operário-camponesa. Os poemas conclamam a sindicalização, pois apenas com “... muita luta/ muita força e união (...) sindicato, associação” é possível realizar o futuro, que “não cai do céu”, e a terra ser de quem nela trabalha.

As idéias são reforçadas pela história de vida do camponês Mané da Conceição, sujeito do segundo poema, que põe sua vida à disposição da luta e da diretoria do sindicato, sendo por isso expulso do trabalho, conquistando, em primeira ação organizada e consciente, os direitos trabalhistas.

A coluna Zé João vai além, e propõe a expropriação das terras, a começar pelas terras do governo, aspectos pouco discutidos pelas poesias apresentadas. O autor é o único a se referir ao termo “feudal” para identificar, como resquício ou herança, a meia e a terça, indicando a reforma agrária como saída imediata para a solução dos problemas dos camponeses.

De julho de 1960 até o fim da publicação de *Terra Livre*, não há mais colunas especializadas de poesias, destacando autores e temas. Entretanto, entre 1960 e 1964, faz-se a centralização das poesias de Patativa do Assaré, do Ceará; de Pompílio Diniz, da Paraíba; e a presença de poetas urbanos, como Duque Estrada e Vinicius de Moraes.

É de se supor que outras colaborações cheguem ao jornal, que assim, veicula poemas “didáticos”, de proselitismo, cuja forma e conteúdo são de outra matriz discursiva.

Embora as poesias tenham rimas bem elaboradas, não se destacam em nenhum aspecto de originalidade. Reproduzem conteúdos repetidos desde os primeiros versos impressos no jornal, o que não é pecado algum: os temas se repetem ao longo dos anos. Mas, na maioria, os versos dos camponeses se apóiam no vivido ou no exemplo mais próximo, assim, possuem carga de subjetividade traduzida em rimas e termos peculiares, próprios de cada lugarejo, o que não se examina nos últimos exemplares:

Inquanto a felicidade
 você canta na cidade,
 cá no sertão eu infrento
 a fome, a dô e a misera.
 Pra sê poeta divera
 precisa tê sofrimento.

Sua rima, inda que seja
 bordada de prata e oro,
 para a gente sertaneja
 é perdido este tesôro.³⁴¹

Entre os versos “bordados a ouro”, pode-se citar “Problemas do campo”, de Carlos Alexandre (de Valparaíso). Em língua culta, sobre moradia, fome, doenças e carestia, reivindicações, reforma agrária, este exemplo:

Os trabalhadores da roça
 Estão vivendo de teimosos
 Vivendo em pobres palhoças
 Escravos dos gananciosos
 (...)
 Este regime que temos
 É de toda exploração
 Por isto é que sofremos
 Sem ter alimentação
 (...)
 Terra para quem trabalha
 Direito a financiamento
 Constituir cooperativas
 Acabar com o sofrimento.

Com visível distanciamento, aparece “Lira sertaneja”, de Ferrucci Fuzetto, do Paraná. Escrita correta, sem erros de ortografia ou regionalismos, o autor compara a meia e a terça com o período de escravidão do país, que vai por toda a Colônia e Império; cita como heróis Castro Alves e Princesa Isabel, e julga os latifundiários dos anos 1960 como os senhores do século XIX. Também “Vida camponesa”, de Raimundo Lucas Bidinho, possui idênticas características.

De modo diverso, com alguma incoerência e imprecisão históricas, eles tematizam o estado de fome e miséria do campo, são antiimperialistas por definição e pela reforma agrária como solução estrutural.

³⁴¹ ASSARÉ, Patativa. Cante lá, que eu canto cá. In: CARVALHO, Gilmar de (org. e pref.). *Patativa do Assaré*. Antologia Poética. Op. Cit., p. 73.

Em entrevista a Gilmar de Carvalho, Patativa do Assaré explica a relação entre as duas formas de linguagem do versejar, apresentadas para dimensionar os diversos tipos de colaboração ao jornal *Terra Livre*. Vale ressaltar que, se são patentes as diferenças de linguagem poética, mesmo, da origem dos poetas, o jornal tem um critério: os temas são acordes à política editorial.

O poeta justifica sua preferência pela “linguagem matuta” desta forma: “Veja bem. O analfabeto, se ele nasceu com o dom da inteligência, ele só num fala certo, mas tudo ele sabe. Ele ... ele tem o raciocínio de saber o que é bom, o que é ruim, ou de saber como é a vida”³⁴². Assim, Patativa identifica a função da primeira pessoa que se destaca em seus versos, ou seja, a auto-identificação de matuto que reflete, que filosofa sobre a vida, as condições da classe camponesa, as dificuldades do trabalho, as possibilidades de luta, e o camponês que lê e escuta suas rimas, reforçando o aspecto social de sua poesia.

Por outro lado, as poesias de Pompílio Diniz - as últimas das páginas de *Terra Livre*, em 1964, antes do fechamento pelas forças militares - são plenas de sensibilidade e de ação, à camponesa, em “Até quando” e em “Companheiros, união”. Essas poesias circulam pelos campos do país, nos meses de dezembro de 1963 e março de 1964.

É bom afirmar que o espaço e a atenção recebido por Pompílio Diniz, nas páginas de *Terra Livre*, não estão focados somente em versos impressos, mas também na atuação do poeta no campo editorial e em declamações públicas, em encontros e congressos dos trabalhadores do campo e da cidade. O poeta paraibano, em 1963, já havia publicado três livros: *Sol do sertão*; *Mané Gonçalo – Poemas e Canto da Liberdade*. O último com edição esgotada (cinco mil livros vendidos em menos de um mês).

Outro exemplo de editorial diferenciado é a chamada da poesia “Até quando”, da participação de Pompílio Diniz como “conhecido poeta de TERRA LIVRE”, no “1º Congresso de Jornalistas e Radialistas do Interior de Minas Gerais”, em Poços de Caldas, entre os dias 04 e 07 de novembro de 1963.

³⁴² CARVALHO, Gilmar de. Patativa *Poeta Pássaro do Assaré*. Op. Cit., p. 46.

O jornal destaca que o poeta consagra o “lado cultural” do evento: “uma das maiores consagrações populares, quando sua inspiração rebelde, em forma de versos revolucionários, libertaram-se dos salões dos clubes sociais e do Conservatório de Música, para ganhar as ruas do povo”.

Entre poesias, cantos e rimas, a participação de correspondentes e colaboradores do jornal se torna indispensável, assim como a de poetas. No entanto, a maior parte, do espaço de *Terra Livre* é ocupado com notas informativas de camponeses e correspondentes do Brasil, o que muito enfurece os perseguidores, polícia a mando dos latifundiários locais ou capangas.

NOTÍCIAS DO CEARÁ EM *TERRA LIVRE*

***Terra Livre* só diz o que se passa mesmo no mato**

Não obstante ser *Terra Livre* editado em São Paulo, o roteiro dos acontecimentos é do país inteiro. A participação dos ‘correspondentes’ e dos leitores é essencial.

Aí, destaca-se o papel de José Leandro Bezerra da Costa, principal correspondente de *Terra Livre* no Ceará. Outros, em menor grau: Juarez Uchoa, apontado como “repórter de *Terra Livre*”, na edição de junho de 1956, com a reportagem: “Quem diz que se acabou o cativo nunca trabalhou nestas bibocas”; o correspondente José Andrade, que envia, em setembro de 1956, uma foto e pequena nota indicando o bom trabalho da Associação dos Pequenos Lavradores de Ideal (Aracoiaba-CE).

Há o “enviado especial” que, em outubro de 1963, aparece como responsável pela matéria: “Duas Federações fundadas no Ceará: exército deu posse às diretorias”. De sua autoria, também a matéria “Direitos dos camponeses serão respeitados se preciso até com intervenção federal”, na mesma página do Suplemento dedicado aos acontecimentos do Ceará.

A participação do enviado especial é justificada pela fundação, nos dias 19 e 20 de setembro de 1963, em Fortaleza, da Federação dos Trabalhadores Autônomos Rurais do Ceará e da Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Ceará. O “enviado especial” é de outro estado, uma vez que José Leandro está participando da mesa dirigente da assembléia fundadora, ao invés de correspondente de *Terra Livre*; é de interesse do Partido Comunista sua presença na organização e direção do evento de fundação³⁴³. Além disso,

³⁴³ Ainda assim, José Leandro não deixou de remeter à redação notícia veiculada no mesmo número de *Terra Livre*, onde circularam as notícias do ‘enviado especial’, no espaço reservado às “Notícias do Ceará”: Duas Federações, dois passos a frente. *Terra Livre*, São Paulo, nº 127, out. 1963, p. 5. Esta notícia também foi reproduzida na autobiografia de José Leandro: COSTA, José Leandro Bezerra da. *Depoimento*. Minha Vida, a Sindicalização Rural e as Lutas Camponesas no Brasil. Fortaleza: IOCE, 1988, pp. 67-68.

é de interesse de *Terra Livre* o bom relacionamento com os líderes sindicalistas participantes, e a presença de um enviado especial sinaliza o prestígio que o evento recebe da imprensa militante.

É interessante discutir a autoria das matérias de *Terra Livre* e perceber como os autores usam determinada metodologia para narrar os acontecimentos. O debate só é possível em momentos específicos, quando os correspondentes traçam o roteiro da matéria, ou seja, abrem o seu “diário de campo”, e dizem de sua participação na construção da notícia.

Assim, conhece-se o lugar em que se dão as entrevistas; o clima criado para esta ou aquela personagem e como se portam diante da imprensa.

É possível notar, pelos números do jornal *Terra Livre*, uma série de notícias, de natureza diversa, referentes à Serra de Baturité. A denúncia e o tom de combate são próprios dessa imprensa:

Em visita aos assalariados da Serra de Baturité, conseguimos reunir uma série de dados importantes que denunciam a exploração a que estão sujeitos os trabalhadores agrícolas no Ceará, colhendo deles próprios as declarações que esta reportagem traz³⁴⁴.

A forma como José Leandro constrói as reportagens, no mundo camponês do Ceará, é de interesse. Na matéria, percebe-se a relação - como correspondente ou jornalista de *Terra Livre*, como líder camponês e militante do PCB - com os camponeses. Dos escritos de José Leandro, ressalta-se seu conhecimento e convivência com a realidade sobre a qual escreve e a relação para além da cordialidade e confiança, que mantém com os entrevistados, em relação de classe.

Ao longo da reportagem, vai apresentando os entrevistados e informando acerto para apenas um falar em nome do grupo, e dar voz ao espanto dos camponeses entrevistados acerca do empenho de *Terra Livre* em permitir outra versão da história dos camponeses, em contraponto às informações da grande imprensa. Como diz Zacarias, camponês sindicalizado, trabalhador das terras do sítio Canabrava, em Baturité: “O TERRA LIVRE só

³⁴⁴ Reina a miséria nos lares dos trabalhadores rurais do Ceará. *Terra Livre*, São Paulo, nº 51, 2ª. quin. dez. 1954, p. 3.

diz as coisas que se passam mesmo aqui pelo mato, não é como esses outros jornais dos ricos que tem aqui no Ceará”³⁴⁵.

Em parte da matéria, vê-se a foto do grupo de trabalhadores, em leitura coletiva de *Terra Livre* (Foto 9):

Foto 9

Camponeses cearenses lendo *Terra Livre*



Fonte: *Terra Livre*, São Paulo, nº 51, 2ª. quin. dez. 1954, p. 3.

Apesar da dificuldade de identificação, trata-se de leitores camponeses. A legenda esclarece o acesso dos trabalhadores ao jornal e interesse na leitura.

É preciso valorizar a experiência de leitura e de narrativa desses trabalhadores, de estarem “maravilhados” com a leitura de algo que fala de seu mundo, em linguagem conhecida, que tem o seu rosto, em que ecoa a sua voz, um jornal com o seu jeito.

O ofício nº 37/62, “Carta de comunicações”, enviado por José Leandro (secretário geral da FALTAC) à ULTAB, representada por Lindolpho Silva, indica a quantidade de jornais e o nome dos agentes de *Terra Livre*

³⁴⁵ Id. Ibid.

empenhados na sua difusão. Neste quadro, os dados descritos por José Leandro:

Quadro 3
A difusão de *Terra Livre* no Ceará

Nome	Município	Qtde.
Eloi Teles de Moraes	Crato	30
Vicente Pompeu de Sousa	Iguatu	30
Antonio Monteiro	Aracati	10
Francisco das Chagas Teixeira	Camocim	10
José Alves Pereira	Quixadá	20
Raimundo Gregório Celestino	Cedro	10
Jesus Batista de Oliveira	Fortaleza	20
Heitor Bastos Silveira	Pacoti	10

Fonte: Arquivo Permanente do Estado de São Paulo³⁴⁶

O quadro é importante documento para situar a difusão do jornal e o seu grau de organicidade.

É o tipo de impresso que circula, de mão em mão, é lido em voz alta, em grupos, que suscita reflexão. A quantidade, não expressa o raio de difusão, bastante ampliado. Não se descarte a capacidade organizativa do principal militante comunista do Ceará, em atividades camponesas. Certamente, a sua presença favorece e fortalece os contatos entre os camponeses e a palavra escrita de *Terra Livre*.

Para se ter idéia de quão afastada é a possibilidade de acesso dos camponeses ao mundo letrado, é ilustrativo o caso da camponesa Maria das Dores, entrevistada em junho de 1956, por Juarez Uchoa, no Crato, no acampamento do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (que estava se transformando em “povoado de barracas de lavradores e trabalhadores expulsos dos engenhos”). Interpelada pelo repórter, assusta-se: “ah, seu moço, gente pobre já pode falar em jornal? Será que o mundo está perto de se acabar?”

³⁴⁶ Arquivo Permanente do Estado de São Paulo. DEOPS/SP. OS 1968/Comunismo/vol. 63/ULTAB/(1959-1962). O quadro foi organizado por mim com base nas informações da “Carta de Comunicações”, datada de 07 de maio de 1962, assinada por José Leandro Bezerra da Costa, Secretário Geral da FALTAC – Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará.

A referência aponta para a identificação dos camponeses com a imprensa militante. Na mesma data, o lavrador José Antonio dos Santos, sabendo da presença de *Terra Livre*, faz questão de prepará-lo para a audição de “casos” dos engenhos do Crato, dos mais escabrosos, segundo ele.

Na reportagem com Maria das Dores, observa-se a atuação dos correspondentes no mundo dos camponeses. Afinal, o autor das notícias se refere à sua participação, como visitante, no acampamento do DNER, a vários sítios da região e às suas incursões na feira da cidade.

Terra Livre veicula as notícias relacionadas ao nordeste através de cartas e correspondentes. As notícias ocupam largo espaço do jornal. A partir de março de 1955, o nº 55 de *Terra Livre* inova ao separar uma página especial para as notícias da região: PÁGINA DO NORDESTE.

“Página do Nordeste” nasce com a cara do Ceará, afinal, as notícias tratam de temas ligados ao Ceará. São quatro grandes reportagens, que levam a assinatura de José Leandro, apresentado assim ao público leitor: “O jornalista – conhecido de nossos leitores por suas reportagens vivas e humanas”.

As reportagens são as seguintes: 1- A miséria mata os filhos das apanhadeiras de café; 2 – 1.300 pessoas na homenagem ao velho e querido compadre em Baturité; 3 – ‘mortalidade infantil e suas causas mais profundas’ (livro do professor Oswaldo Cavalcanti, sobre a mortalidade infantil, com base na matéria do Ceará) e 4 – Criada a ULTA do Ceará. As matérias são ilustradas com fotos (anexo 3)³⁴⁷. De destaque, é a reportagem das apanhadeiras de café, sinal da convivência de José Leandro com camponeses e camponesas da Serra de Baturité.

Aqui, um parêntese: José Leandro se refere, na autobiografia, à participação das mulheres na luta camponesa, como “uma fraqueza no movimento camponês cearense”³⁴⁸. No que consta das notícias em *Terra Livre*, ele colabora no sentido de fortalecer a luta das mulheres camponesas cearenses.

A primeira referência é de agosto de 1954. Pequena foto, com seis mulheres. A legenda: “as moças do Ceará trabalham para organizar os

³⁴⁷ No anexo 3 expomos as páginas “inteiras” e no anexo 4 as capas de *Terra Livre* que possuem notas sobre o Ceará, ou seja, as páginas que têm presença significativa das notícias que informam a realidade agrária do Ceará.

³⁴⁸ COSTA, José Leandro Bezerra da. Op. Cit., p. 80.

trabalhadores agrícolas”. Novamente, a figura da mulher camponesa, em matéria intitulada “Camponeses do Ceará organizam-se para lutar contra o flagelo da fome”, na qual denunciam receber um salário três vezes menor que o dos homens, para trabalhar nas fábricas de farinha.

As mulheres da Serra de Baturité são apresentadas como batalhadoras. As seis mulheres entrevistadas por José Leandro falam da fome, da criação e da morte dos filhos: “das 6 mulheres ouvidas, nasceram 42 filhos: destes, morreram 22, ficando apenas 20 vivos”; do trabalho e da participação na “Sociedade de Donas de Casa de Pernambuquinho”.

Entre outras funções, por exemplo, a de conseguir baratear o preço do leite para os filhos das trabalhadoras rurais, a sociedade também luta por conquistas salariais, por cacimbões para a comunidade, em união feminina. A associação, segundo a entrevista, possui oitenta sócias efetivas, **todas camponesas**; é associada à Federação das Mulheres em Fortaleza³⁴⁹, tomando parte nos atos públicos convocados, e, envia representante para a Assembléia Nacional de Mulheres em Porto Alegre, em 1955.

As notícias de ocupações, passeatas, assembléias, reuniões e aglomerações, no interior do estado e na capital cearense, relatam a participação das camponesas. Outrossim, a participação nas diretorias de associações e sindicatos não é desprezível.

Em “Página do Nordeste”, outro aspecto salientado, discutido anteriormente: a propaganda feita para *Terra Livre*, o trabalho militante realizado para a sustentação de *Terra Livre*. Na festa do octogenário José Sebastião de Lima, uma amplificadora, conseguida pelos trabalhadores associados ao Sindicato dos Assalariados Agrícolas de Pacoti (Serra de Baturité), faz propaganda da ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil; da Sociedade de Donas de Casa de Pernambuquinho; da Comissão Permanente de Organização do Ceará; do calendário de lutas e manifestações dos camponeses e do jornal *Terra Livre*, levado à festa por José Leandro.

³⁴⁹ Bárbara Feitosa, esposa de José Leandro foi Presidente da Federação das Mulheres Cearenses – FMC. Esta federação prestou grande solidariedade às ações de sindicatos urbanos e rurais.

Eficiente instrumento de difusão das lutas camponesas no Ceará, nesse ano, a 'Página do Nordeste' é praticamente toda sobre o Ceará. E, para não fugir à regra, o nº 59, de novembro de 1955, traz 'Página do Nordeste' ocupada com informações, fotos do Ceará (anexo 3) e nota da "greve de cortadores de cana, de Goiana-PE".

As reportagens de José Leandro e das notícias do Ceará se destacam em outras páginas, onde são centralizadas as manchetes cearenses, como nas edições 127 e 129 (anexo 3); mesmo porque 'Página do Nordeste' circula apenas entre março e novembro de 1955.

Outro destaque é COLUNA DO CEARÁ, em março de 1963, nº 120. É o primeiro espaço dedicado exclusivamente ao Ceará (o que também ocorreu, na mesma medida, com outros estados, como Bahia, Minas Gerais, Goiás, entre outros).

Na reportagem "CGT pela reforma agrária radical", José Leandro trata da participação do CGT – Comando Geral de Trabalhadores, nas lutas camponesas, conclama os trabalhadores à sindicalização, e para fortalecer a união campo/cidade, lembrando as caravanas que chegam ao interior cearense, em apoio aos trabalhadores rurais³⁵⁰.

As primeiras linhas da reportagem se dirigem aos editores de *Terra Livre*, em forma de agradecimento ao espaço: "A direção de TERRA LIVRE, num gesto louvável, homenageou os 241.468 cearenses de atividades agropecuárias, colocando à sua disposição o espaço ocupado por esta coluna a nosso cargo".

A coluna aparece com esse nome em duas edições do jornal: 120 e 121. As notícias continuam nos números 122, 123 e 124, no mesmo espaço da folha, com as mesmas características, mas sem título. O número 127 é o primeiro a destacar a coluna NOTÍCIAS DO CEARÁ, em outubro e dezembro de 1963. O certo é que as notícias do Ceará estão em todos os números intermediários.

³⁵⁰ Exemplos destas caravanas são comuns, com a presença de líderes sindicalistas urbanos, políticos e líderes estudantis. Vide a concentração em Quixadá, organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a CGT. Estiveram presentes o deputado Blanchard Girão e o Delegado Regional do Trabalho, Olavo Sampaio. Ver: Quixadá: concentração exige reforma agrária e denuncia perseguições, *Terra Livre*, São Paulo, nº 124, jul. 1963, p. 2.

As NOTÍCIAS DO CEARÁ, do nº 127, informando atos violentos contra os camponeses de Canindé, referem-se à influência da imprensa militante, especificamente de *Terra Livre*:

Os jornais não colaboraram, como deviam, tendo sido notada e elogiada a presença de um representante de TERRA LIVRE, único órgão de imprensa que acompanhou os trabalhos. 'Gazeta de Notícias' e 'O Povo' foram os únicos jornais que ainda deram algumas notas. Afora esses, somente as estações de rádio deram a cobertura que era de se esperar de toda a imprensa cearense, inclusive denunciando as violências praticadas no campo³⁵¹.

Em pequena nota, José Leandro enaltece *Terra Livre* entre os trabalhadores; tece crítica à grande imprensa e põe, em relevo, a importância da cobertura radiofônica.

O fato é destacado por José Leandro, é que se sabe do alcance do veículo radiofônico nas camadas populares, para não falar de sua eficácia em termos de difusão do noticiário, porquanto atinge os mais distantes lugarejos, o que não ocorre com os veículos da imprensa escrita.

Temas conhecidos e debatidos são reafirmados: a grande imprensa não dá cobertura desejada aos embates entre camponeses e latifundiários no sertão cearense. Também, é de conhecimento que o rádio propicia amplo espaço de informação, inclusive de apoio às lutas camponesas, sobretudo, a rádio Dragão do Mar, cujo proprietário aparece em fotografia, em *Terra Livre*, distribuindo o jornal (anexo 2). Além disso, é sabido que a efetiva propagação e inserção de *Terra Livre* é feita em meio aos leitores-camponeses. Os veículos da grande imprensa, quando noticiam, como é o caso do *Correio do Ceará*, fazem-no a favor dos proprietários, por exemplo, de César Campos, dono das terras em Canindé, em cujas páginas nega a violência contra os trabalhadores.

Em complementação às informações sobre Canindé, posicionando-se com relação à imprensa, a notícia "Novos crimes em Canindé – silêncio da Igreja favorece latifúndio" enfatiza a participação do rádio, no momento, a serviço da luta camponesa, na denúncia de policiais e suas ações em Canindé, conquanto o noticiário escrito de Fortaleza nega o embate, como o *Correio do Ceará*.

³⁵¹ *Terra Livre*, São Paulo, nº 127 out. 1963, p. 5.

Os fatos sobressaem, à medida do envolvimento do Delegado Regional do Trabalho, Olavo Sampaio, que transporta, a Fortaleza, camponeses feridos e prejudicados pelas ações do latifundiário, na tentativa de divulgar o acontecido e dialogar com as instituições públicas. O representante da DRT cearense “não contou com uma só linha dos jornais locais para denunciar os fatos e arbitrariedades ocorridas. Todos negaram-lhe cobertura, alegando que ‘havia interesses políticos por trás de tudo’”. Tampouco Virgílio Távora, governador do Estado, quis recebê-lo. A tentativa final é a busca da intervenção do líder católico Dom Delgado, que, segundo *Terra Livre*, tem argumentação igual à dos jornais da grande imprensa, daí o título da matéria: “o silêncio da Igreja, deliberado ou não, é uma posição política que favorece aos interesses políticos do latifúndio”.

Em dezembro de 1963, através de COLUNA CEARENSE, é reiterada a crítica à grande imprensa. Desta vez, é tentativa de mascarar a realidade das lutas, violências e tensões dos camponeses cearenses. Nestas palavras de José Leandro:

Não só no Ceará, mas também no sul do país, a imprensa recebe grossa dinheirama para dizer que ‘no Ceará não tem disso não’; que aqui vai tudo bem; que não há greves, não há lutas de rua dos estudantes e operários; que não existe um movimento camponês. Tudo para manter a falsa idéia de que, ‘no Ceará há paz social’³⁵².

Segundo José Leandro, além de má vontade, há certa promiscuidade no noticiário que se vende perante o capital industrial ou latifundiário. No Ceará como no resto do país, é um período de ascenso - de luta e movimento estudantil, operário e camponês. E a aliança entre blocos adquire níveis de organicidade, dia a dia, em atos de solidariedade³⁵³ e de encaminhamento de jornadas de luta articulando as bandeiras que dão significação política à estratégia da aliança estudantil, operária e camponesa.

³⁵² A grossa mentira da paz social no Ceará. *Terra Livre*, São Paulo, nº 129 dez. 1963, p. 5.

³⁵³ Sobre o movimento estudantil na década de 1960 no Ceará, ver: MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de luta*. Ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969). Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 2002 e VASCONCELOS, José Gerardo. *Memórias da saudade: busca e espera no Brasil autoritário*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2000; Para leitura mais geral ver: PIETROCOLA, Luci Gati. *Anos 60/70: o viver entre parêntese – perseguição política aos revolucionários e suas famílias*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1995.

Não obstante estas realidades, os jornais da grande imprensa reservam quase nenhum espaço para as lutas e tensões dos camponeses cearenses. Mais comum é, realmente, a construção ideológica de estado de ‘paz social’ e harmonia entre as classes, aliás, nem há divisão de classes, de acordo com os termos para designar os sujeitos do espaço rural.

José Leandro vai adiante: “nem mesmo como nota paga os jornais cearenses publicam denúncias feitas pelo Pacto Sindical ou pela União Estadual dos Estudantes, ou ainda por qualquer sindicato injustiçado”, ou seja, se o problema é apenas o comprometimento financeiro das empresas, está resolvido, mas o caso é político, por definição, ideológico.

Assim, as referências ao Ceará, entre os anos de 1963 e 1964, somam vinte e quatro notas. No total, são noventa e nove notícias (Anexo 1). Desta forma, mais que a cobertura dos fatos, é localizada nas folhas de *Terra Livre* a produção desses fatos, através de lutas, das questões trabalhistas, das greves, ocupações, enfim, das vitórias, derrotas e conquistas dos camponeses.

Quem diz que acabou o cativo, nunca trabalhou nestas bibocas

Ao contrário da grande imprensa, *Terra Livre*, em matérias do Ceará, trata da migração, em dois diferentes momentos. O primeiro, em decorrência de estadia e relação com os trabalhadores da Serra de Baturité, remete à experiência de migração de um jovem que fora e voltara ao Paraná quatro vezes.

Os escritos de José Leandro tratam de “Como vive e trabalha a juventude do Nordeste”. São camponeses e camponesas que lidam no eito, desde a idade de oito anos, a fim de ajudar no sustento familiar. Entre os entrevistados, Francisca, de treze anos, Macário que ajuda o pai a criar nove irmãos mais novos e, Livino, o jovem migrante que acredita na solução pela organização, à moda “dos operários de São Paulo”, que “fazem um movimento bonito em defesa de seus direitos”.

A fala dos jovens vai revelando um cotidiano de injustiça, miséria, fome, analfabetismo e desesperança. Francisca, ao final do dia, sofre a fadiga de dez longas horas de jornada na agricultura, entretanto, recebe a metade da

quantia de Macário. Ambos não possuem calçados nem roupas apropriadas, não conhecem escola, nunca ouviram falar em circo ou cinema. Assim, descreve a dura realidade dos pequenos camponeses, o correspondente José Leandro.

Em conversa com Livino, deixa transparecer admiração com um jovem que já busca solução para o problema da exploração no campo, pela migração para outra zona rural – Paraná – espaço conflituoso desde a década de 1940³⁵⁴. Trazendo consigo mais que imagens e lembranças das estradas e dos pousos, retorna com certa experiência, “aprende que a vida em outro estado não é diferente”³⁵⁵.

A segunda notícia vem na coluna DE OUTROS ESTADOS. Ao lado da notícia de perseguição aos colonos de café em Maringá, no Paraná; do apodrecimento de produtos agrícolas em Cachoeira dos Índios, em Alagoas, da informação de que Pernambuco só perde na produção de tomates para São Paulo; o título “Ceará – flagelados seguem para Brasília”.

São seiscentos ‘flagelados’ fugindo de Ipu (cidade ao pé da serra de Ibiapaba, região centro-oeste), da seca, da miséria, em busca de trabalho. O informe acrescenta o valor a ser pago pela travessia em paus-de-arara, com todas as despesas por conta dos migrantes. “A maioria dos que partirão para Brasília venderam todos os seus pertences para apurar o dinheiro para a viagem, pois (...) os libertará da fome e das secas”³⁵⁶.

São apresentadas essas referências da migração no Ceará, ao passo que as notas de participação dos camponeses cearenses, em diversos movimentos locais, inclusive em nível nacional transbordam os espaços de *Terra Livre*.

O Ceará se envolve em campanhas nacionais orientadas pelo PCB e pelo *Terra Livre*, na década de circulação do jornal, como no momento do ‘ato

³⁵⁴ Sobre a história das lutas camponesas no estado do Paraná ver: PRIORI, Ângelo. *O protesto do trabalho: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná (1954-1964)*. Maringá: EDUEM, 1996; TONELLA, Celene *et alii*. *As memórias do sindicalista José Rodrigues dos Santos*: Op. Cit. Do mesmo modo os artigos: PRIORI, Ângelo. Trabalho e disputas no campo (Paraná: 1945-1964). *Pós-História*. Assis - SP, v.8, pp. 225-242, 2000 e PRIORI, Ângelo. Legislação social e sindicalismo: um estudo sobre os trabalhadores rurais do norte do Paraná (1956-1963). *Pós-História*. Assis - SP, v.3, pp. 223-227, 1995.

³⁵⁵ Como vive e trabalha a juventude do nordeste. *Terra Livre*, São Paulo, nº 52, 1ª quin. jan. 1955, p. 4.

³⁵⁶ *Terra Livre*, São Paulo, nº 84, jan. 1955, p. 4.

público' de lançamento da “Campanha pela Reforma Agrária” que visa recolher cinco milhões de assinaturas. Participam do ato e assinam a declaração, deputados, advogados, juizes, médicos e outras personalidades.

A campanha compreende parte do que vem ser a representação da sociedade a favor da Reforma agrária. Não se restringe ao campo e invade as cidades. Faz-se a mobilização dos agentes de *Terra Livre*, de trabalhadores rurais, de militantes da esquerda e do centro. Para os camponeses, uma possibilidade de acesso à terra; para os aliados de centro, a única solução de desenvolvimento nacional; a reforma agrária é consenso, mesmo entre os que não a aprovaram anteriormente:

Pesquisas de opinião conduzidas em março de 1964 indicavam que 72% do eleitorado das principais capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza e Curitiba, apoiavam a sua realização³⁵⁷.

A bandeira da reforma agrária, reconhecida como ‘medida legítima e necessária’ ao país, congrega e arregimenta os camponeses para a luta, faz parte de acordos internacionais, é justificativa de golpe de estado, cuja primeira realização se dá com a legalização da reforma agrária (destituída do aspecto social e igualitário) e se transforma no meio capaz de forjar o diálogo entre campo e cidade, principalmente, pela publicização de conflitos e tensões.

Os líderes rurais do Ceará também empreendem esforços, no sentido de fomentar ampla participação da delegação cearense nas conferências e congressos nacionais e regionais, como na Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Norte (CE, PI e MA), no início de setembro de 1954, em preparação da II CNTA – Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, em São Paulo, no mesmo mês.

Também representação do Ceará, no Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, em Belo Horizonte, é garantida. Da missa de abertura, Padre Arquimedes Bruno é celebrante, na Igreja de São José (santo padroeiro do Ceará).

³⁵⁷ GRYSZPAN, Mario. A Questão Agrária o Brasil pós-1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 321.

Segundo *Terra Livre* o sermão do Padre Arquimedes Bruno é como prédica nacionalista, afirma esperança e disposição de luta pela reforma agrária. De acordo com as palavras do religioso: “Nota-se que o anseio do povo está criando uma força irrefreável, agora na luta pela sobrevivência. O que eles [camponeses] querem agora, ou será dado já, ou eles não aceitarão mais morrer de fome”. O Padre fala ainda sobre a extinção dos monopólios da terra e na libertação dos escravos da gleba³⁵⁸.

Nota na quarta página do Suplemento, do nº 124, de julho de 1963, informa as concentrações organizadas pela FALTAC – Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará, em apoio à greve geral convocada pela ULTAB³⁵⁹ e pela CGT para incentivar e apoiar as reformas de base propostas pelo governo João Goulart, principalmente, a reforma agrária.

É evidência de mobilização em 1963. Ao lado da notícia, o correspondente informa, ainda, a crescente mobilização da sindicalização rural, que vem se organizando desde a década de 1950, recorde nesse ano³⁶⁰. Diz José Leandro: “A organização dos homens do campo no estado do Ceará está tomando um impulso nunca visto, nos últimos tempos, a medida que a questão da reforma agrária no Brasil vai ganhando a consciência dos camponeses”³⁶¹, e se aprofunda ainda mais até o golpe civil-militar de 1964.

³⁵⁸ Padre Archimedes: o anseio do povo está criando força irrefreável. *Terra Livre*, São Paulo, nº 105, nov. 1961, p. 6.

³⁵⁹ O Anexo 5 traz a “Nota da ULTAB sobre a crise política”, datada de setembro de 1962. Arquivo Permanente do Estado de São Paulo. DEOPS/SP. OS/1965/Comunismo/vol. 60/ULTAB/(1961-1964).

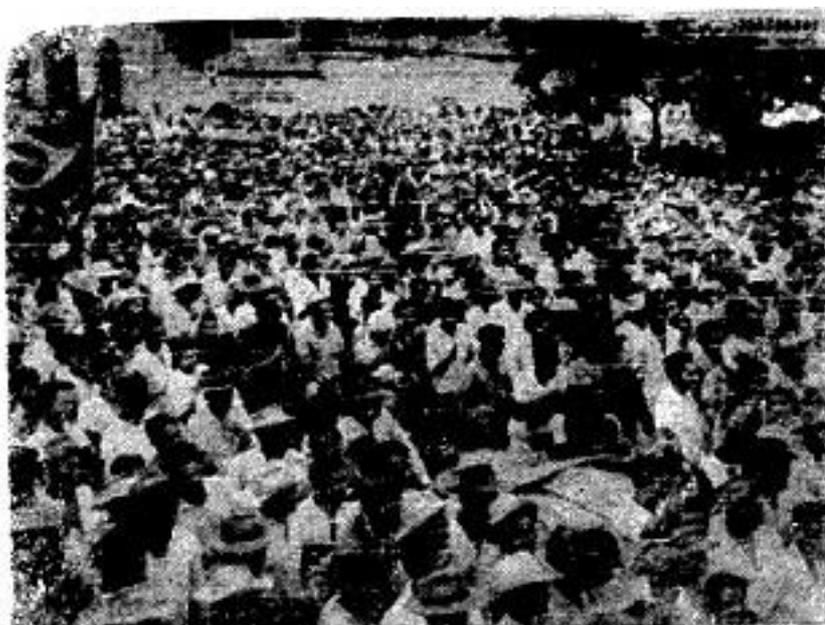
³⁶⁰ Sobre a sindicalização rural do Ceará nas décadas de 1950 e 1960 ver: ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo e. *Igreja, sindicato e a organização dos trabalhadores*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 1991; JOCA, Teresa Helena de Paula. *Resgatando o singular: a memória quase esquecida*. Op. Cit.; MENEZES, Maria de Fátima Gomes. *Análise da participação política do sindicalismo rural no Ceará*. Monografia de Especialização. Fortaleza, UFC, 1997 e OCHOA, Maria da Glória Wormald. *As Origens do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais no Ceará 1954-1964*. Fortaleza: UFC/Stylus, 1989.

³⁶¹ Camponeses de Chaval elaboram grande programa de lutas. *Terra Livre*, São Paulo, nº 104, out. 1961, p. 5.

Na fotografia e legenda a seguir (Foto 10) tem-se a dimensão do que ocorre no estado do Ceará e nos estados do Nordeste³⁶².

Foto 10

Camponeses na luta pelas reformas de base



Concentrações como esta (foto acima), vêm se realizando em todo o Estado do Ceará. Apenas uma repetição do que vem acontecendo em Pernambuco, Paraíba e outros Estados do Nordeste

Fonte: *Terra Livre*, São Paulo, nº 124, jul. 1963, p. 4

A luta que pelo crescimento do sindicalismo rural, no Ceará, fica conhecida como luta de “Cabreiro”. O sítio, no município de Aracati, envolve a FALTAC e camponeses, em contenda que se arrasta por mais de seis anos, e tem, como desfecho, acordo mediado pelo governo estadual. Sucintamente os dados podem ser lidos nos jornais da grande imprensa.

Terra Livre notícia, com certo destaque, o caso. As notícias de Cabreiro aparecem, pela primeira vez, em novembro de 1961: “Posseiros de Cabreiro

³⁶² Camponeses cearenses preparam-se para a greve geral pelas reformas de base. *Terra Livre*, São Paulo, nº 124, jul. 1963, p. 4; Ainda no anexo 5, lê-se a resposta de José Leandro aos chamados da ULTAB e CGT, informando sobre a organização dos camponeses cearenses para a greve geral. Trata-se de um ‘bilhete’ enviado a Lindolfo Silva, então Presidente da ULTAB. O singular neste bilhete é que talvez pra driblar as forças policiais, ele é escrito em folha personalizada da empresa de sociedade limitada de José Leandro. Arquivo Permanente do Estado de São Paulo. DEOPS/SP. OS 1965/Comunismo/vol. 60/ULTAB/(1961-1964).

não arredarão os pés da terra”; depois, na capa e página 8, da edição de julho de 1962: “Posseiros dispostos a luta se Parsifal fracassar”; em agosto desse ano, a última chamada para o caso: “Posseiros de Cabreiro são donos da terra”.

A primeira informação relata a criação da Associação dos Posseiros e Agricultores de Cabreiro, que conta, na fundação, com mais de 200 posseiros, trabalhadores da palha da carnaúba. Na região, são mais de três mil habitantes, cerca de seiscentas famílias. De acordo com o correspondente, as lutas dos posseiros contra os grileiros do Aracati datam de 1930. A cobiça está marcada pela valorização das terras do vale do Jaguaribe.

A diretoria da Associação, composta por posseiros e filhas de posseiras (preenchidos três cargos) tem, na presidência, Américo Silvestre da Rocha que se destaca no caso Cabreiro, como líder da luta, perseguido, em poucos anos, se transforma no presidente da FALTAC, reconhecido pela diretoria da ULTAB diante das recomendações de José Leandro, na época, mediador entre esses órgãos sindicais (anexo 6).

Américo Silvestre é peça central no caso. Devido às agressões contra o líder camponês e à repercussão alcançada, o governo do estado se posiciona e promete desapropriar as terras griladas. A foto de Américo Silvestre e dos graves ferimentos sofridos pela emboscada dos grileiros Vieira Filho e Francisco Gondim é estampada em *Terra Livre* (Foto 11).

A divulgação de atos violentos, como o de Américo Silvestre, cometidos pelos latifundiários e pela polícia local, com apoio, inclusive da administração pública, promove movimentos de solidariedade, nas ruas de Aracati.

É de interesse, a declaração de José Leandro, em autobiografia: a luta de Cabreiro foi um engano. Segundo suas informações, em visita, Padre Arquimedes Bruno, chamado ao local para tentar acordo entre Américo Silvestre e o latifundiário Vieira, percebe que a briga é um equívoco e afirma: “Leandro, o que realmente se passa lá é que o José Vieira é um pequeno camponês, talvez menos que o Américo Silvestre. Eles brigam, mas são dois pequenos proprietários, brigam por causa de limites de terras”³⁶³.

³⁶³ COSTA, José Leandro Bezerra da. Op. Cit., p. 60.

Foto 11

Américo Silvestre e família – a violência do latifúndio



Fonte: *Terra Livre*, São Paulo, nº 112, jul. 1962, p. 8.

A FALTAC tem que “tirar os cavalos da chuva”. Não é possível orientar luta de pequeno camponês contra outro. José Leandro termina dizendo que de tudo fica a lição: “nós não só acertamos, nós erramos também”³⁶⁴. Fica a dúvida sobre os acontecimentos em Cabreiro e desdobramentos.

Divulgou-se, na grande imprensa, e tem destaque em *Terra Livre*, o caso “Oiticica”, em Quixadá. Aparece nas edições de maio, dezembro de 1963

³⁶⁴ Id. Ibid.

e fevereiro de 1964. Pela foto abaixo, tem-se a dimensão do movimento que envolve centenas de trabalhadores, no município de Quixadá.

Foto 12

Luta camponesa em Quixadá



Fonte: *Terra Livre*, São Paulo, nº 122, mai. 1963, p. 6.

É importante lembrar a ação política do jornal e dos líderes sindicalistas, entre os camponeses da Fazenda Oiticica, para essa manifestação. E não só nesse caso, mas, como exemplo, para os demais camponeses em luta e em tempo de mobilização e organização sindical classista, é necessário afirmar: “o conhecimento imediato do acontecimento modifica radicalmente a sua natureza, quando não cria todas as suas peças: é porque se espera que haja muita gente numa manifestação que muita gente de fato vai à manifestação”³⁶⁵.

Em 1963, os sindicatos organizam as lutas desde o começo, diferente do caso anterior, em que a associação é fundada para dar vazão aos descontentes em Cabreiro. Os trabalhadores plantadores de algodão derrotam

³⁶⁵ JULLIARD, Jacques. A Política In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988, p. 184.

o latifundiário Valdevino Cabral, ainda que receba a ajuda das polícias civil e militar.

O que gera a primeira luta dos trabalhadores da localidade é a antecipação de Valdevino, que cobrou a meia do algodão antes dele ser colhido. Segundo *Terra Livre*, Valdevino Cabral está “assombrado com o movimento do sindicato”. Cria-se um jogo de ataque e resistências. Valdevino ataca para demonstrar força; os camponeses reagem na luta por seus direitos; o latifundiário pede ajuda às forças policiais; os camponeses se defendem, recorrendo à justiça; Valdevino volta a contra-atacar, mais se fortalece a união dos camponeses, tanto que, apesar da proibição à assembléia planejada para discutir acordo, cometidas já atrocidades, como espancamento e prisões de camponeses, estes fincam pé e se portam irredutíveis.

A foto exhibe momento de coesão do grupo em busca de direitos usurpados. Os camponeses estão presentes massivamente para evitar a pressão sobre a diretoria do sindicato recém-fundado: “Só tem um jeito! É se juntá todo mundo na reunião, com disposição de não deixá prendê ninguém. Se prendê é todo mundo, e a cadeia não dá...”³⁶⁶.

É bastante eficiente a ação dos camponeses, e a queda de braços é vencida: a polícia não ousa aparecer, tampouco os jagunços de Valdevino. Ele comparece à reunião apenas com o advogado e três filhos. Assinado o acordo, o proprietário sofre derrota: o fim do regime da meia.

Nota de *Terra Livre*, meses depois, em dezembro, anuncia que as perseguições de Valdevino não tinham cessado. Afirma o correspondente que ‘latifundiários’ de Quixadá negam terras para trabalho, no ano seguinte (1964), aos trabalhadores sindicalizados. Como o título da matéria indica, “o tiro saiu pela culatra”, há enxurrada de adesões, talvez em solidariedade aos quase quinhentos camponeses da região que ficaram sem terras para roçar; afinal, se todos fossem sindicalizados, quem trabalharia as roças dos latifundiários?³⁶⁷

Não há limites para Valdevino que se torna cadeira cativa de *Terra Livre*. José Leandro noticia que o latifundiário despede cerca de trezentos camponeses, que ficam sem terra, sem salário, “bloqueados” pelos demais

³⁶⁶ Sindicato rural derrotou a ‘meia’ na fazenda Oiticica, no Ceará. *Terra Livre*, São Paulo, nº 122, mai. 1963, p. 6.

³⁶⁷ Tiro saiu pela culatra. Negar trabalho não adianta: trabalhadores querem sindicatos. *Terra Livre*, São Paulo, nº 129, dez. 1963, p. 5.

latifundiários, que se articulam em classe. Entretanto, atos legais não são o forte do proprietário, com “patrulha de capangas fardados do Estado”, Valdevino Cabral ordena a destruição de casas, colheitas e a morte das criações dos trabalhadores, que “ainda suportam essa situação em obediência ao sindicato, apelando para a justiça...”³⁶⁸.

E, apelando para a justiça, os camponeses são punidos pela repressão do golpe militar, em 31 de março de 1964. A última notícia dá o tom de tensão no Ceará, de resto, no Brasil. Na última matéria que José Leandro envia a *Terra Livre* há um misto de:

Indagação ao futuro: “Essa situação vai continuar? Os latifundiários continuarão manobrando com a Força Policial do Estado contra os sindicatos rurais?”;

de esperança: “os camponeses não recuarão um passo na luta pela reforma agrária e pela sua organização sindical.”;

de energia utópica: “não há força humana nem desumana que detenha essa marcha de camponeses brasileiros. Se os latifundiários usam da violência, pior para eles, pois os camponeses poderão usar também a violência das massas esmagadoras”.

A penúltima parte do texto de José Leandro é demonstrativo da argumentação tática da organização dos trabalhadores, assim como da busca de adesão da sociedade (o povo brasileiro) às justas demandas do campesinato, na luta secular por direitos mínimos:

A violência não partirá, entretanto, dos camponeses nem dos seus sindicatos. Quando se organizam é porque estão procurando o caminho legal. Os latifundiários aplicam a violência passando para a completa ilegalidade e subversão da ordem. Por isto merecem o desprezo e a condenação de todo o povo brasileiro.³⁶⁹

O texto finaliza com o elogio respeitoso ao governador de Pernambuco, Miguel Arrais. Ele “não tem compromisso com latifundiários nem ‘coronéis da cana’”; não usa a polícia do estado para prender camponeses e sindicalistas.

³⁶⁸ Barril de pólvora explodirá agora ou a qualquer momento. *Terra Livre*, São Paulo, nº 131, fev. 1964, p. 4.

³⁶⁹ Barril de pólvora explodirá agora ou a qualquer momento. *Terra Livre*, São Paulo, nº 131, fev. 1964, p. 4.

Justo, por isso, é o nome e a prisão deste governador como manchete na capa do jornal *O Povo*, de 31 de março de 1964.

“Quem diz que acabou o cativoiro, nunca trabalhou nestas bibocas” pretende reverenciar os trabalhadores do Ceará, sem espaço para discutir suas lutas com a sociedade, pelas folhas da grande imprensa, e ousam construir as próprias formas de difusão do vocabulário da luta e do protesto, como em *Terra Livre*, entre outras folhas militantes, no período.

A grande imprensa esquece os camponeses, quando muito é apresentada sua face de migrante, ou seja, uma das facetas de luta e resistência. A realidade discutida, em Cabreiro ou no sítio Oiticica, diz respeito à exploração pela concentração fundiária. De tal forma que trabalhadores e mesmo observadores ou líderes sindicalistas, como José Leandro, acreditam deparar amostras de “escravos da gleba”.

A última manchete de José Leandro, do retrato do Ceará, na edição de fevereiro de 1964: “Barril de pólvora explodirá a qualquer momento”, reflete o momento de tensão no país e no Ceará.

Se a grande imprensa silencia ou desvirtua parte desse momento, em nada diminui a capacidade argumentativa de *Terra Livre*, que se pauta em confronto com a prática jornalística da grande imprensa, inscrevendo-se na tradição da imprensa dos trabalhadores: a palavra como instrumento organizativo e de chamamento à luta social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa e dissertação, espero contribuir nos estudos históricos do Ceará, ciente dos passos dados como pesquisadora, em direção a vasto leque de possibilidades de investigação, no campo da História da Questão Agrária do Ceará, e de seus vários desdobramentos.

Diante da complexidade e abrangência do tema, e da pertinente observação metodológica acerca da provisoriade do conhecimento, dispenso procedimentos rígidos de conclusão ou de afirmações categóricas dos assuntos pesquisados. Apresento nessas considerações finais, breve esboço do meu percurso e das possibilidades de investigação da Questão Agrária e temas correlatos, em face da disponibilidade de fontes e da exigência histórica de maior conhecimento da história das lutas camponesas no Brasil.

A escolha do tema, nos estudos de graduação é devida à pertinência e ao interesse nos periódicos. Na continuação dos estudos de Mestrado, pude notar que, embora no Ceará existam vários trabalhos de excelência sobre a Questão Agrária, lacunas persistiam, ensejando novas abordagens.

Constatarei que, no último período, os trabalhos e programas de pós-graduação, em âmbito local, voltam-se aos movimentos sociais, em que as pesquisas sobre o MST se destacam, o que sugere que “os sujeitos sociais como objetos da imaginação acadêmica”, no dizer de Maria Célia Paoli, precisam muitas vezes ocupar as ruas e a terra, para depois suscitarem estudos e análises.

No campo das Humanidades, as pesquisas mais recentes sobre o golpe de 1964, ditadura militar e conexões, no Ceará, centram a investigação nas cidades: militância estudantil, grupos de luta armada, memórias de militantes urbanos, alvos da repressão, movimento feminino pela anistia, partidos políticos, embates parlamentares e disputas eleitorais, entre outros.

Assim, os estudos da Questão Agrária se impõem como exigência acadêmica e contribuição à melhor compreensão da cidadania incompleta e da ausência de direitos mínimos para a maioria de trabalhadores rurais sem terra no Brasil.

É de se notar também a retomada das análises da dinâmica das lutas por terra e por direitos; das pesquisas abordando as migrações internas como parte da problemática da concentração fundiária, entre outras variáveis; dos estudos que recuperam as memórias esquecidas e as vozes silenciadas, no interior dos duros embates e lutas sociais nas décadas de 1950 e 1960, período abordado neste estudo; da cartografia da construção dos movimentos sociais e das lutas camponesas em confronto com a face violenta do Estado e dos latifundiários, desenhando o mapa dos conflitos e tensões em torno da Questão Agrária.

O campo de pesquisas vem se dilatando, ampliando o escopo interdisciplinar. Ressalte-se que estudos realizados nas diversas regiões do país vêm utilizando e agregando fontes inéditas. O alargamento do repertório de fontes, na Sociologia, Antropologia, Economia Política e História, possibilita a definição de novos temas de estudo no âmbito da História Agrária e da História das Lutas Sociais no Brasil, entre outras áreas.

Deve-se, ainda, reconhecer a atualidade da discussão da Questão Agrária, por meio de movimentos sociais de expressão continental, como os Sem-Terra, no Brasil, os Zapatistas, no México, e a articulação da luta camponesa expressa na Via Campesina, ultrapassando a demanda corporativa de luta pela Reforma Agrária e ampliando sensivelmente sua agenda de reivindicações, na direção da construção de uma plataforma de luta anticapitalista.

Nesta dissertação, o tema é analisado em face da repercussão, na imprensa, do debate da legislação - Decreto da SUPRA e Estatuto da Terra - num contexto marcado pela tensão social e disseminação do medo, a fórmula conservadora para o discurso e práticas anti-comunistas no Brasil de início de 1960. Um dos argumentos forjadores do medo é a polêmica em torno da reforma agrária, cujo projeto de João Goulart apontava para a expropriação de terras. O debate se desenrolou, juridicamente, a partir de 1963, quando as ações eram adjetivadas pela imprensa como “demagógicas” e “radicais”. De outro modo, após o golpe de 1964, a grande imprensa de Fortaleza passou a caracterizar o projeto de Castelo Branco, como “democrático” e “pacificador”, em oposição ao anterior. A discussão envolve diferentes sujeitos, apresentados pela imprensa e, em paralelo, se dá a publicação de conflitos de terra, no

interior do estado, dando a conhecer a violência do latifúndio e a disputa pelo “poder simbólico da palavra”, na imprensa.

A Questão Agrária é analisada, também, à vista do periódico *Terra Livre*, órgão da imprensa militante, que enfrentou, além das dificuldades de circulação, devido às condições de sustentação e à repressão, o desafio de propor estratégias de difusão da imprensa dos trabalhadores no campo, superando impasses, como a baixa escolaridade, o analfabetismo e o baixo poder aquisitivo. Essas estratégias, na prática, viabilizaram a difusão do jornal e a organização camponesa, em Congressos e Encontros, em atas de reuniões de associações e sindicatos, palestras e campanhas, pelo incentivo à criação de grupos de leitores-escutadores, e promoção de concursos de ampliação do público do jornal.

O conteúdo do jornal é apreciado, nas principais seções e colunas, por exemplo, ‘cartas da roça’, poesias e trovas, como valorização da cultura camponesa e de exemplo para a luta, ou seja, a utilização pedagógica, marcada pelo diálogo entre os editores do jornal, correspondentes e o público leitor. Desta forma, compreende-se o *Terra Livre* como instrumento político do PCB e das entidades sob sua direção, como a ULTAB, mas da mesma forma, como instrumento de ação dos camponeses, alcançados por sua palavra.

Importantes também, nesta pesquisa, as fontes orais e lidar com o universo da oralidade. As entrevistas de Vicente Pompeu e José Leandro, com suas “memórias militantes”; versos, repente e cultura camponesa ampliaram o horizonte da pesquisa.

O material coletado e inventariado incorporou tipologia variada de fontes: periódicos, documentos legislativos, Inquéritos Policial Militar, prontuários de polícia, listas e fichas de militantes comunistas presos e/ou procurados, fichas de camponeses ou militantes de células comunistas e de organizações de esquerda destacados para atuação na base camponesa, documentos de sindicatos do interior do Ceará, do Departamento Estadual da Ordem Política e Social de São Paulo e Pernambuco, jornais da imprensa comunista, depoimentos e entrevistas com militantes camponeses. Diante desse inventário - dada a riqueza das fontes - pretendo continuar as pesquisas, agora, com a produção de artigos, ensaios e possível divulgação do acervo documental coletado.

A pesquisa, em acervos de São Paulo e Pernambuco, demonstra a viabilidade de formação de uma rede de estudos, articulando as investigações. O universo empírico das pesquisas sobre os movimentos camponeses deve levar em conta as especificidades das experiências organizativas, em cada região, e observar que elas não se constroem num quadro de isolamento local ou regional. Assim, é provável, por exemplo, que se encontrem, nos acervos de DEOPS, referências aos militantes de distintas regiões, dada a “mobilidade da militância” - fato social constatado ao longo da história dos trabalhadores – e, neste caso, vê-se quão permanentes são as idas e vindas dos dirigentes comunistas, na tarefa organizativa do movimento camponês no Brasil. Assim, é urgente a pesquisa nos acervos disponíveis para consulta, e a pressão para que esses arquivos sejam tornados públicos, para que não prospere o risco de se perderem tantos outros testemunhos de um tempo ainda sem cicatrização.

No Ceará, novos fundos de pesquisa podem estender o leque de investigações, a exemplo do Arquivo da “Associação 64-68–Anistia” (documentos em parte reproduzidos de Pernambuco), e a recente localização de considerável acervo da polícia política atuando no Ceará - objeto de reportagens do jornal Diário do Nordeste, em 2004 - hoje, sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Ceará. Neste caso, ainda classificados como “documentos sigilosos”, com a indicação institucional de próxima abertura à consulta, observadas as regras da legislação.

O “fechamento” à pesquisa dos arquivos da polícia política e a destruição de documentos pelos órgãos de repressão impossibilitam a recuperação de muitas histórias e memórias. Como agravante, tem-se a destruição de documentos, livros, jornais e correspondência pela polícia e, no caso dos militantes perseguidos, também as pequenas e valiosas bibliotecas, jornaizinhos e documentos doutrinários, resoluções políticas das organizações e células partidárias são destruídas ou transferidas de lugar (até mesmo para fora do Brasil), para não cair nas mãos do aparelho repressor.

No entanto, a repressão cuidou, em grande parte, de “fabricar provas”, dando materialidade à criminalização dos ‘subversivos’ - anarquistas, comunistas - assim, nos arquivos, encontramos cartas, telegramas, ofícios, diários escritos na prisão, autobiografias, jornais mimeografados, jornais manuscritos, boletins, resoluções políticas dos coletivos das organizações,

livros da literatura militante e estrangeira (indicando as “travessias atlânticas” e os percursos militantes entre as várias regiões do país), apreendidos pela polícia, e apensos aos prontuários, transformando em “provas de subversão”, o que, para a História das lutas sociais no Brasil, é uma rica produção simbólica dos militantes sociais.

A destruição física dos militantes é concomitante à destruição dos espaços simbólicos e das formas de expressão e de rebeldia. Neste sentido, o material mais visado, pelo Estado e sua polícia, é o da palavra de contestação, que propôs a construção do novo mundo, daí o empastelamento de jornais, destruição de tipografias e redações, como o de *O Democrata*, (jornal comunista publicado em Fortaleza), narrado por Vicente Pompeu.

Essas fontes, antes inacessíveis ao público pesquisador, estão agora (em parte), sob a guarda de arquivos públicos, e podem suscitar o adensamento das pesquisas no campo da História Política, História Social das Idéias, História Social do Trabalho e História Agrária, observando os camponeses, na dimensão de construção do sindicalismo, das lutas sociais, de afirmação enquanto sujeito de ação política.

Entendo que esta dissertação agrega nova contribuição às pesquisas sobre a imprensa dos trabalhadores, em curso desde duas décadas, alargando o campo de estudos e incorporando a análise das formas de comunicação social voltadas à luta camponesa. Assim, a pesquisa nos jornais *Terra Livre*, *A Liga* e *Novos Rumos* firmam minha compreensão acerca da singularidade da comunicação social e de sua significação para agregar importantes elementos de pesquisa, posto que produção de natureza militante.

Esta pesquisa dá a conhecer o jornal *Terra Livre* como documento e memória oferecendo o inventário das lutas camponesas, demonstrando que seu conteúdo possibilita apreender os mais variados níveis de debate, na conjuntura entre meados de 1940 e início da década de 1960.

É de interesse a continuidade da pesquisa em torno desse jornal, na medida em que o recorte metodológico desta dissertação não incluiu a análise de variado conjunto de matérias e temas tratados pelo periódico. No entanto, pela exaustiva leitura, oferecer-se-á brevemente alguns exemplos de assuntos de *Terra Livre*, para outros estudos.

O jornal *Terra Livre* veicula noticiário internacional; níveis de intercâmbio e de reprodução nas seções nacionais e locais do partido comunista, das diretrizes emanadas dos Comitês Centrais; ampla cobertura dos níveis de organicidade do movimento camponês, nas várias regiões do Brasil; os graus de articulação com os partidos políticos (além do PCB); as alianças eleitorais; as pautas e agendas de reivindicação e luta; a realização dos Encontros e Congressos dos Trabalhadores Rurais, demonstrando seu caráter organizativo; os passos dados em relação à formação dos sindicatos; os embates e disputas entre os comunistas e a orientação da Igreja Católica na arregimentação da base camponesa para a formação de sindicatos de trabalhadores rurais.

Além disso, repercutem as alterações, na conjuntura política a partir do registro jornalístico comprometido com a orientação pecebista, dando a conhecer extenso noticiário acerca dos variados graus e distintos mecanismos de violência contra os camponeses, em diversas regiões do país, realizando espécie de “geografia da violência”, em que se denunciam as práticas de grilagem, despejos, expulsões, prisões, entre outras.

Para além do registro impresso em artigos, editoriais, seções de cartas e variadas colunas, o jornal *Terra Livre* utiliza diversos elementos visuais - fotos, charges, história em quadrinhos, o que ao pesquisador constitui outra possibilidade de análise, inclusive, enriquecendo a literatura que trabalha a articulação entre História e Iconografia.

A literatura popular de intervenção social - cordel, trova, poesia, romance, cancionero popular; almanaque, com adágios, anedotas, notas sociais e dicas cotidianas - abre perspectivas de análise de interesse para a história das práticas de leitura entre os trabalhadores e das invenções no campo da cultura do povo. Neste particular, o jornal *Terra Livre* é dos mais significativos como estratégia de “leitura escutada” e formação de grupos de leitura em voz alta, na experiência de auto-aprendizado no universo camponês.

A aliança estratégica, campo e cidade, é tema de forte presença no jornal *Terra Livre* com a divulgação das greves operárias e da ação dos sindicatos urbanos.

O jornal *A Liga*, porta-voz das Ligas Camponesas, apresenta idêntica construção do ponto de vista das seções e temáticas, além de visar a um

público de composição social semelhante, com a diferença de não fazer parte da imprensa sob orientação do Partido Comunista.

No caso de *Novos Rumos*, o cerne dos debates é voltado aos intelectuais militantes do Partido Comunista. Trata também de temas ligados ao campesinato, a exemplo da cultura camponesa, com destaque para a divulgação das poesias e trovas.

Além da imprensa militante, o estudo das subjetividades, das biografias, das histórias de vida, agrega novos elementos às pesquisas e alarga a visão sobre o período da ditadura militar no Ceará, como é o caso desta pesquisa, ampliando temas e atores sociais, desde aqueles tratados, convencionalmente, como centrais, no processo de combate à ditadura - jovens estudantes, jornalistas e intelectuais, sindicalistas urbanos, parlamentares, clero progressista – observando, ainda, as práticas de contestação dos camponeses.

Os anexos desta dissertação constituem em si sugestão da continuidade de pesquisas, muito mais que complemento ou elucidação do texto, embora também cumpram essa função.

A incursão na Questão Agrária, via imprensa empresarial e militante, permite vislumbrar a amplitude do movimento camponês, dantes pouco observada: o mundo da História da Leitura e da Imprensa dos camponeses, concorrendo para firmar novos conhecimentos sobre o movimento camponês cearense, contribuindo com o universo multifacetado da Questão Agrária nacional, por meio do estudo das migrações, do movimento sindical ou da interferência de camponeses em *Terra Livre*, se contrapondo aos que afirmam, para o Ceará, lugar de somenos importância “em nível regional ou nacional”.

Uma última palavra: para chegar até aqui, experimentei um tempo de aprendizagem, em dois anos e meio. Campos diversos se revezaram, sendo percorridos ora isoladamente, ora em parceria, ora de forma orientada; nos congressos, encontros, disciplinas, simpósios; nas viagens, conversas, leituras; nas bibliotecas, arquivos, hemerotecas, corredores; com professores, colegas, entrevistados, poetas, correspondentes, bibliotecários, orientadora; cada momento colaborando para compreender as lutas camponesas, não apenas como objeto de estudo, mas como realidade presente, com repercussões no campo da Memória e da História.

FONTES

Publicações Periódicas

Correio do Ceará, Fortaleza – janeiro de 1963 a dezembro de 1964.

Gazeta de Notícias, Fortaleza – janeiro de 1963 a dezembro de 1964.

O Nordeste, Fortaleza – janeiro de 1963 a dezembro de 1964.

O Povo, Fortaleza - janeiro de 1963 a dezembro de 1964.

Terra Livre. São Paulo - junho de 1954 a março de 1964.

Entrevistas e Depoimentos

Vicente Pompeu da Silva. Entrevista concedida à autora e à Prof^a. Dra.

Adelaide M. Gonçalves Pereira. 14 e 17 de junho de 2003. Fortaleza - CE.

COSTA, José Leandro B. da. Fortaleza, UFC/NUDOC - História Oral, 1984.

SILVA, Vicente Pompeu da. Fortaleza, UFC/NUDOC - História Oral, 1984.

Memórias

BANDEIRA, Lourdes, MIELE, Neide, GODOY, Rosa (orgs.). *Eu marcharei na tua luta!* A vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Segunda parte 1946-1969. 2^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COSTA, José Leandro Bezerra da. *DEPOIMENTO*. Minha Vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil. Fortaleza: IOCE, 1988.

MORAIS, Clodomir dos Santos. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília: IATTERMUND, 1997. Trad. Joaquim Lisboa Neto. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *História e Natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

- SILVA, Lyndolpho. A construção da rede sindical rural no Brasil pré-1964. *Estudos, Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, nº 2, pp. 67-88, junho de 1994. Entrevista concedida a Luiz Flávio Carvalho Costa, em 02 de abril de 1990.
- TONELLA, Celene et al. *As memórias do sindicalista José Rodríguez dos Santos*. As lutas dos trabalhadores rurais do Paraná. Maringá: EDUEM, 1999.
- WELCH, Cliff, Sebastião, G. *Lutas Camponesas no Interior Paulista*. Memórias de Irineu Luís de Moraes. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Documentos

- BRASIL. Art. 141 - Constituição 1946. BRASIL. *Constituições do Brasil: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986.
- BRASIL. Comissão Nacional de Política Agrária. *Reforma Agrária no Brasil: estudos e projetos*. Rio de Janeiro: Ed. Guarany, 1956.
- BRASIL. Decreto nº 53.700 de 13 de março de 1964. (Decreto da SUPRA).
- BOBBIO, Pedro Vicente e PEREIRA, Geraldo Emygdio. *LEX Coletânea de Legislação*. Legislação Federal e Marginália. São Paulo: LEX Ltda Editora, 1964. Tomo I.
- BRASIL. *Emenda Constitucional nº 10, de 10 de novembro de 1964*.
- BRASIL. IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. *Anteprojeto do Plano de Reforma Agrária da Área Prioritária de Emergência do Ceará*. Rio de Janeiro: S.e., 1968.
- BRASIL. Lei nº 4.214 de 02 de março de 1963. (Estatuto do Trabalhador Rural). BOBBIO, Pedro Vicente e PEREIRA, Geraldo Emygdio. *LEX Coletânea de Legislação*. Legislação Federal e Marginália. São Paulo: LEX Ltda Editora, 1963. Tomo I.

- BRASIL. Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. (Estatuto da Terra). INCRA – Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária. *Legislação Agrária*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1972, pp. 181 -237.
- BRASIL. SUDENE. DRH. UFPE. UFPB. *Dinâmica das microrregiões de intensa atividade migratória*. Vol. 1. Recife: SUDENE, 1980.
- COM ESTATUTO da Terra o Brasil ultrapassa os limites da simples reforma agrária. *Gleba. Órgão da Confederação Nacional da Agricultura*. Rio de Janeiro, Arte Moderna, n. 133-136, pp. 31-38, mai./ago. 1966.
- Documentos AESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo: DEOPS São Paulo.
- Documentos APEJE – Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano: DEOPS Pernambuco.
- JULIÃO, Francisco (editor). *Jornal A Liga. Ligas Camponesas outubro 1962 – abril de 1964*. México: CIDOC, 1969. (Cuadernos, nº 27).
- MAYER, D. Antônio de Castro et al. *Reforma Agrária*. Questão de consciência. São Paulo: Vera Cruz, 1960.
- PEREIRA, Luis Crescêncio. Cearenses a morte dos seringais. *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 11 jan. 1964, p. 4.
- RANGEL, Maria do Socorro, SOUZA, Enilce Lima C. de, FESTI, Ricardo (orgs.). *Catálogo do DEOPS-PE (Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano) com ênfase na Questão Agrária*. Campinas, 2004, mimeo.

BIBLIOGRAFIA GERAL

Livros

- ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. (Descobrimos o Brasil).
- AGGIO, Alberto, BARBOSA, Agnaldo, COELHO, Hercília. *Política e sociedade no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Annablume, 2002.

- AGUIAR, Flávio (org.). *Com palmos medida*. Terra, trabalho e conflito na literatura brasileira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 1999.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *As lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. O exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.
- ARARIPE, J. C. Alencar. *Nordeste, pão e água*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1959. (Parte VII – Seca, fermento de incontrolável agitação social).
- AUED, Bernardete Wrublevski. *A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro - PCB - e Ligas Camponesas 1955-64*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1986.
- AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos sobre o Nordeste; v. 14).
- BARREIRA, César. *Trilhas e Atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BENEVIDES, Cezar. *Camponeses em marcha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. 10ª ed., Petrópolis: Vozes, 1986.
- CALDART, Roseli Salete. *Sem-terra com poesia: a arte de re-criar a história*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. A poesia como forma de comunicação dos Sem-Terra no Rio Grande do Sul. In: GOMES, Pedro G., BULIK, Linda, PIVA, Márcia C. (orgs.). *Comunicação: memória e resistência*. São Paulo: Paulinas/UCBC, 1989, pp. 247-257.
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A Questão Agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Sociedade e política (1930-1964); Livro primeiro – Processo político, Capítulo III.

- CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. 3ª ed., São Paulo: Duas Cidades, 1975.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim, PRADO, Maria Lígia. *O Bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal. O Estado de São Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1980.
- _____. *A Imprensa na História do Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994. (Coleção Repensando a História).
- CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: _____ (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARNEIRO, Maria Luiz Tucci, KOSSOY, Boris (orgs.). *A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Arquivo do Estado, 2003. (Série Labirintos da Memória).
- CARVALHO, Gilmar de. *Patativa do Assaré*. Antologia Poética (Prefácio). Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2001.
- _____. *Patativa do Assaré: Pássaro Liberto*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2002a.
- _____. *Patativa Poeta Pássaro do Assaré*. 2ª ed., Fortaleza: Omni Editora Associados, 2002b.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHEVITARESE, André Leonardo (org.). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta*. Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.
- DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- DREIFUSS, René Armand. 1964. *A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1986.

- ENGELS, F, MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ESTRELA, Ely de Souza. *Os Sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP/ Fapesp/ Educ, 2003.
- FAJARDO, Elias. *Em julgamento a violência no campo*. Petrópolis: Vozes/FASE, 1988.
- FEITOSA, Luiz Tadeu. *Patativa do Assaré. A trajetória de um canto*. São Paulo: Escrituras, 2003. (Coleção Ensaios Transversais).
- FERNANDES, Otávia. *A Questão Agrária no Brasil. Ensaio sobre as lutas sociais no meio rural*. Belo horizonte: Sinpro-MG, 1997.
- FERREIRA, Marieta Moraes de et al. *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CPDOC, 2000.
- FIGUEIREDO FILHO, J. *Patativa do Assaré. Novos poemas comentados*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1970.
- FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 39).
- GIRÃO, Blanchard. *Só a armas calaram a Dragão*. Fortaleza, ABC Editora, 2005.
- GONÇALVES, Adelaide. Imprensa dos trabalhadores no Ceará: história e memórias. In: SOUSA, Simone de (org.). *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000.
- _____. *O Ceará Socialista. Anno 1919*. Florianópolis: Insular; Fortaleza: EDUFC, 2001.
- _____. Leitores operários cubanos nos tempos de Martí. In: GONÇALVES, Adelaide, SECRETO, Maria Verônica (comps.). *José Martí. O mundo dilata-se (1853-1895)*. Fortaleza: Expressão Gráfica; Edições A CASA, 2003. (Série Exposições; 2).
- GONÇALVES, Adelaide, BRUNO, Allyson (orgs.). *O Trabalhador Graphico*. Fortaleza: EDUFC, 2002. (Edição fac-similar).
- _____, _____. Imprensa dos trabalhadores: fonte, documento e memória social In: VASCONCELOS, José Gerardo, MAGALHÃES JUNIOR, Antônio Germano (orgs.). *Linguagens da História*. Fortaleza: Imprece, 2003. (Coleção Diálogos Intempestivos, 7).

- GRYNSZPAN, Mário. A Questão Agrária, o Brasil pós-1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 315-348. (O Brasil Republicano; v. 4).
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos Brasileiros, vol. 24).
- HOBSBAWM, Eric J. *Rebeldes primitivos: estudos sobre as formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.
- IGLESIAS, Francisco. *Constituintes e Constituições brasileiras*. 4ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1987. (Tudo é História, 105).
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense. (Col. Tudo é História, 13).
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2000.
- JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988.
- KUNZ, Martine. *Cordel: A voz do verso*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2001. (Coleção Outras Histórias, 6).
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2ª ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. Possibilidades da história comparada no Brasil. A história agrária como uma experiência de pesquisa. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.
- LINHARES, Maria Yedda, SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira*. Combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____, _____. *Terra Prometida: uma questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.
- _____. *Expropriação e Violência*. A questão política no campo. 3ª ed., São Paulo: HUCITEC, 1991.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *A questão da Reforma Agrária*. Recife: CPDA/EIAP/FGV, 1979. (Texto para discussão do grupo “Movimentos Sociais no Campo”. Projeto de intercâmbio de pesquisa social em agricultura).
- _____. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- _____. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: MORAES, João Quartim, DEL ROIO, Marcos (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol. IV. São Paulo: Unicamp, 2000.
- MELLO, José Octávio de Arruda. *1964: a dimensão global* (formação do movimento brasileiro de 64). João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997.
- MELO NETO, João Cabral. *Morte e vida Severina*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record/Altaya, 1996. (Mestres da Literatura Contemporânea, 37).
- MINC, Carlos. *A reconquista da terra: Estatuto da Terra, lutas no campo e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- MORALES, Lúcia Arrais. *Vai e vem, vira e volta*. As rotas dos soldados da borracha. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.
- MOURA, Hélio Augusto. *Nordeste: migrações inter e intra-regionais no período de 1960-1970*. Recife: SUDENE/DRH/DM, 1975.
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Assassinatos no Campo - crime e impunidade 1964-1986*. São Paulo: Global, 1987.
- MUSUMECI, Leonarda. *O mito da terra liberta. Colonização espontânea, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental*. São Paulo: Vértice; Brasília: ANPOCS, 1988.
- NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: secas e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000a.
- _____. A seca na história do Ceará. In: SOUZA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha. 2000b, pp. 76-102.

- NEVES, Frederico de Castro, SOUZA, Simone de (orgs.). *Seca*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002. (Coleção Fortaleza: história e cotidiano).
- NOBRE, Geraldo S. *Introdução à História do Jornalismo Cearense*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974.
- OCHOA, Maria da Glória Wormald. *As Origens do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais no Ceará 1954-1964*. Fortaleza: UFC/Stylus, 1989. (Coleção Estudos Históricos, nº 5).
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- OLIVEN, Ruben George. *Violência e Cultura no Brasil*. 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1989.
- PAIVA, Marcelo W. *Reforma Agrária – Necessidade Urgente*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: o direito ao passado. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.
- PARENTE, Francisco Josênio C. O Ceará dos coronéis (1945-1986). In: SOUZA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000, p. 396-397.
- POLI, Odilon. *Leituras em Movimentos Sociais*. Chapecó: Grifos, 1999.
- PRIORI, Ângelo. *O protesto do trabalho: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná (1954-1964)*. Maringá: EDUEM, 1996.
- RÉBÉRIOUX, Madeleine. Os lugares da memória operária. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. (Descobrimo o Brasil).
- RÉMOND, René. Do político. In: _____ (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- _____. O retorno do político. In: CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (org.). *Questões para a História do Presente*. Bauru: Edusc, 1999.

- RICCI, Rudá. *Terra de ninguém. Representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999. (Coleção Teses).
- RIOS, Kênia Sousa. *Campos de Concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2001.
- RODRIGUES, Edgar. *Pequena História da Imprensa Social no Brasil*. Florianópolis: Insular, 1997.
- RODRIGUES, José Honório et al. *A Imprensa como Fonte Histórica. Jornalismo*. São Paulo: USP, 1970.
- SANTOS, Raimundo. *Questão agrária e Política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: EDUR, 1996.
- SEGATTO, José Antonio. *Breve História do PCB*. 2ª ed., Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e Anarcossindicalismo*. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios, 117).
- SILVA, Emiliana Andréo da. *O despertar do campo: lutas camponesas no interior do Estado de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2003. (inventário DEOPS, 8 – geopolítica do controle).
- SILVA, José Graziano. *O Que é Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- STÉDILE, João Pedro. *Questão Agrária no Brasil*. 8ª ed., São Paulo: Atual, 1997a.
- _____ (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997b.
- _____ (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. (Parte I - O debate no PCB).
- STÉDILE, João Pedro e GÖRGEN, Sérgio. *A Luta pela Terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1993.
- STEFANIAK, Jeaneth Nunes. *Propriedade e função social: perspectivas do ordenamento jurídico e do MST*. Ponta Grossa: UEPG, 2003.
- TAVARES JÚNIOR, Luiz. Patativa: um cordelista revisitado. In: ASSARÉ, Patativa. *Cordéis*. Fortaleza: EUFC, 1999. (Coleção Nordeste, 9).

- THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- _____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a. (vol. 1).
- _____. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.
- _____. *As peculiaridades dos ingleses*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1993.
- TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. *O rural no cinema brasileiro*. São Paulo: UNESP, 2001.
- VARELLA, Marcelo Dias. O MST e o direito. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 189-208.
- VASCONCELOS, José Gerardo. *Memórias da saudade: busca e espera no Brasil autoritário*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2000.
- VEIGA, José Eli. *O Que é Reforma Agrária*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos; 9).
- VIDAL, Márcia. *Imprensa e poder: o I e o II veterados (1963/1966 e 1979/1982) no jornal O Povo*. Fortaleza: Secult, 1994. (Coleção Teses Cearenses, 5).
- VINHAS, M. *Problemas agrários - camponeses do Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro: s/e, 1972.
- WOORTMANN, Ellen, WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Ed. UNB, 1997.
- ZUMTHOR, Paul. *Performance, Recepção, Leitura*. São Paulo: EDUC, 2000.

Teses e Dissertações

- ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo e. *Igreja, sindicato e a organização dos trabalhadores*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 1991.
- ARAÚJO, Roberto Chaves. *Classes sociais, Estado e legislação trabalhista rural 1954-1963*. Dissertação de Mestrado. Recife, UFPE, 1996.
- BRUNO, Regina Ângela Landim. *O ovo da serpente*. Monopólio da terra e violência na Nova República. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 2002.
- CAMARGO, Aspásia. *Brésil, Nord-est: mouvements paysans et crise populiste*. Thèse de 3^{ème} cycle. Paris, École Pratique des Hautes Études, 1973.

- CHAIA, Vera Lúcia Michalany. *Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul - SP (1959-1969)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1980.
- CHAVES, Maria de Fátima Araújo. *Trajectoria histórica do movimento sindical de trabalhadores rurais na região de Crateús – Ceará 1964-1970*. Dissertação de Mestrado. Recife, UFPE, 2001.
- COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. *O PCB e a questão do sindicalismo rural 1954-1964*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1990.
- DUARTE, Suely Graça. *O pecado da fome. A função da religião na consciência camponesa*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 1985.
- FALEIROS, Maria Isabel Leme. *Percursos e percalços do PCB no campo (1922-1964)*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1989.
- FERREIRA, Eudson de Castro. *Posse e propriedade. A luta pela terra em Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 1984.
- FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 2002.
- GRYNSPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-64)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ, 1987.
- JAGUARIBE, Ana Elisabete Freitas. *Labaredas no ar: a rádio Dragão do Mar e o cotidiano de Fortaleza (1958-1964)*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 2005.
- JOCA, Teresa Helena de Paula. *Resgatando o singular: a memória quase esquecida. Sindicato, organização e política. Sindicalismo rural no estado do Ceará (1950-1964)*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 1987.
- KAUCHAKJE, Samira. *Movimentos Sociais na Academia: um olhar sobre as teses e dissertações produzidas na UNICAMP e USP entre 1970-1995*. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 1997.
- MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de luta. Ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969)*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 2002.
- MAIA, Mônica Emanuela Nunes. *“A necessidade e o chicote”: seca e saque em Limoeiro do Norte (1950-1954)*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 2005.

- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 1995.
- MENEZES, Maria de Fátima Gomes. *Análise da participação política do sindicalismo rural no Ceará*. Monografia de Especialização. Fortaleza, UFC, 1997.
- MURAMATSU, Luiz Noboru. *As Revoltas do Capim. (movimentos sociais-agrírios no Oeste Paulista) 1959-1970*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1984.
- NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma*. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1987.
- PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos cruzados: a migração para São Paulo e os dilemas da construção do Brasil moderno nos anos 1930-1950*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 2000.
- PEDROZA, Manoela da Silva. *Terra de Resistência*. Táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-1968). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRS, 2003.
- RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da morte; Esperança da vida*. A História das Ligas Camponesas na Paraíba. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 2000.
- REGIS, Iza Luciene Mendes. *Luz, Câmera, Sertão: bravura e fé na cinematografia cearense*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 2003.
- SÁ, Filadelfo Tavares de. *Lutas de interesses entre os engenhos e a usina e seus reflexos sobre a pequena produção da lavoura canavieira do Cariri cearense - um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 1988.
- SANTOS, Jovelina Silva. *Círculos Operários no Ceará: "Instruindo, educando, orientando, moralizando" (1915-1963)*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 2004.
- SILVA, Luiz Rogério Oliveira da. *Luta pela terra em São José da Boa Morte: participação política e representação social no cotidiano dos lavradores (1960-1964)*. Dissertação de Mestrado. Assis, UNESP, 1994.
- SOUZA, Enilce Lima Cavalcante de. *A Questão Agrária no Ceará em 1964*. Monografia de Graduação. Fortaleza, UECE, 1998.

STEIN, Leila de Menezes. *A construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954-1964)*. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 1997.

TAPIA, Jorge. *Capitalismo e questão agrária*. Um estudo sobre as alternativas para a reforma agrária no Brasil 1946-1964. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 1986.

Artigos

ANDRADE, Maria do Carmo, SANTOS, Emanuel José dos. Reforma Agrária: uma bibliografia. *Ciências e trópicos*. Recife, v. 25. pp. 129-201. jan-jun, 1997.

BARROS, Haidine da Silva. O Cariri cearense. O quadro agrário e a vida urbana. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano XXVI, pp. 63-106, outubro-dezembro de 1964.

BERTOL, Rachel. Como os sem-terra se inventaram pela mídia: a novidade social nos anos 90. *Estudos Históricos: mídia*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, nº 31, pp. 3-23, 2003.

BORGES, Maria Eliza Linhares. A diáspora dos trabalhadores rurais mineiros: direitos civis e cidadania. *Varia Historia*. Belo Horizonte, n. 15, pp. 87-101, mar. 1996.

BORGES, Thomaz Pompeu Accioly. Coletânea de citações sobre reforma agrária ou problema da terra. *Reforma Agrária*. Campinas, v. 4, n. 5/8, pp. 11-26, mai./ago. 1974.

BOTOSSO, Marcelo. A guerrilha rural no Brasil pós 1964. *Estudos de História. Revista do curso de pós-graduação em história*. Franca, UNESP, v. 8, n. 1, pp. 31-40, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Histórias de lutas entre camponeses de arroz. *Cadernos do CERU - Centro de Estudos Rurais e Urbanos*. São Paulo, n. 19, pp. 117-125, jun. 1984.

- BRUNO, Regina. Le Statut de la Terre: entre conciliation et confrontation. In: ABRAMOVAY, Ricardo (org.). *Le Statut de la Terre (30 ans de Questions Agraires au Brésil)*. *Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris, numéro spécial, pp. 33-62, 1995.
- CALLADO, Antônio. O despertar nordestino. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n. 11, pp. 131-147, junho de 1961.
- CHONCHOL, Jacques. Le contexte idéologique des réformes agraires en Amérique Latine dans les années 60. In: ABRAMOVAY, Ricardo (org.). *Le Statut de la Terre (30 ans de Questions Agraires au Brésil)*. *Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris, numéro spécial, pp. 29, 1995.
- DIAS, Luiz Antônio. O poder da Imprensa e a Imprensa do poder: a Folha de São Paulo no Golpe de 64. *Pós-História - Revista de Pós Graduação em História*. Assis, UNESP, v. 2, 1994.
- DIAS, Wagner Venceslau. Redes de dominação e conflitos no campo: uma problematização da análise sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). *Plural*. São Paulo, USP, n. 4, pp. 107-124, 1º sem. 1997.
- DOMINGOS, Manuel. Os poderosos no sertão. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 30, n. 1/2, pp. 58-71, 1999.
- DUARTE, Adriano Luiz. Os sentidos da comunidade: notas para um estudo sobre bairros operários e identidade cultural. *Trajetos. Revista do Prog. de Pós-Graduação em História Social e do Dep. de História da UFC*. Fortaleza, Dep. História da UFC, v. 2, n. 2, pp. 103-113, 2002.
- EVELYN, Suzanna Sochaczewski. E a festa, onde foi parar? *Travessia. Revista do Migrante. Migrantes Sazonais*. São Paulo, CEM, nº 1, 1988.
- FEDER, Ernest. A função social da terra e a pobreza rural na América Latina: a reforma agrária é realmente prejudicial para os camponeses? *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 16, pp. 1-30, dez. 1971.
- FERNÁNDEZ, Antonio João Castrillon. Violência e reforma agrária: um estudo dos mecanismos de controle social no campo mato-grossense. *Humanas. Revista IFCH-UFRS. Dossiê: Violências*. Porto Alegre, v. 22, n. 1/2, pp. 237-260, 1999.

- FERREIRA, Marieta Moraes de. A nova 'Velha História': o retorno da História Política. *Estudos Históricos: Teoria e História*. Rio de Janeiro, FGV, nº 10, 1992.
- GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. As representações sobre os migrantes mineiros na imprensa francana (1960-1980). *Estudos de História. Revista do curso de pós-graduação em História*. Franca, UNESP, v. 2, n. 1, pp. 73-84, 1995.
- GONÇALVES, Adelaide. Trabalhador lê? *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 34, n. 1, pp. 59-72, 2003.
- GONÇALVES FILHO, José Moura. A memória da casa e a memória dos outros. *Travessia. Revista do Migrante. Memória*. São Paulo, CEM, nº 32, 1998.
- GOVERNO entrega R\$ 545 mil de indenizações a 23 ex-presos políticos. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 02 nov. 2005, p. 10.
- GUERRA, Antônio Teixeira. Os solos e a reforma agrária no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano XXVI, nº 1, pp. 129-136, jan./mar. 1965.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Cidadania e exclusão social: a história dos Soldados da Borracha em questão. *Trajetos. Revista do Prog. de Pós-Graduação em História Social e do Dep. de História da UFC*. Fortaleza, Dep. História UFC, v. 1, n. 2, Jun. 2002.
- IURKIV, José Erondy. Alguns olhares sobre o campo. *Esboços*. Florianópolis, v.6, n.6, p. 49-54, 1998.
- JACQUET, Christine. A reestruturação da agricultura cearense: notas sobre a alteração das condições de reprodução do pequeno campesinato. *Dados. Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, IUPERJ, vol. 43, nº 4, 2000.
- KOSHIYAMA, Alice Mitika. O jornalismo e o Golpe de 64. *Intercom - Revista Brasileira de Comunicação - Comunicação Rural*. São Paulo, Loyola, nº 59, 1988.
- LEITE, Edgard Teixeira. O problema da terra no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, Ano XXI, nº 2, pp. 127-146.
- MARCONDES, J. V. Freitas. O regime da propriedade da terra e a reforma agrária no Brasil. *Sociologia*. São Paulo, n. 1, pp. 123-133, março 1964.

- MARTINS, José de Souza. Ministério de Assuntos Fundiários; o quartel da terra. *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 83, pp. 38-43, jan./fev., 1983.
- _____. Migrações temporárias. Problema para quem? *Travessia. Revista do Migrante. Migrantes Sazonais*. São Paulo, CEM, nº 1, 1988.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Le Statut de la terre et les luttes des paysans brésiliens. In: ABRAMOVAY, Ricardo (org.). *Le Statut de la Terre (30 ans de Questions Agraires au Brésil)*. *Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris, numéro spécial, pp. 63-78, 1995a.
- _____. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. *Estudos, Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 4, pp. 50-65, julho 1995b.
- _____. Dimensões políticas da violência no campo. *Tempo*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, pp. 126-141, abr. 1996.
- MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. Estrutura Agrária: protesto e alternativas na poesia popular do Nordeste. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, vol. XI, nº 1-2, pp. 29-61, 1980.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. Memória de infância de homens e mulheres camponeses. *Trajeto. Dossiê: História, Memória e Oralidade. Revista do Prog. de Pós-Graduação em História Social e do Dep. de História da UFC*. Fortaleza, Dep. História da UFC, v. 2, n. 3, pp. 185-207, 2002.
- NEVES, Lafaiete Santos. A violência no campo. *História: Questões & Debates. Rev. da APAH – Assoc. Paranaense de História*. Curitiba, v. 1, n. 1, pp. 63-71, nov. 1980.
- PASTORE, José. Conflito e mudança social no Brasil rural. *Sociologia*. São Paulo, n. 4, pp. 259-272, dezembro 1962.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC, vol. 5, nº. 10, 1992.
- PRIORI, Ângelo. Legislação social e sindicalismo: um estudo sobre os trabalhadores rurais do norte do Paraná (1956-1963). *Pós-História*. Assis, UNESP, v.3, pp. 223-227, 1995.
- _____. Trabalho e disputas no campo (Paraná: 1945-1964). *Pós-História*. Assis, v. 8, pp. 225-242, 2000.

- RICCI, Rudá. Terra de Ninguém: O Sistema Confederativo Rural em Crise. *Revista da ABRA*. Vol. 24, nº 1, Jan/Abr 1994.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. Formes de domination et syndicalisme rural au Brésil. In: CHONCHOL, Edy Ferreira de (org.). *Les organisations en milieu rural: patronat et paysannerie. Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris, nº 18, pp. 40-41, juin 1992.
- SANTOS, Luiz Antônio C. A radicalidade de 'Os Parceiros do Rio Bonito'. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, EDUSC/ANPOCS, vol. 17, nº 49, junho/2002.
- SANTOS FILHO, José dos Reis. Condição e resistência camponesa: práticas de construção e demolição da heteronomia da vontade do trabalhador rural. *Perspectiva, Revista de Ciências Sociais*. São Paulo, v.11, pp. 65-82, 1988.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Abrindo os marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais. *Caderno CRH*. Salvador, nº 28, pp. 59-79, jan./jun. 1998.
- SCHULMAN, Sam. El reconocimiento del papel del campesino en la reforma agraria. *América Latina*. Rio de Janeiro, n. 3, pp. 75-87, jul./set. 1966.
- SCOTT, James C. Formas Cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*. Campina Grande, UFCG, nº 9, pp. 15-43, 2003.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, LINHARES, Maria Yedda L. Região e História Agrária. *Estudos Históricos: História e Região*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, pp. 17-26, 1995.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon, COLLINS, Jane. Trad. WROBEL, Fanny. A idiotia da vida rural. *Dados. Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 25, nº 2, pp. 209-227, 1982.
- SORJ, Bernardo. A reforma agrária em tempos de democracia e globalização. *Novos Estudos*. São Paulo, CEBRAP, nº especial 50, pp. 23-40, março de 1998.
- STEPHANOU, Alexandre Ayub. A censura na primeira fase (1964/1968) do Regime Militar. *Histórica. Revista da Assoc. dos Pós-Graduandos em História – PUCRS*. Porto Alegre, APGH-PUCRS, nº 5, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1 – Quadro de Notícias sobre o Ceará no *Terra Livre*

TERRA LIVRE, São Paulo, 1954-1964. **ÍNDICE DESCRITIVO DOS ASSUNTOS RELACIONADOS AO CEARÁ.** *Destaque para: as reportagens enviadas por José Leandro (correspondente do jornal no Ceará) veiculadas nas “Páginas do Nordeste”, na “Coluna do Ceará”, entre outros espaços; as seções “Sindicatos e Associações Rurais”, “Cartas da Roça” e “Recebemos sua Carta”, “Vida de Terra Livre”, nos suplementos especiais, seções “do Nordeste” e “Notícias do Ceará”; além de fotos, os versos de Patativa do Assaré.*

<i>Título</i>	Terra Livre
<i>Sub-título</i>	“A terra para os que nela trabalham” – incluído como tal, a partir do nº 61 (1ª quinz. Fev. 1956)
<i>Ano de publicação</i>	Ano V ao XIV. De 1954 (2ª quinz. de jun./1ª quinz. de jul.) a 1964 (mar. 1964)
<i>Local</i>	São Paulo - SP
<i>Editores/ Diretores</i>	Oswaldo R. Gomes (até o nº 54 - 2ª quinz. Mar. 1955) Declieux Crispim Sobrinho (diretor responsável) (do nº 55 - 2ª quinz. Abr. 1955 a nº 117 – dez. 1962) Sosthenes Jambo – Diretor Executivo (assume a direção do nº 99, mai. 1961 até 1964) Heros Trench (a partir do nº 118 – jan. 1963 até o nº 132 – mar. 1964)
<i>Formato</i>	Variou entre 4, 6, 8 e 12 páginas
<i>Números editados</i>	44 ao 132
<i>Números ausentes</i>	63 – mar./1956; 79 – set./1958; 83 – dez./1958; 91 – mai./1960; 109 e 110 – mar.; abr. e mai./1962; 115 – out./1962; 125 e 126 – ago. e set./1963
<i>Obs</i>	<p>1) Estão disponíveis: 88 números; destes, 46 possuem alguma referência ao Ceará, inclusive poesias do Patativa do Assaré</p> <p>2) A coleção inclui suplementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - nº 113 (ago. 1962) Suplemento/ Seção de publicidade (2p); - nº 119 (fev. 1963) Suplemento Especial (8p); - nº 122 (mai. 1963) “5 de maio de 1949 a 5 de maio de 1963” Suplemento de Aniversário (8p); - nº 124 (jul. 1963) Suplemento Nordeste (8p); - nº 127 (out. 1963) Suplemento (8p); - nº 129 (dez. 1963) Suplemento Especial (8p); - nº 131 (fev. 1964) Suplemento Especial (8p); - nº 132 (mar. 1964) Suplemento Especial (4p); <p>3) Alguns exemplares possuem corte /mutilação na lateral esquerda</p>

Título				
1. Ônibus e trens a caminho de São Paulo – <i>(dados das conferências regionais – inclui dados do Ceará)</i>		2ª quin. ago. /54	47	01
2. “As moças do Ceará trabalham para organizar os trabalhadores agrícolas” <i>(foto pequena com legenda)</i>				02
3. Camponeses do Ceará organizam-se para lutar contra o flagelo da fome		1ª quin. set. /54	48	03
4. A Comissão Permanente de Organização <i>(com nomes de cearenses)</i>				03
5. Ganham 10 cruzeiros por dia e não têm uma camisa para vestir – <i>(em Guaraciaba do Norte – do corresp.)</i>				03
6. Candidato dos camponeses cearenses– Jesus Batista de Oliveira				06
7. “De fazenda em fazenda foi preparada a Conferência” <i>(inclui Ceará)</i>		2ª q. set./ 1ª q. out./54	49	06
8. “Lavoura de pobre não tem valor” <i>(Iguatu) - Fco. Chagas Rosa</i>	CARTAS DA ROÇA	2ª q. out/ 1ª q. nov/54	50	02
9. Reina a miséria nos lares dos trabalhadores rurais do Ceará– José Leandro		2ª quin. dez/54	51	03
10. FOTO – <i>Trabalhadores rurais de Baturité com legenda</i>				04
11. Como vive e trabalha a juventude do Nordeste <i>(reportagem de José Leandro – com foto e legenda)</i>		1ª quin. jan./55	52	04
12. Agente no Ceará <i>(aumento de vendas, etc)</i>	VIDA DE TL	1ª. Quinz. mar. /55	53	02
13. Ampla união de forças pelo progresso do Brasil <i>(nota convocando Ato público em 1º de março de 1955 – assinantes do Ceará)</i>				03
14. “A miséria mata os filhos das apanhadeiras de café <i>(mort. Inf. no Ceará) José Leandro - por causa desta matéria: debate sobre o livro “Mortalidade Infantil e suas causas mais profundas” de Oswaldo Cavalcanti)</i>	PÁGINA DO NORDESTE	2ª quin. mar./55	54	06

Título				
15. FOTO de família cearense - miséria	PÁGINA DO NORDESTE			06
16. 1.300 pessoas na homenagem ao velho e querido compadre <i>(Baturité – José Leandro)</i>	PÁGINA DO NORDESTE			06
17. Criada a ULTAC do Ceará	PÁGINA DO NORDESTE			06
18. Chove nos campos cearenses mas a exploração aumentou <i>(José Leandro)</i>	PÁGINA DO NORDESTE	2ª quinz. abr./55	55	04
19. Objetivo dos trabalhadores de Pacoti – fazer crescer o sindicato <i>(José Leandro)</i>	PÁGINA DO NORDESTE			04
20. No Ceará: os grandes proprietários vão engolindo os pequenos <i>(José Leandro)</i>	PÁGINA DO NORDESTE			04
21. Prefeito e vereadores participam da Campanha Nacional pela Reforma Agrária	PÁGINA DO NORDESTE			04
22. O que é a justiça dos latifundiários. Camponeses assassinados no Ceará (PacotiCE) <i>(José Leandro)</i>	PÁGINA DO NORDESTE	2ª quinz. nov./55	59	04
23. FOTO de agricultores do Iguatu	PÁGINA DO NORDESTE			04
24. Nos arrozais das vazantes e nos roçados de algodão uma só esperança: Reforma Agrária - com foto <i>(José Leandro)</i>	PÁGINA DO NORDESTE			04
25. Corta-tesoura e maneiro-pau em Fortaleza <i>(reunião ULTAC)</i>	PÁGINA DO NORDESTE			04
26. FOTO de mulher/representante Iguatu na Conferência Estadual das mães	PÁGINA DO NORDESTE			04
27. Aumenta o número de associados filiados à ULTAC <i>(com 3 fotos)</i>		2ª quinz. fev./56	62	04
28. Entrega gratuita de terras devolutas pedem os lavradores pobres do Ceará <i>(José Leandro)</i>				04
29. Analfabetismo na Serra da Ibiapaba				04
30. Fundada a Associação em Ideal				04
31. Camponeses de Iguatu – ULTAC ; Mulungu (ração) ; Baturité ; Pacoti				04
32. FOTO de lavradores, trabalhadores e vaqueiros de Amontada		Abr./56	64	04
33. Distribuição do TL no CE de forma planejada – “acabar com o encalhe”	VIDA DE TL	Jun./56	66	03

Título				
34. "Quem diz que acabou o cativoiro nunca trabalhou nestas bibocas" - <i>Juarez Uchoa (Crato, Juazeiro, Aurora)</i>				04
35. Discutem os seus interesses os lavradores do Riachão (<i>José Leandro</i>)				04
36. Associação dos Pequenos Lavradores de Ideal		2ª quin. set./56	72	04
37. Crato – Greve dos trabalhadores do Engenho Bebida Nova				04
38. "Este mês a Conf. de Defesa do Algodão" – <i>fala o Prefeito de Várzea Alegre</i>		1ª quin. out./56	73	04
39. "O poeta da roça" – Patativa	POETAS DO SERTÃO	2ª quin. out./56	74	03
40. Informação de carta recebida do Ceará	RECEBEMOS SUA CARTA	Jan./57	76	02
41. Informação de carta recebida do Ceará	RECEBEMOS SUA CARTA	Abr./57	77	02
42. Obrigado pela miséria vende o próprio filho (Fortaleza)		Mar./58	78	01
43. "No Ceará não tem disso não" – baião de Luiz Gonzaga				03
44. Carta de Sobral	CARTAS DA ROÇA	Jan./59	84	02
45. Flagelados seguem para Brasília	DE OUTROS ESTADOS			04
46. Atividades da FALTAC	SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES RURAIS	Fev./60	88	02
47. Luta-se no Ceará para conseguir a terra através de colônias-escolas		Mar./60	89	03
48. Eleição FALTAC (<i>com foto</i>)	SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES RURAIS	Abr./60	90	02
49. Fundação da Associação dos Lavradores de Cascavel	SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES RURAIS			02
50. Mais fome bate às portas de 100.000 rordestinos depois das enchentes (<i>José Leandro</i>)				02
51. 700 famílias de posseiros do Ceará lutam para defender suas terras– <i>com foto</i>		Jun./60	92	01

Título				
52. Fundada a Associação de Padre Andrade– <i>com foto</i>	SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES RURAIS			02
53. 700 famílias de posseiros do Ceará lutam para defender suas terras– <i>com 2 fotos</i>				07
54. “O agregado” – Patativa	VERSOS	Set./60	94	07
55. Resoluções da Federação do Ceará		Nov./60	95	02
56. “Uma triste verdade” - Patativa	VERSOS			06
57. Tabela do novo sal. Mínimo p/ todo país (<i>incl. Ceará</i>)		Jan./61	96	08
58. FALTAC realiza grande trabalho de assistência aos camponeses	SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES RURAIS	Mar./61	98	02
59. Eleita nova diretoria da Associação dos Pequenos Lavradores de Ideal	SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES RURAIS			02
60. “Reforma Agrária” – Patativa, “Estrofes duelo contra Rogaciano Leite” – João Vitorino	VERSOS			05
61. “Crime imperdoável” - Patativa	VERSOS	Mai./61	99	02
62. Latifundiário Mota tomou roçado do lavrador		Jun./61	100	03
63. 700 famílias de lavradores lutam contra grileiro em Fortaleza				05
64. Notícias do Ceará	DE TODO O BRASIL	Out./61	104	03
65. Ceará procura a solução para a questão da Reforma Agrária no Brasil				05
66. Posseiros de Cabreiro não arredarão os pés da terra				05
67. Camponeses de Chaval elaboram grande programa de lutas				05
68. Padre Archimedes: o anseio do povo está criando uma força irrefreável		Nov./61	105	06
69. “Eu quero” – Patativa	VERSOS	Jun./62	111	05
70. Posseiros dispostos a luta se Parsifal fracassar		Jul./62	112	01

Título				
71. "Em cada estado um Brizola" – Patativa	VERSOS			04
72. Possesiros dispostos a luta se Parsifal fracassar- foto – Cabreiro e Américo Silvestre				08
73. Possesiros de Cabreiro são donos da terra (com foto)		Ago./62	113	07
74. Camponeses do Maranhão pediram ajuda a FALTAC		Set./62	114	07
75. Onda de crimes no Ceará: latifundiário incendiou casa com mulheres e crianças dormindo (com 2 fotos)				08
76. Massa camponesa desperta para a luta organizada (com 2 fotos de Iguatu)		Fev./63	119	02
77. CGT pela Reforma Agrária radical (José Leandro)	COLUNA DO CEARÁ	Mar./63	120	06
78. José Leandro (com 3 fotos)	COLUNA DO CEARÁ	Abr./63	121	04
79. FALTAC e Pacto Sindical lutam ao lado dos possesiros de Parangaba	COLUNA DO CEARÁ			04
80. No Ceará lagosta é de americanos	LENDO JORNAIS E REVISTAS			05
81. Sindicato Rural derrotou a "meia" na fazenda Oiticica no Ceará (com foto)	SUPL. ESPECIAL/DE TODO O BRASIL/VIDA DAS ORGANIZAÇÕES	Mai./63	122	SE 06
82. Camponeses se unem para derrotar o latifúndio– José Leandro	SUPL. ESPECIAL/DE TODO O BRASIL/VIDA DAS ORGANIZAÇÕES			SE 06
83. Organizam-se camponeses de Iguatu contra a ação criminoso de Antônio Vieira				07
84. No Ceará estamos prontos para a luta pela Reforma Agrária– José Leandro		Jun./63	123	02
85. "Queremos a paz" – Patativa	VERSOS			03
86. Grileiro mata irmão e expulsa família (Acopiara)				
87. Quixadá: concentração exige Reforma Agrária e denuncia perseguições	SUPLEMENTO NORDESTE	Jul./63	124	SN 02

Título				
88. Camponeses cearenses preparam-se para a greve geral pelas reformas de base	SUPLEMENTO NORDESTE			SN 04
89. De 11.398.609 ha de terra, somente 1.639.967 são ocupados com lavoura (José Leandro)	SUPLEMENTO NORDESTE			SN 06
90. Proibida a polícia cearense de meter-se em questões de terra		Out./63	127	S 01
91. Duas Federações, dois passos à frente (José Leandro)	NOTÍCIAS DO CEARÁ			S 05
92. 2 Federações fundadas no Ceará: exército deu posse às diretrias				S 08
93. Delegado do Trabalho no Ceará: "direitos dos camponeses serão respeitados se preciso até com intervenção federal"				S 08
94. Novos crimes em Canindé: silêncio da Igreja favorece latifundiários (com 4 fotos)				S 08
95. A grossa mentira da paz social no Ceará (José Leandro)	(SUPLEMENTO ESPECIAL) NOTÍCIAS DO CEARÁ	Dez./63	129	05
96. Sindicato de Aracati conseguiu financiamentos do Banco do Brasil	(SUPLEMENTO ESPECIAL) NOTÍCIAS DO CEARÁ			05
97. Negar trabalho não adianta: camponeses querem sindicatos	(SUPLEMENTO ESPECIAL) NOTÍCIAS DO CEARÁ			05
98. Latifundiários cearenses perderam: Dr. Olavo Sampaio continua na DRT	(SUPLEMENTO ESPECIAL) NOTÍCIAS DO CEARÁ			05
99. Barril de pólvora explodirá a qualquer momento (José Leandro)	(SUPLEMENTO ESPECIAL)	Fev./64	131	04

Anexo 2



Terra Livre, nº 48



Terra Livre, nº 54



Terra Livre, nº 60



Terra Livre, nº 77



Terra Livre, nº 88



Enquanto não começa a assembleia, camponeses e dirigentes sindicais liam o jornal "TERRA LIVRE" e discutiam as resoluções do I Congresso Nacional de Lavradores de Belo Horizonte, em frente ao Cine Juquiá, local da reunião.

Terra Livre, nº 107



Durante o 1.º Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará, realizado em Fortaleza sob o patrocínio da FALTAC e de várias entidades operárias e estudantis, a presença de TERRA LIVRE foi assinalada com destaque. Na foto o deputado federal Moisés Pimentel, da Frente Parlamentar Nacionalista, distribuindo exemplares de nosso jornal entre participantes do Congresso

Terra Livre, nº 124

Reportagem de JOSÉ LEANDRO

pagina do NOROESTE

A miseria mata os filhos das apanhadeiras de café

IMPRESSOANTE INQUÉRITO SOBRE A CRIANÇA NA MAIS EXTREMA POBREZA. LAM AS TRABALHADORAS DA SERRA DA

MORTALIDADE INFANTIL NO CEARÁ — AS CRIANÇAS COMEM ATE RAPO. — FATURITE SOBRE A SUA PRÉVIA VIDA

Do alto do arquipélago de São Paulo, José Leandro (Canoa), em reportagem que percorreu a zona de trabalho das apanhadeiras de café, encontrou uma situação que não se vê em qualquer outra parte do Brasil. — O trabalho das apanhadeiras de café é extremamente duro e as condições de vida são extremamente precárias. — José Leandro encontrou uma situação que não se vê em qualquer outra parte do Brasil. — O trabalho das apanhadeiras de café é extremamente duro e as condições de vida são extremamente precárias.



Portaleira — Uma Terra Livre! — Faltamos na Serra da Mantiqueira, encontrando com os trabalhadores apanhadores de café. No dia de hoje, quando vimos do lado de fora, vimos o lado de dentro. Vimos a realidade da vida dos trabalhadores de café. Vimos a realidade da vida dos trabalhadores de café. Vimos a realidade da vida dos trabalhadores de café.

Unidas na luta contra a miséria — Conversamos em seguida com a secretária da distribuição do leite, Frederica, que é presidente da Associação das Donas de Casa de Pôrto Alegre. Ela é formada em enfermagem, de 30 anos, mora em Pôrto Alegre, tem dois filhos e trabalha em uma loja de roupas. Ela é formada em enfermagem, de 30 anos, mora em Pôrto Alegre, tem dois filhos e trabalha em uma loja de roupas.

A Reforma Agrária na China — Para o futuro da reforma agrária na China, é necessário que os trabalhadores rurais tenham acesso à terra. É necessário que os trabalhadores rurais tenham acesso à terra. É necessário que os trabalhadores rurais tenham acesso à terra.



Festas, festas e festas... Uma bela festa de aniversário...

1.300 pessoas na homenagem ao velho e querido Compadre

Portaleira — Por José Leandro — O Compadre, o velho e querido Compadre, nasceu em 1914. O Compadre, o velho e querido Compadre, nasceu em 1914. O Compadre, o velho e querido Compadre, nasceu em 1914.

Latifúndio e mortalidade infantil

Um latifúndio é uma propriedade rural que possui uma área muito grande de terra. Um latifúndio é uma propriedade rural que possui uma área muito grande de terra. Um latifúndio é uma propriedade rural que possui uma área muito grande de terra.

Propaganda da U.L.T.A. de Terra Livre



CRIADA A U.L.T.A. DO CEARÁ

Portaleira — Uma comissão foi criada para estudar a situação da agricultura no Ceará. Uma comissão foi criada para estudar a situação da agricultura no Ceará. Uma comissão foi criada para estudar a situação da agricultura no Ceará.

NO CEARÁ AS GRANDES PROPRIEDADES VÃO ENGULINDO AS PEQUENAS O LATIFÚNDIO, GERALMENTE IMPRO- DUTIVO, É RESPONSÁVEL PELA BAIXA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO ESTADO — O QUE REVELAM OS CENSO DE 1940

FORTALEZA (Por José Leandro) — A área de terra, quando pelas grandes propriedades agropecuárias (latifúndios), no Ceará, tem aumentado cada vez mais, à custa do desaparecimento das pequenas propriedades, que vão sendo engolidas pelas grandes.

Das 43.246 unidades, no Estado, 31.022 propriedades agropecuárias. Em 1950 esse número baixou para 34.027, verificando-se uma difusão, para menos, de 6.650 propriedades.

Para se ter uma ideia exata do processo que vem se verificando no Estado do Ceará, basta observar alguns dados do censo de 1950 (de 30 para 25 a situação se agrava, devido ao aumento do latifúndio).

Das 43.246 propriedades existentes naquela época 30.999 (ou seja 71%) eram a área inferior a 30 hectares, correspondendo a 1% do total das áreas das propriedades do Estado, e produzindo 13% do total do valor da produção.

As propriedades com área superior a 300 hectares eram em número de 3.871 (ou seja, 9%), correspondendo a 47% do total das áreas do Estado, e produzindo apenas 10% do valor total da produção do Estado.

As propriedades com área de 3.000 hectares acima, (ou seja, 1% do total das propriedades do Estado), ocupando em extensão 26% do total das áreas das propriedades, produzem apenas 4% do valor da produção.

Cessa, se vê, a diferença da produção por hectare, a diferença do rendimento da terra, entre as pequenas e as grandes propriedades e a causa é o latifúndio.

De estabelecimento agropecuario com área até 1 hectare resultam em média, em 1940, Cr\$ 2.500,00 por hectare.

Os estabelecimentos de 500 a 2.000 hectares davam uma produção por hectare de Cr\$ 11,90 anualmente.

Quando as propriedades de 30 mil a 100 mil hectares, estas apresentavam uma insipiente produção de Cr\$ 240 por hectare.

Não se vê, a consequência de que o latifúndio é improdutivo e só empobrece a economia do Estado.

página do NOROESTE

O INVERNO NÃO DEIXA ESPERANÇA! SOEM OS ARRENDAMENTOS CHOVE NOS CAMPOS DO CEARÁ MAS A EXPLORAÇÃO AUMENTOU

Os apêz não servem ao povo tra balhador de campo, mas sim nos senhores latifundiários — «A área cultivada nestes apêz é de 3 mil hectares, embora 10 mil já estejam dotados de irrigação»

FORTALEZA (Por José Leandro) — Estavam no apêz mês de inverno. Certo latifundiário no sul do Estado. Apêz mal cultivados, grandes propriedades, grandes propriedades, grandes propriedades.

Não se vê, a consequência de que o latifúndio é improdutivo e só empobrece a economia do Estado.

SISEM OS ARRENDAMENTOS
Outro fato, que impede a desenvolvimento da produção e a garantia dos latifundiários. SISEM os arrendamentos, a ponto de ser exigido pagamento da terra em dinheiro e adiantado, como nos municípios de Maranguape, Te-
coba, Camocim, Fortaleza e Pacajós. Os 6.650 os apêz são obrigados a trabalhar dois dias por semana para o proprietário, recebendo um salário que é 30% inferior ao salário correto no região.

OS ACÚRES DEVEM SERVIÀ O PUVU
De um lado para os acúres atingidos pela fome das secas, quando se agrava ainda mais a situação das zonas, os proprietários do Ceará e do Indo e Nordeste. Existem alguns apêz no Nordeste das secas, que tem polímeros serviu ao povo trabalhador de campo. Mas não são acúres. Os acúres tem servido aos senhores latifundiários e não são se interessam em aproveitá-los, porque têm de mais de obter lucros mais fáceis, como a criação de gado, o cultivo do algodão açucareiro, das citricas e do carnaúba. Segundo declaração do Dr. Rui Simões de Maracocim, na cidade de Maracocim, em 14 de fevereiro de 1955, a área cultivada nestes apêz é de apenas 3 mil hectares, embora 10 mil já estejam dotados de irrigação.

A área total cultivada nos apêz produtores (intensivo e de irrigação) onde vivem pouco mais de 54 mil pessoas, não vai além de 20 mil hectares. O valor da produção agrícola não ultrapassa, em 27 milhões de cruzeiros.

Os apêz não são necessários que os acúres sejam usados, para fazer a produção agrícola do Estado.



Uma família de trabalhadores agrícolas da Serra de Maracocim.

mas não apenas isso basta para garantir a produção agrícola do Nordeste brasileiro. Para, que tal acontece é preciso entregar essas terras irrigadas aos acúres, agricultores, que trabalham sem terra e a todos que não, sem terra, trabalhar, com ajuda técnica e financeira do governo e parcerias de pessoas para os problemas dos agricultores.

A CAMPANHA PELA REFORMA AGRÁRIA
Solicitamos ao Departamento Nacional de Reforma Agrária no Ceará, a 14 de fevereiro de 1955, a área cultivada nestes apêz é de apenas 3 mil hectares, embora 10 mil já estejam dotados de irrigação.

Campagna Nacional Pela Reforma Agrária. O certo desta campanha é de que não se pode garantir a produção agrícola do Nordeste brasileiro sem a reforma agrária. Não se pode garantir a produção agrícola do Nordeste brasileiro sem a reforma agrária. Não se pode garantir a produção agrícola do Nordeste brasileiro sem a reforma agrária.

OBJETIVO DOS TRABALHADORES DE PACOTI: Fazer crescer o Sindicato

«UM GRANDE SINDICATO CONQUISTA VITÓRIAS COM MAIS FACILIDADE DO QUE UM PEQUENO» — DECLARA O TESOUREIRO SR. LUIZ ALVES DA PAZ

FORTALEZA (Por José Leandro) — A reportagem de TERRA LIVRE, destacando publicamente as realizações dos trabalhadores agrícolas da Serra do Batistão, produziram interesse com a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Pacoti. Foi no Sítio Canabrava que encontramos o presidente, sr. Fernando Pereira, encarregado do sítio, o qual procedendo reuniu o tesoureiro e o secretário (sr. Luiz Alves da Paz e Manoel Sebastião Nascimento) para falarem coletivamente no jornal.

MAIS DE 700 SOCIOS
Desideramos que o Sindicato foi fundado numa assembleia geral com a presença de mais de 200 pessoas, mas nesse dia só entraram para o Sindicato cerca de 60 trabalhadores. Com a campanha por aumento de salário, dirigida pelo Sindicato logo depois de fundado, o número de socios subiu a mais de 200.

VITÓRIAS CONQUISTADAS
O Sindicato vem sofrendo uma campanha de difamação por parte dos grandes fazendeiros. Essa campanha é dirigida pelo sr. Laurio Caracás, pelo sr. Paracampo e pela família Lebrães. Eles dizem que o Sindicato tem que se fechar, no não o dia de serviço vai para Cr\$ 20,00 na Serra.

«Não sabem eles — disse o secretário do Sindicato — que nós conhecemos a lei do salário mínimo. Ora, se o salário mínimo no interior do Ceará é de Cr\$ 786,00 por mês (sendo o dia de serviço de 8 horas) nos do campo, com uma diária de 30 reais, também diria de Cr\$ 200,00 ao dia do Sindicato vai lutar. O que é nosso 200 são dispensamos nem uma virgula.

Em seguida, o dirigente sindical nos forneceu uma relação dos Sítios onde foi conseguido aumento de salário, na primeira campanha dirigida pelo Sindicato. Foram os seguintes os aumentos conseguidos:

Sítio Santa Fé, de sr. Carlos Porto	De 50,00 para 110,00
Sítio Alvo, de sr. Luiz Viana	De 30,00 para 110,00
Sítio Canabrava, de sr. João Pereira	De 30,00 para 110,00
Sítio Lapa, de sr. Américo Mendes	De 30,00 para 110,00
Sítio Maracocim, de sr. João Mendes	De 30,00 para 110,00
Sítio Maracocim, de sr. João Mendes	De 30,00 para 110,00
Sítio Maracocim, de sr. João Mendes	De 30,00 para 110,00
Sítio Maracocim, de sr. João Mendes	De 30,00 para 110,00
Sítio Maracocim, de sr. João Mendes	De 30,00 para 110,00
Sítio Maracocim, de sr. João Mendes	De 30,00 para 110,00

REMO A UM GRANDE SINDICATO

O tesoureiro do Sindicato, que estava enclausurado até esse momento, disse:

«O nosso Sindicato pode ser um grande Sindicato e nós vamos trabalhar para isso. Um grande Sindicato conquista vitórias com mais facilidade do que um pequeno. Vamos fazer esforços para aumento de salário dos socios, como fizeram os companheiros da Bahia, em Ilhéus, que já estão com seis mil socios. Nós aqui vamos o retrato deles no TERRA LIVRE: aquilo sim é uma turma boa. Se todos os trabalhadores da Serra se juntar — é muita gente, e assim ninguém vai ter medo de carta dos patrões.

Ganha o interior cearense e Campanha pela Reforma Agrária PREFEITOS E VEREADORES PARTICIPAM DA CAMPANHA

FORTALEZA (Por José Leandro) — A Campanha Nacional Pela Reforma Agrária, que vem sendo desenvolvida em todo o Brasil, ganhou o interior cearense e a Campanha pela Reforma Agrária. Prefeitos e Vereadores participam da Campanha.

Vendido como escravo



FRANTE A E Comissões Nacionais de Reforma Agrária. O certo desta campanha é de que não se pode garantir a produção agrícola do Nordeste brasileiro sem a reforma agrária. Não se pode garantir a produção agrícola do Nordeste brasileiro sem a reforma agrária.



NA UNIÃO SOVIÉTICA se relaxam sistematicamente os preços das mercadorias de amplo consumo. Isto significa, ao contrário, um grande aumento do salário real dos trabalhadores. De 1947 até 1954, o governo soviético relaxou seis vezes os preços dos produtos alimentícios e das mercadorias industriais. Na fotografia acima, vemos a família do trabalhador de uma fazenda coletiva, V. M. Shevchenko, em sua casa.



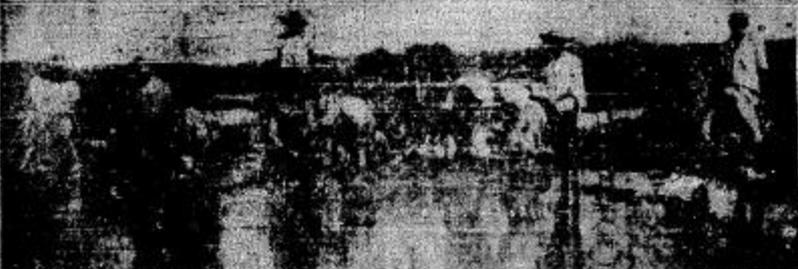
FAÇA COM QUE TODOS OS SEUS CONHECIDOS E AMIGOS LEIAM

TERRA LIVRE

A VOLTA DA ASA BRANCA

FRANTE A E Comissões Nacionais de Reforma Agrária. O certo desta campanha é de que não se pode garantir a produção agrícola do Nordeste brasileiro sem a reforma agrária. Não se pode garantir a produção agrícola do Nordeste brasileiro sem a reforma agrária.

página de NOROESTE



Relembres mudando arca na Lagoa do Toco, município de Igatuá. São eles: Pedro Firmino do Vato, José Firmino de Lavor, José Lucas, Virgílio Andrade, José Augusto José Oliveira, Francisco Figueiredo, Hildonêo Lucas, Francisco Lopes, Valdemar Lopes e Francisco Lavor. Na foto à direita, o presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Igatuá, Sr. Francisco Chagas Rosa, no seu roçado de algodão.



Este regime velho já tá bom de mudar, já matou muita gente de fome — Relembres de Igatuá falam à TERRA LIVRE

Nos arrozais das vazantes e nos roçados de algodão uma só esperança: reforma agrária

O QUE É A JUSTIÇA DOS LATIFUNDIÁRIOS

Camponeses assassinados no Ceará

UM FOI MORTO A TIROS PELO PRÓPRIO TATUIA — OUTRO FOI FUZILADO PELA POLÍCIA PORQUE CHEGOU «AVANTES»

PAUZI, Ceará (De José Leuzá). — Das coisas que têm acontecido a respeito da reforma agrária, nenhuma se tornou tão trágica quanto a que se está passando no Estado do Ceará. Há alguns meses, quando se iniciou a reforma agrária, os camponeses começaram a ser assassinados. Um deles foi morto a tiros pelo próprio Tatuiá, outro foi fuzilado pela polícia porque chegou «antes».

Um dos camponeses que foram assassinados foi o Sr. João de Deus, de 35 anos de idade, que foi morto a tiros pelo próprio Tatuiá, quando este estava a caminho de trabalhar no roçado de algodão. O Tatuiá, que é um latifundiário, acusou João de Deus de ser um camponês que não trabalhava no roçado, e o matou sem qualquer motivo.

Outro camponês que foi assassinado foi o Sr. João de Deus, de 35 anos de idade, que foi fuzilado pela polícia porque chegou «antes» ao roçado de algodão. A polícia acusou João de Deus de ser um camponês que não trabalhava no roçado, e o matou sem qualquer motivo.

Esses assassinatos são apenas alguns exemplos da situação de violência que se vive no Ceará. Muitos camponeses têm medo de trabalhar no roçado de algodão, pois sabem que podem ser mortos a qualquer momento. A situação é tão grave que muitos camponeses têm abandonado suas terras e migrado para outras regiões do Estado.

Esses assassinatos são apenas alguns exemplos da situação de violência que se vive no Ceará. Muitos camponeses têm medo de trabalhar no roçado de algodão, pois sabem que podem ser mortos a qualquer momento. A situação é tão grave que muitos camponeses têm abandonado suas terras e migrado para outras regiões do Estado.

Corta-lesoura e maneiro-pau em Fortaleza



Uma colheita de maneiro-pau (madeira para a construção), com cerca de 20 toneladas, foi enviada de Fortaleza para o município de Igatuá, para ser utilizada na construção de uma estrada. A colheita foi feita por um grupo de trabalhadores locais, que foram contratados para esse fim.

No município de Golânia, em Pernambuco

Greve de cortadores de cana

GOLÂNIA, Pernambuco (De correspondente). — O município de Golânia, em Pernambuco, vive atualmente uma situação de tensão devido a uma greve dos cortadores de cana. Os cortadores exigem melhores condições de trabalho e salários, mas não foram atendidos.

A greve dos cortadores de cana em Golânia começou há alguns dias. Os cortadores estão reivindicando um aumento de salário e melhores condições de trabalho. No entanto, os proprietários das usinas de cana não estão dispostos a atender a essas reivindicações, o que tem levado a uma situação de impasse.

GREVE DE CORTADORES

GOLÂNIA, Pernambuco (De correspondente). — O município de Golânia, em Pernambuco, vive atualmente uma situação de tensão devido a uma greve dos cortadores de cana. Os cortadores exigem melhores condições de trabalho e salários, mas não foram atendidos.

A greve dos cortadores de cana em Golânia começou há alguns dias. Os cortadores estão reivindicando um aumento de salário e melhores condições de trabalho. No entanto, os proprietários das usinas de cana não estão dispostos a atender a essas reivindicações, o que tem levado a uma situação de impasse.

Este regime velho já tá bom de mudar, já matou muita gente de fome — Relembres de Igatuá falam à TERRA LIVRE

IGATUÁ (Correspondente). — Estivemos conversando com os proprietários de Igatuá, na Lagoa do Toco, incluindo o presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Igatuá, Sr. Francisco Chagas Rosa, sobre a situação da reforma agrária no município.

Outro camponês que foi assassinado foi o Sr. João de Deus, de 35 anos de idade, que foi fuzilado pela polícia porque chegou «antes» ao roçado de algodão.

Esses assassinatos são apenas alguns exemplos da situação de violência que se vive no Ceará. Muitos camponeses têm medo de trabalhar no roçado de algodão, pois sabem que podem ser mortos a qualquer momento.

Esses assassinatos são apenas alguns exemplos da situação de violência que se vive no Ceará. Muitos camponeses têm medo de trabalhar no roçado de algodão, pois sabem que podem ser mortos a qualquer momento.

Esses assassinatos são apenas alguns exemplos da situação de violência que se vive no Ceará. Muitos camponeses têm medo de trabalhar no roçado de algodão, pois sabem que podem ser mortos a qualquer momento.

Esses assassinatos são apenas alguns exemplos da situação de violência que se vive no Ceará. Muitos camponeses têm medo de trabalhar no roçado de algodão, pois sabem que podem ser mortos a qualquer momento.

Esses assassinatos são apenas alguns exemplos da situação de violência que se vive no Ceará. Muitos camponeses têm medo de trabalhar no roçado de algodão, pois sabem que podem ser mortos a qualquer momento.

Esses assassinatos são apenas alguns exemplos da situação de violência que se vive no Ceará. Muitos camponeses têm medo de trabalhar no roçado de algodão, pois sabem que podem ser mortos a qualquer momento.

Ceará procura a solução para a questão da reforma agrária no Brasil

Deus que assim

Mauro Rodrigues dos Santos

Às lavradores e trabalhadores agrícolas! À classe operária e aos estudantes! Aos intelectuais, comerciantes e convocação para o I.º Congresso Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (8 e 9 de novembro)

O desenvolvimento econômico e social do Brasil exige a solução de sua questão agrária. Milhões de brasileiros sem terra vivem e trabalham nos campos, enfrentando, sobretudo as duras condições de alto preço do arrendamento, da pobreza, da falta de assistência técnica e financeira, da falta de segurança, dos baixos salários e sem assistência social. Essa grande massa de trabalhadores não pode comprar os gêneros mais essenciais à vida de suas famílias. Em nosso Estado, a situação ainda é mais grave. Os agricultores perdem cerca de 80% das suas plantações devastadas pela lagarta, reduzindo, assim, consideravelmente, a produção rural e dificultando a aquisição de artigos para a alimentação do povo, nas cidades e nos campos, retribuído, desafortunadamente, para a terrível carência que ataca o país de norte a sul. As pessoas que vivem e lutam na lavoura, representando a maioria esmagadora da população, podem consumir dos produtos industriais, constituindo, assim, um sério obstáculo ao progresso da indústria nacional. Os camponeses pobres do Nordeste não podem comprar nem mesmo a comida que é, ainda, o seu principal instrumento de trabalho.

Apesar de já existirem algumas organizações dos trabalhadores rurais e dos lavradores sem terra, ainda não representa uma força que possa defender os direitos já constituídos na Carta Constitucional Federal e na Consolidação das Leis do Trabalho e outras leis existentes. Deficientemente organizados e dispersos, também sofrem pela falta de medidas governamentais que defendam a saúde e dêem instrução a seus filhos. Frequentemente, vêm-se submetidos a perseguições por parte dos grandes latifundiários acobertados por forças governamentais, quando procuram formar suas organizações ou desenvolver suas lutas.

Tomando conhecimento da convocação do I.º CONGRESSO NACIONAL DE LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS, a ser realizado nos dias 15, 16 e 17 de novembro, em BELO HORIZONTE, convocamos de que a solução desses problemas, depende, principalmente, da mobilização das camponeses e da sua organização, inclusive dos pequenos e médios proprietários de terra, os quais deverão MANIFESTAR SE CONSTITUÍM NA COMISSÃO ORGANIZADORA DO I.º CONGRESSO NACIONAL DE LAVRADORES AGRÍCOLAS, a ser realizado em Fortaleza, nos dias 8 e 9 de novembro de 1961, com a seguinte ordem do dia:

- 1.º) — Solução para a questão da reforma agrária no Brasil e aprovação da Lei de Irrigação do Nordeste;
- 2.º) — Programa de defesa das reivindicações e direitos dos lavradores e trabalhadores agrícolas;

3.º) — Participação dos Congressistas no I.º CONGRESSO NACIONAL DE LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DE BELO HORIZONTE.

Nesse Congresso Estadual, as delegações camponesas e todos os seus participantes discutirão questões importantes, como sejam: a) — reforma agrária; b) — Lei de Irrigação do Nordeste; c) — defesa dos posseiros, mestres e arrendatários; d) — melhoria dos contratos de arrendamentos para os plantadores de algodão, arroz, milho, feijão, cana e outras lavouras; e) — financiamento para todos os lavradores sem discriminação de zonas e pessoas; f) — assistência médica, odontológica, farmacêutica e jurídica para os camponeses; g) — assistência técnica aos lavradores, através de unidades mecanizadas de algodão, milho, cana, ferramentas e máquinas para o combate às pragas da lavoura; h) — escolas grátis para os filhos dos camponeses; i) — liberdade de organização sindical rural e previdência social.

Para o melhor êxito do comitê, apelamos para a solidariedade e ajuda efetiva dos trabalhadores da cidade, dos estudantes, dos intelectuais e de todas as pessoas interessadas no progresso do nosso Pátria.

Concluam os lavradores e trabalhadores agrícolas para realizarem assembleias em suas entidades, associações e uniones, fixarem reuniões onde não houver uma entidade e elegerem suas delegações para participarem do Congresso Estadual, em Fortaleza, nos dias 8 e 9 de novembro próximo.

A COMISSÃO ORGANIZADORA funcionará na Rua Major Paes, nº 44, 1.º andar, sala 15 — Edifício Butano — Fortaleza, local onde podem ser fornecidas informações para as entidades.

Fortaleza, 1.º de outubro de 1961.

NOTA DA REDAÇÃO — O manifesto é assinado pelos seguintes membros da Comissão Organizadora: Presidente, Termino de Castro e Silva (Secretaria da Agricultura e Obras Públicas); Secretário Geral, Manoel Aguiar de Azevedo (Presidente do União Estadual dos Estudantes); Tesoureiro Geral, deputado Antônio Pádua Campos; deputado Raimundo Gomes da Silva (Presidente da Assembleia Legislativa do Estado), além de mais 33 assinaturas de deputados, autoridades civis e militares, líderes sindicais operários e camponeses, médicos, comerciantes e industriais.

Posseiros de Cabreiro não arredarão os pés da terra

Criada a Associação de Posseiros e Agricultores de Cabreiro, para enfrentar, organizados, os grileiros acobertados pela polícia do Ceará — Ninguém tem escritura de Deus.

FORTALEZA (de Correspondente) — "Não arredaremos os pés de Cabreiro, e não deixaremos os proprietários tomarem as terras que Deus deixou para nós. Ninguém comprará terra aqui. Por isso, ninguém nos terra aqui". Esta é a decisão dos posseiros e agricultores do Distrito de Cabreiro, Município de Aracati, no Ceará, que acabam de fundar a sua associação, para lutarem organizados contra grileiros e latifundiários que apressam a desapropriação das boas terras das margens do rio Jaguaribe.



ro). O Tesoureiro: Maria Firmino de Sousa (filha de posseiro), 2.º Tesoureiro: Dinais Falcão de Sousa.

CONSELHO FISCAL — Efetivos: Manoel Antônio Pereira, Raimundo Antonio Silvestre e Francisco Angélio Pereira, Suplentes: Eliene Vieira de Queiroz, Raimundo Barros da Costa e Pedro Ferreira da Silva.

CONGRESSO ESTADUAL

Na mesma assembleia que fundou a Associação e elegeu a sua Diretoria, foi constituída a seguinte delegação ao I.º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará, a realizar-se nos dias 8 e 9 de novembro próximo, em Fortaleza:

Américo Silvestre da Rocha, João Gomes Barbosa, Flávio Falcão Sousa, José João Tebaldo, Joaquim Tebaldo, João Benevenuto, Idelzete Fulgêncio, Maria Helena e Raimundo Silvestre. Após a escolha dos delegados, foi feita uma palestra sobre reforma agrária, por José Leandir, representante da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAG).

600 FAMILIAS

Fundada no dia 1.º de mês corrente, a Associação dos Posseiros e Agricultores de Cabreiro (uma que conta com mais de 1 mil habitantes, ou sejam 600 famílias), tem agora, sob sua responsabilidade, a luta mais firme em defesa das terras não trabalhadas pelos posseiros há vários anos. As lutas dos posseiros contra os grileiros, no vale do Jaguaribe, data de 1958. Desde então, camponeses são presos pela polícia a serviço do latifúndio, que cobria as seis lagoas existentes naquela região, além das beneficiárias realizadas pelos posseiros de Aracati, que produzem farinha de mandioca, feijão, algodão, castanha de café e cereja de cana-de-açúcar.

DIRETORIA

Mais de 300 posseiros, inclusive mulheres que trabalham no cultivo de palha de carnaúba, no cultivo de algodão, boboa, chapéus etc., elegeram a seguinte Diretoria para a sua Associação: Presidente: Américo Silvestre da Rocha; Vice-Presidente: João Gomes Barbosa. O Secretário: Idelzete Fulgêncio do Vale (filha de posseiro). 2.º Secretário: Maria Helena da Costa (filha de posseiro).

Camponeses de Chaval elaboram grande programa de lutas

Fundada mais uma Associação de Posseiros e Agricultores — Sindicalização rural e educação das massas camponesas

Fortaleza (de Correspondente) — A organização dos homens do campo do Estado de Ceará está tomando um impulso sem precedentes, nos últimos tempos, e acredita que a questão da reforma agrária no Brasil vai ganhar um caráter de consciência das camponeses. Em consequência da preparação do I.º Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, a realizarem em Belo Horizonte, várias associações novas têm sido criadas nos vários municípios, visando, ainda, a luta organizada pela posse imediata da terra. Assim, acaba de ser criada mais uma Associação de Posseiros e Agricultores, desta vez no Município de Chaval em Possesem do Vale.

Em sua última reunião, convocada para pedir filiação à Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAG), os camponeses de Chaval aprovaram um programa de luta por semente e colheitas, por financiamento e garantia de preços, por melhores salários para o campo e melhores contratos de arrendamento, pela reforma agrária e imediata distribuição das terras devolutas do Estado entre os camponeses sem terra. O mesmo programa inclui a defesa da Constituição e da autodeterminação dos povos, sustentação da política externa do Brasil com o Clube de Relações Diplomáticas com todos os países do mundo, sindicalização rural e educação das massas camponesas. Uma grande delegação participará, ainda, do V.º Congresso Estadual e do I.º Congresso Nacional, em Belo Horizonte.

As sete luas repletas
Como a gente é pobre —
Fazendo que tem direito
As sete luas repletas.

"Mano bravo e rebela
Pra da vida vencer,
Duro de dar uma cartada
Se tá no pé do mundo."

Amor não quer adiver,
Mas não é falta de amor,
Que os olhos não veem,
Por não está braba na carta.

Mão é pouco, não quer o peso,
Mas não é falta de amor,
Que os olhos não veem,
Por não está braba na carta.

Vão se lá do pé do mundo,
Tudo perdido e adorado,
Que no futuro não se doer,
E não se lá do pé do mundo.

Vão se lá do pé do mundo,
Tudo perdido e adorado,
Que no futuro não se doer,
E não se lá do pé do mundo.

Mão é pouco, não quer o peso,
Mas não é falta de amor,
Que os olhos não veem,
Por não está braba na carta.

"Mas filho, não se conforma a vida
É o mundo lá fora mesmo,
E Deus sabe a que se dá."

Mão é pouco, não quer o peso,
Mas não é falta de amor,
Que os olhos não veem,
Por não está braba na carta.

Mão é pouco, não quer o peso,
Mas não é falta de amor,
Que os olhos não veem,
Por não está braba na carta.

Mão é pouco, não quer o peso,
Mas não é falta de amor,
Que os olhos não veem,
Por não está braba na carta.

Mão é pouco, não quer o peso,
Mas não é falta de amor,
Que os olhos não veem,
Por não está braba na carta.

Mão é pouco, não quer o peso,
Mas não é falta de amor,
Que os olhos não veem,
Por não está braba na carta.

Mão é pouco, não quer o peso,
Mas não é falta de amor,
Que os olhos não veem,
Por não está braba na carta.

Mão é pouco, não quer o peso,
Mas não é falta de amor,
Que os olhos não veem,
Por não está braba na carta.

Mão é pouco, não quer o peso,
Mas não é falta de amor,
Que os olhos não veem,
Por não está braba na carta.

Mão é pouco, não quer o peso,
Mas não é falta de amor,
Que os olhos não veem,
Por não está braba na carta.

Mão é pouco, não quer o peso,
Mas não é falta de amor,
Que os olhos não veem,
Por não está braba na carta.

Mão é pouco, não quer o peso,
Mas não é falta de amor,
Que os olhos não veem,
Por não está braba na carta.

Mão é pouco, não quer o peso,
Mas não é falta de amor,
Que os olhos não veem,
Por não está braba na carta.

Mão é pouco, não quer o peso,
Mas não é falta de amor,
Que os olhos não veem,
Por não está braba na carta.

Mão é pouco, não quer o peso,
Mas não é falta de amor,
Que os olhos não veem,
Por não está braba na carta.

Mão é pouco, não quer o peso,
Mas não é falta de amor,
Que os olhos não veem,
Por não está braba na carta.

Dois Federações fundadas no Ceará: Exército deu posse às diretorias



Fotografia tirada na sede do Sindicato dos metalúrgicos de Fortaleza (Ceará), por ocasião da assembleia de fundação da Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Ceará. Na mesa, da esquerda para a direita, a senhora Maria Amélia, funcionária da Delegacia Regional de Trabalho e figura destacada da Ação Católica, o líder camponês José Leandro e o major Pedro Theófilo, representante do general Comandante da 11ª Região Militar, especialmente convidado. O major Pedro Theófilo dirige os trabalhos e deu posse aos diretores eleitos, sob grande salva de palmas dos camponeses, pelo interesse com que acompanha tudo, até a solenidade de encerramento, no auditório da SUPRA.

Delegado do Trabalho em Fortaleza:

«Direitos dos camponeses serão respeitados se preciso até com intervenção federal»

"Vou esgotar todos os meios legais. Depois, quando os camponeses tomarem medidas violentas, não digam que é "agitação comunista"

PORTALEZA, Ceará (do envio do especial) — Por ocasião da fundação da Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Ceará, o dr. Olavo Sampaio, Delegado Regional de Trabalho, presidiu uma ligeira conferência para os camponeses, no auditório da SUPRA, ocasião em que foi suplicado pelo líder camponês Vicente Pompeu de Silva, de Iguatú. O agente do Povo foi uma sarta de denúncias contra o Promotor de Iguatú que "cobrou 15 mil cruzeiros de um patrão para indenizar um campo, não produzido em muito mais; o Promotor focou com 10 mil cruzeiros e deu 5 mil ao trabalhador indigente".

Indignado, o Delegado Regional de Trabalho respondeu: "Quando houver um caso como esse, que os Sindicatos denunciem à Delegacia Regional de Trabalho, que eu representarei aqui na Capital, contra qualquer Promotor que cometa esse abuso".

CARTEIRA PROFISSIONAL

Disse, ainda, o dr. Olavo Sampaio que, "quando assumir a Delegacia Regional de Trabalho, no Ceará somente no Ceará, existia um sismógrafo profissional". Mas está, agora, autorizado a expedir Carteira Profissional aos trabalhadores rurais, iguais às Carteiras dos trabalhadores das cidades. O está organizando identificadoras para os municípios onde já existem Sindicatos Rurais.

— Acusou que será comprada neste Estado, a lotação de 8 horas de trabalho, o salário mínimo de 14.300 cruzeiros para a cidade



Parte da assistência, foto de lado, constituída de trabalhadores na lavoura e autônomos do Estado do Ceará, no auditório da SUPRA, quando discutiam com as autoridades de Fortaleza, os problemas do homem do campo, por ocasião da fundação das duas Federações camponesas. Eles exigem o respeito à Lei. Querem a regulamentação imediata do Estatuto do Trabalhador Rural. Sêntença quem estiver contra eles poderá ser chamada, agora, de agente da subversão.

PORTALEZA, Ceará (do envio especial) — Nos dias 19 e 20 de setembro último, foram fundadas, nesta Capital, a Federação dos Trabalhadores Autônomos Rurais do Ceará, e a Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Ceará. As assembleias realizaram-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Fortaleza e no auditório da Superintendência da Indústria Agrária (SUPRA), delegacia de Fortaleza, com a participação de 24 Sindicatos rurais. Os trabalhos foram dirigidos pelo major do Exército, Pedro Theófilo, representante do general Comandante da 11ª Região Militar, que foi especialmente convidado. Além do líder camponês José Leandro, estiveram presentes, também, entre outras autoridades, o dr. Olavo Sampaio, Delegado Regional de Trabalho.

DIRETORIA

A Federação dos Autônomos elegerá a seguinte Diretoria: Presidente, Vicente Pompeu de Silva; Vice-presidente, Américo Esteves da Rocha; 1.º Secretário, José Viana Lima; 2.º Secretário, Edmar Martins de Oliveira; 1.º Tesoureiro, Otávio José de Sousa; 2.º Tesoureiro, José Alves Pereira.

Suplentes da Diretoria: Francisco Rodrigues Farias, Raimundo Gregório Celestino, Francisco Chaves de Carvalho, Augusto Barros da Silva, José Cravantino Chaves Branco e José Juraci Vasconcelos.

Conselho Fiscal (5 membros): Manoel Lourenço da Silva, Ricardo Pereira da Silva e Francisco Pereira Filho. Suplentes: Demétrio Campelo dos Santos, Valfredo Gonçalves de Oliveira.

Conselho da Federação: Américo Silveira da Rocha, Vicente Pompeu de Silva, Domingos Campelo dos Santos, José Leandro Bezerra da Costa e Manoel Gregório Celestino.

Suplentes: José Crisóstomo Casteln Branco, Edmar Martins de Oliveira, José Vicente dos Santos, Otávio João de Souza e Manoel Lourenço da Silva.

28 SINDICATOS

Tomaram parte na fundação das duas entidades estaduais, 28 sindicatos, sendo 7 dos trabalhadores na lavoura e 13 dos trabalhadores autônomos, todos dos municípios de Iguatú, Aracati, Rosenfeld, Fortaleza, Quixadá, Aracuaia, Cedro, Crato, Chorozinho, Traucutu, Palmácia e Mangabeira.

LAVOURA

Os Trabalhadores na Lavoura elegeram a seguinte Diretoria para a sua Federação: Presidente, José Barosa de Oliveira; Secretário, Abílio Gomes Magalhães; Tesoureiro, Manoel Gomes da Silva. Suplentes: José Jardim da Silva, Francisco Antônio do Nascimento e Francisco Ferreira de Silva.

Conselho Fiscal: José Antônio da Silva, José Freire Lemos e Raimundo Francisco da Silva. Suplentes: José Bezerra da Costa e Antônio Zuzá Pereira. Representantes da Confederação: João Batista de Oliveira, Abílio Gomes e Manoel Gomes da Silva. Suplentes: José Freire Lemos, José Antônio da Silva e Francisco Antônio do Nascimento.



Novos crimes em Canindé

Silêncio da Igreja favorece o latifúndio

Francisco Gomes de Almeida (ao centro, foto acima), teve um prejuízo de cerca de 50 arrobas de algodão e de 6 a 8 alqueires de milho, quando, em Cebera de Verde, no Canindé, Estado do Ceará, o arcebispo Ceará Cardelino Campos mandou saltar perto de 200 reus na terra dos camponeses daquela região. Não satisfeito, mandou cerca de 200 rações, fardos e a paisana, em flocos e cambalhões, para destruir a casa de Francisco. Enquanto o rádio noticiava as arbitrariedades policiais em Canindé, os jornais de Fortaleza denunciavam os fatos. Mas várias famílias de camponeses daquela região estão ao desolado. Outros crimes de milícia, ferozes nos veres. Doente de coração, o camponês Lázaro morreu de susto, ao ver o aparato militar do capitão e sua tropa de jagunços.

Transportando para Fortaleza as principais vítimas do latifúndio e de política camponesa, o dr. Olavo Sampaio, Delegado Regional de Trabalho, não contou com uma só linha das jornais locais, para denunciar os fatos verdadeiros. Todos negaram-lhe cobertura, alegando que "havia interesses políticos por trás de tudo". Tentou o dr. Olavo, levar à presença do governador Virgílio Távora, os camponeses de Canindé. Mas o governador também estava desfilado. Acompanhado, então, dos camponeses e de um representante de TERRA LIVRE, foi o Delegado Regional de Trabalho pedir a intercessão do Arcebispo Dom José de Medeiros Delegado. Este não quis nem mesmo ser fotografado com as vítimas do latifúndio. Também não aceita que a Igreja tome uma posição definitiva em defesa do homem do campo. Acha, Dom Delgado, que "podem existir interesses políticos por trás de tudo isso", e a Igreja continua como "policiaidura, simplesmente". Dom Delgado não aceita as ponderações do representante de TERRA LIVRE, mas o silêncio da Igreja, solidário ou não, é uma posição política que favorece os interesses políticos do latifúndio.



TERRA LIVRE
A TERRA PARA OS QUE NELA TRABALHAM

Coluna Coarante

A grossa mentira da "paz social" no Ceará

José Leonardo

PORTALEZA, Ceará — Em críticas anteriores, levantamos algumas dúvidas sobre a chamada "paz" no governo do Ceará. Novas dúvidas têm fundamento nos compromissos eleitorais do governo com a chamada "União Povo Ceará", cujas manobras começam, agora, a não ser mais segredos.

Apesar do esforço para manter a opinião pública de pé atrás nos fatos que ocorrem silenciosamente, neste Estado, as verdadeiras surras com tanta força que é impossível esconder, e elas tendem a apagar o sol com uma poeira. Não só no Ceará, mas também no sul do país, a imprensa recebe grossa dinheirama para dizer que "no Ceará não tem disse, não"; para dizer que assim tudo vai bem; que não há greve, não há luta de rua dos estudantes e operários; que não existe um movimento camponês. Tudo para manter a falsa idéia de que, "no Ceará, há paz social".

Será que tudo está assim, mesmo? Será que os camponeses estão mesmo "quietinhos", aguçando a fome sem se moverem? Será que os estudantes não estão saindo às ruas para protestarem contra aumentos abusivos de preço de alimentos de colônias e outros reivindicações? Será que a polícia não está prendendo e espancando camponeses? Será que os caseiros não estão batendo nas costas dos operários e estudantes, em Portaleza?

Tudo isto é o que está acontecendo, na realidade sem que a imprensa ou o rádio denunciem. Nessa mesma nota pesa, os jornais de Fortaleza publicam denúncias feitas pelo Partido Sindical ou pela União Estadual dos Estudantes, ou ainda por qualquer Sindicato injustificado. Mas, nem os estudantes nem os operários nem os camponeses, se acobertam com a violência da polícia, que metralha o povo, como fez no RVC; ou em Canindé, Fortim e Cabreúva.

Quando dois ferroviários foram feridos a bala, pela polícia

do governador Virgílio Távora, o que se viu foi operários e estudantes em passeata, concentrando-se diante do Palácio do Governo (obra de 10 mil pessoas), para exigir a retirada imediata da polícia de bandidos, a punição dos soldados assassinos e a volta das passagens ao preço antigo.

A polícia foi retirada; as passagens de ônibus voltaram ao que eram antes; a Câmara Municipal casou o "dileto" do Prefeito de aumentar passagens de transportes coletivos.

Os camponeses fazem assembleias de 300 a 500 associados em seus sindicatos; fazem passeatas do campo para as cidades; vão em comissão do comércio para Fortaleza; resistem às perseguições feitas dos seus feitores latifundiários. Fundam novos sindicatos; conquistam vitórias nas lutas de Fortim, Iguaçu e Quatadá. Tudo isso acontece e os jornais e rádio não dão um pio!

O governador Virgílio Távora diz, nas suas andanças pelo sul do país, que "no Ceará não tem disse, não". Diz aqui mesmo, em Fortaleza, que "nessa terra tem governo". Mas os soldados, os bandos, prendem e espancam camponeses, desobedecendo aos ordens do governador; dizem, os soldados que "se os camponeses não deixarem fazer negócio do sindicato e reforma agrária, a pólvora cantará em homens e mulheres". Oficiais da polícia vão no interior "abrir inquirições" sobre denúncias dos camponeses e, que fazem, é efetuar novas prisões e novas ameaças às populações rurais.

É a luta que o governador Virgílio Távora e seus capachos chamam de "paz social do Ceará". Mas sabem que as lutas continuam, mesmo sem a ajuda de uma imprensa que se vende pelos trinta dinheiros da traição!

Reunião no Rio de Janeiro:

Federações de todo o País integrarão a « C. N. T. A. »

Com a presença do ministro do Trabalho, dr. Amauri Silva, o dr. José Augusto, oficial de Gabinete do ministro e do dr. Sérgio Veloso, presidente da Comissão Nacional de Sindicalização Rural, reuniram-se dia 23 último, no Rio, os sr. José Rodrigues, João de Almeida Cavalcanti, José Deló da Silva, Ernesto Sobrinho, respectivamente, diretores das Federações de Trabalhadores na Agricultura das Estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, do Pernambuco e de São Paulo, assessores dos drs. Motra e Barreto, e os sr. Antônio Mendonça Gondê, Evivaldo Silveira e Lyndolpho Silva, respectivamente, diretores das Federações de Trabalhadores na Lavoura do Paraná, e dos Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos do Estado do Rio de Janeiro e da ULTAB, assessores pelos drs. George Pires Chaves e Salvador Botelho.

Depois de longa discussão, ficou resolvido que nos dias 29, 31 e 22 de dezembro, no Rio, será realizada uma assembleia, com a participação de todas as federações que também dão entrada no seu pedido de reconhecimento na Comissão Nacional de Sindicalização Rural, com o objetivo de ampliar a composição da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CNTA), entidade recém-criada.

A ULTAB está convocando todas as federações de trabalhadores rurais para participarem dessa importante reunião, enviando seus representantes no Conselho da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CNTA).

Sindicato de Aracatí conseguiu financiamento do Banco do Brasil



PORTALEZA, Ceará (do correspondente) — O Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Aracatí, conseguiu financiamento do Banco do Brasil para seus associados. O Conselho Regional da Superintendência de Reforma Agrária (SILPRA), deputado Pentes Neto, deu importante contribuição, ajudando os camponeses como plantadores em terras do Estado, no município de Aracatí. Isto acontece quando é mais intensa a pressão do latifúndio contra as organizações camponesas em todo o Estado do Ceará.

ENCAMPOU A LUTA

A luta dos posseiros de Cabreúva e Fortim foi encampada pelo Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Aracatí, que assumiu o comando em vista da violência dos latifundiários. Essas lutas vinham sendo dirigidas pelas Associações de Posseiros e Agricultores de Cabreúva e dos Pequenos Agricultores e Possessores de Fortim. Os pro-

curadores de grandes latifúndios e grileiros passaram a utilizar a polícia do governo para caçar e prender dirigentes sindicais rurais. Especificamente impediram o camponês Hermes Fernandes, de 40 anos de idade, tesoureiro do sindicato.

TERRORISMO

O líder camponês Américo Silvestre, foi caçado por uma volante policial comandada por um agente que declarava-se "procurador para caçar Américo em pedacinhos mudos", quando o encontrou. Apesar de tudo isso, os sindicatos resistem às investidas dos implacáveis latifundiários, defendendo os camponeses e prosseguindo na luta.



O camponês Francisco Miranda, 76 anos de idade, agente com o dedo líder — por ele e outros ocuparam, desde 1952,

sa de 20 camponeses seus associados, explorados pelos latifundiários que lutaram em não reconhecer a Sindicalização Rural.

OUTRAS LUTAS

O Sindicato dos Produtores Agrícolas Rurais de Iguaçu está ganhando popularidade pelas suas 30 causas defendidas em favor dos seus associados, enquanto o dos Trabalhadores Rurais de Mirangue enfrenta, no momento, grande luta contra o latifúndio, em defesa dos camponeses de Ladeira Grande, expulsos da terra injustamente.

Por outro lado, só no mês de outubro, foi registrado o número de 8 (oito) sindicatos camponeses no Ceará, nos seguintes municípios: Assaré, Caculé, Quixeramobim, Jucás e Senador Pompeu, de diversas categorias.

TIRO SAU PELA CULATRA:

Negar trabalho não adianta: Camponeses querem sindicato

Latifundiários cearenses, visando enfraquecer o movimento pela sindicalização rural, negam terra para os camponeses sindicalizados — Apesar da pressão, continua aumentando o número dos trabalhadores que procuram os sindicatos — Camponeses de Chorozinho querem a posse das terras devolutas

PORTALEZA, Ceará (do correspondente) — O dire dos latifundiários de Quatadá saiu pela culatra, quando negaram terra para os camponeses sindicalizados plantarem no próximo ano de 1964. Cerca de 500 associados, defendidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Autônomos Rurais de Quatadá, ficaram sem terras para trabalhar por serem procurados filiar-se ao Sindicato. Essa medida de latifúndio, visando enfraquecer a sindicalização rural, não deu resultado, pois os camponeses, por causa disso, procuraram os sindicatos para se associarem, em grande número.

INDENIZAÇÕES

O Sindicato dos Trabalhadores Autônomos Rurais de Quatadá está enfrentando, agora, uma ques-

tão de expulsão de camponeses, que está avaliada entre 500 mil e um milhão e 700 mil gramíneas. Os camponeses expulsos da terra injustamente pelos latifundiários, são todos associados do Sindicato.

POSSE DE TERRAS

O Sindicato Rural de Chorozinho está a frente de uma dura luta pela posse das terras devolutas da região. Uma comissão designada pela organização camponesa foi a Fortaleza para tratar do assunto junto à SCLPIA, bem como pedir ajuda de seu Delegado Regional, deputado Pentes Neto.

IRAUCUBA — O Sindicato dos Produtores Autônomos Rurais de Irauçuba está empenhado na defe-

Latifundiários cearenses perderam: Dr. Olavo Sampaio continua na DRT



PORTALEZA, Ceará (do correspondente) — Os latifundiários temendo o progresso da sindicalização rural no Estado do Ceará, mobilizaram as organizações. Forçaram para lançar uma campanha contra o atual Delegado Regional do Trabalho, dr. Olavo Sampaio, visando retirar aquele nacionalista da DRT cearense, em vista de sua ligação com religião da lei que ampara os trabalhadores rurais. Foi por isso que 34 sindicatos rurais e mais 30

sindicatos de trabalhadores rurais tem movimento disposto a ir até a greve geral, caso o dr. Olavo Sampaio fosse demitido da Delegacia do Trabalho. Reuniram-se em Portaleza com o objetivo de obterem até a última consequência. Enfim, contando com o apoio do advogado Antônio Fuchs, enviaram telegramas ao Presidente da República, pela permanência do dr. Olavo Sampaio, e conseguiram, por fim, que este não saísse da DRT cearense. Os latifundiários estão desesperados!

JOAQUIM ALVES FERREIRA
Diretor Executivo
DECLUX CRISPIM SOBRINHO
Diretor Responsável
Redação
Rua José Bonifácio, n.º 29
11.º andar — sala 1101
SÃO PAULO — BRASIL
ALICATURA Cr\$ 0,00
Preço anuais Cr\$ 1,00



TERRA LIVRE



ANO XI — N.º 92

TERRA FAZ OS LIVRES NELA TRAPALHA

JUNHO — 1960

Reclama a Câmara de Ribeirão Preto

DESAPROPRIAÇÃO DAS TERRAS DE DINIZ, EM STA. FÉ'

Ofício enviado ao governador Carvalho Pinto, aprovado por unanimidade na sessão de 31 de maio — Governador fugiu da mesa-redonda e continua indiferente — Reage o Sindicato das Metalúrgicos de São Paulo contra a



Até as crianças foram a uma reunião, para ver o governador e lhe pedir justiça. Carvalho Pinto, porém fugiu, deixando aos interessados desanimados.

Edifício da Assembleia Aqui, nesta Casa do Povo, o deputado Lepera vem denunciando o crime que Zico Diniz prepara contra seus arrendatários.



O velho Luis Miguel, com 74 anos de idade, indica ao repórter de TERRA LIVRE o lugar onde nasceu, em Padre Andrade. Agora os arrendatários querem lhe tomar o pedaço de chão de onde tira o pão de cada dia.

700 FAMILIAS de Posseiros do Ceará lutam para Defender suas Terras

Sítios ocupados há cem anos ameaçados de grilagem — Nas barbãs do governo (em Fortaleza) o trabalho das terras dos camponeses — O "coronel" grilheiro está velho, mas é substituído pelo filho e o neto — "Ninguém sair daqui" dizem os lavadores — Reportagem de José Leandro n.º 73

Os sindicatos de operários de todo o país já deram início à campanha por novo salário mínimo e reajustamento geral de salários.

NOSSA OPINIÃO

UNIR PARA VENCER

Esta edição de TERRA LIVRE mostra uma colônia, para a qual queremos chamar a atenção dos leitores. Trata-se do maior colônio dado, até hoje, sobre a organização dos homens do campo em vários Estados. A partir dessa organização, a luta pela conquista de direitos e a defesa de interesses, tem garantida a vitória. Quase toda a segunda página deste número do jornal está dedicada ao noticiário das associações e sindicatos rurais, em prol do aumento de informações sobre essas organizações e suas lutas, chegadas à nossa redação.

Vejamus esse noticiário: o deputado Francisco Julião, o grande amigo dos lavadores de Pernambuco, veio a Cachoeiras de Macacu, nos Camponeses; nova associação camponesa no Rio, para fazer a experiência das Li-é fundada no Amazonas, desta vez na Costa do Seripá e Surubim; a Associação de Sotrolândia aumenta o número de seus associados, na base da luta contra o plano de cupim das terras que estão sendo cultivadas pelos arrendatários; em Pompeia, São Paulo, os trabalhadores rurais fundam sua associação, cercados do apoio de vereadores e dirigentes de sindicatos operários; por iniciativa da Un de Mato, a Associação de Barro Preto instala sua sede; a Associação de Formosa traz uma grande experiência, apoiada no trabalho de seus 21 conselheiros; em Duque de Caxias, fundam-se novos núcleos da Associação dos Lavadores e programam-se a fundação de mais 18 núcleos até o fim do ano; no Ceará é fundada a Associação de Padre Andrade com vistas à defesa da terra de centenas de posseiros; em Garças organizam-se ainda a Associação dos Trabalhadores Rurais; em Santa Fé desanuncia-se a luta contra o poderio de Zico Diniz que, apoiado em Carvalho Pinto, pretende despejar mais de 5.000 pessoas.

Estamos, pois, assistindo um novo da consciência dos homens do campo no sentido de uma organização cada vez maior. Dessa organização e da luta, não há dúvida, serão vitórias e importantes vitórias.

Saca de amendoim deve ser comprada a Cr\$ 450,00 - e sem aumento no preço do óleo

Difícil e insupportável situação atravessam milhares de lavadores de São Paulo, com suas sacas de amendoim colhidas e sem possibilidade de vendê-las. Os compradores se recusam a receber o produto na base do preço estabelecida, isto é, 450 cruzeiros por saca de 25 quilos.

Alegando que o preço do óleo tabelado dá prejuízo, as grandes firmas que dominam como bem entendem o mercado do amendoim, jogam toda a responsabilidade contra o COAP, e fazem manobras no sentido de buscar os lavadores contra o povo, reclamando aumento no preço do óleo para os consumidores. A verdade, porém, é que essas firmas, particularmente as estrangeiras SAMBRA, ANDERSON CLAYTON E SWIFT, e MATARAZZO, se recusam a pagar aos lavadores o preço mínimo de 450 cruzeiros, sob o pretexto de que não podem obter juros mínimos, forçando a expulsão do tabuleamento do óleo comestível.

De outro lado, como dissemos acima, é difícil e insupportável a situação dos produtores. Com suas sacas colhidas e sem poder vender a preço justo, deram início a grandes manifestações de protesto em numerosas regiões do Estado, fazendo comícios, passeatas, visitas a Câmaras Municipais e reclamações urgentes perante os Governos Estadual e Federal. Tendo-se em conta que a produção atual é baixa, motivada pela praga que atingiu intensamente a lavoura, é necessário que o governo adote medidas medidas no sentido de obrigar os compradores, que se recusam a pagar o preço mínimo fixado, sem admitir que as empresas que monopolizam a produção de óleo sobre-extraiam o já mísero produto do povo. Com medidas, deve o governo intervir no mercado, comprando as sacas imediatamente. Uma atitude dessa natureza seria dos sentidos justos: a defesa da lavoura e a proteção da economia popular.

JUSCELINO SABOTA LOTT

Denúncia divulgada pela imprensa do Rio dá conta de que o proeminente jornalista Juscelino Kublitzek, junto com João Coutinho e o ministro Armando Falcão e Amador Pinheiro, é um dos subscritores da candidatura de Marçal Lott à Presidência da República, fato porque pretende fazer uma manobra para continuar no cargo. Recentemente, num discurso pronunciado em Brasília, Juscelino prometeu dar todo o apoio ao seu ex-ministro Lott; porém

PORTE PAGO
Expedido pelo
Editor



TERRA LIVRE

A TERRA PARA OS QUE NELA TRABALHAM



H. SOSTRINES JAMBO
Redator-Chefe
DECLÉUX CRISPIM ROBINHO
Diretor-Responsável
RADUICO N. GUIMARÃES
Diretor-Proprietário
Redação e Administração
Rua José Bonifácio, 29
10.º andar — Sala 100
São Paulo — Brasil
Preço avulso Cr\$ 10,00
Assinatura anual Cr\$ 100,00

ANO XIII — No 112 * SÃO PAULO * JULHO — 1962

Greve derrotou império Matarazo em «Santa Rosa de Viterbo»

O império Matarazo foi derrotado, em Santa Rosa de Viterbo (São Paulo), pelos 15.000 assalariados que ali trabalham, com apenas 8 dias de greve. O comércio latifundiário, apesar de contar com a ajuda de Carvalhos Pinheiro, com os seus 33 policiais que dão serviço permanentemente dentro da Fazenda Amália, foi obrigado a concordar em acabar, de uma vez por todas, com o desconto de habitação e mais um reajuste de salário que subiu 45 por cento.

PREPARAÇÃO DA LUTA
A Federação da Alimentação, como vem fazendo em todas as cidades do interior, mandou vários dos seus diretores, bem como diretores de outras entidades filiadas, à Santa Rosa, a fim de ajudar o Sindicato local e criar condições para poder enfrentar aquele fazendeiro que expulsa os trabalhadores da Fazenda Amália. Assim é que, devido a um paciente e corajoso trabalho, no dia 6 de maio último o Sindicato conseguiu realizar uma assembleia com um comparecimento superior a 1.000 trabalhadores. Nessa reunião, ficou decidido, entre outras coisas, que eles não iniciariam a moção da taxa deste ano, sem antes conquistarem a abolição da taxa de habitação e um justo aumento salarial, de acordo com a deliberação tomada na assembleia realizada na sede da Federação em todas as entidades do setor das usinas de açúcar do Estado de São Paulo. Desde aí, as perseguições e ameaças policiais se agravaram, debarcando-se, nesse mesmo dia, a delegação local.

A GREVE
Apesar de tudo, a paralisação de trabalho foi feita no dia 10 de Maio, ocasião em que deveria começar a moção da taxa. Juntaram-se ao movimento todos os trabalhadores da Fazenda, inclusive os das indústrias de produtos químicos e papel e, para comunicarem que estavam em greve, 1.660 assalariados abandonaram a fazenda, passando por cima das ordens de saída de 100 policiais além de policiais japoneses e dirigindo-se em vertedoura para o Sindicato, distante 3 quilômetros.

VITÓRIA E SOLIDARIEDADE
Mediante o Tesoureiro da Federação, sr.

Jorge Julio, secretário, por telefonia, da Delegacia Regional do Trabalho, fosse feita uma intermediação, que resultou-se no dia seguinte sem qualquer resultado de atendimento. Ainda no resumo do dia 4, os representantes da empresa Matarazo, se mostravam imperceptíveis, declarando mesmo que não atenderiam nem mesmo às reivindicações determinadas por lei. Em atenção ao Delegado do Trabalho, os prestes retiraram-se para elaborar a proposta: 30 por cento de reajuste salarial e 30 por cento de taxa de habitação, somente de uma posse por residência. A proposta foi recusada por unanimidade, de pois os trabalhadores queriam a extinção definitiva da taxa de habitação. Em vista da firmeza dos seus companheiros das Usinas Parafal e Itaipava (que também estavam em greve pelas mesmas razões), no encontro realizado com os patrões e empregados, no Sindicato dos Usineiros, dia 6, os exploradores viram-se obrigados a ceder. Assim, todos os trabalhadores que servem a usineiras de açúcar, em todo o Estado de São Paulo, estão livres do desconto de habitação.

ASSEMBLEIA DA VITÓRIA
Dia seguinte, realizou-se a assembleia da vitória, sob a direção do sr. Luiz Tenório da Lima, presidente da Federação da Alimentação. Antes de decidirem voltar ao trabalho depois do alívio, todos os presentes debateram bem claro e entendiado a situação e as condições de trabalho e o movimento de greve. Todas as vezes que o império Matarazo se obrigou. Por proposta do sr. Abel Pereira Quintanilha, presidente em exercício do Sindicato local, ficou comprometido em não voltar ao trabalho sem que os trabalhadores que contribuíram para a importante vitória de pagamento, inclusive, dos dias em que permaneceram em greve e sem punição. Foram destacados os seguintes nomes: Luiz Tenório da Lima, Remédio Chiquarim e Jorge Julio, diretores da Federação; depulato Luciano Legera; Abdonan Paz de Freitas e Silvano Martins, diretores do Sindicato dos Laticínios de São Paulo; Euripio Queiroz, presidente do Sindicato da Alimentação de Santa Rita do Passa Quatro; Orlando Matos, diretor do Sindicato de Carreiros de São Paulo e os advogados da Federação, José Arouca e Diáspora Martins.



Acabou-se, em todo o Estado de São Paulo, o desconto de habitação para os trabalhadores das usinas de açúcar. Doze mil assalariados da Fazenda Amália derrotaram Matarazo, numa greve de oito dias. Na fotografia, um aspecto da Assembleia da Vitória, dirigida pelo presidente da Federação da Alimentação, Luiz Tenório de Lima. Está confirmado: contra a força dos trabalhadores unidos, não existe resistência dos patrões.

LEVANTA-SE O POVO CONTRA A CARESTIA



Em dois grandes comícios contra a carestia, Sorrisópolis e Pontal receberam e aplaudiram Geraldo Rodrigues dos Santos, líder portuário e candidato dos trabalhadores à Câmara Federal; luta sua tréguas contra o latifúndio e contra o imperialismo norte-americano. (Lêva na última página.)

Brasil: Canarinhos mais uma vez campeões mundiais de futebol

Mais uma vitória consagrada vêm de mostrar os nossos craques de futebol, com a conquista, pela segunda vez, do título máximo, em partidas disputadas com os melhores desportistas do mundo. Numa espetacular disputa com o valeroso esquadra da Checoslováquia, em Santiago do Chile, os nossos confirmaram o valor da fibra dos brasileiros, demonstrada já em 1958, quando da VI Copa do Mundo, na Suécia. A seleção de Brasil fez vibrar 75 milhões de corações, sem contar com os outros milhões de brasileiros de outros países, que seferam entusiasmada expectativa das grandes partidas. TERRA LIVRE não podia deixar de saudar os campeões brasileiros, pelo grande feito histórico, como também de aplaudir a brava equipe dos craques que se apresentaram como adversários à altura dos valores nacionais. O jornal dos campeões presta, aqui, a sua homenagem modesta, a Gilmar, Djalma Santos, Zito, Zizinho, Nilton Santos, Moura, Garrincha, Didi, Vava, Amarildo e Zagalo.

CEARA

Posseiros dispostos à luta se Parsifal fracassar

Diante das amidas praticadas pelos gileiros de Cubreiros e da agressão feita por Assis Silveira sobre dos posseiros camponeses o governador Parsifal Barreto comprometer-se a desmargar as terras em questão se foram propriedades dos gileiros" ou legitimar as posses em favor dos camponeses, em caso contrário. A resistência e disposição de luta dos posseiros barcarenses com o apoio do governo estadual, ante a perigo de um choque violento. Assim no Parsifal sempre com os camponeses associados com os posseiros, os seus compromissos com os gileiros. (Lêva na última página.)

Exigir um Gabinete nacionalista e democrático

Soethenes Jambo

Preparar-se o Gabinete Federal para formar um novo Gabinete em substituição ao atual Conselho de Ministros chefiado por Tancredo Neves, que nada faz para resolver os problemas de greve e inflação para benefício e vida dos brasileiros, em benefício do imperialismo norte-americano e de um grupo nacional economicamente poderoso que ainda ocupa postos importantes na administração da República. Preparar-se também esse grupo nacionalista e o imperialismo, para dar como golpe contra as instituições democráticas visando impedir a formação de um Gabinete constituído de elementos nacionalistas e democráticos capazes de dar início à solução das dificuldades nacionais e ainda de lutar, desde já, as reformas impostas exigidas por toda a povo.

Tancredo Neves firma os trabalhadores das cidades e do campo em todo o Brasil contra os sindicatos e associações que com a greve geral, repulsa qualquer tentativa de golpe dos "gileiros" nacionais interessados em parte o desenvolvimento da democracia nessa terra cedeando, no lugar do atual Gabinete elegerem imediatamente inimigos do povo e amigos dos grandes negócios estrangeiros que exploram o Brasil. Com isso, querem constituir o regime de fome, analfabetismo e carestia social, facilitando a venda e a mineração de terras tiradas do bolso do povo empobrecido.

Estamos diante de uma oportunidade de conseguir um Gabinete formado não por entreguistas e latifundiários mas por nacionalistas e democráticos que lutem por uma reforma agrária radical, possam fim em latifúndio e colônias e distribuição de terra entre os camponeses sem terra e sem posse terra fazendo também as outras reformas importantes que a necessidade do desenvolvimento do Brasil exigem. Para isso, os trabalhadores têm a arma da greve e das lutas por reivindicação, e devem aplicá-las juntamente com todas as outras formas de luta, e as demais representações na Câmara e no Senado Federal em quaisquer indagações de voto popular. A ocupação de terras pelos camponeses, a uma forma de luta justa que deve ser adotada e amplificada como meio de pressionar para que seja efetivamente constituído o Gabinete capaz de começar a enfrentar os urgentes e insiduosas reivindicações dos trabalhadores das cidades e do campo. Tidas as organizações de massa (associações, associações, ligas) devem exigir, desde já, um Gabinete nacionalista e democrático.

Este Suplemento não pode ser vendido separadamente

«Se Cristo voltasse à Terra seria acusado de comunista»

Vários sacerdotes da Igreja Católica estão compreendendo a necessidade de estar ao lado do povo, pelas Reformas de Base — A Igreja não tará como na Abolição dos Escravos negros: deve ficar ao lado da Revolução

Na medida em que as lutas sociais, nos países subdesenvolvidos, tomam vulto e se aprofundam, ganhando o apoio de várias classes menos favorecidas e de grupos de influência cada vez maiores, a Igreja Católica mais se aproxima de uma situação mais delicada em que terá que se definir: ou lutar ao lado das grandes massas, em defesa do povo, como o fazia o próprio Jesus Cristo, ou aceitar a grande risco de afastar-se dos humildes, ao colocar-se do lado das privilégios, dos "tubarões", dos latifundiários, dos grupos dominantes aliados a interesses estrangeiros que conservam na miséria os povos explorados.

PADRES PROGRESSISTAS

Compreendendo a atual situação da Igreja Católica, diante do avanço irreversível das massas populares em busca de novas maneiras de vida, vários padres católicos vêm assumindo posição decisiva junto às lutas populares e em defesa dos explorados, como uma tarefa que é também dos verdadeiros representantes de Cristo. Um dos exemplos mais vivos dessa parte do "cristo católico" que se define em favor das lutas do povo é o Padre Francisco LAGE, de Curitiba, que se notabilizou em São Horizonte, na paróquia de Floresta, pelo seu decidido apoio às greves operárias e movimentos do povo por melhores condições. Hoje o Padre Lage é deputado à Câmara Federal, onde tem repetido o que vinha dizendo antes: "A Igreja Católica deve estar ao lado da revolução".

IGREJA E CAPITALISMO

Colocando-se ao lado das classes menos favorecidas e entendendo-lhes os problemas, o Padre Lage compreende melhor o verdadeiro papel da Igreja de Cristo, e declarou publicamente: "A Igreja Católica precisa desligar-se do equívoco capitalismo". E é com essa compreensão, de que não é mais possível a um honesto Ministro de Deus na terra continuar servindo os latifundiários e potentados das cidades, que sacerdotes como o Padre Arquimedes Bruno, no Estado do Ceará, assumem posição de destaque, ao lado de dirigentes operários e camponeses, na luta pelas reformas de base, única medida patriótica suficiente para sairmos do estado de miséria em que nos encontramos. Um outro exemplo de sacerdotes católicos que escolheram pelear ao lado do povo para solucionar os problemas desse povo, cumprindo o dever sagrado de aplicar na vida real as preceções de Cristo pelos humildes, é o Padre Alípio de Freitas, que por duas vezes foi considerado por falar algumas verdades que os "poderes" não se sentem bem em ouvir nem ouvir que o povo escute.



Abade PIERRE



Padre LAGE

Na Bahia, Dom Jerônimo do Sá Cavalcanti foi preso, recolhido a um quartel e submetido a longo interrogatório, acusado de ser "comunista" ao que defende, entre outras, a necessidade das REFORMAS DE BASE em todo o país. Acusado das mais fortes mentiras, Dom Jerônimo, como Frei Joséfina, em São Paulo, não se desanimou, e reiteradamente o processo que se movia instaurado contra ele, Terra por Terra, a solidariedade dos padres da Ação Católica da Arquidiocese do Salvador que, juntamente com outras organizações religiosas, lançaram manifesto em seu apoio e de reafirmação dos princípios defendidos pelo saudoso Papa João 23.

MANIFESTO DE PADRES

«CRISTO COMUNISTA»

Ainda recentemente, em visita ao Brasil, o conhecido sacerdote francês Abade Pierre, instado pela imprensa a falar sobre as lutas do povo e o cristianismo, declarou que "se Cristo voltasse à Terra para fazer a mesma pregação que fez, hoje seria acusado de comunista, e pôr-lhe-iam a polícia atrás". O Abade Pierre também constatou que um dos grandes erros dos nossos sacerdotes católicos é o de tentar em entregar-se a uma luta "anticomunista", ao invés de aproximar-se do povo, empunhando suas bandeiras de reivindicações e modificações totais do atual método de consumo de vida. Interrogado sobre "o materialismo do oriente", preferiu falar do materialismo do ocidente, dizendo: "O materialismo é o erro de nossas civilizações, que construíram uma muralha em torno dos privilegiados, para debaixo zuzar em paz seus privilégios sem terem de presenciar o espetáculo da miséria dos outros mais humildes".

Entretanto, existem muitos padres ainda que resistem em enganar o povo, zudando-o na sua boa fé cristã, prometendo-lhe o Céu depois do sofrimento e da fome nas terras dos "tubarões". Mas eles mesmos não trabalham de graça para os "barões de terra".

Proibida a polícia cearense de meter-se em questões de terra

FORTALEZA, Ceará (do correspondente) — O Secretário de Polícia e Segurança Pública, coronel Clóvis A. Nogueira, enviou duas mensagens aos Delegados de polícia do interior do Estado, recomendando, o máximo cuidado no sentido de que a polícia não se envolva, sem ordem judicial, em questões de terra, recomendando, ainda, que não façam "batidas" de armas fora do perímetro urbano, alegando que tais atitudes cria situações vexatórias para os agricultores. Com essa medida, o titular da Segurança Pública do Ceará reafirma a sua disposição de não permitir que a polícia pratique excessos contra a população rural, o que não terá o consentimento daquela Secretaria.

OS TELEGRAMAS

São os seguintes, os termos dos telegramas enviados às Delegacias: "Recomendo a máxima cautela por parte dos delegados do interior do Estado, a fim de não se deixarem envolver em questões de terra, procurando solucionar os assuntos que são capacitado a julgar. Acuse o recebimento desta circular ao Ter. cel. Clóvis Nogueira, Secretário de Segurança". "Recomendo toda a ponderação a fim de serem evitadas as revistas vexatórias a título de apreensão de armas, muito especialmente fora do perímetro urbano das respectivas cidades ou vilas. Tal procedimento feito de maneira indiscriminada, constitui arbitrariedade que esta Secretaria não endossa".

«Liberdade para Joffre» Mocidade estudantil exige

A Liga Nacional da Mocidade Trabalhista, filiada à União Estadual de Estudantes de São Paulo enviou, através de seu Vice-presidente Wilson K. Takahashi, o seguinte telegrama ao Congresso Nacional, pedindo a libertação do líder camponês Joffre Corrêa Neto, que se encontra encarcerado na prisão de Regipolícia, por ter testado um confronto entre camponeses e patrões:

"Exmo. Sr. Presidente da República:

Esta hora em que o povo luta pela Reforma Agrária, a Mocidade Trabalhista Brasileira entende que é necessário que se faça justiça. Portanto apelo no sentido da justiça de Vossa Exatência, pedindo a liberdade e que se faça justiça ao líder camponês Joffre Corrêa Neto".

APELO DA LEE

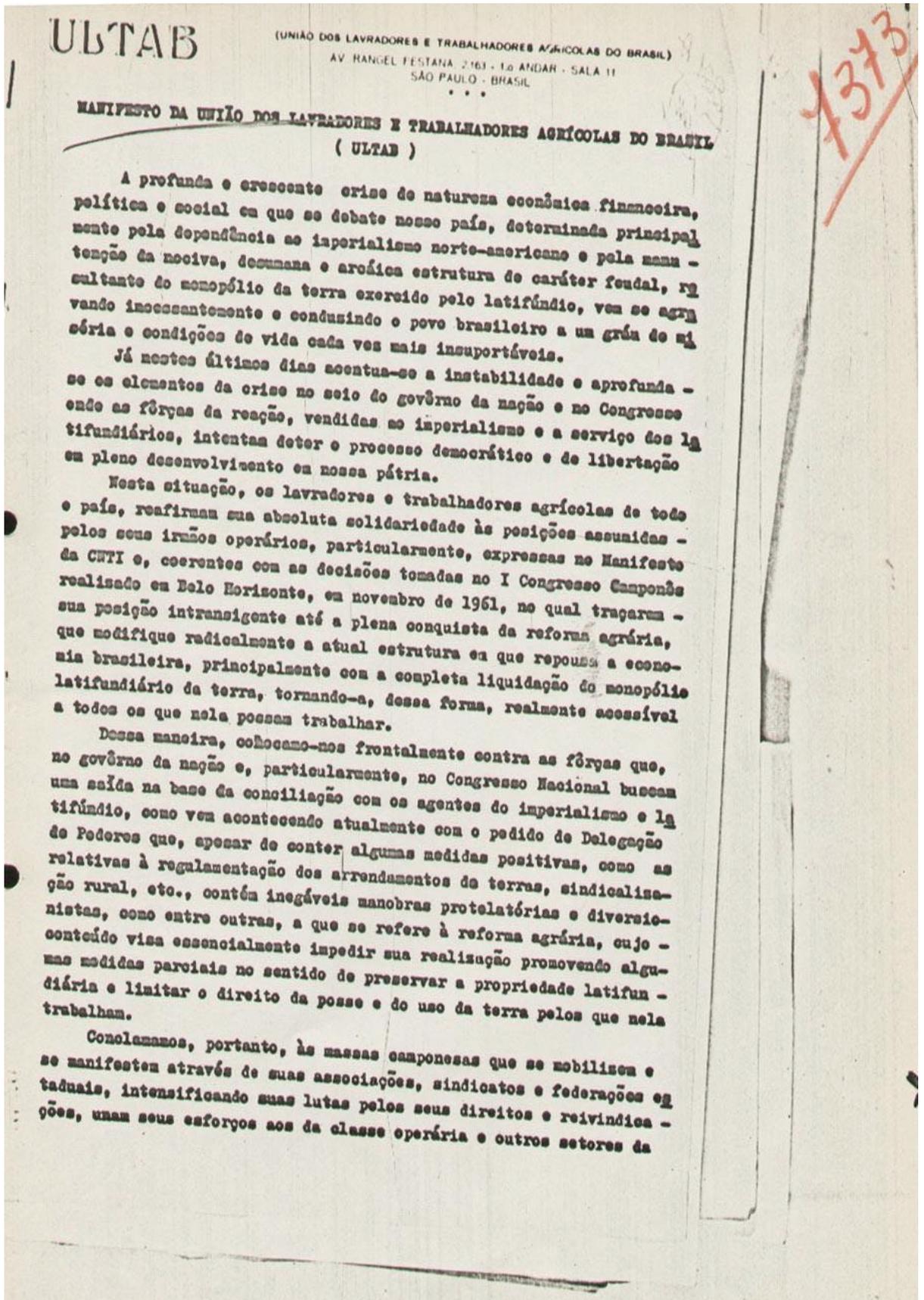
Por outro lado, a União Estadual dos Estudantes enviou

às autoridades federais um apelo assinado contendo denúncias de assinaturas, também exigindo a imediata libertação do conhecido dirigente camponês brasileiro.

Quais movimentos de solidariedade "Joffre" estão se articulando, não somente no Estado de São Paulo, como em todo o País, porque não se justifica a prisão daquele líder, vítima de um processo-farsa arrumado pela polícia política a serviço dos latifundiários, para impedir a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos que defendam seus interesses.



Anexo 5



ULTAB

(UNIÃO DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO BRASIL)
AV. HANGEL PESTANA, 2.163 - 1.º ANDAR - SALA 11
SÃO PAULO - BRASIL

- 2 -

população na preparação e execução da greve geral e demais ações de massa, contra a fome e a carestia, pela imediata realização das reformas de base, pela ampliação das liberdades democráticas e a conquista para a nossa pátria de um governo efetivamente nacionalista e democrático.

São Paulo, agosto de 1962.

Lyndolpho Silva - Presidente.

Nestor Vera - Secretário.

José Pires da Silva - Tesoureiro.

Foram enviados para os jornais:

"Novos Rumos" e "Terra Livre"

1374

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Realizada em 29/8/62
D. C. 1288

j. leandro & cia. ltda.

R 76/62
1288

Edifício Botoas
Avenida Foz de Iguaçu, 844-7ª and. 1/75
Telefone 1-4478

Caixa Postal, 315
Telefones: JOLANDEO
Fortaleza-Ceará-Brasil

Representações
Condições
Conta Própria

Recado para o Américo Silveira:

Nossa delegação estava tirada com uma ótima composição. Eram os presidentes das melhores filiais da FALTA. Impelmente o acordo prometido pelo presidente Paulist ao Pacto Sindical não veio. Chegaram apenas 5 passageiros; os líderes sindicais, dos 5, deram uma para a FALTA, que deu ao Américo Silveira, nosso presidente, e líder do Cabreiro. Os outros eram os presidentes da FALTA de Brotas; da FALTA de Iguatu; da FALTA de Parauapebas; da FALTA de Canaã; do STPP de Tacatuba; da FALTA de Raci; da FALTA de Guaiçara; da SPAMC de Camocim; da FALTA de Foz de Iguaçu; da FALTA de Pagueiros; da FALTA de Mangueira e da FALTA de Guaraporanga.

O Américo é novo em nossa luta, tem sido muito perseguido pelos latifundiários. Por isto, tem uma tendência legalista. Entretanto, é um líder corajoso, inteligente, e já está pertencendo a nossa família da vanguarda. É um admirador do José Perpêre de Goiás.

Nossa luta está melhorando dia a dia. Não tardar a hora que os Compostos independentes dos latifundiários, estão começando pelas terras devolutas e terras do Estado (Propriedades). Em seguida passarão aos latifundiários.

7ª Tema. São as associações que lutam e têm iniciativa: Cabreiro, Iguatu, Foz de Iguaçu, Raci, Canaã são as melhores, mais consequentes.

Abraços do Leandro

Opõe ao Américo Silveira. Nosso presidente.

Anexo 6

7880

E.G. - SAC - REP. - Mod. 16 - 100 000

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS
TELEGRAMA

AGENTE Exterior (EXT) D-variante/Vários (DIV)

R 55/62

WESTERN
Telegraph Company, Limited

*Caravana
Furto de
R\$ 150,00
em 1962
P. 12/62*

F. MENEZES HOVA DO RECEBIMENTO *Recebido em 3-6-62* 09371

WDE195/C FORTALEZA 86 7 2200
CTN LINDOLPHO SILVA RANGL PESTAÑA 2169
SALA 11 SPLO

GRILEIROS MUNICIPIO ARACATI ACOMPANHADOS CAPANGAS
DESTRUIRAM PLANTACOES POCEIROS ZONA CABREIRO
DIA SEGUINTE EMBOSCARAM LIDER CAMPOES AMERICO
SILVESTRE PRESIDENTE FALTAC AGRESSAO FISICA E
COVARDE MEIO MATA PT TENTATIVA ASSASSINATO
CAUSANDO PROFUNDA INDIGNACAO OPINIAO PUBLICA
CEARA QUE SE LEVANTA CONTRA METODOS BANDITESCOS
GRILEIROS E CATIFUNDIARIOS QUAIS OUSAM

responsabilidade alguma por motivo do serviço da telegrafia (Convenção Telegráfica Internacional).

DESTINATARIO: Exmo. Sr. Erineu José Jofilly
Câmara Federal
(ex. variação)

CIDADE: Brasília ESTADO: Distrito Federal

HOVA DA TRANSMISSÃO SÃO
NICIAIS DO OPERADOR 208

7879

R.G. - 545 - B.A.C. - R.E.P. - Mod. 10 - 100 000

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS
TELEGRAMA

AGENTE Exterior (EXT) Diversos/Vários (DIV) Cidades (COT)

R.L. 47 - 1961

THE WESTERN TELEGRAPH COMPANY, LIMITED

CONTINUAÇÃO PAGINA N.º

Nome: **SÃO PAULO**

17 JUL 1967

Ref. Circulo *vide 195*

00371

REPRODUZIR BARBARIDADES PARA JBA MARANHÃO PT
CENTENAS POCEJROS ORGANIZARAM PIQUETES DEFEZAS
SEUS ROGADOS REQJAO CABREIRO PACTO
SINDICAL E FALTAQ ENVIARAM GRANDE DELEGACAO
LOCAL AGRESSOES SOLIDARIEDADE CIDER AMERICQ
SILVESTRE E CAMPONESES SAUDACOES
JOSE LEANDRO

*Archiego
em 8/6/67*

2163 11

THE WESTERN TELEGRAPH COMPANY, LIMITED
em sua cooperação no preparo
de suas mensagens.
In preparation of your reply, please telephone
during normal office hours and often at other
times.
NO BRASIL
2-3144
37-4031
33-7141
2014-2346
6432-8180
196-990
Agentes
1496
4-8289
260
Mínimo de 7 palavras
sobre a tarifa: mínimo de 22 palavras se
incluído em telegrama em linguagem secreta,
ou como tantas palavras quantos vézes con-
tém caracteres artificiais — serão contados na base de

N. B. — As empresas telegráficas não aceitam responsabilidade alguma por motivo do serviço de telegrafia (Convenção Telegráfica Internacional)

DESTINATÁRIO: Exmo. Sr. Irineu José Jofilly
Câmara Federal
CIDADE: Brasília ESTADO: D. Federal
HORA DA TRANSMISSÃO: 110
INICIAL DO OPERADOR: 108

Arquivo Permanente do Estado de São Paulo. DEOPS/SP. OS 1967/Comunismo/vol. 62/ULTAB/(1961-1963).

7895

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS
TELEGRAMA

ENTE I

R 62/62

ADMITE TELEGRAMAS

de acordo pelo Decreto n.º 4.701, de 1950, e de acordo com o Regulamento de 1950. De acordo com esse Regulamento, a responsabilidade alguma por qualquer interrupção ou atraso de telegrama não é da responsabilidade da Empresa, mas sim do remetente, que deve indicar a natureza e o conteúdo do telegrama, e a importância que lhe atribua.

Os telegramas não são considerados como ordinários.

ENDEREÇOS NO BRASIL:

Endereços

Castro - França, 83/87 - Caixa Postal, 121
 Rio de Janeiro - Caixa Postal, 28
 Juv. 286/290 - Caixa Postal, 20
 Juv. 99 - Caixa Postal, 14
 e Marinha, 91 - Caixa Postal, 120
 Lourenço Albuquerque 57,61 - C. Postal, 70
 I - Caixa Postal, 100
 Curitiba, 348 - Caixa Postal, 51
 Fátima Condalária - Caixa Postal, 453
 Iguape - Caixa Postal, 56
 São Paulo, 251 - Caixa Postal, 1101
 16 - Caixa Postal, 27
 Avenida - Rua Siqueira de Campos - C. P., 821
 av. 94 - Caixa Postal, 76

Endereços

Rua - Rua Gomo e Melo, 87 - C. Postal 54
 Rua Val. Fátima, 117
 - Rua São Pedro 360

AMÉRICA DO SUL

Endereços

Colômbia - Calle Carrijo, 449
 Chile - Calle San Martín, 333/337

Argentina - Concepción, Coquimbo, La Serena
 Magalhães e Valdivia.



TELEGRAPH COMPANY LIMITED

PARA A AMÉRICA DO NORTE E COM A
CABLE AND WIRELESS LIMITED PARA O RESTO DO MUNDO

NÚMERO, HORA DE TRANSMISSÃO E TELEGRAFISTA	PALAVRAS	TAXA
	CTN	HORA
TOTAL		

Não havendo qualquer indicação de categoria este telegrama será considerado como ordinário.

Exmo. Senhor
Doutor Parsifal Barroso
Palácio do Governo
FORTALEZA - CRARA

União Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasil-
ULTAB- solidariza posseiros Cabreiro vg solicita vossência ma-
nutenção seus direitos vg liberdades constitucionais e medidas
defesa fisica diretores associações e outros.

Lyndolpho Silva
Presidente

do transmissor Lyndolpho Silva Av. Rangel Pestana, 2163 - Sala 11

CHAMA-SE A ATENÇÃO PARA A NECESSIDADE DE ESCREVER LEGIVELMENTE.

ESTADO Guanabara